

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PRATICANTES DA ESCRITA E CONSTRUTORES DO ESPAÇO:
narrativas sobre o homem e o território paranaense nas décadas de 1930 e 1940.

José Carlos dos Santos

Curitiba
Março de 2002

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

**PRATICANTES DA ESCRITA E CONSTRUTORES DO ESPAÇO:
Narrativas sobre o homem e o território paranaense nas décadas de 1930 e
1940.**

Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, para obtenção do título de Doutor em História, orientada pela Dr^a Ana Maria de Oliveira Burmester.

CURITIBA
2002

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

**PRATICANTES DA ESCRITA E CONSTRUTORES DO ESPAÇO:
narrativas sobre o homem e o território paranaense nas décadas de 1930 e
1940.**

Tese aprovada como requisito para a obtenção do título de Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, do Curso de Pós-Graduação em História, pela Comissão formada pelos professores:

- 1- Dr^a. Ana Maria de Oliveira Bumester – orientadora _____
Departamento de História da UPPR
- 2- Dr. Carlos Alberto Faraco _____
Departamento de Letras da UFPR
- 3- Dr^a Helenice Rodrigues da Silva _____
Departamento de História da UFPR
- 4- Dr^a Helena Isabel Mueller _____
Departamento de História da Universidade TUIUTI.
- 5- Dr. Gilmar Arruda _____
Departamento de História da UEL

Dedico este trabalho às duas pessoas que mais estiveram junto a mim, diretamente, durante a realização deste trabalho: Cauê Cainã e Márcia Regina. Ambos “escreveram”, “viajaram”, enfim, se deslocaram por entre esta experiência de aprender e pesquisar. Aos meus pais, pelo incentivo que nunca faltou.

Amo Vocês.

Há muitas pessoas a quem agradecer. O resultado deste trabalho, não foi construído individualmente. Nos arquivos, nas bibliotecas, nos Museus, livrarias, no Instituto, nos corredores do Setor de Ciências Humanas, nos Seminários de Tese, nos encontros regionais e Nacionais da Hanpuh, nas disciplinas cursadas, nas conversas de corredores, nos desabafos das mesas de bar, enfim, em tantos lugares, pessoas opinavam. Geravam curiosidades e interesses sobre a temática. Nestes lugares e com muitas pessoas, ele se fazia. Uma tessitura sem fim. Idéias sem fim.

Perspectivas geradas, havia a necessidade de seleciona-las. Necessidade de executa-las. Muitas idéias; vontade de escrever sobre muita coisa. A experiência da orientação vinda das mãos de quem deu liberdade e segurança, foram fundamentais para os rumos que os resultados apontaram. O acompanhamento da professora Dr^a Ana Maria Oliveira Bumester, foram decisivos para a realização da pesquisa. A ela, agradeço a liberdade e a crítica.

À Pró Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná que, através da CAPES, viabilizou financeiramente, a realização desta qualificação, mediante o PICD – Plano Institucional de Capacitação Docente.

lista de anexos

- I – Mapa Atual do Estado do Paraná.
- II – Selo do Mercosul.
- III – Gráfico da Escala do Tempo.
- IV – A Cordilheira dos Andes
- V – Gráfico da Escala Biogeográfica,
- VI – Sistema Montanhoso da Serra do Mar
- VII – Mapas descritivos do rio Paraná
- VIII – Pintura de Lloid William, Serra do Mar
- IX – Baía de Paranaguá
- X – Mapa do Sertão do Tibagi
- XI – Mapa Chorográfico da Província do Paraná.

Resumo

A constituição de uma noção de espacialidade, exige a aplicação de várias tecnologias de conhecimento. Seja na forma de ações políticas, como por exemplo, criar um Território Federal; definir os limites entre os estados de uma federação; tomba um local de preservação ambiental, como patrimônio cultural; uma lei que determine o recolhimento de artefatos arqueológicos; acordos internacionais de limites; de navegabilidade, seja na forma de tematização das suas fronteiras e da extensão do seu território, através da criação de imagens, sejam elas através dos meios da escrita, narradas pela tradição oral, televisionadas, através das artes como a pintura, escultura; da impressão de mapas, etc. Em ambos os casos, estas ações são constitutivas do espaço porque demonstram a experiência, como um gesto definido, interagindo com uma operação de conhecimento tanto para aqueles que pensam a consolidação de uma ciência quanto para aqueles que pensam a gestão do espaço pela arte política. Há uma cumplicidade evidente entre conhecer e gerir porque o gesto de enunciar indica a experiência de organização da cultura. Tanto a arte política quanto as tecnologias de imagens, são cenas irruptivas. Ou seja, são formas visuais de um conhecimento que não se mostra como elas. Um saber apriori age como funcionalidade à autonomia do enunciado. Em assim sendo, uma teoria é indissociável destas cenas. A territorialidade brasileira, e do Paraná em especial, é um emaranhado delas, ditas de várias formas. O resultado deste trabalho é um inquérito por entre formas escritas nas décadas de 30 e 40, através do esforço dos seus autores e pela ação institucional dos Centros Acadêmicos, Museus, Institutos, Universidades, e outros.

Summary

The constitution of an spacious notion, demands the application of several technologies of knowledge. Being in the form of political actions, for example, to create a Federal Territory; to define the limits among the states of a federation; to list a place of environmental preservation, as cultural patrimony; a law that determines the withdrawal of archaeological artifacts; international agreements of limits; of navigability, being in the form of theme of their borders and of the extension of its territory, through the creation of images, being them through the means of writing, narrated by the oral tradition, televised, through the arts as painting, sculpture; by the impression of maps, etc. In both cases, these actions are constituted of space because they demonstrate the experience, as a defined gesture, interacting with an operation of knowledge for either those that think of the consolidation of a science or those that think the administration of the space for the political art. There is an evident complicity among knowing and managing because the gesture of enunciating indicates the experience of the culture organization. Either the political art or the technologies of images are irruptive scenes. Or rather, they are visual forms of a knowledge that is not shown like them. A beforehand knowledge acts as functionality to the autonomy of the enunciation. In this way, a theory is unsociable of these scenes. The territoriality of Paraná, is an entanglement of them, described in several ways. The result of this work is an inquiry among writing forms in the decades of 30 and 40, through their authors' effort and by the institutional action of the Academic Centers, Museums, Institutes, Universities, and others.

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	VI
RESUMO.....	VII
SUMMARY.....	VIII
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I - UM CORPO NO ESPAÇO.....	15
1.1 HORIZONTES DA CONSTITUIÇÃO.....	15
1.2 OS CORPOS.....	24
1.3 OS CORPOS E A FAUNA.....	30
1.4 O CORPO DOENTE.....	39
1.5 O CORPO QUE A HISTÓRIA FLUI	53
CAPÍTULO II - A CONSTITUIÇÃO DO LOCAL	74
2.1 O CORPO PARANAENSE.....	74
2.2 LITORAL E INTERIOR: O GÊNESIS	76
2.3 LUGARES DA ESCRITA	99
2.4 O SABER QUE FALA O CORPO	111
2.5 PARIR O CORPO.....	121
2.6 O CORPO A OLHOS VISTOS	129
CAPÍTULO III - BIOS – ELEMENTOS DA VIDA.....	138
3.1 CAIVA	138
3.2 A BUSCA DO ANO ZERO	143
3.3 TERRA, ÁGUA, SOL E O ORGANISMO HUMANO	160
3.4 O BARRO E A SERPENTE	171
3.5 MESO E POTAMIA.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	200
ANEXOS	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207

INTRODUÇÃO

Este trabalho tomou forma em torno de uma notícia de jornal. Em setembro de 1998, o jornal *O Paraná*, de Cascavel, noticiava mais um homicídio sobre a Ponte da Amizade. O ocorrido teria sido uma “banalidade”. Foram tantas as mortes e vários os delitos cometidos, que, para os que estão próximos à travessia da fronteira, é algo comum ouvir e falar sobre tráfico, contrabando, prostituição, “compras”, furtos, mortes, etc. Mas não foi banal. Aquele ano foi um dos momentos em que as discussões em torno do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, tinha recebido grande impulso, sendo acenado que, finalmente, algo sairia do papel para os acordos diplomáticos. Argentina e Paraguai, finalmente, passavam a cognominar-se de “parceiros” e as práticas políticas passavam a privilegiar algumas táticas conjuntas de atividade comercial e cultural.

Naqueles dias de setembro, havia sido lançada a data comemorativa do Dia do Patrimônio Cultural do Mercosul.¹ A tática narrativa era buscar um elo de unidade entre os países envolvidos. Inspirados nas artes plásticas, o tema rememorava as ruínas de São Miguel, de inspiração jesuítica. Sugeriu-se, desta maneira, que a unidade se fazia simbolicamente de duas formas. Na primeira ordem, o sagrado. E a escolha não é casual, pois ele não se detém

¹ - Esta data comemorativa foi lançada como uma tática discursiva para a consolidação das estratégias de parceria entre o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Foi lançada em 17 de setembro de 1996.

numa fronteira. Mais que isso, os quatro países declaram-se “estados católicos”, fato que coloca a religiosidade aquém de qualquer acordo diplomático; em segundo, como o próprio texto afirma, porque “a região fazia parte da América Espanhola”. Esta afirmativa também coloca em cena o sagrado. Mas um sagrado territorializado, porque, entre portugueses e espanhóis, estavam os jesuítas que, de alguma forma, contribuíram para a demarcação de um espaço.

Embora lembre a imagem dos territórios, ela não é lida mais como ameaça à soberania. Ela se confunde com a identidade das nações, como afirmou Jacques Revel sobre o espaço francês². A região dos Sete Povos já foi alvo de disputas. Simbolicamente, agora, podia ser lembrada como símbolo de unidade. O apelo a estas imagens, contudo, faz-se de forma não problematizada, coisa que não ocorreria no século XVIII, por exemplo. Neste período, fronteiras e territórios eram os objetos que serviam para pensar a soberania dos Estados Nacionais.

A denominação de “parceiros”, neste momento, era mais predicativa da linguagem usada pelo empresariado e pela diplomacia. Ao mesmo tempo, organizações trabalhistas preocupavam-se em proteger os postos de trabalho e afirmar que a abertura das fronteiras para “los hermanos” significaria uma ameaça à estabilidade dos vários profissionais e um grande impacto financeiro negativo para o Estado do Paraná. Não utilizavam, portanto, a mesma figura de linguagem que aqueles.

Estas discussões ocorriam em torno do corpo caído sobre a ponte. Em época de “parcerias”, a qual país caberia responder pelo ocorrido? Fora deste círculo diplomático e por

No ano de 1998, foi lançado um selo comemorativo da data. De autoria de um artista plástico argentino, ele traz como tema as ruínas jesuíticas de São Miguel. Conferir em Anexo II.

se tratar de um homicídio, o caso foi também tratado pelas forças policiais. A questão que mais preocupou o cenário das discussões foi sobre a identidade do corpo caído. O texto jornalístico levantou primeiro a grande polêmica. Quem é o indivíduo?, perguntou o jornalista. Posteriormente, explorou-se a possibilidade de ser um indivíduo “indigente”, ou seja, de não ter um pertencimento e uma identidade, um “documento que comprovasse a sua nacionalidade”. E, as reportagens posteriores indagavam ainda mais a respeito da sua origem. Interrogava o referido jornal: “será ele um paraguaio, argentino ou brasileiro?”

O depoimento do chefe da Polícia Militar de Foz do Iguaçu também se deslocou nesta lógica discursiva. Ele afirmou ao repórter que “até o momento em que não se definisse a identidade do corpo, não seria possível iniciar as investigações”. Inconformado, o repórter recorreu à Delegacia da Polícia Militar do Paraná, em Curitiba. A informação sobre o corpo caído foi a de que, em se tratando de que a Ponte da Amizade fica em um prolongamento da Br 277, que é uma rodovia federal, o crime não seria tratado pela Polícia Militar do Estado e, sim, pela Polícia Federal.

Neste jogo discursivo que envolvia a diplomacia e as forças policiais brasileiras, também o chefe de *La Policia Paraguaia* disparou que o caso somente seria tratado, quando se tivesse certeza que se tratava de um paraguaio.

Crime insolúvel. Na indecisão, o corpo ficou no necrotério de Foz do Iguaçu. A informação é de que “provavelmente foi sepultado como indigente”. Mas sem identidade. Ele seria reivindicado pela Argentina ou pelo Paraguai, caso tivesse “meios de identificá-lo”. Ou permaneceria no Brasil, caso fosse brasileiro. Ainda lá, caído, os protestos de sindicalistas exploravam a idéia de “descaso das autoridades”. Estas, por sua vez, procuraram não se

² - “A França identifica-se aos nossos olhos pelo seu território”. JACQUES, Revel. *A Invenção da*

pronunciar. Como de fato ocorreu. Não se definiu a identidade do corpo. Não tinha referências. Não tinha existência, porque não era possível correlacionar corpo e território, corpo e nacionalidade.

As ocorrências de 11 de setembro de 2001 também colocaram em evidência a identidade de um Outro na fronteira. Este, porém, era mais visível. Se o corpo caído na Ponte tivesse “traços físicos característicos”, ou ocorrido três anos mais tarde, talvez tivesse outro desfecho, considerando que o clima diplomático havia se tornado menos amistoso. Nesta ocasião, não se tratou de “integração”, mas de perceber a presença do diferente, na figura do homem árabe, de presença significativa em Foz do Iguaçu. Na imprensa e no meio diplomático, as descrições fazem lembrar um *dracogrifo* – animal das fábulas, mistura de águia, leão e serpente. Numa espécie de transmutação lingüística, ora o descrevem como sujeito de grande visão comercial, envolvido com venda e importação; ora, como força política local; ora, como um contrabandista que ameaça a estabilidade diplomática e econômica nacional.

Os atentados ao *World Trade Center*, criaram uma visibilidade a deste Outro que está na fronteira do Brasil com o Paraguai. Ele também é parceiro, quando não há crises. Imediatamente, o ocidente e o Oriente encontram-se sob a ponte. Esta perspectiva tomou forma em torno de notícias veiculadas pela imprensa nacional e pela diplomacia brasileira, como a declaração do Ministro Celso Lafer: “é possível que a região de Foz financie terrorismo”.³ O editor do jornal *O Estado do Paraná* comentou que “o Ministro das Relações Exteriores reconheceu ontem que a região de Foz do Iguaçu, na fronteira do Brasil com a

Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

³ - Lafer Admite ação Terrorista na Fronteira. *Jornal o Estado do Paraná*. Curitiba, 24 de novembro de 2001, p. 7.

Argentina e o Paraguai, pode estar envolvida em operações de financiamento do terrorismo internacional. Esta é a primeira vez, desde os atentados terroristas aos Estados Unidos, que uma autoridade Brasileira admite a possibilidade de essa região cooperar com tais atividades”.

A afirmativa foi seguida de uma série de ações no campo político e da segurança nacional. Em Lima, na data de 23 de novembro, houve a 11ª Reunião de Cúpula Ibero Americana, cujo tema principal foi a atuação da *Al-Qaeda* na América Latina. Como resultado, devido a pressões políticas do momento, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o *COAF*, passou a ser chefiado pelo Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso. As ações deste Conselho, culminou com a assinatura do *TIAR* – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em que os países latino-americanos comprometiam-se com a cooperação de informações sobre grupos étnicos, movimentação financeira, comunicações, etc.

O programa brasileiro, sob o comando de Alberto Cardoso, envolvia vários órgãos da Administração Nacional: “A Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional; Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Ministério da Fazenda, por meio da Receita Federal, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - *COAF* e do Banco Central; Ministério da Defesa; Ministério das Relações Exteriores; Secretarias Estaduais de Segurança Pública e de Fazenda; Prefeituras; Poder Judiciário; Ministério Público e sociedade civil organizada”.⁴ Estes órgãos produziram informações em regiões estratégicas, como o próprio

⁴- *Segurança On Line. Informativo Eletrônico.*
www.fazenda.gov.br/portugues/orgaos/coaf/coaf.html. Cf também em *Jornal do Senado*: General Cardoso deporá sobre denúncia de operações terroristas no Brasil. Brasília, quarta feira. 7 de novembro de 2001.

Conselho apontou: “para conter o contrabando e o descaminho de bens e valores, por intermédio da ampliação de postos da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal, para possibilitar uma massiva fiscalização em zonas de fronteiras. Seriam priorizadas de imediato as ações de repressão nas seguintes áreas: fronteira tríplice; fronteira Amapá-Pará-Guiana Francesa-Suriname e fronteira Amazonas-Colômbia”.⁵

Não somente Foz do Iguaçu passou a ser alvo. As varreduras feitas via telecomunicações criou uma série de suspeitos que “mantinham ligações com o oriente”. Centrais telefônicas clandestinas, estrangeiros ilegais, empresas fantasmas passaram a ter lugar comum nas ações de repressão em todo o país. Estas ações “demonstravam” a presença deste Outro. Este pretexto se baseou em justificativas como tráfico, lavagem de dinheiro, organização, abrigo a procurados, etc.

Os episódios de 1998 e 2001 serviram para pensar o quanto a linguagem da identidade dos corpos foi e ainda é uma forma de pensar a questão da territorialidade e da soberania nacional. Ela motiva a buscar os vários sentidos do que significa ser “brasileiro” e ser “paranaense”. Mas ela não é uma linguagem que sobressalta como obstáculo. Muito ao contrário. Deparar-se diante de um corpo caído, seja ele de um “indigente” ou de um árabe, significa, para muitos dos envolvidos, chegar a um encontro já marcado. O encontro com uma identidade. Uma forma de despir-se diante do outro. E é um ato que não significa o abandono da linguagem, mas a sua confirmação. Afinal, a fronteira é uma forma muito peculiar de afirmá-la. Nela, os diferentes confrontam-se. Lá estão os acordos a confirmá-la. Lá, estão os conflitos e as amizades. Na verdade, ela é um ponto plurissignificativo, onde circulam várias linguagens, como a do jornalista, a da diplomacia, a da segurança, e a da administração e a de

⁵ - ibidem

vários indivíduos, como o contrabandista, o narcotraficante, o pescador, o policial, a prostituta, o turista, o comerciante.

São eles que tematizam a fronteira e constituem um território. São eles que se apropriam das palavras. Deslocam-se com elas. Criam novos artefatos. Os seus gestos situam-se em um universo múltiplo e singular ao mesmo tempo, pois se mobilizam em uma linguagem, interagem com ela, deslocam sentidos novos. Criam novas fronteiras. Neste sentido, tem razão Héctor Eduardo Jaquet, quando afirmou que “las áreas de fronteras internacionales se presentan como uno de los espacios más privilegiados para estudiar procesos de cambio en los que entran en juego o se debaten valores, adscripciones y representaciones naciolales, locales y regionales vinculadas con los sentidos que los propios actores otorgan a la frontera”.⁶

Administrar em período de globalização: esta é uma temática do Mercosul. É também uma das questões que ficam suscitadas pelo corpo caído. Afinal, conhecer o munícipe é uma condição da soberania. Saber reconhecê-lo, contá-lo em uma ordem operacional, conhecer sua saúde, sua profissão, seus bens e descendentes: a moderna administração do espaço coloca como desafio para si mesma a criação de racionalidades e técnicas sabedoras da verdade e constituidoras da segurança. Por essa razão, tematizar hoje uma região que antes era zona de tensão não significa ameaça. O tema gerado pelo artista plástico de 1998 demonstra bem isso. Por outro lado, quando a COAF define a tríplice fronteira como alvo de ações de segurança nacional, esta é uma forma de afirmá-la e demarcar visivelmente os seus contornos.

Como disse Jacques Ravel, pensar a soberania é antes pensar as práticas de construção do território nacional. Umas, visam a

organizar, melhorar e uniformizar a gestão do território; outras se identificam com operações de conhecimento, que podem ser de natureza muito diferente, mas que têm todas em comum o fato de assegurar ao poder do Estado uma forma de domínio sobre o espaço que lhe está, em princípio, submetido. Cada uma delas fornece um tipo específico de informação, mas cada uma constrói simultaneamente uma representação do país. Todas elas sublinham que o conhecimento do território é, indissociavelmente, uma produção do território.⁷

Por esta razão, não se trata de abandonar uma identidade, mas comparecer ao encontro com ela, confirmá-la e a afirmar novamente, no interior de um jogo e de debates. Assim se confrontam um corpo morto, o Mercosul e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - *TIAR*. Eles são, neste momento, plurissignificativos, onde os gestos inesperados criam os sentidos.

O corpo desconhecido e a diplomacia tornam evidentes o quanto este espaço é “território de ninguém”, onde o inusitado é possível. E isso ocorre, inclusive, numa região de segurança. Como definem os acordos internacionais, “é considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira”⁸. Foz do Iguaçu está nesta zona de fronteira, definida pela lei 6.634. Entre ela e o Paraguai, está o Rio Paraná, divisor da segurança dos dois países. De ambos os lados do rio, estão os enunciadores, os testemunhos do corpo caído.

Vários atores estão neste campo discursivo. Muitos são tematizadores da representação da soberania. Como vários são os atores, também muitos são os espaços criados para falar a

⁶ - JAQUET, Héctor Eduardo. *Los Historiadores y la producción de fronteras*. Documentos de Debates n° 2. Gestion de Las Transformaciones Sociales – MOST – Unesco, 1999.

⁷ - JACQUES, Revel. op. cit.

⁸ - PRESIDENCIA DA REPÚBLICA – Secretaria de Comunicação Social. *Faixa de Fronteira*. Série Documentos Sociais. Lei N° 6.634.

representação: os quartéis, as Academias de Polícia, a imprensa, a literatura, a produção acadêmica, os Acordos Internacionais. Nesta cena, também encontra-se o *IPHAN* – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Criado em 1937, ele tem, entre outras, a função de coordenar as atividades do Patrimônio Cultural do Mercosul. Estas instâncias colocam em movimento os sentidos do objeto tematizado. São eles que fazem do espaço e da soberania objetos inseparáveis. Eles servem para pensar, de forma cúmplice, uma territorialidade para o exercício do poder e, concomitantemente, uma “territorialidade mental”⁹, imaginativa, das representações, onde os deslocamentos ganham uma possibilidade de existência real explicitada na forma do político, do direito, da diplomacia e da administração como efetivação – visibilidade das formas – deste saber.

Este é o horizonte da criação. Nele, as existências assumem as suas singularidades, como o corpo desconhecido. São elas as responsáveis pelos atos criativos; pela conotação da experiência. Os gestos de escrita, os atos diplomáticos, a transposição da fronteira ... e a morte assumem particularidades, num universo do possível. São únicos; mas estão no interior de uma rede. Uma rede discursiva que dirige o olhar para o objeto e também sugere, ao mesmo tempo, um significado primitivo. Como foi dito em *O Paraná Reinventado*, “a verdade do emissor são as práticas nas quais o discurso se apóia, que esclarecerão seu enunciado”¹⁰: um ato que temporaliza a observação e o observador. Assim, os gestos demonstram o enunciado enquanto deslocamentos, mas, ao mesmo tempo, identificam o posicionamento do seu emissor frente ao objeto que observa.

⁹ - GUATARRI, Félix. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

¹⁰ - IPARDES. Fundação Edison Viciara. *O Paraná Reinventado: Política e Governo*. Curitiba: IparDES, 1989.

A prática de conhecimento, com esta funcionalidade, torna-se possível devido à experiência antropológica. Somente assim, a vida pode ser uma obra de arte, como disse Gilles Deleuze, ao comentar o conceito foucaultiano de história. Disse ele: “a história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo de que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos”.¹¹ A nenhum indivíduo é possível sair de sua cultura; é ela que serve para pensarmos a nós mesmos, disse Deleuze. E, no caso específico do saber escrito, o gesto dedica-se a confrontar um objeto e uma teoria, como tem dito Michel Foucault: saber é poder: “se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico”.¹² O “distanciamento” é um gesto correlato a uma prática de disciplinarização e, ao mesmo tempo, à constituição de saberes especializados. Neste horizonte, a experiência antropológica se torna possível; nasce a arte. Nela, situa-se a produção escrita e as narrativas que se ocupam com a produção de uma disciplina e a gestão do território.

Não se trata, no entanto, do exercício da analítica. Não se pergunta ao próprio saber as suas conseqüências. Como lembra Adorno, não se trata de recorrer à filosofia tolerada pela corporação, “aquela que se reveste com a dignidade do universal (...) que possam exemplificar categorias universais...”.¹³ Ao contrário, pensar a experiência pressupõe considerar a existência individual. Continuando com o autor,

¹¹ - DELEUZE, Gilles. A Vida como obra de Arte. Entrevista a Lê Nouvel Observateur. 23 de agosto de 1986. In: _____. Conversações. Rio de Janeiro: editora 34, 1992. p 118 ss.

¹² - FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 149.

¹³ - ADORNO, Theodor W. *O Ensaio como Forma*. In: Grandes Cientistas Sociais – Sociologia. São Paulo: Ática, 1966.

do mesmo modo que algo meramente fático não pode ser pensado sem o conceito, pois pensá-lo já significa concebê-lo, tampouco é pensável mesmo o mais puro conceito sem qualquer referência à facticidade. Mesmo as imagens da fantasia, supostamente livres do espaço e do tempo, remetem à existência individual, seja lá por qual derivação. Por isso é que o ensaio não se deixa intimidar pelo depravado pensamento profundo de que verdade e história se contraponham irreconciliavelmente. Se verdade tem, de fato, um núcleo temporal, então o pleno conteúdo histórico se converte num momento integral dela; o *aposteriori* se torna concretamente um *a priori*.¹⁴

Este tema é o eixo central desta pesquisa. Pensar a experiência de vários atores, criadores e consumidores de uma *força* que se esmera em definir uma identidade para o homem e o espaço. O Estado do Paraná é um dos locais onde a aventura da escrita deixou sinais “nítidos” do lugar da criação impressos nas obras criadas. Seja um mapa, dados estatísticos, escritos, achados arqueológicos, etc., eles expressam a experiência feita em dois confrontos: a ciência e a ordem, ou seja, o conhecimento e a administração. Ela foi um tema que, nos anos 30 e 40, atuou como uma *força* que tomou *formas* em torno de arquivos como os Museus e os Institutos; também daqueles que se concretizaram em torno da escrita dita “geográfica”, “historiográfica”, “antropológica”, “sociológica”, etc. Em outras palavras, foram sentidos criados para dizer a nacionalidade e a racialidade brasileira, fundamentadas em preceitos científicos que coordenavam as ações quanto ao espírito da prática de pesquisa, do arquivamento e, por que não, da ação política.

A produção como um gesto de concepção artística e uma finalidade do ofício é o tema com o qual nos ocupamos no primeiro capítulo deste trabalho. *Um Corpo no Espaço* tem um duplo objetivo: percorrer a escrita sobre a identidade nacional, tateando a experiência do gesto instituinte, tanto no seu sentido institucional quanto na sua experiência individual. Dessa maneira, buscou-se perceber o status do emissor e o seu amparo na tradição escrita, bem como

¹⁴ - ADORNO, Theodor W. op. Cit., p. 174.

a função dos institutos, museus e revistas, como “parceiros” da cena enunciativa. Em suma, a descrição de um corpo; o corpo nacional.

O segundo capítulo, *A Constituição do Local*, pretende vislumbrar o horizonte da produção paranaense. A partir de textos produzidos nas décadas de 30 e 40, procura-se perceber a experiência da escrita sobre o espaço local. Focaliza-se a experiência antropológica da produção cultural e da constituição narrativa sobre uma identidade paranaense. Os produtores – historiadores, romancistas, geógrafos, antropólogos – descrevem as qualidades físicas dos corpos e os seus hábitos culturais como elementos ideais, concorrentes para a constituição de um “povo” e de um território: o Paraná no Brasil.

E, no último, *Bios Elementos da Vida*, a aproximação maior do foco pretende fazer uma leitura do gesto da escrita. Os objetos que servem de princípio narrativo: a terra, a água e o sol são apontados como os alvos sobre os quais os olhares se voltam para fazer saltar aos olhos uma existência real da vida, do corpo e do território. Fala-se da epistemologia do trabalho historiográfico, um estudo que, nas palavras de Foucault, “se esforce por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constitui o saber; na base de qual apriori histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer idéias, constituírem-se ciências, refletirem-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticularem e logo desvanecerem”.¹⁵

Em seu conjunto, os três capítulos pretendem fazer uma viagem sobre a experiência da escrita sobre o espaço paranaense. O recorte temporal não teve como intenção criar um recorte com base na experiência política dos anos 30, mas se justificou na grande fluidez narrativa sobre as questões dos limites, da territorialidade e do sentimento nacional, inclusive,

¹⁵ - FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

anteriores a práticas políticas de 1930. Desta forma, tal qual o corpo caído sobre a Ponte da Amizade, em 1998, que apela para que os indivíduos pensem uma identidade e um pertencimento, também os atos políticos destas décadas exigiram posicionamentos. Ficará evidente que a narrativa não localiza o poder. Ela procura ver os gestos, sem, contudo, descuidar de afirmar a sua possibilidade no interior de um campo de produção plurissignificativo.

CAPÍTULO I

UM CORPO NO ESPAÇO

1.1 HORIZONTES DA CONSTITUIÇÃO

São várias as formas de conhecimento produzidas sobre o espaço paranaense. Poderíamos utilizar grande variedade de possibilidades para adentrarmos num sentido identitário sobre ser paranaense: a pintura, as lendas, os contos e prosas, a escultura, a arquitetura, os acordos e os tratados, as formas de governo e a produção científica. Além das formas aqui elencadas e que, com certeza, não são as únicas, há ainda outras muitas que não aspiram à horizontalidade, ou seja, não pretendem uma unidade estética. É o caso das táticas cotidianas que, mesmo servindo para colocar o corpo em movimento num espaço, têm consequências locais, além do que, mesmo utilizando as formas de esteticidade, é preciso considerar que são saberes classificados e que, em assim sendo, foram concorrentes de outros que não se afirmaram no cenário, como nos lembra Michel Foucault. Contudo, mesmo admitindo que há esta distância entre um saber estético e as táticas cotidianas, existe uma solidez que as faz existir, pois, se há distâncias quanto à finalidade, existe aproximação

quanto aos objetivos, porque ambos se oferecem como direções. Enunciam com setas que indicam deslocamentos para o corpo.

A produção historiográfica é um saber classificado. Ela aspira a uma unidade estética, cuja finalidade é dispor uma aparência e um reconhecimento dos objetos com os quais as várias especialidades se envolvem. Este procedimento, não se pode dizer, é somente do historiador. Os conhecimentos cartográficos, sociológicos, históricos e jurídicos são especialidades que também resultam de uma operacionalidade que permite perceber o trabalho de uma tessitura entre o local – uma ocupação política – e uma teoria – a elevação identitária. Desta maneira, quando o historiador paranaense Romário Martins, por exemplo, afirmava que “o vocábulo sertão designa lugar de floresta distante de povoação civilizada, habitada ou não. Quando habitada, sua população é, em regra, representativa dos primeiros aborígenes do país e, em parte, mestiça de cruzamento com o branco e, em pequeno número, com preto”¹⁶, ele recorria a uma velha tradição de contar o local a partir de premissas gerais, fazendo deste procedimento um *modo* do ofício do historiar. A rigor, as imagens de “sertão”, “civilização” e “cruzamento” foram utilizadas não só para pensar a história regional. Elas estão presentes nas produções sobre o Brasil como um todo e sobre a América e, pode ser dito, são metáforas que organizam o pensamento do global. Como uma espécie de “imagens ilustradas”, elas cosem, pela narrativa, o fragmento e o geral, o local e o global.

Esta tessitura, visível em Martins, tem como objetivo isolar, analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos. Como sugere Michel Foucault, elas são as marcas da similitude, uma vez que “o mundo é encoberto por signos que é preciso decifrar e estes signos, que revelam semelhanças e afinidades, não passam, eles próprios, de formas da similitude. Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e,

¹⁶ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Editora Guaíra, 1899. p. 311.

sem ela, permaneceria palavra muda, adormecida nas coisas.”¹⁷ Através de Martins, falam as imagens por meio de um sentido próprio. Ele é o autor que pratica a tessitura, ou seja, dá sentido às “coisas mudas”. Neste seu ato, não é possível deduzir algo absolutamente novo. Sem dúvida, estão presentes a criatividade e o ineditismo de tratamento. Mas, sobretudo, por este motivo, trata-se de um diálogo com a cultura da qual ele é partícipe. Por esta razão, os enunciados são, em si, formas de similitude.

Podemos afirmar que um saber classificado é uma forma de *dizer* o espaço. Esta afirmativa é possível à medida que o ofício de historiar tem uma história. Ele é dito através de um observatório, porque “a produção historiográfica tem um lugar econômico, político, cultural, uma profissão, um posto de observação, uma categoria de letrados. É em função deste lugar que se instauram os métodos, a topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas, se organizam”.¹⁸ Dentre estas várias formas possíveis de conhecimento sobre o espaço, como acima apontamos, o historiográfico demonstra melhor a relação entre as “palavras e coisas”. Num primeiro momento, porque, a exemplo de outros conhecimentos de propensão científica, ele pratica a similitude. Num segundo, porque o trabalho de historiar ocupa-se fundamentalmente com as origens.

O uso que Martins faz das três imagens é muito particular, à medida que elas servem para descrever um mito de origem para um território, para fronteiras e para um povo paranaense. É este o seu observatório. Enquanto especialista, produz um mito de identidade. E, assim procedendo, o pensamento se insere na ordem do político, sem perder o sentido de ciência, porque fala nele a similitude. Ele é um homem da ciência e da política. Não se trata de uma oposição, mas de um situar-se entre a compreensão dos signos e a compreensão de si.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 48.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

Os relatos de “começos” ainda servem para perceber o deslocamento entre o tempo arqueológico, que fornece as fontes, e o observatório, que serve ao historiador. Desta maneira, uma obra situa-se na fronteira de duas noções de temporalidade. Ela “liga” a vida e a morte. Esta relação não é uma simples presentificação do passado, mas uma ultrapassagem deste tempo. Por esta razão, também, não é fruto da imaginação fantasiosa, mas é um diálogo com uma ausência. Martins, quando coloca em sua narrativa as imagens de “sertão”, por exemplo, ele a utiliza dentro de um estratagema bem particular. Ele – o sertão - “é o lugar de floresta distante de povoação civilizada.” Ao mencionar “povoação” e “civilizada”, ele remete a pensar a partir de um parâmetro: o civilizado, do qual se distancia aquilo que não é civilizado, ou seja, a floresta. E, no momento em que evoca esta imagem, ele coloca o leitor num movimento de deslocamento entre um aqui e um acolá. Ainda que na imaginação, é inevitável navegar de um ponto de partida a outro, que se perde no horizonte, mas que, enfim, cria uma noção de espacialidade.

Com esta técnica de ciência de Romário Martins, é possível pensar a produção historiográfica como prática de produção do espaço paranaense. A relação entre escrever e demonstrar pauta um diálogo entre o local e a teoria, cuja finalidade é criar uma noção de espacialidade, cujos vetores são o conhecimento do território, suas fronteiras e o sentimento de pertencimento identitário. Neste sentido, a produção do conhecimento é a produção do espaço, uma vez que, ao criar dele uma representação, demonstra a relação com ele. Podemos inferir, então, que esta relação de sentido – o simbólico e o objeto - é uma maneira de pensar uma autonomia do espaço, como demonstrou Jacques Revel, ao refletir sobre a soberania do espaço francês. A constatação de Revel é demonstrada de uma maneira bem peculiar, porque, ao mencionarmos algum símbolo, de imediato há um deslocamento de sentido. Revel considera, então, que “a França identifica-se aos nossos olhos com um território: com um espaço delimitado por fronteiras de soberania, e também com uma extensão e uma forma que

o mapa nos tornou familiar, ou melhor, veio pôr em evidência”¹⁹. Assim, tornam-se indissociáveis a técnica científica que produz um conhecimento sobre o espaço e a ordem política que inscreve a produção em um lugar que, ao meditar sobre a espacialidade, produz efeitos de governabilidade. “Aliam-se”, desta forma, ciência e gestão do território, uma vez que o reconhecimento só se tornará evidente, à proporção que for tematizado e quando os pontos obscuros forem esclarecidos diante de uma comunidade que reconheça a sua autonomia.

Esta prática do espaço pode ser percebida, quando Martins sugere um deslocamento entre o aldeamento e o sertão. Em outro lugar do mesmo texto, ele afirma, ao tratar da mesma temática, que

seduzida pela justa ambição de algum conforto, os audazes sertanistas desse tempo devassaram todo o primeiro planalto paranaense. Como tais serviços obrigassem ao ‘arraialamento’, como se dizia então, isto é, à morada relativamente longa nos sítios auríferos em exploração, daí resultava a formação de aldeias ou arraiais que duravam largos anos às vezes, e para os quais de contínuo se encaminhavam novas levas de aventureiros, mineradores, agricultores, comerciantes, especuladores de toda ordem: caraibas (brancos), negros, caipiras (mestiços de índio e branco) e mulatos (mestiços de branco e negro).

Nesta afirmativa, fica mais evidente a tessitura do espaço. Ele demarca, com muita precisão, o ponto fixo que a narrativa usa como fundação: as aldeias ou arraiais. Este ponto fixo surge como contas que dão unidade a um colar. Os sujeitos que ele descreve estão em circulação. Embora a investida pareça ser negativa, inicialmente, no fim ela não é. É um pensamento tático. A idéia da devassa que poderia sugerir uma prática de barbárie, na verdade, é um dos veios do seu pensamento regional. Devassa, afinal, é sinônimo de

inquérito²⁰. Logo, desta forma entendida, é um deslocamento edificante, porque produziu um conhecimento sobre o espaço. E esta investida afasta qualquer possibilidade de se firmar um sentido negativo para o uso do termo em seu texto.

Este elo ressalta o status que os pontos fixos têm, porque eles são provocadores da ocupação do território e, mais precisamente, neste caso, do planalto paranaense. Os “arraialamentos” são narrados como o ponto nevralgico, embora dispersos. Eles são fundamentais, porque, se o deslocamento causa devassa, o arraial coloniza. Mas, talvez, não seja ainda esta imagem, do ponto de colonização, o fundamento nevralgico. A imagem que se sobrepõe a ela é a de circulação, ou seja, a locomoção dos indivíduos por entre pontos diversos ou, ainda, em busca de pontos desconhecidos do território. Este ato de deslocamento cria os pontos de encontro que são narrados como lugares de confronto entre o índio, o branco e o negro. Romário Martins encontra um suporte mitológico sobre a origem de um tipo humano paranaense.

O tipo humano floresce graças ao solo e às qualidades do primeiro planalto paranaense: um cenário de litoral, florestas e riquezas inexploradas; uma riqueza que se opunha ao próprio conhecimento, como foi o caso da Serra do Mar. (conferir em Anexos I, VI e VIII), que impedia o deslocamento, e, também os rios, com muitos trechos não navegáveis. Contudo, estas “barreiras naturais” acabam por servir de motivação lírica para narrar o confronto dos audazes sertanistas. Como um cenário de ficção, as narrativas se antecipam aos próprios acontecimentos, uma vez que as barreiras foram antes vencidas pela escrita.

Neste cenário de florestas e raças, o solo aparece como fator de unidade nacional, uma vez que ressalta as riquezas submersas como um atrativo para garantir o encontro das três raças brasileiras no Estado. Os sítios auríferos, as qualidades nutrientes do subsolo e o clima

²⁰ Talvez seja por esta razão que encontramos a definição para devassa como sendo “sindicância, pesquisa, entrada, ato de penetrar, divulgar, publicar”, e outros, conforme consta do MODERNO dicionário

serão, para as suas narrativas, o Golias Adormecido, que ora servirá para pensar a integração racial, ora para pensar o desenvolvimento econômico. Tanto em um quanto em outro caso, serão representados como veios de brasilidade. Procedendo desta forma, Martins descreve um homem anterior à natureza, preso a ela. Suas pesquisas permitem visualizar a historicidade de um diálogo sobre o espaço, no início do século, que pensava uma espécie de homem-natureza. Segundo ele, “o campo e a floresta não somente decidiram sobre a nossa existência, como sobre a nossa índole. Nos primeiros tempos fomos criadores tropeiros... O nosso homem do campo, porém, encontrou na floresta mais fácil exploração de riquezas e se fez extrator de erva-mate e, depois, também, de madeira.”²¹ Percebe-se que a narrativa considera implícita uma forma de contar o tempo: há um “antes”, que pressupõe um “depois”, e campos e florestas, com as quais ele correlaciona a definição da “índole”.

Na sequência do texto, ele explicita melhor o sentido que “liga” terra e homem: “o clima, esse é indiscutível fator. Como modificador dos tipos étnicos, notadamente os exóticos, facilitando-lhes ou não a adaptação e, assim, influenciando no desenvolvimento da história... pois há sempre a visível influência dos variados fatores da terra, do mar e do ar. O trabalho humano é um contrato com a terra”²². Coloca-se desta forma um indivíduo não somente ligado a terra, mas absorvido por ela. A narrativa deixa transparecer um homem orgânico, cujo organismo age e reage conforme o humor climático. A terra é a analogia do homem paranaense. É ela quem define a sua “índole”. É a ela que o homem paranaense tem que se adaptar.

A produção historiográfica de Romário Martins, pensada como uma estética do tipo paranaense, permite visualizar, através de si, a elaboração de uma representação da soberania do homem sobre o solo. Como afirmava, o trabalho humano é um contrato com a

enciclopédico brasileiro. Curitiba: Editora Educacional, 1984.

²¹ MARTINS, Alfredo Romário. *História do Paraná*. 3.ed. Curitiba: Editora Guaíra, s.d.

terra. Esta afirmação em relação ao solo regional servirá como base do pensamento paranaense, que, ao mesmo tempo, revelou o seu diálogo com a contemporaneidade.

Os anos dourados do início do século XX são os tempos do pensamento moderno nacionalista. A produção ocupa-se com a constituição da identidade nacional. Um “país” está em construção e, como lembrou Revel, deve-se muito ao historiador pela sua edificação. Por este motivo, terra e homem são objetos cujas representações são elevadas ao lugar de suporte de todo um conhecimento sobre a soberania.

Estas representações – solo, raça, nacionalidade - são extremamente visíveis nos anos 30 e 40, no Paraná. A peculiaridade tornou-se evidente, à medida que o clima de guerra exige do Brasil e da América Latina, como um todo, pensar em sua soberania. Não se tratava de uma ameaça de invasão direta, mas de sentimentos que eram aflorados, enquanto serviam como argumentos tanto para invasores quanto para invadidos. Esta invasão fazia retornar a temática da racialidade brasileira, tão cara aos intelectuais brasileiros e estrangeiros que escreveram sobre o Brasil desde os anos oitocentos. O sentimento nacional, no clima de guerra, era um tema que envolvia desde as conversas de botequins até os altos círculos da diplomacia. Tanto um lavrador quanto um soldado envolviam-se, de alguma forma, com ele.

É neste clima que Romário Martins está revisando a sua obra e organizando uma grande produção sobre a literatura, a história, a geografia e a sociologia do Paraná. Esta distribuição ocorreu através de vários veículos. De modo especial, serviu de suporte para a distribuição e como *locus* de produção, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, criado por ele próprio, em 1900. Outros círculos curitibanos, contudo, foram fundamentais para pensar esta espacialidade, como foi o caso do Círculo de Estudos Bandeirantes²³, do Museu

²² MARTINS, Romário, op. cit., p. 10.

²³ No Círculo, reuniam-se intelectuais católicos, que diziam ser contrários ao liberalismo. Foi idealizado pelo padre Luiz Gonzaga Miéle, José Loureiro Fernandes e José Mansur Guérios. Romário foi

Paranaense²⁴ e da Academia de Letras do Paraná²⁵, que teve, na primeira presidência, um outro eminente historiador, Rocha Pombo. Neles, o tempo presente se fez a temática, bem como as grandes teorias e as formas explicativas da realidade.

A produção historiográfica, a partir destes centros, pode ser entendida como uma memória estética sobre o Paraná. Uma arte escrita que cria uma ordem de espacialidade, gradativamente, que insere o homem num espaço. A produção, então, tem ares de uma disciplina do corpo, uma vez que se coloca um homem pré-histórico que chega até o domínio da história, enquanto muda as suas qualidades físicas.

A conquista da história é narrada como o domínio da natureza. Por isto, a produção historiográfica paranaense é, em primeiro lugar, um saber sobre o corpo. Igualmente por isto, a geografia e a medicina serão co-irmãs da historiografia, pois, com suas especificidades dispersas, tratam o corpo.

A imagem forte da conquista da história é a própria soberania e a territorialidade paranaense. As narrativas sobre ela usam de uma analogia, muito recorrente nos anos 30 e 40, entre o organismo e a terra. A metáfora do corpo é pensada como uma sociedade orgânica, cujos órgãos são pontos dispersos no espaço, mas coordenados por alguma direção. Em outro momento, é vista como uma natureza “fera”, que domina o homem, e, numa terceira perspectiva, fala de um movimento biológico construtor, cuja redenção colide com um Estado forte, coeso e definitivo. As narrativas historiográficas circulam por entre estas representações, tecendo um corpo, um tipo paranaense. Entre o campo e a floresta, havia um

colaborador e admirado pelos fundadores. Dentre os filiados, destacou-se Bento Munhoz da Rocha Neto. A sua fundação remete a 12 de setembro de 1929. FONTE: Museu Paranaense.

²⁴ O Museu é o primeiro centro de produção sobre o Paraná. Romário Martins o dirigiu por um longo período. Foi fundado em 25 de setembro de 1876. A sua criação é atribuída a Ermelino Agostinho de Leão.

²⁵ A Academia de Letras do Paraná foi criada em 1912 com o nome de Centro de Letras do Paraná. Em 1922, possivelmente no clima da Semana, foi lançado no Clube Curitibano, por iniciativa atribuída a Romário Martins, Silveira Neto, Dantas Ribeiro, Paulo Assunção, Serafim França, Samuel César, Leônidas Loyola, Francisco Leite e Rocha Pombo.

homem extrator da erva-mate; posteriormente, o beneficiador da madeira. Do mesmo modo, houve um primeiro *tempo extrativista*, seguido pelos *tempos históricos*, quando “apareceu o primeiro representante do Governador Geral das Minas e da Capitania Geral do Rio de Janeiro, na pessoa de Eleodoro Ebano Pereira, encarregado do exame, da administração e de novos descobrimentos de minas nos distritos do sul daquela capitania.”

A temporalidade da narrativa coloca uma precisão no enunciado. A identidade nacional pressupõe o conhecimento dos domínios do território, bem como da sua extensão. Sob eles é auferida a soberania. Por este motivo, *tempos históricos* demarca a memória administrativa da terra, colocando uma ordem no organismo do território e memorizando a gestão do espaço. Da mesma forma, os fatores climáticos que determinam a “índole” são tempos pré-históricos, ou seja, que influem no cruzamento e na melhoria de uma raça brasileira, o que não era suficientemente mostrado ou demonstrado. Daí, a importância da geografia física.

1.2 OS CORPOS

Os sertanistas são “gente de várias categorias: caraíbas, negros, caipiras, mulatos”. Embora tenham pontos fixos, estão sempre em circulação. Há uma preocupação em “costurar” a malha do espaço para criar o efeito de mapeamento. Por este motivo, Martins afirmou que, entre estes homens, “a necessidade de comunicação entre os arraiais ia formando novos caminhos na brusquidez dos sertões”.

A composição descrita por Romário está na ação de unir os pontos distantes entre o aldeamento e a circulação, feita em função de uma “brusquidez” das matas paranaenses. Os seus personagens que, nesta citação, são anônimos, também são os descobridores da terra do Paraná. Mais adiante na narrativa, eles serão nomeados, motivo pelo qual a memória terá outro caráter.

Com o propósito de fazer do solo o fator de miscigenação, o autor pensou a fundação de vilas importantes para a geografia do Estado. É o caso da fundação de Curitiba e de Paranaguá.

Quando Romário Martins escreveu sobre a fundação da capital, ele vive os anos iniciais do século XX. A República brasileira não tem ainda duas décadas. O recém-criado Estado do Paraná tem o “agravante” de ter sido comarca ligada a São Paulo até 1853. Desta data até 1889 ele foi reconhecido como Província do Paraná. Foi nesta província que ele nasceu²⁶ e iniciou as pesquisas sobre a história regional. A primeira edição do seu livro *História do Paraná* saiu em 1899. Posteriormente, a obra passou por várias reedições e atualizações. Ela se tornou obra fundadora da historiografia regional, não só pelo seu ineditismo de tratamento, mas, porque, sobretudo, seu autor a divulgou numa série de artigos a nível nacional e no exterior, bem como em estudos de maior e menor envergaduras. Além disto, a sua biografia, como homem de estado e das letras, trouxe para ele uma auréola singular, fiduciária, cuja credibilidade o colocava entre a nata dos intelectuais brasileiros daquele tempo.

Quando da narrativa da fundação de Curitiba, a sua biografia parece testemunhar o seu relato. Ao escrever a obra *História do Paraná*, Romário reside na capital do Estado, mas estava ligado ao centro de cultura de São Paulo. A sua narrativa descreve um arraialamento

²⁶ Alfredo Romário Martins nasceu em Curitiba, no dia 8 de dezembro de 1874. Seus pais eram paulistas de São Sebastião, cidade litorânea. Faleceu em 1948, no mesmo lugar em que nasceu.

intrinsecamente ligado àquele Estado, ao invés de apresentar uma sertanidade inédita ou como uma formação independente. Esta era uma saída tática, mitológica, no sentido certeuniano, para as suas narrativas de fundação. Ser paulista era o símbolo da ancestralidade portuguesa no Brasil. O efeito de sentido é fundamental para as narrativas, porque remete à imagem fundadora de civilidade²⁷. Contudo, não se pode deixar de entender a expressão de um pensamento local. Na narrativa sobre a fundação da Vila de Paranaguá (ver Anexos VIII e IX), ele é categórico em atribuir o pioneirismo da fundação a quem residia nos “arredores” ou que se envolveria com edificações na terra. Em *Terra e Gente do Paraná* ele discute se teria sido Diogo de Unhate, escrivão paulista, o fundador de Paranaguá que, em 1614,

alegando sua participação na pelêja, requereu e lhe foi concedida uma data de sesmaria de terras na parte que se chama Paranaguá, começando na barra do rio Ararapira cortando a rumo de nordeste pela costa até a barra de Superaguí, cortando a rumo de sudoeste toda a terra que houver dentro destes dois rios e duas léguas pelo mato dentro, estendendo-se esta data desde a ponta do Iguacetuba, correndo ao norte até dar no primeiro rio grande.²⁸

Ele retira esta afirmação de um documento constante no Livro de Registro de Sesmarias, de São Paulo. No entanto, após a citação, coloca em dúvida a paternidade sugerida: “Ainda hoje conserva o seu nome um rio em Superaguí, o que *parece* atestar que Unhate povoou as terras que lhe foram concedidas, *porém* em 1636 era morador na vila de Santos, passando a ser fundador de São Sebastião conjuntamente com João de Abreu”.²⁹ Percebe-se facilmente que se trata de uma tática de narrativa, porque a fundação terá outro começo para ele: “Os fatos documentados, com seguimento histórico, isentos de dúvidas, que

²⁷ - É oportuno lembrar a abrangente pesquisa feita por Arruda sobre a memória, escrita e narrada, sobre a antítese cidades e sertões, cuja pesquisa utilizou fontes do Norte do Paraná e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a História e a Memória*. (Tese de Doutorado) São Paulo: Unesp, 1997.

²⁸ MARTINS, Alfredo Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1944.

nos dão notícia dos povoadores de Paranaguá, são da época em que a povoação foi elevada a Vila, em 1648”.³⁰ Com esta narrativa, confirma-se uma expectativa de fundação onde os fundadores só podem assim ser titulados, se se confirmarem como atores “povoadores”. Somente eles são pensados como fundadores de cidades.

Da mesma forma, ao nomear o mito de fundação de Curitiba, ele remete ao homem fixo ao solo. “Habitavam todos, com suas famílias, em 1668, (mais remota data da história documentada da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais) o centro e sítios próximos à povoação”.

Os pontos móveis do território, entretanto, não poderiam ser esquecidos. Havia já algum tempo que se contava a história do império português a partir dos caminhos indígenas e daqueles abertos pelos bandeirantes. Um conhecido trajeto indígena nascia no litoral catarinense, atravessava o atual território do Estado na transversal até o Rio Paraná, no Oeste, e perdia-se no Peru (ver Anexo IV). Era o Peabiru. Este caminho figura como um mito geográfico da territorialidade do estado. Será mais explorado no capítulo posterior. Basta, por ora, lembrar que, na narrativa de Martins, não foi Dom Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, adelantado paraguaio, o pioneiro no uso do Peabiru. Foram os membros da expedição de Pedro Annes que, a mando de Martim Afonso de Souza, “subiu o rio de Iguape, voltando em companhia de Francisco de Chaves, do bacharel de Cananéia, Duarte Pires e de 5 castelhanos degredados *deixados por frotas portuguesas*”, eles que informaram haver ouro. Martim Afonso, então, em função destas informações, teria organizado uma expedição para verificar a informação dada pelos *degredados deixados por frotas portuguesas*. Afirmar Martins que

D. Álvaro Nunes Cabeza de Vaca que em 1541 partiu da costa de S. Catharina em direção ao Paraguay com numerosa gente em armas recolhe entre os índios habitantes do Iguaçu a

²⁹ Id. *ibid.* Os destaques em itálico são nossos.

³⁰ Id. *ibid.*

tradição desse desastre e a registrou assim o cronista da expedição: - ‘quando nos aproximamos deste rio, soubemos, por informação dos índios, que o mesmo se lança no Paraná, também chamado rio da Prata, e que nas margens destes dous cursos d’agua os indígenas tinham morto os portugueses mandados por Martim Affonso de Souza para descobrir este país.³¹

As narrativas sobre este caminho prescrevem um saber de ancestralidade sobre a tipificação do corpo em formação. É uma forma de remontar à brasilidade indígena e à mestiçagem paulista que, à medida que branqueava o corpo, demarcava a territorialidade do Brasil. No caso particular do Paraná, os “caminhos históricos” resolviam dois problemas fundamentais. O primeiro deles consistia em garantir o Rio Paraná como o limite fronteiriço, ao extremo oeste, dos domínios portugueses (ver Anexo VII). O segundo, ao afirmar os caminhos, como Rocha Pombo e como muitos outros historiadores fizeram, criava-se, não só um mito de fundação geográfica para pensar a espacialidade e a fixação populacional. Pode-se dizer que, na ponta do lápis, criava-se, também, um deslocamento da soberania territorial sobre um espaço que, pelo menos até o Tratado de Santo Idelfonso, era legalmente de domínio espanhol.

Este era o segundo objetivo: nacionalizar um espaço de soberania desde o litoral até os sertões “mesopotânicos”, ou seja, sobre os vales dos três grandes rios: o Ivaí, o Piquiri e o Paraná. Assim, enquanto os caminhos fossem ascendendo como fontes de escrita da história paranaense, a presença espanhola seria caracterizada como *posterior* aos caminhos, logo os “brasíncolas” garantiriam a soberania brasileira sobre a geografia.

O Peabiru é fundamental na narrativa de Romário. Ele o denomina de “caminho histórico”. Esta denominação é particularmente muito significativa, porque, na sua análise da espacialidade, ela remete a uma forma que lhe é peculiar de contar o tempo. A afirmativa coloca em evidência uma forma de operacionalidade do conhecimento historiográfico. A

³¹ id. *ibid.*

ambição do sertanista e os “sítios auríferos”, bem como a etnicidade e os lugares onde a história se desenrola não são invenção sua. Há um hábito instituído no jeito de historiar muito anterior a Alfredo Romário Martins e a sua *História do Paraná*, mas há uma singularidade que o faz ser único enquanto homem de ciência, porque viveu num período em que o “nome de uma disciplina enquanto operação científica confundia-se com a realidade que ela analisava”.³²

A epistemologia do conhecimento queria ignorar que se está na história ao falar de história; mas este é um jeito de fazer ciência. Assim, pensava-se a sua utilidade e deste modo, exercia-se a função da taxionomia, onde a ação do signo age sobre o narrador na função de interpretar o seu tempo. Na escrita, a *História do Paraná* é uma fonte magistral, porque permite transparecer sobre si uma tradição – que permeia a epistemologia das ciências –, ao mesmo tempo em que faz vislumbrar uma descrição da territorialidade do Estado. Presente e passado envoltos em teorias criam formas únicas e duradouras.

Não é somente isto. Se é possível ignorar que a ciência está no espaço, o mesmo não é possível dizer em relação ao uso que dela se possa fazer. Na produção historiográfica, a gestão do território é indissociável da produção da ciência. Assim, ao se interessar pela riqueza da terra, pela etnia e pelo desbravamento das matas, Romário não é somente singular; acima de tudo, produz um sentido para o próprio estar neste solo, criando uma perspectiva de reversibilidade discursiva, em que o passado ganha ares do futuro, ao mesmo tempo, querendo que o presente – lugar de todos os homens – tome outros formatos estéticos.

Desta forma, o escrito não é simples linguagem, mas uma expressão que explicita o humano, ao desejar fazer presente o que não existe na cena, ou seja, que está ausente. Como disse Michel de Certeau,

³² CERTEAU, op. cit.

falar dos mortos é também negar a morte e, quase desafiá-la. Igualmente se diz que a história os ressuscita. Esta palavra é um engodo: ela não ressuscita nada. Mas evoca a função outorgada a uma disciplina que trata a morte como objeto de saber e, fazendo isto, dá à produção de uma troca entre vivos. Esta é a história. Ela reitera um regime diferente, os mitos que se constroem sobre um assassinato ou uma morte originária, e que fazem da linguagem os vestígios sempre remanescentes de um começo tão impossível de reencontrar quanto de esquecer.³³

A produção historiográfica tem, portanto, a finalidade de demarcar os começos e a memorização. Esta singularidade está presente na produção de Romário Martins. A *História do Paraná* é uma obra fundadora, pois fez permanecer algumas matrizes do pensamento historiográfico paranaense, descrevendo os pontos dispersos do estado então “sem aparência”...

1.3 OS CORPOS E A FAUNA

A terra e a etnia são os objetos sobre os quais as pesquisas de Martins se debruçam. Sobre eles, há uma significativa produção iluminista de elevá-los à esfera do homem total, puro, sociológico. Este tipo de preocupação “liga” a operação local ao geral, ou seja, coloca as particularidades, os fragmentos do local, no interior de uma teoria da compreensão, aquilo que se pode chamar de taxionomia totalizante. Nesta operacionalidade, terra e etnia são retratados no interior da historicidade destes objetos. Eles já vinham, há algum tempo, sendo alvo de investigações. Inicialmente, eles florescem nos tratados e nos

³³ Id., *ibid.*, p. 57.

limites, ainda que de além-mar. Posteriormente, na diplomacia, enquanto “história paulista”, se debate com tratados e conflitos locais, como os que ocorreram com as Guianas, com a Cisplatina e, por último, com o Paraguai. Iniciou-se, aí, a gestão do espaço. Somente mais tarde, quando se começou mais definitivamente a administração interna, houve conflitos pela disputa de influências. Eles são mais notáveis a partir da independência.

Ao mesmo tempo em que a diplomacia antecipa os trabalhos da cartografia brasileira, ao menos no que se refere ao traçado das fronteiras, internamente, há uma outra investida para o desvelamento das qualidades do solo. As pesquisas em história natural são feitas por vários pesquisadores, especialmente, por franceses e alemães, vindos a convite da coroa ou por iniciativa individual. A história natural brasileira em muito influenciou os rumos dos trabalhos historiográficos, geográficos, médicos e sociológicos. Algumas matrizes de pensamento influenciadas pelos trabalhos de Charles Darwin permaneceram como verdadeiras heranças de teorias contemporâneas.

A historiografia atual demarca a natalidade da história natural em torno da vinda da família real portuguesa ao Brasil. Este, talvez, seja um marco; contudo, o segundo reinado da coroa visivelmente investirá na produção científica brasileira, não somente no incentivo aos visitantes, mas constituindo instituições que tomem para si a função. Dom Pedro II foi, por esta época, reconhecido como o “Príncipe Mecenaz” do Brasil, não só por interessar-se pela ciência, mas pelas fundações de incentivo à pesquisa que cria em São Paulo e no Rio de Janeiro.

É de seu punho a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Ele demarca o início institucional da escrita historiográfica sobre o espaço e a etnia brasileira. O instituto chama para si o papel fundamental de unidade na produção científica sobre o Brasil e, assim fazendo, promove, também, uma investida na unidade de pensamento em torno dos pontos diversos e, conquanto dispersos, da territorialidade brasileira. Neles, a história e a

geografia estabelecem os seus próprios campos de interesse, distanciando-se da história natural. Do mesmo modo, a medicina e a sociologia. No entanto, não há um divórcio completo. Delimitam-se campos específicos, mas o sincretismo cultural permite que uma unidade se forme em torno do objeto. Terra e etnia são unidades por serem centros de convergências. Os eixos convergentes são os conhecimentos especializados. Entre todos os conhecimentos, há uma relação de cumplicidade.

É necessário lembrar, porém, que o objeto não tem um sentido próprio. Terra é terra em qualquer local imaginado por nós. Talvez, justamente por não ter sentido próprio, é que tem tantos sentidos. Há a terra romana, a terra de Jerusalém, a terra alemã, paraguaia, paranaense, entre outras. Se sairmos do círculo das nacionalidades e recorrermos à classificação “científica”, a geologia dirá que este ou aquele *tipo* de solo é ou não adequado a esta ou aquela cultura ou a *tipos* de edificações. Um mito indígena tupi poderia dizer que as montanhas se formam, quando as serpentes se movimentam embaixo da terra. Os exemplos seriam muitos. Muitos seriam os sentidos. Os objetos, portanto, deixam de ser objetos, quando, em torno de si, conhecimentos o retiram da inexistência e lhe dão um contorno, um significado.

Podemos, então, lembrar de Michel Foucault para pensar a constituição do saber: “esta vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é, ao mesmo tempo, reforçado e reconduzido por todo um compacto conjunto de práticas, como a pedagógica, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades sábias de outrora, os laboratórios de hoje”³⁴.

A ordem institucional cria a mobilidade e a permanência no tempo de um tipo de saber. Contudo, lembra Foucault, que, ao mesmo tempo em que reforça a instituição, ela é

³⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

reconduzida. Então, a cumplicidade envolve não só as particularidades dos campos de saber, como também o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enfim, a época de D. Pedro II. Situa-se aqui um poder de coerção. Por este motivo, observa-se em torno do IHGB uma produção que se interessa pelos “problemas nacionais”: terra e etnia.

Com este poder coercitivo, o instituto insere no ofício de historiar alguns “hábitos” que, como já foi pontuado, são rememorados como herança de outros tempos, como discursos da verdade. Uma cena decisiva para o trato da etnicidade paranaense, memorada por Romário Martins no seu *História do Paraná*, foi dada pelo alemão, botânico e viajante, Karl Philipp von Martius. Ele venceu o concurso “Como se deve escrever a História do Brasil” proposto pelo “Príncipe Mecenaz”, e posto aos cuidados do instituto, com a tese de que a história é escrita pelas raças. A sua proposta foi a de uma leitura invertida do arianismo, ou seja, ao invés de pensar a depuração,dever-se-ia considerar a composição. Ele aconselhava que a fusão racial no Brasil, entre o negro, o índio e o branco deveria ser o caminho para pensar a nacionalidade brasileira.

A proposta de Martius debatia-se com uma outra perspectiva do mesmo objeto. Ele mesmo confessava que “os primeiros historiadores da América, na maioria espanhóis e portugueses, escreveram dominados pelos preconceitos e por opiniões reinantes em sua pátria e sem terem como base conceitos isentos das influências anthropológicas e sociais da sua raça”.

A crítica do autor vai além da mera preocupação sociológica das idéias. Martius assevera que a produção estrangeira dos pesquisadores sobre o Brasil foi desenvolvida num sentido que se esmerava em compreender a “constituição physica” do índio brasileiro como destoante dos “typos de organização humana”. Para um botânico, nada mais anticientífico, uma vez que não interessam as diferenças, mas as semelhanças. É aí que reside a sua crítica quanto à falta de isenção do espírito antropológico. No seu texto *Natureza, Doença, Medicina*

e *Remédios dos Índios Brasileiros*, ele dirige uma contundente crítica ao cônego de Chante de Pauw³⁵, “cuja opiniões fantasiosas, oriundas da propensão para o barroco e o extraordinário, não foram até hoje substituídas, embora tenham sido abandonadas”.

Reside aqui uma forma de tratamento tático usada por Martius. Ao propor um abandono das visões fantasiosas escritas sobre os índios do Brasil, ele sugere um deslocamento da postura sociológica que, até então, pensava especialmente o índio, como um elemento exótico, diferenciado e, portanto, inapto para a idéia de unidade. Esta tática teve grande repercussão nas práticas políticas do IHGB. Não se tratava somente de uma sugestão de tratamento de um objeto de pesquisa, mas de uma mudança de comportamento para a produção científica à cerca da racialidade brasileira. O deslocamento reafirmava a tese da monogenia, contra a poligenia defendida por Artur Gobineau, entre outros³⁶. Estes deslocamentos deixavam claro que, na representação de Martius, era necessário combater a representação de bestialidade e a pouca propensão dos índios brasileiros para a civilização. Ao mesmo tempo, chamava à responsabilidade os pesquisadores brasileiros, para tomarem para si a investida da descrição do Brasil, porque, ao demonstrarem para uma época que havia preconceitos escritos, mostraram, também, que não havia um pensamento brasileiro sobre aquilo que era nacional. Este teria sido o fim que justificava a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As investidas o colocam como inovador do pensamento historiográfico brasileiro.

O argumento da inversão de Martius foi bem direcionado.

No conceito antropológico de qualquer raça humana sempre reflete o espírito da época que se acham impregnados os observadores, e esse ponto de vista não deixa de ter

³⁵ Cornélio de Pauw era um reconhecido filósofo e escritor holandês. Escreveu *Indagações Filosóficas a cerca dos habitantes da América*. Berlim, 1769.

³⁶ Para uma leitura desta questão, consultar SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870/1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

importância, quando se considera o índio brasileiro como tema de descrição antropológica, que deve ser estudado baseando-se em ampla observação sem preconceitos como o fizeram: von Humboldt, Rusch, G. S. Norton, d'Orbigny, etc.³⁷

O deslocamento de perspectiva apontado por Martius ocorre, não somente no sentido de fazer sociologia sobre os escritos dos “historiadores da América”, mas, sobretudo, de demarcar um espaço que pretendia que fosse novo para o pensamento brasileiro. Referindo-se às pesquisas não preconceituosas de Humboldt e outros, ele afirmou que “taes investigações assumem ainda mais elevado interesse se consideramos que os primitivos brasíncolas serão lançados no grande redemoinho social e civil de onde, mais cedo ou mais tarde, surgirá uma população remodelada e quasi nova – a do Império Brasileiro”.³⁸ Fica, assim, prefigurada a sua tese – a história é escrita pelas raças. Ela tem o significado do tom profético, mas funciona – talvez por esta mesma razão - como um tempo de ultrapassagem, isto é, quando a profecia assume um lugar estético.

A estética do pensamento de Martius busca pensar um corpo humano para a construção da brasilidade, ou, talvez devesse ser dito, da imperialidade, porque se ocupa com a população do império. Povo e terra, ou população e território: este é o alvo da nova estética. O território e a população são as bases para a constituição da soberania governamental.

Uma leitura invertida pode ser formulada para a interrogação: é possível soberania sem povo e sem território? A estética, entretanto, é profética. Ela quer superar traços do corpo ameríndio, para colocá-lo numa ordem mais perfeita, porque os “brasíncolas, neste torvelinhar elles hão de perder, a mais e mais, suas características próprias e, finalmente, se

³⁷ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. *Natureza, Doença, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Cia Nacional, 1939.

³⁸ id. *ibid.*

extinguirão por completo, como membros independentes da grande família humana – conforme deve ter determinado o Espírito Universal”.³⁹

Von Martius coloca um princípio de verdade que postula “o fato notável de uma raça que tende a desaparecer”. Fica, assim, estabelecida uma espécie de estética em movimento que traria a constituição de uma feição à brasilidade. O mais notável, não se pode esquecer, é que esta brasilidade teria como fundamento uma melhoria do corpo que, por estar em estado evolutivo contínuo, chegaria à “grande família humana”. Revela-se aqui a angústia do iluminista e do viajante em uma só pessoa. A saída é tática. Ela agrada à imperialidade portuguesa no Brasil e, ao mesmo tempo, não se pode dizer que ela fira os princípios da ciência do seu tempo.

Este é o sinal de partida do “mecenato” do Instituto de D. Pedro: pensar a melhoria do corpo, porque a raça faz a história. É preciso não perder de vista que os argumentos da evolução do corpo vêm da botânica. A investida das pesquisas fazia-se no sentido de encontrar os traços peculiares para classificá-lo em espécies, ou seja, procurava-se as semelhanças, ao invés das diferenças. Por esta causa, é que Martius poderia estar pensando num arianismo invertido. A afirmação gira em torno desta expectativa:

os caracteres peculiares dos brasis não podem ser vistos e concebidos de modo exclusivo como também os de qualquer membro das raças humanas. Acontece, portanto, com os homens exactamente o mesmo que se observa nas chamadas famílias naturaes da flora, que a sciência moderna procura designar e fixar, não por meio de uns tantos caracteres exclusivos, mas pelo conjunto de muitos delles, dictos caracteres collectivos.⁴⁰

Fica, pois, evidente a perspectiva de cientificidade que fundamenta o trabalho da ciência nesse tempo. A operação de construção da botânica é fundamentalmente a observação e a classificação. Com algum esforço, esta metáfora é sugerida como organizativa de uma

³⁹ MARTIUS, op cit p. 10

classificação também para as raças. Este procedimento metafórico cria tradição, porque vai ser o meio, adotado por muitos pesquisadores, como estratégia de narrar a história brasileira. E, talvez, a grande inventividade esteja em colocar a história das raças brasileiras como uma “história natural”, que culmina num fim escatológico, permitido pela evolução intrínseca e ascendente, onde as “coisas inferiores”, como as “espécies primitivas”, adquirem qualidades superiores. Assim, o corpo é ascendente. Ele atinge um ideal discursivo, cuja disciplinaridade desdobra-se em práticas efetivas.

Ademais, fica evidente que, quando a representação de “caracteres collectivos” entra em cena, ela rouba as teses de Agassiz, de Taine e, de certa forma, de Gustave Le Bon, para os quais um indivíduo valia pelos seus caracteres individuais. Eles eram defensores da poligenia,

que afirmava a perspectiva invertida proposta por Martius. Para eles, o cruzamento racial era sinal de degenerescência dos corpos. Logo, a miscigenação ocorrida no Brasil poderia explicar o seu atraso: “não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama das raças mais gerais aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental”.⁴¹

A “nova estética” coloca no cenário historiográfico as causas da semelhança e as razões de diferenças do corpo. Para Martius, a cor diferenciada, as razões dos preconceitos levantadas pelos “historiadores americanos” não estão no interior do corpo, mas na epiderme.

São células novas e os núcleos das células da camada profunda da epiderme situadas acima da derme que impregna, com mais ou menos pigmentos, produzem principalmente a cor da pele. É sabido que os anatômicos chamam a esta camada de rede de Malpighi. Na raça branca aquela camada granulosa e pigmentada aparece, evidentemente, apenas

⁴⁰ MARTIUS, op. cit. p. 06

⁴¹ **Apud** SCIIWARCZ, op. cit.

em alguns lugares, por exemplo, no bico do peito; porém nas raças americanas e africanas, é visível por todo o corpo.⁴²

Procedendo desta forma, as qualidades inferiores do corpo adquirem significados superficiais, ou seja, literalmente epidérmicos. No evolucionismo de von Martius, esta constatação é fundamental, porque a ela vem associada outra, crucial: “as características somáticas de qualquer povo ou de uma horda dependem principalmente das influências do clima, do modo de vida e do gráo de cultura”. Deslocam-se, assim, as diferenças exclusivas – cor e tipo físico – para as de semelhanças. Isto seria o mesmo que afirmar que, apesar das diferenças, havia fortes semelhanças. Trabalho de botânico. É um procedimento que marca profundamente os trabalhos científicos, inclusive, os que não pertencem aos estudos da fauna e da flora.

Na produção historiográfica, esta dependência das três ordens, clima, modo de vida e grau de cultura, pensadas a partir da botânica aparecerão na rígida ordenação da primeira: o clima, de tal forma que o corpo, enquanto resultado de matrizes sociais diferentes, tem ainda este grande concorrente. A consideração do fator climático como um determinante somático do corpo é uma forma de colocar este corpo no espaço. O clima “liga” o homem à terra. Enquanto a meteorologia não havia definido o clima como “variabilidade de temperatura”, ele era uma forma de descrever o ambiente, ou, melhor dizendo, meio ambiente em que o corpo vive. Estes meios eram as matas, os sertões, os rios, as montanhas. O clima era de fato a descrição do lugar onde se fundia a experiência da nacionalidade física da brasilidade e, neste sentido, era definido como “condições atmosféricas de uma região, extensão de terras; meio ambiente”.

⁴² MARTIUS, op. cit., p. 11

O conceito remete muito mais à imagem do espaço que a um corpo de conhecimento propriamente dito. Hoje, o clima é entendido no interior de um campo mais generalizante, que são as “condições atmosféricas”.

Enfim, Martius e o IHGB acabaram por definir uma estética para o pensamento historiográfico brasileiro. Romário Martins movimenta-se no interior desta tradição no começo do século XX. Contudo, as teses da poligenia circularam proficuamente, marcando posições de intelectuais expressivos como Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e muitos outros. Nos anos trinta, o clima de guerras que recoloca a questão da racialidade permite que reapareçam as teses da monogenia, especialmente em dois autores expressivos para o pensamento brasileiro. Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, que fazem renascer o mito da raça única. Esta “mudança de hábito” firmou-se principalmente a partir das pesquisas sociológicas de Roquette Pinto.

1.4 O CORPO DOENTE

A perspectiva ambientalista do corpo pode ser visualizada através de dois caminhos para pensar a racialidade brasileira: a tese da monogenia, defendida por von Martius, e a da poligenia, vulgarizada pelo Conde de Gobineau. Elas estão presentes na produção historiográfica desde os trabalhos iniciados pelo IHGB. Em *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu, a tensão está presente na forma de um corpo sujeito ao meio: o homem sertanejo.

Os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animados a imensidades dos sertões, as

copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as inúmeras fortunas, o acréscimo da população influenciaram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos.

Aqui, aparece o ofício demarcado pela trajetória de Ratzel e Wundt que, segundo José Honório Rodrigues, são os seus autores prediletos.⁴³ O próprio Capistrano, ao escrever a Mário de Alencar, confessa:

tenho estado lendo coisas diversas, um livro de Wundt sobre a psicologia, necessário para entender sua grande obra sobre a psicologia dos povos, *de que já tenho dois volumes*; um livro de Breysig sobre a história da civilização dos tempos modernos, *em que espero aprender alguma coisa aplicável à história do Brasil*; uma história universal de Helmott, que começa pelas Américas e vai seguindo a ordem geográfica até no quarto volume chegar à Europa e acabar no último volume, 8^o no oceano atlântico... tenho lido também Carlyle.⁴⁴

Estas fontes, mostradas por José Honório, deixam evidente a filiação de João Capistrano de Abreu. Ele “retira” dos seus autores da escola alemã a compreensão da psicologia dos colonos paulistas – o povo brasileiro. A brasilidade não está somente na biologia. Ela é matéria-prima, uma vez que a obra colonizatória e de defesa territorial foi realizada pelo mestiço e não pelo homem branco. Mesmo sendo mestiça a obra, a natureza brasileira representou uma espécie de prisão que colocava empecilhos ao desenvolvimento das potencialidades superiores do brasileiro paulista. A psicologia, então, ao invés da racialidade, é o elo conector da obra da mestiçagem.

A brasilidade é por ele representada por meio da narração dos triunfos e da influência deles sobre a psicologia do colono. O meio – ainda não chamado “meio social” – remete sempre ao sentido prevalecente de meio físico, que conduz às representações das

⁴³ José Honório Rodrigues faz uma série de observações documentadas que nos serão úteis para compreender a trajetória intelectual de Capistrano, bem como os procedimentos para a produção desta obra. Estas observações são feitas na 7ª edição, revisada, anotada e prefaciada por ele: “Iedor de Ranke, a quem apreciava a metodologia que renovava os estudos históricos... (p. 32) Para ele Taine, Wundt, Comte, Spencer e Ratzel e a escola da Crítica histórica alemã não vieram para nada... (38)

matas, do clima, da fauna e da flora. É importante notar que esta imagem é trazida à sua prática epistemológica, para torná-la como moldadora do corpo.

A psicologia sertanista, para ele, também obedece a um princípio de evolução, porque “não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII”⁴⁵. Os mazombos – filhos de europeus nascidos no Brasil – são os descendentes de portugueses aclimatados ao sentimento de brasilidade. É este sentimento de pertença que levará a superar os descaminhos do cruzamento étnico. Esta narrativa quer remeter ao conceito de pertencimento que o meio – os conflitos, as expedições bandeirantes, o gado e o ouro – deveria desenvolver no sertanejo paulista, retirando-o do ambiente inócuo, sem cultura, sem escolas e triste. A sua narrativa

descreveu um corpo dominado pela tristeza.

A escrita dos *Capítulos* revela uma trajetória curiosa da vida intelectual de Capistrano. Em abril de 1890, ele escrevia a Rio Branco:

dou-lhe uma grande notícia: estou resolvido a escrever a história do Brasil, não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida – uma história modesta, a grandes traços e largas malhas até 1807. Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar atenção para certos aspectos até agora menosprezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebro os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII (...).⁴⁶

⁴⁴ Carta a Mário de Alencar, de 11 de agosto de 1901, citada por José Honório Rodrigues. Os destaques em itálico são nossos.

⁴⁵ ABREU, João Capistrano. *Capítulos de história colonial*. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 191. Esta obra foi publicada em primeira edição em 1907.

⁴⁶ Citado por José Honório Rodrigues, na apresentação da quarta edição de *Capítulos de História Colonial*, p. 14.

Em 1909, ele abandona a escrita dos *Capítulos*. Em carta endereçada a Guilherme Studart, justifica-se:

Como sabes, resolvi estudar a vida do Vicente. Pertence ao grupo dos Panós, que começa no Ucaiali, ou Hiulaga e vai pelo interior até as cachoeiras do Madeira. Martius publicou os glossários acessíveis, R. de lá Grasserie isolou o grupo com este material mínimo e, coisa rara naquele tipo que sobre tudo entende escrever, acertou; K. von den Steinen publicou um glossário espanhol encontrado no mato por um viajante, ou antes, colecionador alemão, glossário copioso e bem feito. Com Vicente percorri tal glossário, obra de algum missionário anônimo do Ucaiali; percorri-o detidamente, não uma, porém muitas vezes, sempre de pena na mão e papel ao lado. A semelhança entre os dois idiomas é estupenda. Às vezes tenho dúvida se trata de dialetos diversos, se da mesma língua; as ligeiras divergências desapareceriam se fossem reduzidas à mesma ortografia. Às vezes uma emprega radicais desconhecidos à outra; às vezes a significação diverge; mas, regra geral, a semelhança é completa. Se me contentasse com a parte léxica, estaria terminada minha tarefa.⁴⁷

O abandono temporário da escrita da história do Brasil é feito em função de um projeto mais audacioso, mas que em nada se opõe ao discurso da brasilidade. Se, por um lado, escrever a história representava “quebrar o quadro de ferro de Varnhagen” por estudar a psicologia dos colonos, por outro, a língua indígena era proposta para ser pensada por ele enquanto elemento de semelhança às línguas latinas, especialmente com o Português. Contudo, tratar a causa indígena como objeto não trazia nenhuma novidade para aquela época⁴⁸. Possivelmente, era uma outra influência da escola alemã, com quem ele dialogava e que ressaltava a língua como elo de nacionalidade.

A chave para o entendimento do tipo brasileiro era a sua psicologia. Sobre ele, diz que “a desfeição entre as raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça”.⁴⁹ Nesta

⁴⁷ ABREU, op. cit., p. 25.

⁴⁸ A proximidade com a lingüística indígena indica uma fusão de horizontes entre a historiografia e a literatura. Neste período, já eram conhecidos José de Alencar, com *Iracema*, *O Guarani*, *Ubirajara*, *O Sertanejo* e *O Gaúcho*; Bernardo Guimarães, com *o Índio Afonso*, *Jupira* e *Lendas e Romances*; Franklin Távora com *os Índios do Jaguaribe* e *O Matuto*; Fagundes Varela com *o Anchieta* ou *O Evangelho nas Selvas*; e Visconde de Taunay, (Alfredo D’Escagnolle Taunay) com *Inocência*, *A Retirada da Laguna* e *Histórias Brasileiras*. Estes, para lembrar a escola romântica. Há que se fazer justiça a Artur de Azevedo, Raul Pompéia e o brilhantíssimo Machado de Assis, da denominada escola realista.

⁴⁹ ABREU, op. cit., p. 115.

“leitura psicológica”, está presente ainda a tensão apontada pelo evolucionismo de Gobineau, para quem a mestiçagem representava a decadência racial por estar em situação intermediária, não apresentando nenhum sinal de características superiores. O mazombo, dizia ele, assumia este papel de inferioridade perante o homem puro, fosse ele índio, negro ou branco. Este sentimento era negativo, pois dissolvia qualquer possibilidade de unidade superior de sentimento.

O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro local, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda livre e nu, mesmo quando pertencente à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separados. O português vindo da terra, o reinól, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens, alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia a sua inferioridade. Em suma, dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade.⁵⁰

Neste movimento centrífugo, porém, cada raça representava uma força. Ela tanto pode ser “o homem” como o “pensamento” porque Capistrano ora fala do sangue, ora da tradição. Mas, o que lhe justifica o reclame é a ausência de consciência. Isto lhe permite usar um recurso lingüístico que ora vai do “organismo social” ao espírito (a consciência), ora faz o caminho inverso.

Reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamelucos, mulatos, caboclos, cariboca, todas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns dos outros, apesar de todas as diferenças flagrantes e irredutíveis do que do invasor holandês: daí uma guerra começada em 1624 e levada ao fim, sem desfalecimentos, durante trinta anos.⁵¹

Há aqui uma sugestão da “centrifugação” daquilo que ele denomina de organismo social, à medida que encontra uma saída táctica para expressar a unidade preconizada por Martius como sendo os “caracteres coletivos”: o sentimento de repulsa ao invasor holandês.

⁵⁰ ABREU, *ibidem*.

⁵¹ *Id.*, *ibid*.

Uma guerra de trinta anos que, ao final, “vencedores dos flamengos, os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis”.⁵²

A busca do sentimento de unidade faz com que o autor faça uso de um conceito chave presente não só nos seus escritos, mas que, de certa forma, perdurará nas abordagens historiográficas e, de maneira mais emblemática, na geografia e na etnografia: é a analogia entre o corpo humano e o território. Capistrano denomina esta analogia de organismo social. Quando a menciona, como citado acima, remete sempre à idéia de um todo coeso, constituído de suas partes. A estas, chama de “órgãos”. Talvez a geografia de Ratzel – que afirmava que o espaço é um organismo vivo - tenha feito permanecer por mais tempo esta representação, como ele afirmou em *Geografia do Brasil*: “Martius aprendeu a divisão geographica natural fundada sobre a Flora, a Fauna e o Homem e tem páginas de que só podemos medir todo o alcance depois que Ratzel, a uns vinte annos, lançou as bases da anthropogeographia”.⁵³ Mas ela não será usada somente pela historiografia e pela geografia.

De qualquer modo, a indicação maior é que estes pesquisadores pensam a produção do conhecimento a partir da relação direta do homem com a natureza. É um momento da história do pensamento em que a verdade surge da observação direta do objeto e a sua finalidade, mais do que compor teorias globais, tem como finalidade dar respostas imediatas para a composição de uma linguagem nacional capaz de descrever uma noção de espacialidade, de povo e de pertencimento identitário.

A tristeza do colono era a demonstração da relação com a natureza que o vencia. O nascimento da história está correlato a esta dominação. Uma espécie de domínio de si: “os colonos tiveram pela frente a mata virgem, os rios encachoeirados, as serras ínvias, não

⁵² Id. *ibid.*, p. 140.

⁵³ ABREU, João Capistrano. *Ensaio e estudos: crítica e história. A geografia do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1932 (Este texto foi publicado em primeira edição em 1904 no Almanack Garnier).

souberam vencê-los e só impulsionaram a história do Brasil quando os venceram”.⁵⁴ A perspectiva de superioridade é um posicionamento de conquista e de mudança de comportamento. Por este motivo é que os “triunfos” refluem sobre a psicologia do homem brasileiro. A perspectiva apontada por ele estará presente na narrativa paranaense, especialmente em Martins e Rocha Pombo, como veremos, quando a noção de povo e de espacialidade do Estado se tornarão visíveis a partir do momento em que a Serra do Mar foi ultrapassada pelos litorâneos. Esta afirmação tornou-se uma matriz fundadora.

Os colonos eram mestiços. Eles é que levavam adiante a bandeira das conquistas contra a resistência que se impunha por parte da natureza: “iam nascendo filhos de portugueses, a população crescia com a mestiçagem, regularizava-se a produção e o comércio”⁵⁵. Nesta investida, havia, porém, um lacuna que se opunha à obra mestiça:

ajunte-se a isso a natural desafeição pela terra, fácil de compreender se nos transportarmos às condições dos primeiros colonos abafados pela mata virgem, picados por insetos, envenenados por ofídios, expostos às feras, ameaçados pelos índios, indefesos contra os piratas, que começaram a surgir apenas souberam de alguma coisa digna de roubar. Mesmo se houvesse meios, não havia pendor a meter mãos a obra destinada aos vindouros.⁵⁶

Aos “vindouros”, ou seja, aos homens brancos, de modo especial aos portugueses não-mestiços, a situação brasileira causava espanto e repulsa. Estes “faziam fortuna e desfrutavam além-mar; examinavam superficialmente o povo, discriminaram logo três raças irredutíveis, oriundas cada qual de continente diverso... pouco próprios a sentir simpatia e benevolência... antolhavam-se⁵⁷ os mestiços, mesclados em proporção instável quanto à

⁵⁴ ABREU, op cit., p. 84

⁵⁵ ABREU, op. cit., p. 89.

⁵⁶ Id., ibid.

⁵⁷ Antolhavam-se: do verbo antolhar: enojar, aborrecer, entediar.

receita da pele e dosagem do sangue...”⁵⁸ Assim, pensavam os homens de além-mar que, aqui, só faziam fortuna.

Para Capistrano, a obra da mestiçagem era positiva para o Brasil, porque “o negro trouxe uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático”.

Este posicionamento de Capistrano de Abreu já tinha sido apontado numa obra anterior aos *Capítulos*. Em 1899, havia publicado *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, onde a vida sertaneja já colocava este corpo dúbio de um homem preso e limitado, tacanho, por um lado, e, por outro, construtor de grandes feitos, como a prática bandeirante. A perspectiva, entretanto, era sempre edificante: “a plantação de cana, de café, a imigração, as estradas de ferro, os fatores geográficos revalorizados deram-lhes nova e mais vigorosa vida e lhes restituíram a hegemonia, que há anos representa em toda a vida brasileira”.

Percebe-se, nele, um estilo de narrativa onde a resistência da natureza é representada de modo a qualificar a ação do homem.

O ano de 1899 ainda verá nascer a obra fundadora da história regional paranaense de Romário Martins e, apenas um ano depois, Rocha Pombo daria à publicidade o “*Paraná no Centenário*”, antecipando a sua *História do Brasil* de 1905. Estará presente em suas obras muito deste estilo capistraneano.

O corpo sertanejo descrito por ele está sempre em movimento. Se índio, coopera; se negro, supera-se com a ladinice; se branco, semeia a mestiçagem. Mas, na grande obra, onde todos colaboram, a territorialidade é que emerge. Esta grande obra tem sempre um inimigo a combater, (como em Pernambuco), mesmo que seja o vazio. Em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, o vazio demográfico, além de ser objeto de cobiça dos fronteirais, é, ao mesmo tempo, ausência da soberania. A visibilidade do poder estava ausente, para

⁵⁸ ABREU, p. 114.

retornarmos a Jacques Revel. Por esta razão, chamam-lhe a atenção, de modo especial, as “margens do Rio Paraná”. A sua atenção se faz de forma bem endereçada, porque “a Oeste não romperam a mata, nem domaram a indiada. As margens esquerda e direita do Paraná, durante o período colonial, não se povoaram e ainda hoje continuam quase desertas”.

Esta temática do homem sertanejo foi também exaustivamente retratada por Euclides da Cunha. Três obras eméritas trataram de um saber disciplinar sobre o corpo. À moda de Capistrano, a metáfora da nação e a constituição de um corpo brasileiro estão presentes. Em “*Os Sertões*”, obra de 1902 – portanto, três anos após *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* -, o autor analisa a saga de Canudos como enviado especial do jornal Estado de São Paulo. O erudito engenheiro soube aproveitar muitas das reportagens desta visita, usando-as como fonte para a constituição do corpo do romance. A obra, no entanto, extrapola o objeto “*in loco*”, sem, evidentemente, abandoná-lo. Afinal, ela pertence a uma tradição; não é uma narrativa desgarrada. Pode, porém, ser lida como um ensaio em que perpassam metáforas que dão coesão à narrativa sobre o objeto.

O corpo e o espaço são seus objetos de narrativa. O tratamento tem uma perspectiva bem dirigida: “dos breves apontamentos indicados, resulta que os caracteres geológicos e topográficos, a par dos demais agentes físicos, mutuam naqueles lugares as influências características de modo a não se poder afirmar qual o preponderante”.⁵⁹ O verbo mutuar serve para expressar a relação de permuta entre o corpo e o meio ambiente, tornado evidente pela tradição escrita. Parece ficar claro que, “se, por um lado, as condições genéticas reagem fortemente sobre os últimos, estes, por sua vez, contribuíram para o agravamento

⁵⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* : Campanha de Canudos. Rio de Janeiro : Tecnoprint, 1986, p. 30.

daquelas – e todos persistem nas influências recíprocas. Deste perene conflito feito em círculo vicioso indefinido, ressalta da significação mesológica do local”.⁶⁰

Euclides menciona que a sugestão “mutuosa” entre indivíduo e meio vem de Humboldt. A aparência corpórea deste homem/meio, contudo, é horripilante. A sua narrativa faz uma associação entre a fortaleza e o demoníaco, porque

falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente.⁶¹

Imagens opostas, se pensarmos que, na mitologia grega, o forte é associado ao belo. E talvez seja esta expectativa que faz a narrativa a colocar o tempo como uma duração necessária para que os tipos físicos brasileiros mudem a sua aparência monstruosa. Na verdade, há um desejo implícito: desejo que Hércules, belo e forte, sobreponha-se a Quasímodo, feio e diminuto. Esta duração era uma transição necessária para que houvesse um distanciamento entre a barbárie e a civilidade. Isto é um indicativo evidente, uma vez que “exigências crescentes da civilização e a concorrência natural intensiva das correntes migratórias começavam a invadir profundamente a nossa terra”. É um caminho natural, que indica um compasso de espera. Ele é também capistraneano. A expectativa era a de que os traços feios se extinguissem: “retardatários, hoje, amanhã se extinguirão”.

A segunda obra de Euclides foi lançada em Portugal, em 1909. Trata-se de *A Margem da História*, que foi publicada um mês após a sua morte. Reflete, talvez mais do que em *Os Sertões*, a sua profissão de engenheiro em visita às fronteiras do Norte e do Nordeste

⁶⁰ Id., *ibid.*, p. 33.

⁶¹ Id., *ibid.*, p. 80

do Brasil. A obra foi pouco conhecida, talvez devido à grande repercussão do primeiro romance. Nela, são reafirmadas as expectativas no Hércules/Quasímodo.

Em todas as latitudes foi sempre gravíssima nos seus primórdios, a afinidade eletiva entre a terra e o homem. Salvam-se os que melhor balanceiam os fatores do clima e os atributos pessoais. O clima surge de um binário de forças físicas e morais, que vão, de um lado, dos elementos mais sensíveis, térmicos ou higrométricos, ou barométricos, às mais subjetivas impressões oriundas dos aspectos da paisagem; e de outro, da resistência vital da célula ou tônus muscular, às energias mais complexas e refinadas, do caráter. Durante os primeiros tempos, antes que a tradição hereditária das qualidades de resistência, adquiridos, garanta a integridade individual com a própria adaptação da raça, a letalidade inevitável, e até necessária, apenas denuncia os efeitos de um processo seletivo. Toda a aclimação é desse modo um plebiscito permanente em que o estrangeiro se elege para a vida. Nos trópicos, é natural que o escrutínio biológico tenha um caráter gravíssimo.⁶²

O conceito de afinidade eletiva é retirado da química. Ele remete à mutabilidade da mistura de elementos predispostos a combinarem entre si. Terra e homem têm esta predisposição. Daí, a importância do clima e da célula ou tônus muscular. O resultado é o “aclimado” que, passando pelo processo químico, “balança” os tributos pessoais da raça e do clima. A aclimação, como afinidade eletiva, é apontada como a condição – plebiscito permanente - à qual os corpos estão sujeitos.

A obra, editada sete anos depois de *Os Sertões*, coloca em cena elementos novos para pensar a racialidade brasileira, sem, contudo, cometer descuidos com a epistemologia fundadora.

Ao buscar a química como elemento de discussão do seu objeto, Euclides recorre a um conhecimento de base científica, fundamentado na demonstração. Este elemento é novo, porque abre a possibilidade de ser visualizada a produção de um saber específico sobre o corpo amparado na química e na medicina. Sem perder o horizonte climatológico, ele afirma que, “nos trópicos é natural que o escrutínio biológico tenha um caráter gravíssimo”. Com isto, entretanto, não queremos afirmar que o autor cria novo saber, no sentido radical do termo.

A história natural e a própria medicina já trilham os caminhos do saber especializado. O que se nota em Euclides é a dispersão do objeto, sobre o que Foucault chama a atenção. Temos aqui um engenheiro, romancista e historiador, galgando os argumentos da medicina e da química. A unidade está no tratamento do objeto, que remete não só aos autores, mas ao próprio saber de um horizonte temporal aproximado. É a história do saber. É necessário considerar ainda que, talvez, as especialidades de conhecimento não tivessem, à época, os campos delimitados.

A narrativa da afinidade eletiva é uma clausura para os corpos, porque

não há fraudes que minorem as exigências. Caem-lhe sob o exame incorruptível por igual – o tuberculoso inapto à maior atividade respiratória nos ares adurentes, pobres de oxigênio, e o lascivo demandado; o cardíaco sucumbido pela queda arterial e o alcoólico candidato contunaz a todas as endemias; o linfático colhido de pronto pela anemia e o glutão; o noctívago desfibrado nas vigílias, ou o indolente estagnado nas sestas enervantes; e o colérico, o neurastênico de nervos a vibrarem nos ares eletrizados, descompassadamente, sob o influxo misterioso dos firmamentos, deslumbrantes, até aos paroxismos da demência tropical que o fulmina, de pancada, como uma espécie de insolação de espírito.⁶³

Esta afinidade é, talvez, uma forma de provar ou de experimentar o sertanejo, homem forte. A natureza, às vezes, parece ser mais implacável que o homem: “ao cabo, verifica-se, algumas vezes, que não é o clima que é mau, mas é o homem”.⁶⁴ Seria uma sucumbência às teses de Gobineau? Talvez. Mas elas têm outra fonte; são argumentos que saem da medicina. A insalubridade, não estria no meio, mas, sim, no corpo.

O corpo com o qual a narrativa se ocupa está em movimento, tal qual o autor, que se interessa pelo Amazonas, pelo Purus, pela Bolívia, pelo Peru, sempre narrando um sertanejo que vai além-fronteira. Ele produz estas narrativas no instante em que se desloca da

⁶² CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Cultrix; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

⁶³ Id., *ibid.*, p. 57.

⁶⁴ Id., *Ibid.*

capital para o interior, ou da cidade para o sertão. É um princípio de territorialidade. Para caracterizá-lo em movimento, ele desenvolve o conceito de “varadouro”, que são caminhos. “O varadouro, legado das atividades heróicas de paulistas e que é compartilhado hoje pelo amazonense, pelo boliviano e pelo peruano, é a reveda atalhadora que vai por terra de uma vertente fluvial à outra”.⁶⁵ Apesar de ter esta função enquanto caminho, o autor o aplica enquanto metáfora, para pensar a formação populacional e a origem de aglomerados coloniais incipientes, embora reconheça que “o homem ao invés de senhorear a terra, escraviza-se ao rio. O povoamento não se expande: estira-se. Progredia em longas filas ou volvia sobre si mesmo sem deixar os sulcos em que se encaixa – tendendo a imobilizar na aparência de um progresso ilusório”.⁶⁶ A formação populacional é, portanto, representada como um fio d’água que acompanha a geologia do território. Contudo, o homem arrojado no processo de superação de Quasímodo, embora a insalubridade o perpassasse, faz-se um forte. Por este motivo, a ruptura da submissão é o resultado da afinidade eletiva, ou seja, na metáfora do fio d’água, o corpo não mais é guiado pela geografia, mas por uma vontade daí resultante. Assim se expressa esta expectativa:

nos seus torcicolos, impostos pelas linhas mais altas das pequenas vertentes deprimidas, sente-se um estranho movimento irrequieto, de revolta. Trilhando-os o homem é de fato, um insubmisso. Insurge-se contra a natureza carinhosa e traiçoeira, que o enriquecia e matava. Repelem-lhe tanto os amparos antigos que realiza, na maior das mesopotâmias a anomalia de navegar em seco; ou esta transfiguração: carrega de um rio para o outro o barco que o carregava outrora. Por fim, numa afirmativa crescente da vontade, vai estirando de rio em rio, retomada com os infinitos fios dos igarapés, a rede aprisionadora de malhas cada vez menores e mais numerosas, que lhe entregará em breve a terra dominada.⁶⁷

⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 96.

⁶⁶ Id., *ibid.*

⁶⁷ Id., *ibid.*, p. 97.

Se a natureza coloca empecilho – a formação geológica, o clima e toda a insalubridade –, o homem transpõe estes limites, resultando, daí, uma raça forte, qual seja, a raça brasileira, que tem por finalidade dominar a terra.

Em *Contrastes e Confrontos*, o autor realça as funções técnicas de profissionais especialistas para desvendarem o mistério da evolução do homem brasileiro.

Felizmente a empresa coincide com a época em que, dominando a máxima especialidade de ofícios, se entrelaçam, em generalizações admiráveis, todos os resultados das ciências. Profissões também distintas fundem-se vinculadas. À engenharia não bastam os recursos que vão da mathemática a chimica. As próprias exigências da tecnologia sanitária dilatam-se à biologia e às mais altas indagações sobre a vida; enquanto a medicina, deparando na radiographia: nascente, inesperados elementos, se alonga pela physica, ou vai pela bacteriologia, para a amplitude da sciências naturaes. Médicos, ou geômetras, ou geographos, todos por igual naturalistas, confundem-se instinctos, numa tarefa inteiramente nova e do saneamento da terra.⁶⁸

Esta escrita, de 1913, distanciada quatro anos de *À Margem da História*, retoma, pelo próprio autor, o limite horizontal onde estão as instituições, especialidades e técnicos de saber. Embora lesse de outro modo, Euclides acaba demonstrando a formação de um objeto. Para ele, é uma dispersão que converge para um ponto bem localizado. É evidente, no entanto, que a força das expressões estão falando de um projeto nacional. É isto que significa um saneamento da terra.

São sinais de civilidade e de vitalidade da raça brasileira, porque “(...) observa-se numa época em que o único significado verdadeiramente civilizador do movimento expansionista das raças vigorosas sobre a terra está todo em afeiçoar os novos cenários naturaes a uma vida maior e mais alta – compensando-se o duro esmagamento das raças incompetentes com a redempção maravilhosa dos territórios...”⁶⁹

⁶⁸ CUNHA, Euclides. *Contrastes e confrontos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1913. p. 173.

⁶⁹ Id. *ibid.*, p. 178.

Euclides faz recordar uma indagação feita por Nina Rodrigues, professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia: “o que é feito hoje das civilizações bárbaras brilhantes, complexas e poderosas que, ao tempo da descoberta da América ocupavam o México e o Peru?”⁷⁰

A indagação é dirigida ao choque das raças – título de uma obra de Monteiro Lobato. O próprio Nina Rodrigues respondeu à indagação: “dissolveram-se, desapareceram totalmente na concorrência social com a civilização européia, muito mais polida e adiantada”.⁷¹ Quanto ao homem brasileiro, ele sentenciou que “o selvagem americano erra ainda hoje nos centros desertos das nossa florestas virgens, sempre refractário e sempre a fugir da civilização européia, que de todos os lados o assédio aperta, preparando ao mesmo tempo a sua próxima extinção total”.⁷² Isto faz lembrar a afinidade eletiva de Euclides.

1.5 O CORPO QUE A HISTÓRIA FLUI

Apesar de haver outras, a epistemologia gobineuniana deixou sinais visíveis na prática discursiva sobre o corpo nacional e, portanto, da nacionalidade do corpo. Esta permanência é dita em tom profético de um suposto movimento de Quasímodo a Hércules. A noção de cultura incorpora bem nitidamente este sentido. Ela lembra atos acolhedores e aperfeiçoadores do corpo individual em uma constante grupal: “gradualmente vão se tornando

⁷⁰ RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938. A primeira publicação desta obra data de 1894.

⁷¹ Id., *ibid.*, p. 49.

⁷² Id., *ibid.*

mais compreensivos, passando do clã familiar a tribo, desta à cidade, da cidade à pátria e elevando-se, finalmente, da pátria à humanidade”.⁷³ E os estágios da cultura são os caminhos trilhados desde o homem desgarrado, cujo corpo erra, até à formação de sociabilidades moldadas pelo sentimento de pertencimento. É outra forma de afirmar o saneamento do corpo brasileiro.

Percebe-se nitidamente uma tendência a colocar em cena a concepção do homem como grupo social. É uma forma de tratamento que será fundamental para os anos 30. Contudo, não se abandonará a correlação meio e etnicidade, nem a tendência a considerar a história natural como a ciência por excelência, fundadora da epistemologia sobre o corpo.

Ernesto Haeckel, por exemplo, em 1914, propalava que “cada espécie animal ou vegetal está adaptada a condições particulares de vida e é mais perfeita do que qualquer outra pelas condições que lhe são dadas. O amplo desenvolvimento intelectual não é mais do que um caso particular desse fenômeno geral”.⁷⁴ Até aqui, não há novidades quanto à epistemologia ser evolutiva, mas, no momento em que remete a pensar que “não é possível falar-se de superioridade e inferioridade senão quando comparam grupos de seres marcados em estádios muito distintos da evolução”, Haeckel memoriza dois conceitos fundamentais de uso corrente, especialmente na psicologia e na antropologia.

A antropologia, segundo o esquema de Haeckel, ocupar-se-ia com o estabelecimento de sinais evidentes entre os corpos, estudando os formatos dos membros ósseos, mas, de modo direto, o crânio, pois se acreditou por muito tempo que o tamanho cranial fosse expressão de riqueza cultural e, portanto, a fronteira de desigualdades raciais. A psicologia se debateria com a agrupamento dos seres em características comuns. Para esta ordem científica, já estava dado que a regra fundamental da prática classificatória seria a

⁷³ Id. *ibid.*, p. 62.

⁷⁴ HAECKEL, Ernesto. *Origem do homem*. Porto: Livraria Chardron, 1914, p. 12.

etnicidade. O pensamento do autor antecipa em vários anos esta discussão no meio acadêmico. Ela será mais usual nos anos 30.

A narrativa do autor começa a abandonar as teses gobineauneanas. Haeckel vê nelas um sinal de atraso científico: “Virchow fora pouco feliz quando deu a sua explicação patológica sobre alguns crânios de raças humanas inferiores. Foram tratados como anomalias mórbidas ou deformações patológicas. De resto, o perspicaz patologista chegara mesmo a esta incrível afirmação de que todas as variações são patológicas e, portanto, produzidas pela doença”.⁷⁵ É óbvio que, mesmo este autor tendo dito ser infeliz a conclusão do perspicaz Virchow, não quer dizer que as teses da patologia mestiça tenham desaparecido. O campo acadêmico é amplo e vários são os interesses em jogo. Há ainda que ser considerado que Ernesto Haeckel fez as suas publicações em Portugal, embora o intercâmbio com o Brasil tenha sido relativamente intenso naquela época. Temos de admitir que o alvo era aquele, e não o Brasil. O público era outro, tanto que os defensores da feiúra e mediocridade do mestiço estarão presentes em figuras eminentes e contemporâneas, como, por exemplo, Monteiro Lobato, como veremos.

As teses de Haeckel estão presentes na *Chorographia do Brasil*, de Mário da Veiga Cabral.⁷⁶ A princípio, pela força coercitiva da lógica da ciência, ele faz uma descrição da geologia e da geografia brasileiras e, de modo especial, da paranaense, dando uma atenção especial ao Paraná porque, no seu entendimento, as “condições são adaptativas de qualidades superiores”. De modo geral, “os homens, filhos de outras terras, que aqui aportam como imigrantes, tem se acclimatado perfeitamente, concorrendo assim para o progresso do Brasil, que bem precisa do concurso honesto dos estrangeiros, uma vez que em relação ao seu

⁷⁵ Id. *ibid.*, p. 65.

⁷⁶ CABRAL, Mário da Veiga. *Compendio de Chorographia do Brasil*. Rio de Janeiro : Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1916.

enorme território é pequena a sua população”.⁷⁷ Coloca-se, assim, o problema de outra forma. A demografia brasileira é formulada como problema, ainda mais, num momento em que há uma economia de guerra. Não se trata apenas de esforço de guerra, como diria Boris Fausto⁷⁸, mas de um clima gerador, em que a própria identidade brasileira era formulada como questão, daí a referência a concurso honesto de estrangeiros. Havia já no Brasil uma série de discussões a cerca de que tipo de estrangeiro serviria ao “concurso” da raça brasileira.⁷⁹

Este mesmo clima recoloca a questão da população como demografia, ou seja, a questão do povoamento do território nacional. Veiga Cabral faz uso “demasiado” dos censos de 1872, 1890, 1900 e 1920. Este último só está presente na 17ª edição, de 1931. Com os números em mãos, ele faz equações matemáticas para pensar uma população absoluta: 40.000.000 de habitantes. A população relativa, dividida pela expansão territorial, atingiu o coeficiente de menos de cinco habitantes por quilômetro quadrado. Atenta-se para a população dos Estados e, principalmente, para os coeficientes de nascimento e de mortalidade infantil e de adultos. Após a aplicação das variáveis, o autor comemora, porque “o cálculo demonstra o quanto nossa população vem aumentando”.

Este espírito provocativo do controle numérico da população justifica o próprio campo do saber. É visível a correlatividade entre a soberania nacional e o conhecimento da população. Entram em cena algumas tecnologias próprias a este campo, como o censo, as estatísticas, as projeções, o cálculo nacional e por unidade estadual, etc. São técnicas de

⁷⁷ Id. *ibid.*, p. 103.

⁷⁸ FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: história e historiografia*. 14ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. O autor analisa a questão, entre outras, da mudança estrutural da economia no período de entre guerras.

⁷⁹ Ainda em 1890, havia o decreto de 28 de julho, deste mesmo ano, em que ficava estabelecido que era “inteiramente livre a entrada, nos Portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país... A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos (asiáticos e africanos) bem como o de mendigos e indigentes. SKIDMORE também cita o decreto 6.455, de abril de 1907 que estabelecia provisões para barrar a entrada de criminosos, menores transviados, mendigos, vagabundos, inválidos e insanos. (p.155) O artigo 121 da Constituição de 1934 restringiu a entrada de estrangeiros nos Estados, não devendo o número destes ultrapassar o coeficiente de 2% do número da população local. O mesmo teor foi mantido também na Constituição de 1937.

governo, que fomentaram a implantação do Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística⁸⁰, IBGE.

A questão da imigração entra no cenário nacional para resolver o problema do povoamento dos sertões brasileiros. A forma com que era formulada a questão, denominada pela discussão historiográfica atual de “branqueamento da raça”⁸¹, fazia rememorar todo um trabalho de compilação científica que extrapolava o século XX, buscando as suas raízes há pelo menos dois séculos. Portanto, não se tratou apenas de um projeto político. Ele houve, sem dúvidas, mas, como uma consequência de um saber cuja rede envolvia práticas observatórias, verbas, instituições, teorias, seminários de discussão, etc.⁸²

Este saber precedente é visível na análise do próprio Veiga Cabral. Quando trata da questão da “imigração”, destaca o Sul do Brasil como um local em que as iniciativas foram mais acertadas. Merece destaque, na sua narrativa, o Estado do Paraná, porque “os núcleos alemães, italiano e polacos, sobretudo os últimos, tem dado, porém, excelentes resultados no Paraná”.⁸³ O autor demonstra ter conhecimento detalhado dos assentamentos, pois descreve minúcias sobre a colônia de Prudentópolis, por exemplo: “Foi fundada pelos polacos à margem direita do Rio Ivahy, constituindo hoje a villa do mesmo nome; é centro de

⁸⁰ O IBGE foi criado em 1933, pelo governo federal. Os objetivos principais a serem atingidos foram assim delineados: “fornecer informações seguras acerca da realidade nacional, orientando, assim, a administração pública; sugestões às entidades competentes para o estabelecimento de providências imprescindíveis e benéficas à coletividade; informações da existência de males para aplicação terapêutica necessária; meios precisos ao comércio e à indústria para o desenvolvimento de seus negócios; elementos firmes em torno das virtualidades e possibilidades de uma região geográfica; números fiéis a respeito de qualquer fenômeno demográfico, ou social, ou econômico, ou cultural ou administrativo”. Fonte: Arquivos do IBGE, Departamento Estadual de Estatística – Estado do Paraná.

⁸¹ Apud SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870/1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993 e SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁸² - Segundo Horácio CAPEL [*Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea – Una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova Tems Universitarios, 1981.], que trabalha com o quadro evolutivo do pensamento geográfico na Europa e na América latina, havia, em 1935, 25 sociedades científicas na América latina, com 17.527 sócios (p. 185).

⁸³ CABRAL, op. cit., p. 166.

grande actividade, onde a lavoura tem crescido bastante em importância”.⁸⁴ Como caso único do Brasil, menciona as colônias paranaenses “emancipadas” de São Mateus, Lucena, Colombo, Rebouças, Tomás Coelho, Rio Claro e Santa Felicidade, como assentamentos europeus cujos resultados – em termos de experiência com estrangeiros – deram certo. As condições para que os exemplos fecundassem como “lugar onde a imigração deu certo” são devidas ao clima e às qualidades do solo, “admiravelmente fértil e de recursos inesgotáveis, favorável a todo gênero de cultura, ainda em grande parte por cultivar”.⁸⁵

Estes requisitos fundamentais são associados às qualidades da natureza do corpo do homem europeu que, “vendo ali qualidades idênticas aos da Europa, facilmente adaptam-se ao meio que aos naturais parece hostil”.⁸⁶ A narrativa deixa evidente que o conhecimento do corpo antecede a prática política. O meio hostil ainda lembra os caracteres coletivos de von Martius, para sustentar a tese de que a raça faz a história. O meio físico ainda não havia perdido o seu lugar de mito fundador, contudo já despontava um outro sentido em torno do conceito de grupo social. Não haverá, necessariamente, uma oposição entre estes conceitos, porque ambos terão natalidade no bojo do conceito de racialidade. Contudo, haverá outros desdobramentos quando a questão do social tomar forma mais visível nos anos trinta.

Neste momento, segunda década do século XX, a imigração é alardeada como uma solução para a territorialidade do Brasil. Veiga Cabral, ao lembrar o solo ainda a cultivar, afirma que “alguma coisa já se tem conseguido com o crescimento da entrada de imigrantes, facto que deixa assim patente a confiança que lhes inspira o Brasil, graças às acertadas medidas tomadas pelo nosso governo, dando-lhes collocação e tratando-os de maneira que não sintam nostalgia da pátria”.⁸⁷ Aqui já há uma visibilidade temporal em relação à narrativa

⁸⁴ Id., *ibid.*

⁸⁵ Id., *ibid.*

⁸⁶ Id., *ibid.*

⁸⁷ CABRAL, *op. cit.*, p. 166.

de Capistrano, por exemplo, quando alerta sobre o perigo da sertanidade na mesopotâmia paranaense. Não que o problema já tenha sido resolvido. O Oeste do Paraná ainda é representado graficamente como sertão desconhecido. Já existe, contudo, uma solução demográfica em forma de projeto político, cuja aparência é mostrada por Veiga Cabral.

Estes dados da *Chorographia* aparecem em outro estudo da corografia brasileira, de 1921, de Osório Duque Estrada – *Noções de Chorographia do Brasil*. Na estrutura, ele segue a mesma da anterior: usa os censos, taxas de mortalidade e natalidade, dados da expansão e de habitantes por quilômetros quadrados e a descrição dos Estados do Brasil. Percebe-se uma influência fundadora de Ratzel nos seus escritos, porque afirma em toda a obra que a geologia é um fator determinante para a expansão e fixação de um povo a um território. Com este espírito, atribui à Cadeia Central, ou Goyana, ou, ainda, Espinhaço, uma “histórica definidora de povoamento”, porque “se prende à serra principal, a da Canastra, separando a planície dos rios São Francisco e Paraná”.⁸⁸ As próprias nomeações seguem a disciplina de “coisas naturais”: central e espinhaço lembram esteios, estruturas de corpos. Além disso, planície é a definição de uma campina posterior a um acidente, ou seja, a uma serra. Este conceito será fundamental, especialmente na geografia do Paraná, porque remete ao discurso fundante de que o interior só foi conhecido, à medida que foi vencida a serra do mar (ver Anexo VI).

Os dados geológicos, neste sentido, são mostrados como fundamentais para pensar a fauna e o clima de uma região. Esta relação de importância se expressa pelo fato dele ser “definidor do caráter de uma população”.⁸⁹ Torna-se, então, fundamental, pensar as características de uma “zona climática”:

⁸⁸ DUQUE ESTRADA, Osório. *Noções de Chorographia do Brasil*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1921. p. 121.

basta distinguirmos apenas duas zonas, sendo a primeira constituída pela região situada ao Norte, e a segunda ao Sul do Trópico de Capricórnio⁹⁰. A zona do Norte é úmida e quente. A zona do Sul é, em geral, temperada e de clima bastante brando, chegando o termômetro a descer a mais de 10 graus a baixo de zero... não obstante a temperatura elevada e os poucos recursos de alguns Estados do Norte, goza o Brasil de relativa salubridade, com excepção de algumas regiões situadas às margens de alguns rios e lagoas, onde se desenvolvem as febres palustres. Nas cidades têm sido consideráveis os serviços prestados pela higiene official, que já conseguiu atingir quasi por completo a febre amarela. A mortalidade nos principais centros de população do país não é maior do que a das cidades européias da mesma categoria”.⁹¹

A narrativa deixa perpassar a notoriedade de um saber profilático sobre a população tanto urbana quanto rural. Sertões e cidades são alvos de um saber médico⁹², um saber sobre o corpo. Da mesma forma que compara as condições climáticas do Sul do Brasil com as européias, ele é uma forma de memorizar a tradição da brasilidade do solo e do corpo, que estamos demarcando.

Duque Estrada aponta a cidade de Curitiba como a mais européia das capitais, dados os parâmetros que usa: clima, solo, mortalidade/natalidade. Esta disposição natural tem feito do “Paraná um dos estados mais prósperos do Brasil, concorrendo para isso, três elementos: a fertilidade do solo, a benignidade do clima e a colonização estrangeira”.⁹³ O autor usa como fonte o exemplar serviço de proteção à saúde, desenvolvido em Curitiba e arredores.

⁸⁹ Id., *ibid.*

⁹⁰ É importante destacar que no ano de 1913 havia sido aprovada a lei 2.784, que aprovava a “hora legal” do Brasil. Embora regulamentada um ano mais tarde, estabelecia que “em todo território da República a hora do meridiano de Greenwich”. FONTE: Museu Nacional do Rio de Janeiro.

⁹¹ Id., *ibid.*, p. 109.

⁹² - É justo fazer a menção da Comissão Belisário Penna, que em 1916 organizou um levantamento de dados sobre as condições de higiene e mapeamento das principais doenças dos sertanejos, especialmente no nordeste brasileiro. Os trabalhos da Comissão resultariam na criação do Departamento Nacional de Saúde, em 1920. Cf em HERSCHMANN, Micael M. E MESSEDER PEREIRA, Carlos Alberto. (orgs) *A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994 e ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral. Pensamento Médico e Comportamento no Brasil (1870 a 1930)*. São Paulo: Unesp, 1999.

⁹³ DUQUE ESTRADA, *op. cit.*, p. 110.

A ordem corporal da brasilidade também se refletiu nos escritos de Monteiro Lobato. Num romance histórico curioso, o *Choque das Raças*, ele pensa uma utopia americana onde a América Latina teria encontrado uma solução épica e *sui generis* na história, em 2228, para a questão da ocupação populacional e da territorialidade. Miss Jane, a personagem principal, é filha de um mineralogista norte-americano e uma paulista. Mestiça, portanto. Ela apaixona-se pelo serviçal do pai, ao mesmo tempo, em que vai escrevendo e lhe contando o romance que, na trama, chama-se “cidade do amor.”

Lobato usa a personagem Miss Jane para funcionar como pressuposto à narrativa. Através dela, afirmou que

quem olhasse de um ponto elevado o panorama histórico dos povos, veria na França uma fórmula com três palavras; na Inglaterra, um princípio diretor: tradição; na Alemanha uma fórmula: organização; na Ásia, um sentimento, fatalismo. Mas ao voltar os olhos para a América perceberia, fluidificado no ambiente um princípio novo – a eficiência. Só a América encontrara o Sésamo (sic) que abria todas as portas. Só a América era acção num mundo a insistir em caminhos errados e sempre a oscilar entre dois pólos – agitações císticas e marasmo fatalista.⁹⁴

Lobato faz retornar toda uma tradição que pensa a mestiçagem na América e, por consequência, no Brasil. Quando, porém, coloca a “eficiência” no trabalho, engrossa uma boa parcela de intelectuais que criticam os serviços e os vícios da política republicana: “O característico frisante dessa época, todavia, estava na organização do trabalho. Todos produziam”.⁹⁵ Na sua antevisão, a questão da racialidade brasileira teria sido resolvida sem conflitos, porque “muito cedo chegou o americano à conclusão de que os males do mundo vinham dos três pesos mortos que sobrecarregavam a sociedade – o vadio, o doente e o pobre”.⁹⁶ Estes três pesos remetem-se ao conceito das três raças formadoras que, segundo

⁹⁴ LOBATO, Monteiro. *O choque das raças ou o presidente negro* : romance americano do anno de 2228. São Paulo : Nacional, 1926. p. 146.

⁹⁵ Id. *ibid.*, p. 154.

⁹⁶ Id., *ibid.*, p. 149.

Martius, escrevem a história brasileira: “Em vez de combater estes pesos mortos por meio do castigo, do remédio e da esmola, como se faz hoje, inventou solução muito mais inteligente: suprimi-los”.⁹⁷ A supressão é o tema da imigração estrangeira que a muitos era manifestação de uma prática política de melhoramento genético da raça brasileira.

É possível perceber, ainda, que o autor coloca no sexo feminino grande parte do “peso” da etnicidade brasileira. O autor fictício do romance é mulher. É ela que se une ao serviçal, uma espécie de Jeca Tatu paulista. É ela que o seduz. Por outro lado, “é” Miss Jane quem narra a beleza do corpo da mulher, em 2228: “as mulheres não mais evocavam suas avós, magérrimas umas, outras gordas, esta toda nádegas, aquela tubular ou de enormes seios e dentes de cavalos – verdadeiras coleção de monstruosidades anatômicas. Nem recordavam os pobres captivos de dantes, forçadas a girar no triângulo de ferro – casamento, celibato à força e prostituição”.⁹⁸

Miss Jane é portadora dos desejos do autor. O romance é uma negação do presente e uma projeção da superação dos males que ele presencia: a mestiçagem, a política e a higiene da urbe. Nele havia uma redenção, uma viagem ao paraíso, porque “nada lembrava alli o organismo que é uma cidade comum mista de órgãos nobres e vísceras de funções humilhantes”.

A redenção é a superação dos traços doentios do corpo: “O princípio de eficiência resolve todos os seus problemas materiais, como o eugenismo resolvera todos os seus problemas morais”.⁹⁹ Esta superação criou um modelo estético que, se não era perfeito, pelo menos mostrava sinais de uniformidade, porque “na operosidade e uniformidade do typo aquelle povo lembrava a colmeia das abelhas. Quase não havia como distinguir um indivíduo de outro, pois tomar um indivíduo ao acaso era ter nas mãos uma poderosa unidade de

⁹⁷ Id., Ibid.

⁹⁸ Id., ibid., p. 148.

eficiência dentro de um admirável *typo aryano pelle avermelhado*.¹⁰⁰ Torna-se óbvio para Lobato que a mestiçagem era um mal a ser superado, por representar o atraso e a ineficiência da brasilidade. O mote apontado também é evidente: a imigração como norma de modificação dos traços sangüíneos. No romance, referindo-se aos pesos mortos – o vadio, o doente e o pobre –, ele afirmou que “a eugenia deu cabo do primeiro, a hygiene do segundo e a eficiência geral do último”.¹⁰¹ E, para reafirmar o seu posicionamento de crítico, estende o conceito para a política, porque o seu “princípio de eficiência também penetrou o organismo governamental”.¹⁰²

Este trabalho de Monteiro Lobato traz alguma aproximação com a obra célebre de Paulo Prado, *Retrato do Brasil*¹⁰³, publicada apenas dois anos mais tarde – 1928. Nela, é perceptível, não só a crítica à ineficiência dos serviços públicos, mas, sobretudo, a idéia de colocar o sexo feminino com sujeito fundamental da obra da mestiçagem.

A imagem de Quasímodo retorna. Apesar de dar ao corpo um formato desengonçado, destaca dele a sensualidade como fator qualitativo, portanto, obreiro da mestiçagem. A narrativa segue a forma de pensamento do mestre Capistrano de Abreu, quer dizer: embora a sensualidade e a cobiça sejam os símbolos eleitos, a psicologia dos povos tem também grande espaço na sua produção.

Sobre o objeto “população do Brasil” o autor consegue colocar um limite horizontal na produção cultural da época e na obra colonizatória portuguesa. A ambição e o prazer desenfreado, seus conceitos fundamentais, fazem parte do imaginário português, que era “livre e infrene da renascença”. Por outro lado, a liberdade dos trópicos criou um espírito

⁹⁹ Id., *Ibid.*

¹⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 148.

¹⁰¹ Id., *ibid.*, p. 149.

¹⁰² Id., *ibid.*, p. 150.

¹⁰³ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. 9.ed.. São Paulo: Cia das Letras, 1997. A primeira edição é de 1928.

liberto, aberto ao prazer e ao deslumbramento. Há, assim, um caminho interpretativo que perfaz toda a obra e que demonstra um modo bem pouco modesto para a época.

Para ele, o mito de formação da racialidade teve início com três patriarcas: Jerônimo de Albuquerque, Diogo Álvares Caramuru e João Ramalho. São patriarcas por terem constituído descendência pelo cruzamento com cunhãs. A narrativa dá uma força ao sentido, como se os atores assim a praticassem: “todos proliferaram largamente, como que indicando a solução ao problema da colonização e da formação da raça do novo país”.¹⁰⁴ Como se os três homens resolvessem a questão, descreve as descendências de cada um deles: “Jerônimo vivia à moda do gentio, amancebado com a filha de um morubixaba e a quem batizara, dando-lhe o nome cristão de Maria do Espírito Santo Arco-Verde. Casado mais tarde com mulher branca, fidalga, deixou 24 filhos, sendo oito da índia Arco-Verde”.¹⁰⁵

Quanto a Diogo Alvarez Caramuru casou-se com a índia Paraguaçu. “Ela morreu muito velha, tendo visto, em vida, todos os filhos e netos casados nas principais famílias portuguesas da terra”.

João Ramalho, por sua vez, foi “patriarca dos campos de serra acima da capitania de São Vicente. Foi ascendente dos mamelucos paulistas. Era fisicamente forte, saudável, longo, desabusado e independente, resumindo as qualidades com que dotou gerações e gerações de descendentes. Representam o insinuante domínio do branco sobre a indiada”.¹⁰⁶ Assim, à moda cristã, os patriarcas fundam a descendência de um povo.

Na obra iniciada pelos patriarcas da raça que originou o povo brasileiro, Paulo Prado coloca toda a lógica de ação no espírito renascentista: “A concubinação tornou-se uma regra geral, trazendo como resultado a implantação da mestiçagem na constituição dos tipos

¹⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 69.

¹⁰⁵ Id., *ibid.*

¹⁰⁶ Id., *ibid.*

autóctones que povoaram desde logo esta parte do novo mundo”.¹⁰⁷ Estas uniões, entretanto, mormente ao espírito livre e à sensualidade feminina, teve o meio físico como facilitador da investida, uma vez que o clima e a mulher indígena “causavam uma impressão edênica que assaltava a imaginação dos recém-chegados”.

Ele entendia o edenismo das terras brasileiras como sendo “uma simples máquina de gozo e trabalho no agreste gineceu colonial”, porque tudo favorecia à exaltação do prazer, facilitado pelo clima, a beleza da terra e da mulher indígena ou escrava africana”.¹⁰⁸ Esta caricatura teria marcado “indelevelmente” o caráter brasileiro, porque se estendeu até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Eis aí a psicologia absorvida pelo edênico. Este é um princípio dedutivo, do qual ele se serve como base de verdade. Não é, porém, uma prática isolada. Muitos outros trabalhos terão fundamento nele, como o de seu mestre Capistrano.

A formação do caráter é obra da afinidade eletiva, tomado de empréstimo o termo de Euclides da Cunha. É a relação que desperta uma psicologia voltada à sensualidade e à cobiça. Esta é a metáfora do gineceu, obra feminina do povoamento. Somente uma obra grandiosa poderia reunir a mentalidade dispersa, de Capistrano e a eficiência de Lobato. A expulsão dos holandeses é esta forma expressiva. Contudo, ele afirma que os mestiços, como espíritos resolutos, além da grande obra bandeirante, deixaram um Aleijadinho, “que era filho de português com africana”,¹⁰⁹ e feito como a descoberta de ouro nos campos de Curitiba:

pelos anos 1690 um mulato de Curitiba encontrara num riacho chamado Tripui uns granitos cor de aço que vendeu em Taubaté a Miguel de Souza; era ouro finíssimo. Algumas bandeiras paulistas que andaram a procura de índios a escravizar e, levando talvez das lavras do litoral, minérios mais práticos, tiveram em seguida a revelação deslumbrante da riqueza aurífera da região.¹¹⁰

¹⁰⁷ Id. *Ibid.*

¹⁰⁸ Id. *ibid.*, p. 139.

¹⁰⁹ Id. *ibid.*, p. 88.

Esta versão, no entanto, não será contada pela produção regional, como veremos.

Paulo Prado quer, com isto, ressaltar o mulato como sujeito e corpo construtivo.

Ainda sobre o Sul do Brasil, diz que há aqui um homem feliz, cordial. Esta cordialidade é facilitada pelo clima e pelo fato de haver um regime de fronteira que coloca em contato homens de língua e costumes diferentes. Esta é uma forma de tematizar a questão das desigualdades das raças. Ele a combate, também colocando, no tempo, o grande laboratório que resolverá “o cavalo de batalha de Gobineau”.¹¹¹ A cordialidade é, então, uma espécie de prova da convivialidade pacífica com raças diferentes. É fator positivo. Por este motivo, ele indica o Sul do Brasil como o lócus do homem cordial: “o gaúcho fronteiriço, mais espanholado, com um folclore cavalheiresco levemente nuançado de saudade, que o acompanha nas correrias revolucionárias”,¹¹² bem como o homem o carioca, uma vez que o Rio de Janeiro é “já produto de cidade grande e marítima, em contato com o estrangeiro e entregue ao lazonismo do ambiente”¹¹³. Nestes sinais, a “mesclagem” estrangeira serve para mostrar o movimento negativo do pensamento de Gobineau. E, neste sentido, antecipa a discussão que se firmará nos anos 40, em que as desigualdades raciais vão ser explicadas pelo meio social, porque

todas as raças parecem essencialmente iguais em capacidade mental e adaptação à civilização. Nos centros primitivos da vida africana, o negro é um povo sadio, de iniciativa pessoal, de grande poder imaginativo, organizador, laborioso. A sua inferioridade social, nas aglomerações humanas civilizadas, é motivada, sem dúvida, pelo menor desenvolvimento cultural e pela falta de oportunidade para a revelação de atributos superiores.¹¹⁴

¹¹⁰ Id., *ibid.*, p. 79.

¹¹¹ Sobre as teses de Gobineau, o seu cavalo de batalhas, afirmou tratar-se de uma “ebulição formidável do cadinhos no qual se preparava a formação de um homem novo surgindo para os triunfos de seu destino, ou para a desilusão e um desastre na realização da sua finalidade histórica e geográfica.”(p. 163)

¹¹² Id., *ibid.* p. 143.

¹¹³ Id. *Ibid.* A menção ao lazonismo quer recordar a história da esperteza de sobrevivência do mendigo de Nápoles, chamado Lazarone.

O social e o cultural, aos poucos, vão ganhando sentido e importância na discursividade sobre o corpo e o espaço. O meio físico toma ares de “social” e os traços biológicos que foram o fundamento da discussão passam, gradativamente, a ser pensados como “culturais”. Esta mudança de perspectiva, embora não seja uma mudança radical de hábito, nem poderia ser, devido à heterogeneidade do campo cultural, terá influência decisiva rumo às formas de tratamento acadêmicas e políticas do tema.

A melhor visibilidade discursiva destas mudanças de sentido é vista em Edgard Roquette Pinto. Antropólogo, ele apresenta argumentos baseados em técnica nova para os anos 30, a antropometria, para defender a tese da igualdade biológica e da diferenciação social. Sustenta que o mal do negro no Brasil nunca foi a raça, mas a escravidão. Ela teria criado as condições negativas para que os caracteres superiores fossem se desenvolvendo em aspecto negativo. As condições locais é que o teriam colocado nesta situação de involução.

A educação seria o meio possível de superação. Ela seria a forma de combater o preconceito da raça e, por outro lado, administrar a integração social. A imigração estrangeira realizada pelos grandes projetos de governo era tida como gastos desnecessários, porque, “se o sul precisa de braços e o norte tem braços sem trabalho, só nos cabe procurar o meio de adaptar a um o que o outro lhe oferece. Gasta-se anualmente uma soma respeitável para importar dos países de imigração os tais braços que faltam”.¹¹⁵ Aos desmandos e à má aplicabilidade dos recursos, ele propõe uma solução prática de “aplicar, pelo menos parte daquela soma, em educar, do ponto de vista agrícola, os patricios tão bem dotados, que “espontaneamente” procuram as regiões em que a vida não é considerada pelo desassossego e pelo infortúnio”.¹¹⁶

¹¹⁴ Id., *ibid.*, p. 191.

¹¹⁵ ROQUETTE PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. Brasília : Editora da UNB, 1978. A primeira edição é de 1933.

¹¹⁶ Id., *ibid.*

A proposta de Roquette é uma prática de espaço que propõe uma espécie de movimentação demográfica legal, contando com o esforço governamental. De outra parte, rememora a tradição epistêmica do tratamento da corporeidade no instante em que percebe no mestiço brasileiro o tipo ideal, por ser criado em condições climáticas nacionais e, portanto, adaptado às condições brasileiras. O imigrante era, nesta compreensão, o símbolo do avesso.

A sua filosofia resumia-se a provar que “a chave da raça é o crescimento do indivíduo”.¹¹⁷ A educação voltada aos moços os faria abandonar os traços históricos das raças formadoras e despertar para novos interesses. A isto, dizia ele, os mais velhos não despertarão. Profundamente influenciado pela escola americana, ele tira seu argumento do *Prometheus* de H. S. Jennings. Este autor, segundo Roquette, ataca de frente os eugenistas “apressados”. Festivamente, até, sentenciou que “a conclusão de Prometheus é altamente consoladora: a humanidade é extraordinariamente *alterável* e, portanto, *melhorável*, desde que as condições de vida sejam modificadas (invenções, disseminação do saber, etc.)”.¹¹⁸ Jennings combatia a teoria da hereditariedade que afirmava que um gen é portador de uma característica única do ser. Para ele, um gen é um “complexo químico” sobre o qual não havia qualquer controle, no sentido de previsibilidade genética. Roquette deduz, daí, que não há qualquer garantia de melhoramento genético, como desejavam alguns eugenistas brasileiros. A predisposição genética é a saída tática, onde um meio educativo seria o modo de

¹¹⁷ Id., *ibid.* p. 40. Roquette Pinto acreditava no abandono das teses biologistas que explicavam o homem a partir do seus gens: “no futuro, o estudo anatômico, fisiológico e psicológico do desenvolvimento individual, permitirá, estou certo disso, explicar as origens da diferenciação racial. As glândulas intersticiais, as supra-renais, a tireóide, a glândula pituitária, diz Keith – e diz muito bem – estão diariamente, pelas suas alterações, provocando, em indivíduos de certas raças, o surto de caracteres que, antropológicamente, só em grupos daquela muito afastados se manifestam. O esqueleto, a pele, os cabelos, tudo se transforma sob o governo endócrino. Não seria absolutamente razoável concluir, desde já, que as “glândulas explicam a raça”. Seria exagero injustificável e condenado pelo elementar senso crítico. Mas também não há como fechar os olhos ao que se vai descobrindo, e continuar a repetir os velhos termos com que os antigos disfarçavam a ignorância. Keith é partidário do “teoria da fetalização”, desenvolvida pelo professor Bolk (Amsterdã). Para ele, a despigmentação dos nórdicos é caráter fetal. Os louros permanecem com os caracteres de feto... três anos antes de nascer, os negros são brancos” (p. 40).

¹¹⁸ Id. *ibid.*, p. 54 Os itálicos são do autor.

transformação muito mais eficiente do que as heranças biológicas. Este argumento lhe basta para defender que o Brasil não carecia de braços – “afirmá-lo seria defender a insuficiência da sua gente -”. Concorde, no entanto, que dificuldades existiam, uma vez que “a terra, de fato, não é aquele lugar vizinho do paraíso, de que falou Américo Vespúcio, mas, é generosa e boa, como queria Rio Branco”.¹¹⁹

Outra proximidade atrai Roquette Pinto e Paulo Prado, apesar dos cinco anos que distanciam as obras deles. Ambos concordam que a solução final para a soberania do povo e do território estava por ser realizada por um governo forte. Paulo Prado afirmou no “*post-scriptum*” do seu *Retrato do Brasil* que

só duas soluções poderão impedir o desdobramento do país e a sua desapropriação como um todo. Uma criada pelas circunstâncias históricas, outra, catastrófica: a guerra e a revolução... a revolução virá de mais longe e de mais fundo. Será a afirmação inexorável de que, quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi mal feito.¹²⁰

E, para ele, a não ser a obra da sensualidade e da cobiça, tudo estava mal feito.

Para Roquette Pinto, a não solução é devida “única e exclusivamente à insuficiência de um elemento decisivo: falta de organização nacional”. Ele sugere que o Brasil “deveria ser obra de arte política. (Ele) É uma nação que será o que as classes cultas fizerem dela”. Mas, organização queria significar, particularmente, “educação da massa, nacionalização da economia e circulação de riqueza”¹²¹. Aqui, talvez, fique mais claro o projeto pensado para o Brasil. Pode ser este o caráter do “nacionalismo burguês”, que estaria presente na ação política de Getúlio Vargas.

¹¹⁹ Id. *ibid.*, p. 78

¹²⁰ PRADO, *op. cit.*, p. 209

¹²¹ Id., *ibid.*, p. 78.

De qualquer modo, o imigrante era uma figura presente no cenário nacional, desde antes da virada do século. Ele, contudo, não a dispensava como elemento necessário, mas a colocava como secundária, tanto na ordem política, denunciando a ausência de projetos de ocupação da mão-de-obra nacional, quanto epistemológica, quando afirmava que o estrangeiro é que se transforma diante do nacional, porque, “quando o imigrante é colocado ao lado do nosso homem rústico, nacionaliza-se depressa”.¹²² Este argumento adquiria força num conceito de teoria genética que pensasse que, “jamais haveria dominância de uma raça sobre a outra, sendo os caracteres raciais particulares herdados de per si: a raça como complexo de caracteres determinados, no cruzamento, como tal, pode desaparecer e, em geral desaparece, representando o mestiço uma nova composição de vários caracteres raciais recebidos dos progenitores”.¹²³

O imigrante é elemento de composição: “a mestiçagem é, antes, combinação”. Assim, ele considera que haveria uma soma de caracteres com o mestiço que, por si, já não é um decaído ou doente. Como disse Gobineau, “Ele é o resultado de grandes propriedades”, que são somadas aos imigrantes.

Eram estes os traços do “tipo antropológico brasileiro”, que era carente de uma política de impacto que educasse, ao invés de substituí-los. Esta seria, inclusive, uma solução política tática, porque o imigrante, “quando isolado em boas condições de meio, começa a produzir progresso (colônias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), mas não se nacionalizam tão depressa quanto seria desejável, por culpa daquelas causas”.¹²⁴

Estas teses já haviam sido apresentadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, que teve a presença de figuras como o próprio Roquette Pinto e Azevedo Amaral, reunidas num “corpo de doutrina seguro, fiel, perfeitamente demonstrável e, por isso,

¹²² Id., Ibid.

¹²³ Id., *ibid.*, p. 106.

fundamentalmente científico”, como dizia o preâmbulo do documento conclusivo do evento. As conclusões dos estudos foram dirigidas em documento único, com nove artigos, ao presidente da República, ao Congresso e aos governadores de Estado. Segundo o próprio texto, “um apelo em que serão postos em foco os gravíssimos perigos da imigração promíscua, sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança política e social da República”.¹²⁵

Azevedo Amaral, por sua vez, pensando os *Ensaio Brasileiro*, compreende os anos 30 como uma disputa estabelecida entre Darwin e Hegel. Com um pensamento profundamente erudito, ele demarca o darwinismo como “objetivista”, e “agnóstico, quando defende uma sociedade que “tinha que evoluir lentamente, por uma série indefinida de alterações isoladamente e imperceptíveis... no fluxo do tempo”.¹²⁶ O pensamento hegeliano lhe parece mais conducente, devido ao fato de não trazer a perspectiva de evolução no tempo longo, do qual o homem não tem consciência, sendo dele um prisioneiro. Esta é a questão que mais incomoda ao autor, como, aliás, à toda tradição historiográfica de certa forma, mas ele vê, nos grandes feitos, uma espécie de *insight* e, conseqüentemente, de aceleração do tempo. Para ele,

a concepção dialética do desenvolvimento universal, formulada por Hegel, marca na história do espírito humano o início de um período novo, em que a noção antiga do ser transforma na idéia do movimento progressivo no qual a realidade se torna consciente após o processo evolutivo, que a leva à *synthese* realizadora através da *phase* imprescindível da *antithese* contraditória.¹²⁷

Este novo cenário era apontado e, de certa forma, celebrado, porque, se o darwinismo possibilitava uma “natureza preponderantemente inconsciente do

¹²⁴ Id. *ibid.*, p. 78.

¹²⁵ FONTE: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹²⁶ AMARAL, Azevedo. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930. p. 181.

desenvolvimento histórico”¹²⁸, o hegelianismo possibilitava a tomada de consciência e, como tal, a intervenção no desenvolvimento histórico. Neste horizonte de pensamento, podem ser situados os sentidos de “social” e de “cultural”, já despontados em Paulo Prado e Roquette Pinto. O abandono do evolucionismo daquele momento significava uma tentativa de apropriar-se da história. A inconsciência, que Azevedo aponta que vem do darwinismo, é o sentido do homem aprisionado, que não agrada mais. Por este motivo, “ao século do evolucionismo sucedeu-se o nosso, que parece destinado a definir-se na história como a idade da ideologia revolucionária”.¹²⁹ Para ele, este tom revolucionário é inevitável e a guerra é a sua expressão. Porém, a tese hegeliana, muito antes do que a guerra fazia a revolução para possibilitar a posse e o controle da história.

Em outra obra de Azevedo Amaral, de 1938, o hegelianismo é mais evidente. “Si a nação e a organização estatal formam um todo indissociável e si o estado é o órgão de expressão da consciência e da vontade do corpo nacional, é claro que dele deve partir a direção política”.¹³⁰ A tese apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia foi a dos “fatores necessários no processo de caldeamento em que se está formando a etnia brasileira”. Na tese, ele se preocupava com o contraste entre o meio tradicional das raças e as condições profundamente diversas do ambiente novo. Reconhece que, colocadas sob formas diferentes, elas parecem provocar “reações psíquicas de defesa da mentalidade histórica do grupo colonial que, por assim dizer, se entrincheirado do seu psiquismo, recusa-se subconscientemente às adaptações que as condições exigiram e o próprio bom senso aconselhava”. Este comportamento seria uma forma típica de autodefesa dos mazombos brasileiros.

¹²⁷ Id., *ibid.*, p. 183.

¹²⁸ Id., *ibid.*, p. 182.

¹²⁹ Id., *ibid.*, p. 187.

¹³⁰ AZEVEDO, *op. cit.*, p. 188.

Roquette concebe que as condições sociais sob as quais o corpo está exposto são limitadoras da consciência. Colocados em novas situações, como o deslocamento de um nordestino para o sul, por exemplo, haverá, é evidente para ele, uma reação subconsciente. Contudo, esta reação não é remetida mais aos traços biológicos associados aos geográficos, que definem um comportamento acanhado do qual o indivíduo seja um prisioneiro. As “condições sociais” passam a tomar este lugar e a “permitir” possibilidades de liberdade ao indivíduo.

Enfim, ficam traçados os caminhos por onde uma epistemologia se fez *a epistemologia* do conhecimento do corpo e do espaço até a década de 40. Vários sentidos são apontados como que setas a indicarem direções. E indicaram. Fossem elas epistêmicas – corografia, antropologia, geografia, historiografia – ou projetos políticos. No entanto, justamente pela pluralidade de direções, há uma unidade em torno de um objeto: o corpo. Sobre ele, a episteme e a política, são pensadas esperanças e utopias. De biológica a social; de racial a cultural: é neste ambiente que o pensamento regional paranaense flui.

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DO LOCAL

2.1 O CORPO PARANAENSE

A escrita sobre a história do Paraná confrontou-se com questões muito parecidas com as enfrentadas pelos historiadores brasileiros. A separação administrativa com São Paulo colocou os homens de letras locais em estado de plantão, no tocante à construção simbólica da presença figurativa do território, uma vez que o político havia se antecipado a qualquer distinção representativa, fosse ela geográfica ou histórica. O que se observava era, justamente, o sentido oposto. Enquanto territorialidade paulista, o Paraná era terra de índios, sertão desconhecido, lembrado somente pelos seus “caminhos históricos”, que permitiam contatos com os estados do Extremo Sul. Esta “não existência” do Estado colocou-se como o principal desafio às letras. A sua aparência dependia da caricaturização. Era um estado de emergência.

O Estado foi criado com a Proclamação da República, mas a separação de São Paulo ocorreu em 1853, sob o nome de Província do Paraná. A partir de então, observou-se mais nitidamente o desempenho para a constituição representativa da imagem que se

pretendia, não somente para a sua figuração, mas, sobretudo, para demarcar as suas diferenças com relação ao Estado desmembrado.

O desafio lançado entrava na ordem do dia. Era o reconhecimento da soberania do novo membro da federação. Colocava-se, desta forma, uma questão fundamental às letras: a partir de quais elementos buscar-se-ia a constituição da identidade local? Neste sentido, percebe-se a busca de um saber que cria “condições” de sustentação para práticas científicas de produção de outros conhecimentos sobre o espaço. Parece terem muita razão os autores de *O Paraná Reinventado*, quando afirmaram que,

à medida que o discurso é produzido numa relação de poder, não cabe pretender desvendar o implícito, o ideológico ou o semântico, tomando-se, por exemplo, estas impossíveis oposições ‘ciência/ideologia’. Ao refletir a ‘verdade’ de seu emissor, são práticas nas quais o discurso se apóia que esclarecerão seu enunciado; logo, o eixo de análise situa-se na relação ‘verdade/poder’.¹³¹

Este trabalho de compilação foi um desafio enfrentado, sobretudo pelos historiadores e geógrafos. As teorias explicativas da realidade – o darwinismo social, o spencerianismo e o organicismo da escola alemã – apresentavam-se como as metáforas com as quais os pesquisadores “iluminavam” seus objetos e construíam as suas edificações teóricas. Assim, o campo do desconhecido Estado tornou-se alvo de práticas de conhecimento e de reconhecimento. Afinal, um novo Estado precisava ter visibilidade para os indivíduos que nele estão, queiram eles administrá-lo ou simplesmente viver no interior da sua circunferência.

¹³¹ IPARDES. Fundação Edson Vicira. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989.

2.2 LITORAL E INTERIOR: O GÊNESIS

O território paranaense denuncia uma prática de espaço. Ela segue uma tradição mitológica dos começos, tal como o deslocamento dos índios guaranis, dos colonos e das ações administrativas. É um movimento de rumo determinado. Este deslocamento parte do litoral para o interior. Pode-se dizer que o historiador foi também um bandeirante ou um “batedor” do século XX, que seguia trilhas, rios e campos. É necessário compreender, contudo, que o movimento das letras segue os passos da imaginação. A escrita estabelece a ordem, segundo a percepção e a perspectiva explicativa do sentido para o espaço. Há, portanto, como lembra Michel de Certeau, um imperativo do tempo presente, do qual não é possível escapar. Se a historiografia mostra uma espécie de “prática bandeirante”, é preciso se aproximar para entender o seu sentido de presente.

Há, ainda, outra analogia possível entre a representação escrita e o espaço da produção. Da mesma forma que se construiu uma memória escrita sobre as bandeiras como normas da territorialidade, constituiu-se uma tradição, no ofício de historiar, de utilizá-las como o mito fundador da nacionalidade brasileira. Desta maneira, na prática de historiar, estão presentes, como que fundidos num mesmo horizonte, um jeito de fazer e um modo de compreender.

A produção historiográfica sobre a brasilidade do país foi profundamente marcada pela busca das teorias explicativas, que ora tendiam a se fortalecer na corrente de pensamento alemão, ora, na francesa. A busca do reconhecimento do Brasil como membro entre as nações independentes motivou uma busca frenética pela constituição de uma identidade brasileira que

demonstrasse, não somente a existência e a potencialidade de um território, mas, sobretudo, o reconhecimento de um “povo”. Esta investida deveu-se, sobretudo, aos historiadores e aos geógrafos.

A investida criou, também, um certo hábito na prática desta ciência, ainda muito presente nos anos 30 e 40. A prova documental ou a observação *in loco* eram condições de reconhecimento para a obtenção da prova enquanto prática científica.

Estes dois aspectos do fazer historiográfico – o jeito de fazer e o modo de compreender – são, por outro lado, também um meio de compreensão da constituição da identidade nacional. A prática de escritas regionais consegue aproximar e amenizar as diferenças existentes entre os pólos opostos da territorialidade do país. Por mais que as diferenças queiram resistir, a escrita as faz compor-se num todo, aparentemente homogêneo. Esta pretensão parece diluir-se completamente na unidade desejada pelo IHGB e em outra força constritora, que foram os locais de formação da intelectualidade brasileira centralizados em São Paulo, Rio de Janeiro e na Bahia.

Com estas advertências é que pode ser lida a obra *O Paraná no Centenário*, de José Francisco da Rocha Pombo, lançada no Rio de Janeiro um ano após a primeira edição do livro *História do Paraná*, de Romário Martins. Rocha Pombo nasceu em Morretes, em 1859. Em 1875, ele iniciava o trabalho no magistério, em substituição ao pai, Manoel Francisco Pombo. Em 1879, fundou o jornal “O Povo”. Neste mesmo ano, publica seu primeiro artigo na Revista Escola, do Rio de Janeiro. A partir de então, firma-se na carreira de jornalista, tanto na participação direta na direção da imprensa local, quanto na contribuição com artigos nos principais veículos jornalísticos do Brasil, de Buenos Aires e de Montevideú. Foi eleito duas vezes deputado pelo Partido Conservador: em 1886 e 1916.

Foi autor de várias obras de importância local e nacional. Merecem destaques *História da América*; o *Paraná no Centenário*; *História do Paraná*; *História do Rio Grande do Norte*; *História de São Paulo e Notas de Viagem*. Contos e romances, além da fundação de revistas, como *O Cenáculo*, de inspiração simbolista, também são atribuídos à sua autoria.

Como tantos outros, percebia a importância das letras na constituição figurativa do Estado. Ao referir-se à produção cultural local, mencionava sempre “moços da geração que brilha no Paraná: Romário Martins e outros – Dario Velozo, Nestor de Castro, Silveira Neto, Júlio Pernetta, Jayme Ballão, Ricardo Lemos – liderados por Emiliano Pernetta”.¹³²

No mesmo ano de 1900, lançou também uma *História da América*. Ao mesmo tempo, demonstrava o seu espírito resoluto, pois já estava em andamento uma obra que causaria burburinhos entre a produção brasileira. A sua *História do Brasil* foi dada ao público, o primeiro dos volumes, em 1905; o último, em 1917¹³³. O texto do *História do Brasil* não agradou, especialmente a Capistrano de Abreu, que o reprovou, enquanto concorrente à cadeira de História no Colégio Pedro II.¹³⁴ Este fato, porém, não o isolou da discussão historiográfica brasileira, inclusive da “escola capistraneana”. O homem sertanejo, a terra e o clima estavam presentes na sua narrativa historiográfica.

A “unidade narrativa” da tradição capistraneana pode ser percebida na consideração do uso do princípio do sentimento nacional de um povo brasileiro. Também para ele, a história do sentimento brasileiro inicia-se pelo elo entre o homem e o espaço nacional. Esta relação é demonstrada pela luta contra a invasão estrangeira. O termo “estrangeiro” é

¹³² POMBO, Francisco José da Rocha. *O Paraná no centenário*. 2.ed. Rio de Janeiro: J.Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980. A primeira edição data de 1900.

¹³³ Uma leitura mais detalhada sobre a trajetória intelectual de Rocha Pombo pode ser encontrada em QUELUZ, Gilson. *Rocha Pombo : romantismo e utopia (1890/1905)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

¹³⁴ Segundo Brasil Pinheiro Machado, que prefacia a edição de 1980, “Capistrano reprovou Rocha Pombo com a acusação de que o *História do Brasil* era apenas uma compilação de outros estudos cientificamente falhos e que não tinha nada de pesquisa” (XVI).

mais lato do que o “holandeses” de Capistrano e Paulo Prado. No entanto, é, também, uma tendência a considerar o lado psicológico do sertanejo, devido ao fato que,

quando Portugal restaurou a sua soberania, o Brasil que havia sofrido, mas que tinha conservado sempre digno durante sessenta anos de vassalagem, estava em colisão armada e tremenda com os usurpadores do seu território ... encontrou o Brasil altero e forte pelo seu espírito de independência e pela coragem de que dera exemplos na heróica luta contra a invasão estrangeira.¹³⁵

A narrativa é incisiva em um ponto: Portugal abandona o Brasil. O sentido deste abandono é fundamental para a superação e a constituição identitária do brasileiro, porque, no retorno, Portugal encontra uma colônia forte e unida pelo espírito de independência. Este abandono é representado como princípio gerador da psicologia do povo brasileiro.

Este “estado” é que serve de base dedutiva ao desenvolvimento do pensamento sobre a colônia, porque, a partir desta, desencadeia-se uma “fase da riqueza caracterizada pela criação da indústria extrativa, com a descoberta de grandes jazidas, fase que logo se completou pelo incremento das indústrias pastoris e agrícolas e pela divisão ou apropriação privada do solo”.¹³⁶ A descoberta do espaço pressupõe, antes, um conhecimento de si e das potencialidades do corpo do homem, para, então, desvendar o corpo do espaço. Então, primeiro, originou-se um homem forte. A herculidade estava em defender o território.

A relação homem e espaço presentifica a matriz hermenêutica da escola geográfica alemã. A história da geografia como ciência já revela em si o sentido inicial da prática epistemológica. O meio acadêmico, especialmente no período entre guerras, colocou em cena novamente a questão da soberania territorial e das fronteiras das nações. O “espaço

¹³⁵ POMBO, op. cit., p. 32.

¹³⁶ Id., ibid., p. 32.

vital” de Ratzel, que fundamentou toda a concepção de ciência para a geografia, há muitos anos antes, retorna de forma surpreendente e nova.

O Ratzel lembrado nesta obra de 1900 de Rocha Pombo é mais o naturalista do que propriamente o estrategista militar. O homem entregue ao espaço é a figura mais recorrente na fundação do Paraná Província. A beleza da terra servia como ponto da fundação. Martins Afonso teria mandado explorar a região em 1531 e conhecido a bacia da Cananéia, na foz do Rio Iguaçu: “É mais do que possível que não só a facilidade de navegação por pequenas embarcações, como a variedade e a beleza dos panoramas e ainda a exuberância do sólo, a vastidão continuada das enseadas, o sem número de pequenos rios e igarapés – tenham despertado a curiosidade dos primeiros colonos de São Vicente.”

O autor rememora aqui a afirmativa de Romário Martins quanto ao pioneirismo de Martin Afonso na exploração do litoral paranaense, antecipando as suas investidas em outros cantos do Brasil. Disse Martins: “Pedro Annes, a mando de Martim Afonso de Souza, subiu o Rio de Iguaçu, voltando em companhia de Francisco de Chaves, do bacharel de Cananéia, Duarte Pires e de 5 castelhanos degredados *deixados por frotas portuguesas*, e que informaram haver ouro”. Martim Afonso, então, em função destas informações, teria organizado uma expedição para verificar a informação dada pelos *degredados deixados por frotas portuguesas*, aportadas no litoral do Paraná, na “reentrância geográfica” de Paranaguá (Vide mapa).

As investidas do chefe das capitanias hereditárias juntamente com Pedro Annes teriam sido narradas, segundo Martins, pelos índios aos espanhóis, quando Cabeça de Vaca dirigia-se para os seus domínios à margem direita do Rio Paraná. Muito mais do que uma informação ao leitor, a rememoração é uma tática de escrita, porque o próprio Romário reconhece a excursão de Cabeça de Vaca através do Peabiru, como um marco de posse

territorial. Martins relata que, após tomar posse de Cananéia e da Ilha de Santa Catarina, “D. Álvaro Nunes Cabeza de Vaca internou-se no território do sertão correspondente a esses dois pontos, extremos da costa, seguido de numerosa comitiva militar – e fez o longo trajeto do litoral ao rio Iguassu, Campos de Curitiba, Campos Gerais, rios Tibagi e Piquiri e novamente ao Iguassu...”.¹³⁷ Contudo, ao destacar os degredados deixados por frotas portuguesas recolhidos por Pedro de Annes, coloca-se um marco mais antigo, afirmando-se um conhecimento anterior e confirmando a ancestralidade portuguesa sobre o território até então demarcado pelo Papa Alexandre VI, em 1492.

Um outro fator que a narrativa aponta nesta excursão pelo Peabiru é o encontro de espanhóis com índios guaranis. Martins, referindo-se ainda a Cabeça de Vaca, afirmou que “em todo esse imenso percurso encontrou numerosas aldeias de índios guaranis e nenhuma outra nação”.¹³⁸ Esta também seria uma espécie de afirmação sobre o espaço, porque a produção literária do Brasil esforçava-se por colocar o índio guarani como o principal elo da formação do então desejado elemento brasileiro. Logo, afirmar que as terras eram guaranis é o mesmo que, enquanto representação simbólica, tematizar von Martius e a ancestralidade portuguesa.

Os grupos indígenas são retratados pelos historiadores, em sua maioria, como “as famílias indígenas”. O conceito, advindo de uma cultura letrada cristã, remete à representação de composição e de união de pessoas do mesmo sangue. Na *História Natural*, o sentido é mais abrangente, embora não oposto ao imaginário cristão: “grupo de animais, vegetais ou minerais que apresentam caracteres comuns entre si”.¹³⁹ Estes termos de tratamento disseminados pela

¹³⁷ MARTINS, op. cit. p. 31.

¹³⁸ Id., *ibid.*

¹³⁹ FERNANDES, Felicíssimo Rodrigues. *Ciências naturais e físicas*. 38.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1947. Definição semelhante pode ser encontrada no MODERNO DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO BRASILEIRO. Curitiba: Nacional, 1984. p. 343.

construção historiográfica permitem perceber o sentido das palavras sobre um passado morto e o diálogo com um presente vivo. A racialidade brasileira, regionalmente, é narrada como uma composição natural, tal qual um naturalista diria que algumas plantas têm em comum vários caracteres, formando, pela semelhança, uma família.

A idéia da composição racial no Paraná é fundamental, porque foram elas – as famílias – as defensoras do território. Representam o primeiro corpo nacional paranaense. Elas estavam embrenhadas no sertão. Rocha Pombo lembra que “há tradições que falam de lutas sustentadas pelos selvagens contra os invasores, obrigando-os a buscarem valha couto na ilha que fica fronteira à atual cidade de Paranaguá e cujo nome – cotinga, ou çotinga parece, no entender de alguns guardas, lembranças desses tempos”.¹⁴⁰

Aparece, assim, o caráter do primeiro elemento formador do sentimento de pertencimento homem/terra, no Paraná. A luta contra os invasores, novamente, é o elo da unidade nacional.

A natureza bravia, assim como o índio, foi considerada um elemento de exuberância. Este contraponto, na verdade, não os coloca em oposição; bem pelo contrário, os aproxima. As dificuldades narradas valorizam o corpo. São elas que confirmam o contato com a terra, de Romário Martins. Também a resistência indígena, bem como os embates entre estes e os colonos, valorizam a ambos, uma vez que está em questão a constituição de uma unidade, um corpo único, cujos traços estão presentes em ambos. Por esta razão, a natureza é apresentada como limitadora da ação do homem branco. Embora os caminhos e varadouros facilitassem a circulação, as serras e as florestas dificultavam e, por vezes, impediam o

¹⁴⁰ POMBO, op. cit., p. 33

deslocamento, mas a “(...) opulência da natureza, oferece tantas condições favoráveis ao trabalho e ao desenvolvimento industrial”¹⁴¹, disse Rocha Pombo.

A mesma opulência é tomada como a forma explicativa das práticas de ocupação do litoral da mesopotâmia paranaense – Ivaí, Tibagi, Iguaçu e Paraná (ver Anexos I e XI). Assim se resolve o aparente paradoxo. A natureza bravia valoriza o elemento natural, o índio, ao mesmo tempo em que impregna o branco de um espírito transformador. Ele domaria a natureza, ao mesmo tempo em que civilizaria o indígena. Este “combate” seria a alma da nacionalidade.

A obra fundadora do espaço foi indígena, querela que, segundo ele, resolveu-se entre tapuias e tupi-guaranis: “nos campos de Curitiba ainda se demoravam menos os índios: à medida que iam entrando os colonos, iam eles, ou se submetendo ou preferindo internar-se nos sertões”.¹⁴² Rocha Pombo tinha o índio no Paraná como o precursor do povoamento do Estado. Tanto em Curitiba quanto nos campos de Guarapuava e Palmas, a narrativa coloca o homem branco, não como um perseguidor dos índios, mas como indivíduo que seguia as trilhas, as malocas e os aldeamentos indígenas com a intenção de usufruir do local e das instalações por eles já conhecidas. Por isto, ressalta que, à medida que os colonos iam avançando para mais próximo dos índios, eles iam se embrenhando mais na mata virgem. Este movimento de pensamento atribui ao indígena paranaense um papel análogo, que desenvolveu os personagens bandeirantes. Desta maneira, criava-se um elo entre o corpo em formação e as práticas de conhecimento e o reconhecimento da territorialidade.¹⁴³

¹⁴¹ Id., *ibid.*, p. 43.

¹⁴² Id., *ibid.*, p. 53.

¹⁴³ Rogério Ivano desenvolveu uma pesquisa que dá conta de pensar algumas narrativas que descrevem personagens “construtores” do espaço da fronteira no Norte e no Oeste do Paraná. *Crônicas de Fronteira: imagem e imaginário de uma terra prometida*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: UNESP, 2000.

O papel de precursor do povoamento possibilitava, além da prática de espaço, uma razão de compreensão de uma espécie de sincretismo cultural nos povoados. Sobre os índios “submetidos”, ou seja, sobre aqueles que permaneciam em seus aldeamentos, mesmo com a presença de brancos, ele afirma que

grande número de famílias continuou a viver em todos os povoados e a trabalhar, sob o mando ou pelo menos sob a influência e a direção dos invasores. Essas famílias, submissas e resignadas, nos princípios, evitavam apenas as povoações, nunca dissimulando as suspeitas que lhes inspiravam os adventícios, mas limitando-se lhes captar a tolerância à custa de todas as provas de humildade. Muito raras vezes estes índios se punham em colisão com os colonos.¹⁴⁴

Há aqui uma inversão de papéis quanto aos dois personagens. O invasor é o branco. É uma interpretação que contrasta com o hábito historiográfico da época. Talvez por esta razão, muitos o têm concebido como um defensor da causa indígena no Paraná. Contudo, trata-se muito mais de uma coerção metodológica, porque ele próprio assenta que

à proporção, porém, que se aproximavam dos vastos sertões do Oeste, os primeiros povoadores iam encontrando resistência cada vez mais enérgica, de grande número de hordas. Ainda nos fins do século passado e mesmo em princípios do atual, as populações do interior tiveram de reclamar insistentemente providências contra agressões que sofriam dos indígenas.¹⁴⁵

O problema de Rocha Pombo é como encontrar uma razão explicativa para a construção cultural paranaense. O embate entre culturas diferentes é, aqui, o objeto em questão de análise. Percebe-se que aos índios tolerantes denominava-se de “famílias”; ao rebelados, de “hordas”. Estas são errantes e indisciplinadas; aquelas, afeitas ao convívio. É uma fonte explicativa da realidade.

¹⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 54.

¹⁴⁵ Id., *ibid.*

Convencionou-se que os tupis e guaranis eram índios litorâneos. As “provas” documentais apresentadas para esta afirmativa são unanimidade entre historiadores, geógrafos, geólogos e outros estudiosos, ao apresentarem os sambaquis e os restos cerâmicos como evidências incontestáveis de uma cultura primitiva.

Todo litoral do Paraná, quando se começou a colonização do Brasil, se achava ocupado por numerosas tribos indígenas. Pelos muitos sambaquis que se encontram nas costas de toda a baía de Paranaguá, se reconhece que devia ter sido bem longa a estação que por ali fizeram os selvagens. Esses sambaquis são enormes cômodos de cascas de ostras e outros mariscos, de resíduos culinários, de ossos de animais e até humanos, e de diversos artefatos de uso doméstico.¹⁴⁶

Também para Romário, “os sambaqys, que por centenas se contam na costa paranaense, pela sua posição, pela constituição geológica dos terrenos em que estão assentes, pela estrutura das suas camadas conchiológicas – remontam à época de formação da costa brasileira, formação que se affasta a dilatado período de tempo, como provam os resíduos de espécies marinhas hoje desaparecidas e o afastamento das águas oceânicas a muitas legoas dos pontos assinalados pela presença de sambaqys, alguns hoje em pleno interior do território”¹⁴⁷ (ver Anexo IX). Tanto numa análise quanto em outra, procura-se um *topos*, uma base dedutiva da origem.

Ao mesmo tempo em que os sambaquis assumem a forma da incontestabilidade, eles servem de base fundamental para a prática hermenêutica da narrativa sobre o homem paranaense. Em Romário, os fragmentos geológicos locais remetem este espaço à história brasileira, porque eles “remontam à época de formação da costa brasileira”. Resolve-se, desta maneira, o problema de como colocar uma região nova num contexto cultural nacional. Contudo, há que se destacar que não se pode entender este ato como um fato político, do

¹⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 53.

mesmo modo que não se pode dizer que Rocha Pombo fosse defensor ardoroso dos índios paranaenses. Há algo que exerce ação coercitiva, como já dissemos, que é o corpo teórico de filiação do pensamento. Romário confessa que

não será sem dúvida do romance e do encomio, do lyrismo e do nosso natural desvelo pela nossa patria selvagem, que nos advirá um conhecimento mais exacto das cousas e dos homens do nosso passado. Há de ser de estudos mais apurados, de investigações mais profundas e, sobretudo, de um repositório muito mais variado e valioso, que a verdade sobre esse ponto obscuro da nossa primeira idade tem de firmar-se de vez e irrefutavelmente no conceito científico do mundo.¹⁴⁸

O pensamento da verdade irrefutável, desejo acadêmico da época, é o vetor que guia a busca do passado. A arqueologia - o acervamento e a pesquisa - são as âncoras fundamentais para o “desvendamento” da ancestralidade histórica do Paraná.¹⁴⁹

Esta perspectiva *científica* firmou-se no meio acadêmico. Alguns anos mais tarde, ela pode ser vista como matriz discursiva à cerca da *existência real* do Paraná. Do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, o sócio Dr. Jayme Dormund dos Reis a rememora:

sempre crescente a faina de empresas que trouxessem novos descobrimentos, desde o momento em que a sorte e o acaso desvendaram os contornos da Véra-Cruz, collearam os portugueses a immensa costa que se lhes deparava e, num certo dia, lá pelo declinar do século 16 pisaram terras do extremo sul da Capitania de São Vicente e se distenderam por onde começavam as da de S. Amaro, dando inicio à invasão branca, na parte actual do littoral paranaense, captivando e afugentando os naturaes, que em remotas épocas haviam por sua vez suplantado, vencido, e repellido, substituindo a raça dos Botucudos que, presume-se, ali estabeleceram arraiaes, como successores directos do habitante prehistórico dessas regiões, que encetara a extraordinária accumulação de calcareo animal conhecido pelo nome genérico – sambaquis – cujo desenvolvimento fez ponto final com a desapareição da liberdade indígena”.¹⁵⁰

¹⁴⁷ MARTINS, Romário. Os Sambaquys do Paraná. *Boletim do Museu Paranaense*, Curitiba, p. 6, jun. 1904.

¹⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 04.

¹⁴⁹ - Um trabalho abrangente sobre a História da Arqueologia como disciplina, pesquisas, Comissões e institutos no Brasil, foram apontados no trabalho de LANGER, Johnni. *Ruinhas e Mito: A Arqueologia no Brasil Império* (Tese de Doutorado). Curitiba: UFPR, 2000.

Ficava, assim, evidenciado que os habitantes indígenas e seus antecessores fizeram o movimento do litoral para o interior, mas é notável, no entanto, o quanto é a prática de escrita que, na verdade, se desloca neste sentido. O que está implícito é muito mais uma tradição de escrita do que propriamente a descrição dos objetos. A prática hermenêutica, ou seja, a experiência temporal e o uso simbólico de uma linguagem científica, que possibilitam a imaginação, realizaram este movimento do litoral para o Rio Paraná (conferir em Anexo I).

Esta perspectiva explicativa serve também para pensar o Oeste do Estado. Como se sabe, desde o acordo celebrado pelo Papa Alexandre VI, é reconhecido o domínio espanhol sobre a região do atual Oeste do Estado. É sabido, igualmente, que os indígenas também estavam presentes nesta região sertaneja e, portanto, não eram litorâneos. Poderia se admitir, no máximo, que eram lindeiros ao Rio Paraná, que encontra uma saída para o mar. Porém, isto seria admitir que houve tribos ou “hordas” que colaboraram com a obra espanhola. Isto, entretanto, os nossos historiadores deixam claro, embora não neguem, mas também não afirmem, mesmo que reconheçam que os “linguáras” eram utilizados para facilitar a comunicação. Este não-reconhecimento é uma forma de diálogo com a tradição da escrita. Se, por acaso, fosse firmado o Rio Paraná como o local dos sambaquis ao invés do litoral, por exemplo, a história teria de ser contada na perspectiva invertida, ou seja, do Rio Paraná para o litoral. Isto seria afirmar a ancestralidade espanhola do território, ao invés da portuguesa.

O deslocamento é que cria possibilidades do conhecimento dos sertões do Oeste. Na mesopotâmia paranaense, afirmou-se que predominavam os tapuias, dispostos a colaborar, “principalmente os do Ivaí e do Tibagi, parecem dispostos a entrarem no convívio da civilização ... em quase todo o alto Tibagi estanciavam umas hordas que se conhecia pelo nome de cainguangues” (conferir Anexo XI).

¹⁵⁰ REIS, Jayme Dormund dos. *Ligciras Notas sobre Ethnologia Paranaense*. *Boletim do Instituto*

Nem todos, porém, estavam “dispostos” à civilização. Os guaranis eram errantes e atacavam, ao contrário dos tapuias. “Algumas dessas tribos, sobretudo as que habitam para a parte do sul, nos sertões que margeiam o Iguaçu, até hoje ainda fazem depredações entre a gente civilizada. Há pouco, fizeram elas uma sortida em sítios do município do Rio Negro, onde se acham estabelecidos colonos europeus, e causaram ali grandes danos e até mortes de mulheres e crianças”.¹⁵¹

Como já foi destacado, é justamente o errante que foge para o sertão e leva consigo o homem branco. Houve confrontos. O corpo em formação talvez não seja o Quasímodo, que causava repulsa pela sua falta de beleza, mas há, nitidamente, uma falta de beleza moral: “a mixtão das duas raças, portanto, se faz da maneira mais desastrosa possível”.¹⁵²

O desastre da miscigenação teria iniciado com a colonização açoriana, em Rio Negro, então denominada de Mata do Sertão. A experiência teria sido completamente destruída pela ação indígena e pela falta de assistência por parte da Coroa. Dizimada, foi posteriormente reerguida por imigrantes alemães e não deixou de ser perturbada pelo gentio. O Barão de Antonina é conhecido como o fundador, por ter assentado ali uma colônia. Esta “prosperou muito, sobretudo nos seus primeiros tempos, devido isso talvez ao gênio laborioso dos colonos alemães, muitos dos quais ali deixaram famílias que vieram a distinguir-se e dar nomes dos mais conhecidos e dignos que conta hoje o Paraná”.¹⁵³ A narrativa aponta uma certa tendência de isolar o sentido de “mixtão” apontado por ele, talvez, por realizar um salto entre o historiador e o político.

Histórico e Geográfico Paranaense, Curitiba, p. 247 1918.

¹⁵¹ Id., *ibid.*

¹⁵² Id., *ibid.* p. 55.

¹⁵³ Id., *ibid.*, p. 65.

Há um flagrante cuidado entre os historiadores paranaenses, quando se trata de relatar a miscigenação entre alemães, italianos, poloneses, enfim, imigrantes novos e brancos com o índio e com o africano. Com este último, especialmente, há uma forte tendência, observável em Romário, Rocha Pombo e outros, de negarem qualquer possibilidade de miscigenação. Este fato alerta para uma advertência estabelecida entre o político e a ciência, naqueles tempos.

O deslocamento para os campos do território, através das clareiras indígenas, era feito ou por obra de assentamentos ou pelas expedições. A obra emérita é a de Diogo Pinto de Azevedo Portugal. O tenente-coronel teria desenvolvido uma verdadeira obra pacificadora, apesar do conflito com o padre Francisco das Chagas Lima e do abandono do frei Pedro Nolasco.¹⁵⁴ A narrativa destaca a predisposição tapuia dos líderes Paí e Condói em constituírem relações de amizade e de civilização. “Felizmente, esse chefe poderoso com quem já os colonos estavam em muito amistosas relações e que já se havia batizado, o índio Paí conseguiu atrair os votorões por intermédio do velho Condói, chefe dos mesmos”.¹⁵⁵ Percebe-se que a boa obra é praticada por um “quase cristão”. Paí é representado como um índio tapuia – já tem o elo familiar –, ou seja, tem algo em comum com os convivas, como diria um bom naturalista ou a perspectiva cristã de cultura. Isto o faz ser qualificado de “poderoso chefe”.

Rocha Pombo lamenta que a atalaia de Azevedo Portugal, como era chamada, tenha sido dissipada. Ele explica que foi devido à intervenção do governo, que cometeu um erro ao separar os índios, por descendência, em assentamentos separados, e estes, dos colonos. A separação teria beneficiado o “culto de seus costumes”. Com isto subentende-se que, não

¹⁵⁴ As picuinhas entre Diogo Pinto e o padre Chagas foram exploradas por Francisco Ribeiro Azevedo Macedo em *Conquista Pacífica de Guarapuava*, de 1938.

¹⁵⁵ POMBO, op., cit., p. 66.

convivendo de forma direta, não houve a esperada convivência cultural; logo, a civilização dos indígenas não teria atingido os seus objetivos. Bem pelo contrário, o fato teria aprofundado ainda mais os conflitos.

A experiência dos campos de Guarapuava, no entanto, se não civilizou, teve duas grandes contribuições. A primeira, porque os aldeados se “embrenharam mais para Oeste”, o fato serviu para garantir o território. A segunda, porque a partir dela fundaram-se prósperas vilas “mais no meio dos campos”, como, por exemplo, Nossa Senhora do Belém, futura Guarapuava, reconhecida em 1818 e elevada a vila em 1849. Desta forma, a obra adquiriu o sentido de objetividade. “A obra do benemérito Tenente Coronel Azevedo Portugal foi, portanto, um grande impulso dado ao progresso de toda a vasta zona despovoad”¹⁵⁶.

É notório o quanto a narrativa não menciona a mistura racial entre índios, colonos, negros e imigrantes, embora eles transitem como personagens: “a lavoura empregava exclusivamente no trabalho rural os índios mansos e os pretos africanos”.

As raças formadoras estão todas presentes. Mas, na narrativa, está presente somente o espírito de heterogeneidade da população local. As narrativas se confrontam com este problema, uma vez que reconhecem o primitivo paulista como indivíduo racional “mixto”. As raças são representadas como “primitivos colonos”. Elas são distintas dos imigrantes. São “puras”.

A ancestralidade portuguesa traz este inconveniente para as pesquisas sobre a miscigenação. É por este motivo que esta questão é tratada com muita reserva. Quando a heterogeneidade quer se referir aos imigrantes novos, eles são tratados como colônias de imigrantes, querendo sempre referendar a etnia enquanto grupo e não como indivíduo. Rocha Pombo assim fala sobre as colônias portuguesas: “de homens distintos e verdadeiramente

¹⁵⁶ Id., *ibid.*, 67.

beneméritos”;¹⁵⁷ a alemã: “que tanto tem cooperado pelo nosso engrandecimento”; e italiana: “que há até representantes dignos do alto espírito da cultua pátria de Dante”. Contudo, é notável o quanto a heterogeneidade é narrada dentro de “comportamentos” morais e de convivialidade grupal distintos: “a heterogeneidade da população, no entanto, nunca impediu o conagraçamento moral em que se funda, sobretudo a ordem e de que derivam a coesão e o vigor do espírito cívico moral”.¹⁵⁸ Fica, então, remetido à questão moral o não cruzamento racial, ou, à escrita deles.

No texto *História do Brasil*, cinco anos mais tarde, o assunto retorna. A propósito de pensar a formação do corpo brasileiro, a obra rememora os assentamentos de europeus alemães, feitos no Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, fracassados em função da não adaptação às características climáticas e qualidades do solo. Ao mesmo tempo, reafirma o caso de Rio Negro, “que em 1827 recebeu cerca de 30 famílias dessa nacionalidade. Este núcleo desenvolveu-se rapidamente”.

Novamente, o pensamento eugenista parece ser colocado em suspenso. A adaptabilidade dos novos imigrante é desviada da mistura racial para os hábitos dos grupos culturalmente distintos. O fato de os imigrantes novos conseguirem se estabelecer nos sertões e, mesmo nos centros urbanos, como na capital do Estado, é devido muito mais às habilidades manuais do que propriamente ao seu sangue. Assim, o desenvolvimento é caracterizado como efeito dos instrumentos para o trabalho com a agricultura e o conhecimento de “práticas” de comércio, nunca como mistura racial, embora admita que “tratando-se de usos e costumes, deve atribuir-se o influxo propriamente do colono. É nos maiores núcleos de população exótica que melhor se observa como esta atua visivelmente sobre a nativa, mesmo quando

¹⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 142.

¹⁵⁸ Idem.

esta acontece quasi sempre é a mais extensa”.¹⁵⁹ Anotava, novamente, que a influência cultural do imigrante sobre o nativo se observa nos “nossos estados dos sul”. Ficam, assim, remetido somente ao cruzamento cultural, o que deveria ser remetido a uma assimilação, uma vez que os imigrantes europeus modificaram os hábitos nativos.

Os dados censitários são números que ajudam a constituir a realidade imaginada. De posse dos dados do censo de 1872, é tornado visível, em forma de números, aquilo que na escrita já havia sido afirmado. Eles concluem que

já se logra convicção de que é do Distrito Federal para o sul que se acha o máximo de densidade da população branca... 60% contra uma média geral de 38%... quer isso dizer que enquanto nos dezesseis estados do norte e do interior, a população branca se desfalcou entrando no caldeamento e sem ser ao menos compensada pela imigração, nos estado do sul o fluxo crescente da raça branca é muito superior à defecções que a mescla determina.¹⁶⁰

Nos estados do Sul e, por consequência o Paraná, ocorrem menos cruzamentos do que no resto do Brasil. Os números “dão conta” de demonstrar um Brasil diferente no Sul do país. Narrativas como estas constituem práticas discursivas que se desdobram em ações efetivas de cunho político-acadêmico. Não se trata de dizer que o pensamento eugenista não se fizesse presente no Estado. As teses de Gobineau estão presentes em vários autores. O próprio Rocha Pombo afirma que há uma defecção que a mescla determina. A que defeito ou ausência ele está se referindo? Possivelmente, às qualidades presentes nos hábitos dos caboclos paranaenses. Toma corpo, aqui, uma representação “mitológica” da identidade paranaense, que insiste em dizer que não houve miscigenação no Estado, especialmente com o elemento escravo africano.

¹⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 113.

¹⁶⁰ *Idem*

O texto permite visualizar melhor as matrizes do pensamento higienistas do início do século, não visíveis explicitamente no texto regional – *O Paraná no Centenário*. Neste, o silêncio é significativo. Mas, no *História do Brasil*, ele se define: a mescla determina uma defecção da raça. Torna-se notório, então, o seu silêncio no texto regional. Há um sentido muito claro em não tratar o corpo misturado do paranaense. O caboclo não é sujeito na sua narrativa. Sinais mais evidentes, ele demonstra quando pensa os elementos de formação “das três raças em fusão: a branca diretora e as duas outras subalternas, a aborígine e a africana. Suprem-se aqui, respectivamente, a imigração, a conquista e o tráfico. São condições em que se fez o caldeamento geral ... a raça que encontramos aqui não podia trazer para o nosso problema etnogênico o máximo de valor próprio normal”.¹⁶¹ Daí, ele ser francamente a favor da imigração e, no caso do Paraná, serem os assentamentos os mais bem sucedidos do país, em contraponto à Bahia e ao Espírito Santo, onde ela não ocorreu. Estes “sinais” são fortes indícios das teses de Gobineau, contudo não é confessado se o caboclo era uma espécie de Quasímodo. Era comum dizer, porém, que ele tinha a preguiça e o retraimento como principais características.

Nem Quasímodo nem Hércules, mas um “typo intermediário”, “um etyope” ou, como disse Pinheiro Machado, “um homem-tapera”. Esta denominação, que foi atribuída ao homem paranaense não-imigrante, é expressivamente significativa, por assemelhá-lo à natureza, foi dito que graças à sua semelhança à própria natureza,

o homem já (é) diferenciado do primitivo habitante da terra. Já diferenciado do primeiro colonizador, pintado com tintas inconsistentes de uma meia-civilização sobre o fundo de uma meia-selvageria, sem mais ambições de aventura, se adaptou estupidamente, instintivamente ao meio, como os bichos se acostumam ao mato, por puro instinto, dominado naquele arremedo de vida humana, pela paisagem entorpecente que não instiga à luta, monotona, dadivosa, de coxilhas sem fim e crepusculos rectos e pertos,

¹⁶¹ Id., Ibid.

tornando tudo mollengo e inconsciente, amortecendo no homem todos os pensamentos de criação, de alegria, de vida, tornando-o um elemento da propria paysagem, como si elle fosse uma árvore, um servo, um bicho quando não (e quasi sempre) um tapéra!¹⁶²

A segunda imagem expressiva é a representação do homem de meia cultura, que guarda um passado de glórias: “(...) o homem tapera, resto de glórias e epopéias, dormindo despreoccupado sobre as tradições. Na inconsciencia instinctiva dos animaes inferiores”.¹⁶³

Esta imagem do caboclo parece evidenciar um paradoxo da modernidade dos anos 40. De um lado vive-se o clima de guerras, que cria um frenesi na contagem do tempo; de outro, o rádio e a televisão são meios disponíveis, embora restritíssimos, que se unem em unísono à modernidade industrial de Curitiba, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os homens da escrita historiográfica vivem este frenesi. Eles estão no tempo acelerado. Por isto, a caboclice inspira ares de atraso, de tempo lento. No entanto, a antítese da modernidade carrega as tradições – as epopéias e tradições que se afirmam e que estão no inconsciente.

Vitória da natureza sobre o corpo. Vence Ratzel. A linguagem simbólica que fala através do autor coloca-o diante de um paradoxo: um passado épico, de tradições, e um indivíduo que é a própria paisagem monótona. O homem tapera assemelha-se ao homem urupês, de Monteiro Lobato. O sertão, então, molda a alma e cria um tipo humano, segundo Pinheiro Machado, que vive do “arremedo de vida humana”.

O valor próprio não estava nos caldeados, porque “os que se submetem são reduzidos à escravidão: e são estes que entram no caldeamento geral”.¹⁶⁴ Os caldeados representam um lado fraco, cujas trocas superiores se perderam porque, continua ele, “o que havia de viril, de heróico mesmo, no sangue americano, tinha, portanto, ficado fora da fusão”.

¹⁶² MACHADO, Brasil Pinheiro. Instantâneos paranacnses: projecção brasileira. *A Ordem*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 06, p. 129, 1930. – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁶³ Id., *ibid.*

¹⁶⁴ Id., *ibid.*

Deste modo, retorna o mito da fundação do Paraná. Os tapuias eram índios decaídos “representantes dos primeiros invasores, por isso mesmo mais degradados”. Foram eles que, representados por Paí e Condói, colaboraram com Diogo Pinto.

Os tupis são a raça forte que guarda os sertões, fugidos do litoral e isolados da civilização: “O tupi não é mais do que uma secção da mesma corrente oriental num grau de desenvolvimento: é o homem que se reerguia por esforço próprio da regressão a que havia descido. O tapuia não era senão o antepassado da nova raça, o tronco de que havia saído a nobre descendência dos tupis”.¹⁶⁵ O tupi era a raça representativa do Brasil. Assim também se fundava, pela narrativa, no Paraná: “o sentimento da força (que)gerou no tupi todos os instintos da vida heróica. Ele vivia para a guerra. Tinha um profundo orgulho do seu valor militar, aliado a uma verdadeira paixão pela glória”.¹⁶⁶

Na narrativa, o autor ultrapassa o próprio sentido cultural que distancia o objeto de análise. Como dizer que os índios guaranis viviam para a guerra ou que tinham orgulho do valor militar? Guerra e militar eram valores culturais europeus e, neste caso, valores portugueses. Percebe-se como há um cruzamento de horizontes de pensamento, especialmente quando se escreve sobre um grupo que não conhece a escrita. Rocha Pombo está falando de sua própria cultura. A sua imaginação histórica está constituindo uma narrativa de índio útil à nacionalidade brasileira.

Com esta expectativa, os índios são lembrados como feitores de atos heróicos. É o caso, por exemplo, dos tamoios, na expulsão dos holandeses do Rio de Janeiro.¹⁶⁷ Outros historiadores regionais lembram os atos heróicos de um outro tupi em defesa do território: o

¹⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 77

¹⁶⁶ Id., *ibid.*

¹⁶⁷ Por determinação de Luiz XIV, rei da França, o Rio de Janeiro foi invadido duas vezes, no início do século XVIII. Duclerc em 1710; em 1711 René Duguay Trouin, que saqueou a cidade e exigiu

cacique Guairacá. Muitos historiadores regionais, liderados por Romário, constituem uma compilação deste cacique como o símbolo da territorialidade ocidental do Estado. Defensor das fronteiras, Guairacá teria garantido o Oeste, à medida que teria expulsado os espanhóis e, assim, colaborado com a obra de São Vicente¹⁶⁸ contra os invasores espanhóis, da mesma forma que o índio Sepé lutou na Cisplatina contra a anexação do Uruguai. Um passado heróico e um tronco racial marcante do homem do Paraná.

Os índios puros – os não-tapuias – não se cruzaram com as mulheres brancas, pelo menos na escrita. O isolamento nos sertões é que possibilitou este retorno à pureza guarani, uma vez que as tapuias só cruzavam com os puros. A continuidade do branqueamento teria de ser seguido para os que quisessem manter o ascendente ou, simplesmente, isolar os imigrantes e mantê-los brancos puros. É esta a tensão que está presente na demografia regional.

O negro, por sua vez, é também considerado um decadente: “O negro degradado era, sob o ponto de vista social e político, a criatura humana mais abjeta de que há notícia em todos os tempos”.¹⁶⁹ A degradação é explicada pelo fato de que ele se sujeitou ao senhor e a um sistema altamente desprovedor de qualidades superiores, contudo, participando da “mixtão”. Os crioulos – já homem mestiço - tiveram grande importância, porque tanto nas cidades como nas fazendas e engenhos de senhores foram grandes elementos de fusão. Hoje, estão mais ou menos disfarçados já no aspecto geral da população brasileira”.¹⁷⁰ A ascensão e

resgate. Na retomada do território, o governador geral Mem de Sá teve auxílio de Araribóia e seus guerreiros – os temíveis lamotós.

¹⁶⁸ Houve quem discordasse do personagem Guairacá como símbolo da nacionalidade paranaense. Loureiro Fernandes consegue argumentar, em 1950, com apoio do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, que Guairacá na verdade foi aliado dos espanhóis no objetivo de encontrar uma saída para o Atlântico. Foi sugerida então, uma troca de heróis. Foi escolhido o cacique Viri, por ter colaborado na obra de ocupação dos Campos de Palmas. Sobre maiores dados, conferir SZVARÇA, Décio Roberto. *O forjador: ruínas de um mito: Romário Martins, 1893-1944*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

¹⁶⁹ POMBO, op., cit., p. 94.

¹⁷⁰ Id., ibid., p. 99.

a verdadeira liberdade ocorreu à medida que se “identificou em sentimento com a raça dominadora, amando a terra, onde havia entrado pelo cativeiro, mas que também era tão sua quanto do branco, quando reclamava a sua parte de sacrifício na guerra contra os intrusos”¹⁷¹. Esta presença psicológica na narrativa mostra, agora sim, um novo corpo, perfeitamente identificado com um território: “Tanto na ordem política interna, como no exterior, o negro tem sido o braço poderoso da nação. No Paraguai, o mais notável de nossos conflitos externos, o elemento africano figurou com mais de dois terços das nossas forças, tanto navais como de terra”.¹⁷² Ao ser expresso como sujeito, o corpo mulato é dado como “o mais vivaz produto das duas raças mais extremadas”. É claro que ele é um tipo de transição e que ainda não se fixou... mas, demonstra caracteres superiores. Indiscutivelmente, é uma renovação das duas raças. É difícil dizer se pelo tipo físico, se pelo espírito. Isto fica claro no tom de profecia:

por nossa parte, cremos imensamente na grande missão e nos altos destinos da raça histórica que se forma nesta porção da América, e que há de dar ao mundo esta lição admirável de que não é mais uma utopia a unidade futura da família humana no planeta, e de que a mescla, mesmo das raças mais afastadas, longe de enfraquecê-las, é o processo mais seguro de reconstituí-las.¹⁷³

Esta narrativa, talvez, deixe mais claro o sentido do povoamento do Paraná. Mesmo os paulistas tapuias sendo mestiços, todos colaboraram na obra construtiva. Domesticando-se ou isolando-se nos sertões, conservaram o traço típico, heróico, que se recupera à medida que o sentimento de defesa da terra os reúne numa utópica família: a nação. Como disse Ristow, “as narrativas dão conta que a população ia se formando em torno

¹⁷¹ Id., *ibid.*

¹⁷² Id. *ibid.*, p. 101

¹⁷³ *idcm*

de uma perspectiva de composição. As raças, o solo e a natureza como um todo, formavam a imagem de um homem paranaense”.¹⁷⁴

A base da unidade recorda a aproximação entre Capistrano e Paulo Prado, para quem a psicologia do colono era a grande questão. Rocha Pombo abandona um pouco a tradição do pensamento etnicista e se ocupa mais com a sociologia dos hábitos e dos costumes. Por este motivo, ressalta tanto em *O Paraná no Centenário* a questão da moral e da convivência entre colonos, índios e negros no Paraná. Da mesma forma, exalta as modificações culturais provocadas por exóticos.

Esta perspectiva é também visível no romance *No Hospício*, que se vale do personagem Fileto como recurso de narrativa, tal qual fizera Monteiro Lobato com Miss Jane (não querendo compará-los, porque temporalmente há bons anos de distância entre uma e outra obra). Na obra, ele é o mestre que atenciosamente ensina a seu discípulo, Fileto: “todos os que estudam os males da sociedade atual reconhecem que são eles oriundos principalmente de três paixões dominantes: a paixão da riqueza, a paixão do poder e a paixão sensual”.¹⁷⁵ Como em Lobato, Paulo Prado e Capistrano, aqui também há males para serem curados, sendo que a cura ocorrerá somente pela elevação moral. Na instrução ao discípulo, ele insistia:

agora, meu caro, imaginemos que ante a iniquidade antiga estava a ação moral dos representativos; que o herói sucumbia; que a força invisível que rege as almas ou que dirige os espíritos desde o princípio, cessava de operar: não teria porventura, não é certo que teria a sociedade permanecido eternamente bárbara? E como então curar de almas no seio de uma sociedade estranha ou infensa às almas? ... no entanto, como se sabe, eu sempre separei a gênese moral da pura sociologia... Para mim, hoje, só há espírito... mal da falena que se preocupar com a larva de onde veio”.¹⁷⁶

¹⁷⁴ RISTOW, Márcia Regina. *Saber Médico e Populações nas práticas de Saúde Pública no Paraná nas décadas de 1930 e 1940*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFF, 2001.

¹⁷⁵ POMBO, José Francisco da Rocha. *No Hospício*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1970. A primeira edição data de 1905.

¹⁷⁶ Id. *ibid.*, p. 182

Esta confissão a Fileto é, na verdade, um desabafo do homem acadêmico e, de certo modo, também do homem político. É uma chave para entendê-los. Se as paixões desenfreadas da promiscuidade racial não tivessem ocorrido e se não tivesse conservado o sangue superior, a sociedade teria permanecido bárbara. Possivelmente, há a sugestão de que a cura das almas se faria com a imigração, mas, como acentua, de forma sociológica e não biológica. A utopia de que fala tem um forte sentido de esperança na idade filosófica da sociedade, defendida pelo positivismo de sua época. O herói, o homem feitor, os grandes acontecimentos seriam a expressão desta idade elevada. Daí, toda a admiração pelos índios tupi-guaranis do Paraná, construtores de territorialidade.

2.3 - LUGARES DA ESCRITA

A prática da escrita regional seguiu os vetores da prática bandeirante. Ela iniciou no litoral e deslocou-se para o sertão. À medida que o conhecimento foi ganhando a forma de números, mapas, dissertações, disputas diplomáticas, acordos, lendas indígenas, etc., (conferir em Anexo XI), o desconhecido tornou-se representável e, portanto, deixou de ser o ocidente suscetível às invasões estrangeiras que representavam um foco de ameaça à soberania do Estado e da nação brasileira. Contudo, somente em fins dos anos 40 é que as iniciativas políticas decididamente confrontaram-se com o vazio demográfico, instituindo a ação da iniciativa privada e oficial para o assentamento de colonos.

A mudança de postura parece que foi impulsionada ainda mais, não somente devido às iniciativas oficiais do governo de Getúlio Vargas, que agilizou a cruzada contra os ditos sertões brasileiros, mas, sobretudo, pelo término da Segunda Guerra Mundial, que colocou em cena um Estado conhecedor de si próprio, do seu território e da sua jurisdição política. Houve um visível amadurecimento no que tange à organização econômica e institucional da governabilidade estatal, denunciando que a “crise de identidade”, que causou o questionamento das identidades nacionais das nações quando do início da Primeira Guerra, saem agora, da Segunda, com instituições mais sólidas.

Esta solidez, no entanto, não tem origem na “conjuntura” internacional. São óbvias as suas influências. Contudo, o amadurecimento foi o resultado de uma operação de conhecimento sobre o espaço em questão. Foi ela que, ao mesmo tempo que tornavam evidente aos desejos a forma do desconhecido, formava um contorno visível do Estado em formação, garantindo uma maior segurança aos seus domínios territoriais e, juridicamente, criando um espaço de exercício da sua soberania. Com estas investidas, o Paraná entraria no rol das nações modernas emancipadas.

Para que estes resultados fossem atingidos, houve práticas de conhecimento que pensaram a constituição do espaço em objeto. Instituições constituídas neste período são as provas da irrupção e da permanência de campos de saber e disciplina institucional¹⁷⁷. Esta clivagem constitutiva é uma forma de desvendar o presente. É neste clima que Romário Martins, por exemplo, estava revisando a sua obra e organizava uma grande produção sobre literatura, história, geografia e sociologia do Paraná.

¹⁷⁷ Queremos remeter o leitor a páginas atrás, quando ressaltamos a importância das instituições na produção da representação de região, bem como a sua cumplicidade com outros campos e técnicas de saber.

Estas ciências, embora procurassem isolar-se na busca de objetos únicos que lhes permitissem distinguir-se umas das outras, como era próprio dos tempos das ciências positivas, mantiveram unidade intrínseca entre si, na proporção em que as grandes teorias, que organizavam os corpos teóricos, perpassavam-nas, criando um elo provisório. Deste modo, a historiografia, a sociologia, a literatura, entre outras, entoavam um canto uníssono: ambas pertenciam ao mesmo laço de tempo e, como tal, confrontavam-se com questões idênticas.

A circularidade da produção acadêmica ocorria através de vários centros. Os locais de discussões eram, de certo modo, uma forma de efetivação do próprio intuito de ciência à moda europeia das academias de várias especialidades. Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, houve uma corrida para a instalação de similares nos Estados. A história natural era, entretanto, quem recebia investimentos e atenção maior, com instituições mais consolidadas e com resultados mais “visíveis” no mundo acadêmico. Esta questão não era o resultado de uma escolha política, mas uma consequência “óbvia”, da própria história do pensamento, cuja metáfora evolutiva colocava como condição conhecer os domínios da história natural e aplicá-la à natureza local. Uma prática historiográfica “com os olhos voltados para trás” importava-se em desvendar o passado do homem. A busca das origens movimentava as ciências e colocava a história natural na ordem do dia.

Os institutos e centros de pesquisas e museus eram sinais, porque demonstravam a preocupação de dar tratamento às origens locais. Eram uma expressão de busca de soberania, por denunciarem o interesse pela *terra brasilis*. Contudo, não deixavam de aparecer no seio social como sinais de modernidade. Era uma ostentação que tinha origem fora do Brasil e, como tal, tinha o *status* daquilo que era moderno. Para as colônias que pensavam a consolidação da sua liberdade, passou a ser uma necessidade o ato de tornar visíveis os signos modernos, que eram tão expressivos quanto a imprensa para a época.

Os signos modernos, de outra maneira, denunciavam o círculo restrito dos homens da ciência. Numa época em que a genética não era ainda segredo de Estado, a ciência era praticada com menor sigilo. Esta característica só era possível, porque não havia um público maior interessado nos resultados de pesquisas. O poder político não havia feito dela uma espécie de razão de Estado e o número de alfabetizados, bem como os meios de divulgação, não causavam inveja às sofisticções atuais. Logo, os homens de ciência eram um reduzidíssimo grupo que, quase sempre, sobrevivia às próprias custas ou era subvencionado por alguma função pública. Desde a virada do século até pelo menos as cinco primeiras décadas, os nomes expressivos das letras brasileiras e paranaenses faziam parte de uma rara nata de pensadores, que não sobrevivia do exercício da escrita.

No Paraná, alguns centros, ainda existentes, ocuparam-se com a produção científica. Esta distribuição ocorria através de vários veículos. De modo especial, serviu de suporte para distribuição e *locus* de produção o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, criado por Romário Martins, em 1900. O centro foi fundamental para a prática constitutiva do conhecimento do corpo do Estado. Ele é de uma época em que a Universidade Federal, que passou a congregar e reunir não somente historiadores e geógrafos, mas intelectuais de vários campos do saber, ainda não existia. Os Estatutos da entidade ainda apresentam as razões da sua criação, numa época em que a ciência estava por ser feita. A organicidade da instituição tem como ato fundador um programa geral, que não somente concretizava o conceito de grupo, mas, sobretudo, tinha como função criar a coesão científica, para creditar a aparência de credibilidade aos resultados.

Os sócios foram reunidos por cinco modalidades: fundadores, efetivos, honorários, acadêmicos e correspondentes. Todos deviam zelar pelo programa e idoneidade da instituição. A eles, cabia a responsabilidade de um novo sócio, que só ingressava se fosse

aprovado por, pelo menos, “três sócios fundadores enviados ao Conselho da Presidência, juntamente com um exemplar de cada trabalho de autoria do proposto, bem como das informações referentes aos seus títulos e atividades científicas”.¹⁷⁸ Os sócios fundadores e efetivos ficavam obrigados a apresentar às suas áreas, Geografia ou História, pelo menos uma publicação inédita semestral. Fica, assim, evidente o “zelo” científico e a razão institucional.

Todos os sócios ficavam “unidos” por um programa a ser cumprido. Divididos em quatro pontos fundamentais, ele revelava a razão de ser de um instituto de pesquisas no início do século:

- a - Meio Físico e Vital. Observações e estudos sobre o território do Estado, extensão e limites; geografia, climatologia, orografia, hidrografia, problemas do litoral. Flora e fauna;
- b - Meio Econômico. Produção e consumo, exportação e importação. Agricultura e pecuária. Indústria extrativista. Melhoramento dos produtos. Seleção e defesas das sementes. Indústria fabril e manufatureira. Comércio e transporte. Viação;
- c - Meio Físico e Social. Pesquisa e estudos sobre a história política e social do Estado; sua evolução; história particular dos municípios; população. Socialização dos índios e caboclos;
- d - Meio Cívico e Moral. Estudo das fases históricas dos progressos morais e cívicos da sociedade paranaense. Comemorações das datas que assinalam os progressos do Brasil e do Paraná na política, nas ciências, nas artes e nas indústrias.¹⁷⁹

Os quatros pontos em destaque, sobre os quais se consolida a prática institucional, podem ser entendidos como quatro pontos vitais, que demonstram a cumplicidade entre a metáfora da ciência e o “compromisso social” que a instituição chamava para si. Eles estão organizados de forma a revelarem uma hierarquia entre si, iniciando pelo conhecimento do território. Este primeiro ponto sugere aos sócios que o território inicia pelo litoral: “problemas do litoral”. A razão científica colocava, então, um desafio a si própria, quando, para realizar a ciência, precisava desvendar o território.

¹⁷⁸ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE. *Estatutos*. 1932. FONTE: Museu Paranaense.

¹⁷⁹ Id., *ibid.*.

Não se pode dizer, porém, que inexistia uma unidade entre os quatro pontos do programa. Talvez ocorra o contrário, pois eles manifestam um começo e um fim, quando o “meio físico e moral” aponta os progressos da sociedade paranaense. Ele deixa perpassar em si um receituário de civilidade, uma prática constitutiva, que denuncia as expectativas que se formaram em torno de instituições deste gênero.

O Museu Paranaense tinha esta função aglutinadora, anterior à fundação do instituto. Mais do que qualquer outra instituição, ele cumpria a função de “abrigar” os estudos antropológicos e etnográficos do Estado. Fundado em 1876, por Ermelino Agostinho de Leão, a “vocação” do museu foi definida como “indagação a respeito de exemplares da nossa fauna, mineralogia e espécimes vários de archeologia indígena e de ethnologia brasileira de antiga idade histórica”.¹⁸⁰ A razão motivadora, como predizia a metáfora do tempo, não era outra senão cuidar da história natural. Os maiores “restos” culturais armazenados, como era de se esperar, são de artefatos de pedra, classificados como pertencentes aos “homens pré-históricos do Paraná e aos sambaquis que afloram em todo o litoral do Paraná”.

Romário Martins assumiu a reorganização do Museu em 1903. As suas diretrizes ficaram registradas no primeiro boletim, de 1904:

seleccionado o material existente, dispostas com methodo as collecções, concluido um fatigante trabalho de classificação – o Museu Paranaense está hoje encarreirado, aproando certo para um ponto, distante embora, e que é a sua identificação com os congeneres no paiz. (...) durante o ano de 1903 foi de 9.600 o número de visitantes deste estabelecimento, e no actual exercicio tende a cada mez augmentar. Segue-se dâhi a prova de utilidade prática do Museu, que está em condições de accessibilidade pública, pois fica nûma das ruas centraes da cidade.¹⁸¹

Se o instituto tinha restrições quanto a trazer o público para seu interior, armando-se com uma série de requisitos instituídos através dos seus estatutos, o museu, pelo menos sob

os auspícios de Romário, não demonstrava isto. Ele tinha o caráter da demonstração pública, o que denuncia uma vocação de acervamento e não de produção. Por este motivo, o destaque ao número de visitantes e a adequação de espaços para que esta ocorrência fosse realizada:

o pátio da secção zoológica viva tem hoje as necessárias proporções ao numero de exemplares que alli há, em jaulas e gaiolas confortáveis, e está todo ensaiado e arborizado. Mande, durante o ano passado, encanar agua para essas jaulas e gaiolas, e no corrente exercício fiz já construir uma officina para o preparador com o material preciso para tal mister e também, anexo, um gabinete photographico. (...) na secção numismática estão todos os mostradores reparados ... e tethodisação perfeita.¹⁸²

A maior aplicação das pesquisas se faz ao redor de um material que merece destaque especial ao arguto diretor: “nas colleções de anthropologia e ethnologia concentro toda a minha attenção, no sentido de impulsional-as como convém e dar-lhes um outro relevo capaz de fazer sobre ellas girar o maior interesse do publico e dos estudiosos.” A expressão “como convém” dispensa explicações. O interesse de massificação dos objetos de conhecimento é um desejo que, como ele próprio afirmou, “distante embora”, foi aos poucos atingindo os seus objetivos.

Houve outros círculos curitibanos que, a exemplo do Museu Paranaense e do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, foram fundamentais para pensar esta espacialidade, como o Círculo de Estudos Bandeirantes e a Academia de Letras do Paraná. O Círculo tem nascimento tardio em relação a estes outros. Afirma-se que surgiu em estado de oposição ao agnosticismo e ao liberalismo. Reunia pensadores católicos em torno da figura do padre Luiz Gonzaga Miéle. Nele, estiveram nomes expressivos como José Loureiro Fernandes, o mesmo que irá, mais tarde, em 1950, derrubar a tese romariana de que Guairacá era símbolo nacional. Este fato deixa evidente que havia uma rivalidade entre o Círculo e o

¹⁸⁰ BOLETIM DO MUSEU PARANAENSE. Curitiba, jun. 1904.

Instituto. Outros nomes, como José Mansur Guérios e Bento Munhoz da Rocha Neto, encontraram nesta associação um lugar de propagação de suas idéias.

A Academia de Letras do Paraná, por sua vez, pode ter como criação a data de 1912. Foi denominada de Centro de Letras do Paraná, inicialmente. As atividades se multiplicaram por dez anos com esta denominação. Em 1922, possivelmente no clima da Semana da Arte Moderna, no Clube Curitibano, por iniciativa atribuída a Romário Martins, Silveira Neto, Dantas Ribeiro, Paulo Assunção, Serafim França, Samuel César, Leonidas Loyola, Francisco Leite e Rocha Pombo, abandonou-se o cognome “centro”, passando para academia. Nela, alojaram-se valiosos nomes das letras paranaenses. Na primeira presidência, esteve à frente José Francisco da Rocha Pombo.

A história natural, contudo, fazia a ordem do dia. Se Rocha Pombo não dava importância à “larva de origem”, as pesquisas sobre a etnografia colocavam o assunto na primeira ordem. O Boletim do Museu Paranaense, de 1904, defendia a monogamia e, assim, alinhava as pesquisas sobre a origem do homem. Um texto de Romário Martins faz uma apologia inicial da origem do homem, basicamente tomando como fonte o “homem de Lagoa Santa”. Ele lamenta que

até hoje, porém, não investigamos si em nosso meio a quão longe se remonta nossa existência. E assim é que do vasto e importante problema da ethnologia brasileira só alcançamos o que os geólogos e archeólogos em villigiatura pelo nosso paiz tem accumulado nas revistas e nos museus scientificos da Europa. No Paraná quem até agora se preocupou seriamente disso, reunindo materiais e os estudos scientificamente?¹⁸³

A indagação remete a pensar na disciplina que se faz em duas ordens: a necessidade de constituir um saber científico sobre a origem do homem paranaense, a

¹⁸¹ Id., *ibid.*.

¹⁸² Id., *ibid.*

¹⁸³ MARTINS. Os Sambaquys, *op. cit.*, p. 7.

etnografia, e sobre o pesquisador, ou seja, a junção de sujeito, técnicas e objetos. Ambos estão envoltos em dizer os segredos do corpo, porque, como disse, “carecemos, pois, de cuidar com interesse e caráter científicos, dos estudos que nos deverão desvendar e explicar a nossa gênese de povo, desenvolvendo o conhecimento da antropologia e da lingüística, arquivando e fazendo estudar por competentes os objetos fósseis”.¹⁸⁴

Revela-se aqui o homem com tendências ao “espírito universal”. Como disse Michel de Certeau,

a linguagem se objetiva, tornando-se um campo que se deve lavrar e não mais decifrar, uma natureza desordenada que se há de cultivar. A ideologia dominante se muda em técnica, tendo por programa essencial fazer uma linguagem e não mais tê-la. A própria linguagem deve ser agora fabricada, ‘escrita’. Construir uma ciência e construir uma língua é o mesmo trabalho.¹⁸⁵

Para a escrita local, a lingüística e a antropologia são as “sciências” de ponta que surgem como saberes cujas especialidades “descobrem” o caráter de identidade e pertencimento dos indivíduos de uma nação. Estas são inspirações da tradição alemã na historiografia brasileira. Martins não é o único. Trata-se de um hábito que veio desde os primeiros escritos sobre o Brasil, mas que, na virada do século, tinha um sentido bem próprio. Em Capistrano, por exemplo, ficou visível ao extremo, quando deixou o projeto dos *Capítulos* para dedicar-se à lingüística indígena. Esta discursividade fluirá através do Museu, do Instituto e da Academia de Letras do Paraná.

A tendência é também força motriz das “pesquisas e arquivamento” sobre o corpo paranaense e seu espaço. Os restos arqueológicos, com esta coercitividade, são fundamentais. Os sambaquis do Paraná são fontes visitadas e exploradas em busca de respostas, do litoral

¹⁸⁴ Id., *ibid.*

¹⁸⁵ CERTEAU, Michel de. Economia Escriturística. In: _____. *A invenção do cotidiano : artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 230. Os destaques são do autor.

para o interior. Assim, a construção de pesquisas obedecia a uma prática de espaço. Elas partiam do litoral para o interior. Dizia-se que “na costa do estado do Paraná encontram-se sambaquis de inestimável valor, como o do Goulart, os Casqueiros de Antoninenses e o grande e importante sambaqui na Ilha Guamiranga, em Antonina, todos dignos de sérios estudos e investigações.”

Ao lado deste estudo de Romário, veio publicado o estudo de Orville A. Derby, de 1878, intitulado *Geologia da Região Diamantífera do Paraná*. Trata-se de um estudo fundador para a geografia, a etnologia e mesmo a historiografia do Paraná. Mesmo estando distante do recorte temporal a que estamos nos remetendo, temos que mencionar os trabalhos de Orville pela importância que assumiram diante das pesquisas sobre a geologia paranaense. Este *status* pode ser medido pelas muitas vezes em que suas conclusões circularam por entre os resultados de trabalhos da historiografia, da geografia, da etnografia e outros. Ao que se sabe, ele esteve encarregado de fazer um levantamento das qualidades do solo dos Estados do Sul do Brasil. Na escrita paranaense, a sua estadia por entre os rios do Oeste é maciçamente mencionada, fato que remete a sua “visita” a uma ação fundadora da vocação das qualidades do solo sertanejo, como se pode ver em outro capítulo desta pesquisa.

No ano de 1904, uma lei de autoria do próprio Romário criou possibilidades maiores de arquivamento e constituição da memória “científica” do Estado. A lei obrigava os comissários de medição de terras a remeterem ao Museu os materiais etnológicos e amostras de minerais que encontrassem. Dizia o primeiro artigo: “os comissários de medição de terras são obrigados a enviar ao Museu do Estado os artefactos da primitiva arte indígena, objetos fosseis e amostra de minerais em suas explorações”.¹⁸⁶ A soberania começa a tomar forma em torno do direito, ou, pelo menos, da legislação.

¹⁸⁶ FONTE: Museu Paranaense.

Esta prática discursiva também está no discurso oficial do Estado. Ele aparece como o maior suporte da modernidade. É uma condição para o aparecimento na cena discursiva desta identidade imaginada. O relatório de governo, de 1918, dizia que, desde os “açorianos de 1816, os alemães de 1827, os franceses em 1847, os suíços e os italianos em 1852, os ingleses e norte-americanos em 1860, os polacos em 1871, os suécos e irlandezes em 1876 – a onda immigrantista de lavradores foi fechando os campos de Curitiba num círculo de labor productivo”. A força enunciativa das palavras é colocada uma ao lado das outras, como se fossem realmente substitutas dos indivíduos descritos. Nelas – nas palavras – não há conflitos. A representação parece seguir uma lógica perfeita, com meio, começo e fim. Nela a obra parece única e os indivíduos, em suas unidades, dissolvidos e empenhados numa ação conjunta, fechando os campos, isto é, garantindo o desvendamento do espaço.

As raças “colaboradoras” estão cumprindo um papel essencial no ato narrativo: “elas vieram como factoras de progresso incessante, e para a nacionalidade o cadinho onde se fundirão as soluções ethnicas do seu passado histórico”.¹⁸⁷ Do ponto de vista da administração, está presente uma perspectiva de solução. A heterogeneidade de corpos, no fim, resultaria num corpo só. No Paraná, fundir-se-ia, com este homem novo, o passado do tapera e o industrioso europeu. Assim, ocorria uma espécie de reencontro entre o passado das tradições portuguesas – a rigor, também européias – e o presente dos novos imigrantes. É este o sentido da nova colonização, alardeado pelas ciências deste tempo.

Também pela oficialidade, Alcidez Munhoz, diretor de Fazenda e Agricultura, ao preparar a sua *Publicação Oficial para a Grande Feira Annual do Districto Federal*, em 1918, divulgou que

¹⁸⁷ Relatório de Governo, 1918. FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Curytiba ‘e uma capital constituída por 20 cidades, afora o núcleo central de sua formação e, por conseguinte, a força vital de sua expansão, hade nella produzir a eclosão de uma metrópole formidável – formidável pelo trabalho maravilhoso das raças advindas e succedidas no labor da vida por esse sub-tipo já exurgente que della traz a belleza e a força, o claro espírito e a alma generosa.¹⁸⁸

Os traços estóicos estão presentes, bem como a expectativa de superação da caboclice: eles lembram bem mais o homem cordial de Paulo Prado.

O texto oficial trata de mostrar a positividade das terras do Oeste do Paraná. Trata-se de uma feira, onde é posto, como numa vitrina, aquilo que de melhor existe para ser “vendido”. O território sem corpo é representado como as melhores promessas aos investimentos particulares e oficiais. Obedece-se a uma prática recorrente desde a invenção da escrita: criar uma representação gráfica para a demonstração daquilo que é imóvel. Não se carrega o território do Estado no ato de falar dele; apresentam-se interpretações figurativas dos seus contornos. Confirmam estas “aparências” as pesquisas de Nestor Victor:

a temperatura que dá vida à baunilha das margens do Paranapanema e do Ivahy, ao café do Assungy, à cana do Goyo-en, à bananeira de Villa Rica, não é comparável à de Cuba ou New-Orleans, porquanto nesses logares maravilhosos do torrão paranaense, vê-se algumas vezes uma tenuíssima camada de geada pelo inverno, sem que este accidente comprometa o viço das plantas ou o resultado das colheitas.¹⁸⁹

Nestor Victor, ao fazer estas afirmações, recorre a uma prática de comprovação comum no mundo da academia. Elas buscam um outro autor, talvez mais autorizado, para comparar-lhes as sentenças. Estas afirmações, diz o autor, são tomadas de empréstimo de Sebastião Paraná, do seu *Chorographia*. De Romário Martins, ele toma de empréstimo, de *Alguns Aspectos do Paraná* que, “pode-se afirmar que o clima do Paraná é excellente por

¹⁸⁸ MUNHOZ, Alcidez. *Observações Geraes sobre o Estado do Paraná*: publicação official para a Grande Feira Annual do Districto Federal. Curitiba: Governo do Paraná, 1918.

¹⁸⁹ Id., *ibid.*, p. 33.

apresentar a temperatura mais amena do país: - o do sul da Europa em terras brasileiras”.¹⁹⁰

Está formada uma cena enunciativa.

A produção sobre o espaço encontra, assim, vários lugares onde a representação toma forma. Não se pode deduzir daí, porém, que esta relação conduza todos os envolvidos a terem a mesma perspectiva do objeto em questão. Há uma cumplicidade (Bourdieu) entre eles. Há, também, uma dispersão quanto ao significado. Ciência e política tratam do mesmo objeto, mas criam expectativas diferentes. Também os sujeitos envolvidos pela prática da ciência, embora não fujam muito de um limite horizontal da teoria, percorrem caminhos diferentes. Observa-se, contudo, que, embora haja esta liberdade dos sujeitos, são estas representações que criam as formas e os contornos tornando familiar uma identidade do Estado recém-nascido.

2.4 O SABER QUE FALA O CORPO

Princípios de verdade: é este o caráter que assumem as práticas da ciência sobre o homem e o solo do Paraná. Os conceitos sobre a racialidade explicitam as formas explicativas do corpo presente. As *Ligeiras Notas sobre Ethnologia Paranaense*¹⁹¹ de Jayme Dourmond dos Reis rememoravam estes discursos. Segundo ele,

¹⁹⁰ Id., *ibid.*, p. 63.

¹⁹¹ REIS, *op. cit.*

a mistura, mas progressiva do typo autochtono, que aos poucos se aproximava com os mamelucos paulistas, os portugueses, os espanhóis, os hispanos guaranis servilizados e diminutos negros, ou seus mestiços, essa amalgama estranha deverá produzir, como de fato aconteceu, uma variante determinada que, participando de todos esses elementos constitutivos, com predominância do europeu, de um futuro, mais ou menos distante o sub-tipo especial e bem definido do nosso actual – caboclo ou caipira – homem que, encerrando no seu physico, moral, a seiva haurida das multiplas condições do meio, da região, das raças donde originou-se, se apresenta, a meu ver, como o marco forte que, com bem lançados fundamentos irá servir de tronca nova para a sub-raça paranaense, que se constituirá desse typo nacional fusionando com os mais diversos colonos, em seu solo localizados.¹⁹²

Esta longa citação nada tem a ver com “notas ligeiras”. Ao contrário, ela dá transparência às matrizes discursivas que constituíram uma tradição no trato da corporeidade. Está presente o evolucionismo spenceriano, o mito das três raças e o predomínio do sangue europeu. O que mais expressa o sentido local, no entanto, é o subtipo com que a evolução parece brindar o Paraná. É o subtipo especial, o caboclo paranaense.

A sub-raça distingue-se ainda por três fatores particulares regionais. Primeiro, o “meio e a região”, ou seja, as particularidades do clima e do solo – já apontados por Martins, Pombo, Victor e muitos outros; segundo, a pouca influência do negro; por último, o colono europeu, seria o retoque final na obra de arte paranaense. Dourmond, então, consegue reunir o pensamento historiográfico nas suas notas, ao elaborar um tipo estético ideal para o Estado. A imigração presente nas colônias era, ao contrário do que significava para Rocha Pombo – não importa a larva de onde viemos, dizia ele –, uma esperança de “fusionamento” com o “typo” nacional, para o melhoramento estético do corpo.

O caboclo não chegava a lembrar o Quasímodo de Euclides, nem os tipos desengonçados de Monteiro Lobato. Pelo menos na aparência física. Afinal, predominava nele o sangue europeu-português. Dourmond limita-se a classificá-lo como estóico.¹⁹³

¹⁹² Id. *ibid.*, p. 252.

¹⁹³ Possivelmente, pelo sentido implícito na narrativa, o autor queira se referir à Escola de Zenão de Cítio, que prega um ideal de austera virtude definido pela ataraxia – tranquilidade da alma e apatia – estado

“atendendo-se para o estoicismo e a calma proverbiais e que bem se retratam em seu faceis sereno (herança preciosa recebida do ramo indígena, cujos representantes sempre aparecem impávidos, calmos, sem temores, mas sem arreganhos fanfarrões, nos mais arriscados cavalhescos transes de sua dilatada existência)”.¹⁹⁴ Estes qualificativos não são lembrados como traços negativos, pelo menos neste momento. Ao contrário, como portador de um discurso de verdade científica, ele demonstra existência destes traços pela lógica evolutiva.

Esta qualidade estóica também não é um traço que o faça ser um Jeca Tatu, porque o “stoicismo e calma que cedem, de prompto, o passo à mais ousada da intrepidez, quando as circunstâncias o requerem e nesse momento, se descobrindo os signaes atávicos que caracterizam a ousadia do bandeirante aliada à valentia dos peninsulares”.¹⁹⁵ Em termos de descobrimento da terra, ele também é um forte, pois a “cada passo se encontra a choça e a roça, inseparáveis companheiros do nosso nacional, em redor dos quais se não de alguns annos a esta parte, agrupando os núcleos coloniaes do Estado”.¹⁹⁶ Fica assim registrado o caráter de territorialidade que a roça e a choça garantem para a soberania da governabilidade. O homem de Dourmond lembra muito mais, pelo menos em termos de psicologia, o homem euclidiano.

Observa-se, no entanto, que este estoicismo contrasta com a imagem de homem tapera de Pinheiro Machado. São expectativas diferentes do mesmo objeto. A descrição de Pinheiro Machado, por outro lado, lembra muito mais a de Capistrano de Abreu e a tristeza que domina a alma do homem sertanejo, tolhendo-lhe todo o “sentimento de alma e sua iniciativa construtiva”.

no qual o sujeito não reage senão lenta e fracamente, ou não reage de modo algum aos estímulos físicos ou morais - resumido na máxima: “abstém-se e suporta. Foram adeptos Sêneca e Marco Aurélio, entre os mais conhecidos.

¹⁹⁴ REIS, op. cit., p. 253.

¹⁹⁵ Id., ibid.

Ao lado do caboclo, está sempre colocado o imigrante. Contudo, para ele, esta era uma questão tática, provada pelas estatísticas “oficiais, que demonstram a contínua fusão e a infiltração lenta que se vão dando entre as múltiplas e variadas raças aqui estabelecidas e especialmente a delas e de seus descendentes com o nacional”.¹⁹⁷ A sub-raça era, desta forma, o Hércules portador das qualidades: “alicerce potente, conservador das nossas tradições, que ajudará a sustentar, com nobreza e garbo, o bello edificio da vigorosa, ativa e admirada pátria brasileira”. Deste modo, o Hércules construiria o espaço, não somente pela sua força, mas também pela sua beleza. Como diria Wilson Martins alguns anos mais tarde, o Paraná estaria livre dos traços etíopes.¹⁹⁸

Consolida-se esta imagem de “contrato do homem com a terra”. O Estado passa a ser grande agente de uma imaginada terra da promessa. A imagem que mais “consolida” esta expectativa é o futuro tipo biológico que surgiria na circunferência do Estado. Porém, não era somente para um capricho da evolução biológica que as teorias explicativas “criavam possibilidade”. Forjava-se, ali, um mito sobre o solo, que contrastava com as imagens constituídas sobre várias outras regiões da territorialidade brasileira. O mito dos campos férteis. A qualidade do seu solo, especialmente a parte não conhecida, seria o laboratório responsável por este homem novo. Com base nesta matriz metafísica, Dourmond pensou uma história evolutiva do corpo, divida em cinco fases basilares:

1ª fase: as hordas selvagens, como base fundamental, com as suas uniões, depois de guerras sangrentas, entre vencedores e vencidos”;

2ª fase: união entre selvagens e portugueses;

3ª fase: uniões entre selvagens, portugueses, espanhóis e *alguns africanos*;

4ª fase: união entre os mestiços, selvagens e africanos; entre aqueles e os europeus da época da pequena imigração;

5ª fase: grande colonização, fraternizando todos os elementos, na grande faina de engrandecer o Paraná.

¹⁹⁶ Id., *ibid.*

¹⁹⁷ Id., *ibid.*

¹⁹⁸ MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente. Ensaio sobre aculturação no Paraná*. São Paulo: Tea Queiroz, 1989.

A narrativa traz implícita uma forma narrativa que “impregna” de forma visível os conceitos de homem e de solo. Em primeiro lugar, a “mixtão” revela a conquista da terra, logo, o nascimento da história. A narrativa ocorre como uma linha traçada horizontalmente, com começo e fim: iniciou com o cruzamento entre “selvagens” e culminou com o Paraná. E há, ainda, dois traços fundamentais neste quadro evolutivo: a pouca participação do negro nesta formação biológica e a consolidação da territorialidade do Estado, quando ele atinge a conquista de si mesmo, ou seja, a área da mesopotâmia, que seria atingida somente na 5ª fase da evolução histórica do Paraná: a grande colonização, que representa, ao mesmo tempo, a consolidação do Estado. Assim, está implícito que a fase histórica é, não só a conquista do espaço e das gentes, mas, sobretudo, da consciência da soberania. Apontando neste sentido, ele encerra o texto: “bem claro, evidente fica que os cruzamentos sucessivos foram o instrumento desta resultante evolutiva. Não se faz preciso muita argúcia para clariver no amanhã paranaense, que já bruxoleia no horizonte brasilico, o typo resistente às intemperies, robusto, pujante, altivo, abnegado, apto a todas as energias, do homem do PARANÁ”.¹⁹⁹

O destaque em maiúscula faz saltar aos olhos do leitor o ímpeto da expressão “surgir o Paraná”, quase como se as letras fossem o próprio território: pujante, altivo.

Esta pesquisa etnográfica é veiculada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paranaense sob o comando de Romário Martins. Parece que foram ouvidos os seus reclames sobre a ausência de estudos etnográficos, quando ainda diretor do Museu. Ao mesmo tempo, isto denota a expressão do Instituto como suporte das representações sobre a territorialidade do Estado.

¹⁹⁹ Id., *ibid.*

Do exército brasileiro, também viriam as palavras de um outro paranaense. Os seus escritos lembrarão o aspecto “sociológico” já expressado pelos trabalhos de Rocha Pombo. Duas obras suas foram conhecidas no início dos anos 40: *O Paraná na Guerra do Paraguai* e *História Psicológica do Paraná*. Davi Antônio da Silva Carneiro foi um dos positivistas mais zelosos do Paraná²⁰⁰. A sua primeira obra, publicada pela Bibliex, é uma espécie de diálogo com a tropa. Os escritos de Davi Carneiro, possivelmente por influência do ambiente em que vivia, trarão sempre uma preocupação narrativa com as conquistas militares e com afirmá-las como veio da brasilidade e, é obvio, da regionalidade. É justamente esta a peculiaridade que lhe faz ser um inimitável, porque, ao mesmo tempo em que está enraizado numa territorialidade subjetiva²⁰¹, bem delimitada pelo espírito positivista do exército, ele é um pensador que também se preocupa em definir outra territorialidade, a do corpo do Estado.

Ali fala o general sobre a guerra contra o Paraguai, destacando “os compatriotas que defenderam o estado do inimigo invasor”. Faz um *turn* por entre os três Estados do Sul, descrevendo detalhes das menções honrosas recebidas pelos reservistas e pelos voluntários. Mas, na investida da guerra, não considera a participação do negro como soldado, um fator relevante. Este posicionamento contrasta com a produção historiográfica brasileira e, inclusive, sulina, quando historiadores gaúchos destacavam a participação do negro, até mesmo como forma de conquista de sua liberdade. Em toda a obra, apenas duas vezes eles são lembrados e de forma bastante inexpressiva, como nesta “oração”: “abandonando vossas famílias, as mais caras feições do corpo humano, marchaes ao campo da honra, onde vos espera o anjo da vitória para ofertar-vos corôas de viventes e imarcessíveis louros. Aí, *em frente de um punhado de escravos*, a que o terror do desperta selvagem d'Ámerica do sul

²⁰⁰ leitor árduo de Conte, foi seguidor e mantenedor da Capela da Humanidade para o culto positivista. Diplomou-se em 1927 em Engenharia pela UFPr.

obriga combater contra a causa da justiça”.²⁰² A “oração” ao soldado faz questão de destacar que havia soldados e escravos: um “punhado”.

A investida de Carneiro é uma forma de memorizar o já dito sobre a mínima presença do corpo negro na formação étnica regional. Contudo, acentua ele que, “devido a pouca população da província, o Paraná foi o Estado que mais ofereceu filhos para a guerra”,²⁰³ apresentando números equacionados da seguinte forma: 62 marinheiros, 45 voluntários para o exército, 273 guardas nacionais designados, 42 voluntários e 75 recrutas. Este número é para ele expressivo da nacionalidade regional.

A segunda obra, de 1944, faz um estudo mais detalhado da racialidade paranaense. Retoma o sentido “stóico” do retraimento do caboclo de Dourmond e investe em saber “os porquês históricos do antigo curitibano e moderno paranaense, e as causas desse acanhamento que de todos nós paranaense fez uma espécie nova de cenobitas laicos”.

A preocupação é desvendar as causas de acanhamento, contudo a imagem de cenobita é um recurso lingüístico, de certa forma, inusitado para a representação historiográfica. Até este momento, foi recorrente a imagem criada pelo romance e pela historiografia de que o homem era retraído graças às conseqüências fatigáveis da vida sertaneja. Ao desloca-la para o cenobismo, Carneiro sugere que ela seja uma espécie de opção tomada pelo indivíduo. Sabe-se que cenobita é o indivíduo que vive uma opção de clausura, segundo as regras de São Bento. Segundo o que foi escrito, monges não só optavam pela vida de silêncio, como também viviam em cidadelas isoladas nas matas, como forma de se garantir de um “descontamínio” da vida urbana. Talvez esteja aqui um marco delimitador, ou então a

²⁰¹ Sobre a discussão da subjetividade como território, conferir em GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1998.

²⁰² CARNEIRO, Davi Antônio da Silva. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Cia Editora Americana, 1940. p. 23.

²⁰³ Id., *ibid.*, p. 151.

singularidade do autor seja capaz de trazer outros limites horizontais para a fusão de sentidos. Contudo, o imaginário religioso como norma de pensamento não é aqui nenhuma novidade.

A misantropia e a complacência exagerada eram os traços “cabotinos” que predominavam e precisavam ser extirpados por uma intervenção “cirúrgica” capaz de retirá-los. Ele desperta, entretanto, pela sua escrita, uma característica própria dos anos 40, que é a de colocar o meio social como anterior ao meio físico. Tal qual a Antropologia de Roquette Pinto, há no autor um reconhecimento do “meio que molda a alma”. Porém, o conceito de “alma” remete aos hábitos culturais, não mais de indivíduos isolados, mas destes enquanto grupos raciais. Este é um deslocamento de sentido significativo, uma vez que retira da herança genética a sua ordem de metáfora explicativa única. O remédio que sugere para a cura deste mal – tanto da “caboclice” estóica quanto do “mal que vem dos cafés” – são “dois: o trabalho material, que um despotismo esclarecido poderia impor, para que os inúteis que se sustentam do alheio trabalho comecem um dia do que fosse irrigado com o suor de seu rosto, e o trabalho intelectual, o desenvolvimento da cultura e do estudo”.

Com estas perspectivas, ele chama a si o horizonte do seu tempo: o serviço público, o governo centralizado e a educação da massa e dos “homens públicos.” Porém, está longe de propor que a eugenia seja um projeto sem efeito imediato, como fez Roquette. Além do trabalho²⁰⁴ como fator corretivo, a melhoria racial era fundamental; ela ocorreria “quando o amálgama geral de raças tiver produzido e corrigido os defeitos individuais e coletivos do

²⁰⁴ Está presente uma verdadeira apologia do trabalho, como forma de recuperação do caráter individual: “Há ainda, isso sim, a esperança no contra-veneno: o trabalho fecundo, tanto no terreno material como, sobretudo intelectual e moral. Trabalho para produzir riqueza coletiva; trabalhar para produzir arte ou ciência, observação fecunda ou erudição proveitosa; trabalhar para produzir, sobretudo, uma maior virtude em todos os homens, uma melhor conduta em cada ser humano, afastando-o dos vícios e levando-o ao caminho reto por onde se ascende à felicidade!” (CARNEIRO, Davi Antonio da Silva, p.18) Faz lembrar os discursos do próprio presidente.

paranaense, tal como ele é, por costume enraizado, feito de tradição herdada dos primitivos habitantes da comarca”.²⁰⁵

A cultura estrangeira, no entanto, não é vista por ele com grande tranquilidade. Se a discursividade coloca as boas vindas à “babel de todas as raças”, Davi Carneiro faz algumas advertências, especialmente com relação à língua.

Menosprezando o português, menosprezamos a nossa raça de origem, enquanto o imigrante alemão, polonês e italiano mantém (sempre mantiveram) a ligação metropolitana. Isso nos inferioriza porque não podemos, paranaenses de sangue luzo-índio, opor cultura que seja superior à cultura de que os imigrantes ou seus descendentes se pudessem jactar.²⁰⁶

Esta advertência, a nível nacional, há muito tempo vinha sendo feita²⁰⁷, a tal ponto de serem proibidas de uso (falar) determinadas línguas por diferirem da nacional. É nestes termos que o autor reclama, afinal, a língua como fator de constituição da nação, que há muito tempo vinha sendo buscada e produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Este sentimento de pertença era imaginado como algo que precisava ir ao *Hinterland*. “De tudo o que foi dito podemos deduzir que o caráter do paranaense provém do meio, e só a dilatação completa para o oeste, e a ligação ferroviária e rodoviária desse oeste mais plana, com a capital, como centro de viação e vértice do triângulo poderá melhorá-lo em futuro mais ou menos remoto”.²⁰⁸ O sertão, então, melhoraria o corpo. Há uma proximidade muito grande com o imaginário constituído do sertão enquanto lugar de salvaguarda de valores essenciais. Da mesma forma em que o tapuia voltava a ser guarani, o sentido ainda não encontrado estaria nos campos. Nos tempos modernos, os sertões, se desbravados,

²⁰⁵ DAVID, Antonio da Silva, op. cit., p. 19.

²⁰⁶ Id., ibid., p. 26.

²⁰⁷ Muitos estudos pensaram o perigo “estrangeiro” no Sul do Brasil. Um estudo em especial serviu-nos de consulta: Escola e Germanismo no Rio Grande do Sul. *Educação e Sociedade*, São Paulo, 1987.

²⁰⁸ CARNEIRO, op. cit., p. 39.

mostrariam o “caráter” do homem em contato com o solo; ao mesmo tempo, socialmente, a cultura daria, um salto porque produziria tecnologia nova, riqueza e produção: enfim, a nação.

Em *História da Guerra Cisplatina*, de dois anos mais tarde, 1946, a ocupação dos sertões ganha ares de demografia nacional. Apesar de todos os esforços diplomáticos e da união das coroas, a povoação é fator de direito de posse, uma vez que “a escassez de população na metrópole portuguesa e a fraca densidade de habitantes nesta parte sul da colônia impediram que desde 1531, desde Martim Afonso, o atual Uruguai fosse português, e como consequência, brasileiro”.²⁰⁹ Como Romário e Rocha Pombo deixaram “evidente” no começo do século, em 1531, a litoreanidade do Paraná foi descoberta. Para Carneiro, esta afirmativa é dogmática. Mas, ainda lamentando sobre o Uruguai, registra que a ferocidade do índio Sepé – “crioulo, mistura de índio com espanhol” – mostrou-se resistente à anexação por “desenvolver sentimento de pátria ao solo”²¹⁰ Imediatamente, como que coercitivamente induzido, ele passa do Uruguai para o Oeste do Paraná, pela semelhança demográfica, embora, neste caso, “(...) a união dos cetros foi providencial, permitindo que fossem brasileiros, isto é, de colonização portuguesa, todo o atual oeste de nossa Pátria, campo para esplêndida atividade atual e futura dos nossos homens”.²¹¹ A semelhança, no entanto, não era geográfica. O que está a se dizer na imaginação acadêmica do general historiador é o “militarismo” dos guaranis em defesa de um território e da miscigenação com os lendários portugueses.

No momento da publicação do referido texto, já era conhecida a obra “*Terra e Gente do Paraná*” de Romário Martins²¹² que, mais claramente, evidenciou a presença da ancestralidade portuguesa no Oeste do Estado. Ela conferia um sentido às narrativas de David

²⁰⁹ Id. *ibid.*, p. 15.

²¹⁰ Id. *ibid.*, p. 21.

²¹¹ Id., *ibid.*, p. 17.

Carneiro, quando colocava as bandeiras paulistas no território mesopotâmico do Paraná, garantindo a territorialidade, disputando com os índios ou com eles fazendo alianças: “Foi empreza cruel, ninguém pode negar. Teve, porém a mais notável das conseqüências para o futuro do Brasil. Não fosse Raposo Tavares, e a fronteira do Brasil seria o Paranapanema. E Mato Grosso também não nos pertenceria, espanizado pelas reduções dos etatins”.

Os enunciados se deslocavam, criavam sentidos novos, mas sempre em diálogo com a noção de espacialidade que o corpo em formação garantiria.

2.5 PARIR O CORPO

O mito dos começos está sempre relacionado com a imagem da gestação. Os mitos de fundação estão sempre em busca das origens. Assim, também, constituiu-se uma fundação para a racialidade e a brasilidade. Paulo Prado coloca três patriarcas que iniciaram a história brasileira. Não deixou, porém, de colocar, “ao lado” de cada um, uma mulher. A sensualidade da índia e da negra brasileira mistura-se em afinidade com a terra e, ambas, gestam um homem novo. É a metáfora do gineceu, que o autor usa para deduzir daí verdades fundadoras. O gineceu remete novamente à história natural, porque se convencionou que é o “conjunto dos órgãos femininos de uma flor”²¹³ e, também, porque a palavra remonta à história da Grécia, onde gineceu era a denominação que recebiam os aposentos femininos. Há

²¹² MARTINS. *Terra e ...*, op. cit.

²¹³ MODERNO DICIONÁRIO ..., op. cit., p. 385.

que se considerar ainda que há todo um imaginário que se formou em torno da flor e da sua simbologia com relação à meiguice feminina.

É impossível dizer qual destas “lembranças” comprime o sentido simbólico de Paulo Prado. É um horizonte do possível. Vários significados estão ao seu alcance. Entretanto, é possível inferirmos que nenhuma das três imagens é oposta uma às outras. Daí, pode-se concluir que todas estão presentes na prática hermenêutica única deste autor. Deste modo, ele encontra uma maneira única para tecer a escrita sobre as origens, explorando a imagem feminina como a gênese da raça.

Em Rocha Pombo, a mulher e a criança foram consideradas as “partes mais fracas das famílias indígenas”. A explicativa tem, aqui, porém, outro rumo. O índio tapuia foi, por muitos historiadores, considerado decaído. Logo, daí se inferiu o sentido proposto pelo autor: “Do elemento indígena, a porção menos resistente e mais submissa” foi o grande nexos entre as duas raças. Ele deduziu, assim, duas conseqüências “inevitáveis”: “a exclusão do vigor próprio do sangue indígena e o ascendente demarcado, quase absoluto, do sangue europeu nos primeiros cruzamentos”.²¹⁴ Entendamos bem o lamento do autor. Há um pressuposto de época que estabeleceu que os caracteres raciais eram transmitidos tanto pelo varão quanto pela mulher. A teoria genética ainda dava passos lentos. Esta imagem seria, muito mais tarde, modificada, quando, com a teoria de Mendel, afirmou-se que o cromossomo “y” é que definia a maior influência genética e que este é predominante no sexo masculino²¹⁵. Especialmente, se indígena ou negra, a mulher era representativa de valores inferiores, fossem eles culturais ou biológicos. Daí serem os filhos a expressão da decadência racial.

²¹⁴ Id. *ibid.*, p. 71.

²¹⁵ Não julgamos oportuno nos estendermos sobre esta discussão. Maiores informações podem ser lidas em DUNN, L. C. et. Al. *Raça e Racismo II: debates: Ciências Sociais*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Em seguida, é necessário entender a lógica da narrativa. O tapuia vinha de cruzamento de português com índia. Nele, estão presentes os valores portugueses. O cruzamento de tapuia com tapuia faria extinguir o português, da mesma forma que tapuia com português extinguiria o indígena. É a lógica do branqueamento. Em Rocha Pombo, aparece um branqueamento dos tempos primitivos, uma vez que, na sua construção, o europeu não se misturava com o caboclo paranaense, ou, pelo menos, ele não trata disto. Ocupa-se com o sincretismo cultural.

A obra de Francisco Ribeiro²¹⁶ também não trata deste assunto, remetendo a afirmar que os casamentos feitos pelo padre Chagas eram comemorados como resultado do bom convívio, sem identificar os casais. O resultado obtido é remetido ao esforço feminino como forma de demonstração do “congraçamento dos povos.” Narra que Dona Rita, esposa do comandante, “doente dos seios, não pode amamentar. A jovem bugra, esposa de Paí, de bons costumes, sadia e robusta” ofereceu-se para tal.

A bugra reunindo esses predicados, mãe amorosíssima, não hesita em tomar generosamente esse encargo, sabendo por fazê-lo, sem prejudicar a vida de seu filhinho. Dona Rita aceita agradecida, esse oferecimento, passando, por sua vez, a dedicar as carícias transbordantes de seu grande coração ao rechonchudo bugrinho, filho da bugra Rita. Maravilhados todos vêem a mãe selvagem e a mãe civilizada confraternizadas, a afagar as duas crianças desiguais na cor e na fortuna, mas iguais nos direitos de viver do amor de suas mães. Sentimentos nobilíssimos os da esposa de Paí, que vai inteligentemente substituindo hábitos selvagens por hábitos próprios daquele meio social.”²¹⁷

A força da narrativa transita entre o espaço e a metáfora. O ato das mães, imediatamente, toma um significado iluminista. O bárbaro, em uma frase, passou da barbárie à civilidade através do ato de amamentar. Há, ainda, um princípio de funcionalidade

²¹⁶ MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. *Conquista Pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. Obra editada em 1938.

²¹⁷ AZEVEDO, op. cit., p. 164.

discursiva: o ato deve servir de meio e modo de integração dos corpos distintos. Isto é, eles não se misturam geneticamente. Eles colaboram entre si, colaboração que reverte em ganho para a mulher de Paí. Ela “civiliza-se” ao imitar a cultura do europeu paranaense. Contudo, o ato de acariciar, amamentar e proteger a cria remete às imagens que Paulo Prado disponibilizou, sem criar atritos.

Em José de Lima Figueiredo, a imagem do feminino também se faz presente e de forma marcante. Segundo ele, o bárbaro no Oeste do Paraná é tanto o índio bravo quanto o estrangeiro. Eles, assim, são corpos estranhos à identidade regional imaginada. Embora também lhe chame a atenção o corpo masculino militarizado, há um outro aspecto que lhe salta aos olhos. É a sensualidade do corpo da mulher: “Estava eu descansando os costados na relva fresca, quando a silhuêta de uma paraguaia carregando um fardo à cabeça me feriu a retina. Os braços alevantados para segurar o fardo faziam com que o corpo se tornasse esquivo, ao mesmo tempo em que os seios se empinavam e sacudiam na cadência ritmada do movimento dos quadris”.²¹⁸ Por um instante, é suspenso o “mundo estrangeiro” do Oeste do Estado. O adjetivo gentilício “paraguaio” preenchia o significado de ameaça aos domínios nacionais. Neste momento da narrativa e da imaginação, a silhueta da fronteira do Brasil com o Paraguai perde o sentido de rio, guerra, enfim, de espaço. A sensualidade do corpo serve como outra fronteira.

Em 1941, o mesmo autor publica *Cidades e Sertões*, onde o corpo da mulher é trabalhado com maior aplicação, apresentando sinais mais vigorosos de nacionalidade. Nesta obra, o outro não é a “mulher paraguaia”, mas um outro mais ficcional: a pátria. A sensualidade feminina é quase uma teoria explicativa da realidade: “Todos os forasteiros vinham à procura de fortuna, ansiosos de riqueza. Ao longo da costa iam surgindo núcleos

²¹⁸ Id., *ibid.*, p. 105.

onde a mulher dominava, influenciando junto aos seus maridos e parentes para a conquista da nobreza – era o período do matriarcado”.²¹⁹ É uma transição entre a cobiça e a sensualidade, sinais de Paulo Prado presentes na sua concepção de sociedade brasileira. O autor ainda arrisca a afirmar que o ato de considerar a mulher como um sexo forte não era característica do homem branco. Trata-se de uma formação local, porque a mulher não “minerava”; ela ficava nos núcleos para onde regressava o homem com o resultado do trabalho de exploração do ouro ou do apressamento. Isto também foi ensinado aos naturais: “os índios iam adquirindo esse prestígio e os mestiços com mais forte razão”.²²⁰

A prática bandeirante, para ele, era obra feminina, antes que dos ferozes homens: “A conquista dos bandeirantes é o maior feito da raça que surgiu impetuosa e forte... si nos fosse possível achafurdar os arquivos e dedilhar os velhos alfarrábios, veríamos, quiçá, que a grandeza do nosso território é devida em grande parte ao devotamento da mulher da época”.²²¹ O poder feminino é atribuído à sensualidade, que funciona como conceito fiduciário de um suposto período de matriarcado. Neste sentido, é citado o exemplo de Dona Maria de Souza Velho que, “ao receber a notícia da morte do filho e do genro, ordena aos seus dois outros filhos menores de 13 e 14 anos: tomai a espada e ide dar a vida com a mesma honra que vossos irmãos, por Deus, pelo Rei e pela Pátria”.²²² Lima Figueiredo faz esta citação sem fazer a revelação de sua fonte. Não diz quem lhe narrou as palavras da personagem, mas a escolha denuncia a sua experiência como militar, ao ser “tentado” pela expressão patriótica de Dona Maria.

A narrativa é, no entanto, “cuidadosa”. Ela não deixa de mencionar a tradição da escrita historiográfica, que coloca o indígena como o mito fundador da racialidade brasileira.

²¹⁹ FIQUEIREDO, Lima. *Cidades e Sertões*. Rio de Janeiro : Gráfica Bloch, 1941.

²²⁰ Id., *ibid.*, p. 122.

²²¹ Id., *ibid.*

Da mesma forma, diz o autor, “nesta luta memorável há a ressurreição da mulher indígena”.²²³

É o caso da índia tapuia Clara Camarão, “auxiliar do esposo” em combates na Bahia, que tinha como função “guiar a esquadra feminil escoltando os habitantes de Porto Calvo para a Baía”.²²⁴ Nota-se a matriz do pensamento regional: a ressurreição da mulher, ou seja, a tapuia decaída que, em situação de risco, sobressalta os valores guerreiros, tupis.

Uma história indígena sobre a erva-mate, contada por Ermelino de Leão,²²⁵ também remete ao mito da mulher como fundadora:

Os índios dão conta que Deus, acompanhado de São José e São Pedro, em uma longa jornada repousou em casa de uns bons velhinhos que tinham uma formosa filha. Os índios acolheram os viajantes com carinho: e Deus querendo recompensá-los, disse aos velhinhos:

- A ti, que és pobre e bom, és forte e generoso eu quero premiar. A tua filha é inocente e formosa e tu a queres muito. Tonal-a-ei imortal. E assim a bela e jovem guarani foi transformada na árvore da erva-mate, que, desde então existe e por mais que cortem, sempre torna a vestir-se de folhagens.²²⁶

O conceito de “pobre e bom” remete à percepção “estóica” de caboclo, demonstrada por Dourmond e que também recorda o livro “Urupês” de Monteiro Lobato. De fato, a erva-mate foi também denominada de “erva dos caboclos”, seja pela linguagem popular, seja pelo registro de viajantes, como Saint Hilaire. Contudo, a denominação perdeu-se no momento em que a erva passou a ser produto de industrialização e de exportação. Este produto, contudo, veio de encontro às representações que davam conta de mostrar as qualidades do solo do Oeste, seu isolamento “arterial” e, em consequência, a percepção da necessidade de sua colonização, devido à presença de corpos não nacionais, e exploração de

²²² Id., *ibid.*, p. 122.

²²³ Id., *ibid.*, p. 123.

²²⁴ Id., *ibid.*

²²⁵ LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Matte: o Chá do Paraná ou Erva Matte do Brasil*. Distribuído por Ascanio de Miró e Cia., 1931.

²²⁶ Id., *ibid.*, p. 16.

riquezas naturais. Estas foram formas narrativas para a constituição do sentido de espaço. Surge assim, um objeto plurissignificativo.

O mito faz retornar toda a construção feita em torno de personagens femininos. Está presente a matriz que coloca, na mulher, o elo da edificação das raças, no país e no Paraná. Não podemos esquecer da mãe bugra e da mãe branca que afagavam os filhos trocados, dando, com isto, dizem as narrativas, exemplos de civilidade para muitas gerações. Além do que, a mulher-erva-mate era guarani, ou seja, não era mais tapuia, o que quer dizer que reunia todos os qualificativos de uma raça feitora, o que demonstra a esperteza de Deus na escolha da imagem de mulher como provedora, abençoada por São José, o chefe da Sagrada Família, e Pedro, o pescador de homens e sucessor de Cristo em Roma. São as “lembranças” que falavam e recolocavam a mulher no horizonte representativo que a queria como gestora de uma nova espécie.

A erva-mate andava ainda envolta em “lembranças do povo”. Se, em relação ao corpo da mulher, ela tem o símbolo de uma espécie de prisão, para o homem foi, pelo menos em episódio, signo de liberdade. Neste, numa outra construção narrativa, diz Lima Figueiredo, que “o símbolo da maldade humana é representada por Nero. Acho que a hediondez de Santa Cruz eclipsava totalmente a do imperador matricida. Nero achou um punhal para deixar o mundo em socêgo (sic), porém, Santa Cruz, para morrer, foi preciso que uma emboscada lhe fosse armada e que ele não tivesse o mínimo tempo para se defender”.²²⁷ Santa Cruz era o administrador do produtor de mate, Júlio Tomas Alica, argentino: “Era um verdadeiro monstro. Ali, naquele recanto, ele tiranisava pobres empregados, prostituindo esposas, estuprando muitas meninas de 8 a 9 anos, vergastando a chicote as fases dos mensus”. A situação descrita teria levado alguns mensus ao planejamento da liberdade. Em visita aos

²²⁷ Id. *ibid.*, p. 112

campos de mate, “num arroio denominado Quatro Pontes, colocaram alguns pregos. Quando, de automóvel Santa Cruz passava, teve uma câmara de ar furada. Foi substituir o pneu, quando foi inopinadamente derrubado por um possante golpe, dado com uma barra de ferro. Caiu agonizante, sendo sua morte consumada a faca”.²²⁸ Após esta ação, sufocaram o agonizante embaixo de uma enorme pilha de erva-mate e ‘calmamente ganharam a fronteira’. A narrativa deixa inferir que a erva-mate ocultou o corpo por muito tempo. Ela, assim, é representada como símbolo da liberdade em vários sentidos. Primeiro, que ela está em ‘todo lugar’, isto é, existe no Brasil tanto quanto no Paraguai e, por isto, não tem nacionalidade. Segundo, porque é imortal. Todas as vezes que é cortada, renasce, além do que, garantiu a fuga dos libertadores dos mensus paraguaios, ocultando o corpo. Desta forma, ela é princípio de liberdade para os executores e de punição ao seguidor de Nero. O corpo liberto retorna à mata como os índios tapuias, para se tornarem guaranis.

Embora fosse nos sertões que o corpo tomava estas formas, há também o que lamentar em relação a ele. “O nosso edifício corográfico ainda se assenta em terreno de vaza. Somos ricos em hipóteses relativas às nossas riquezas e pobres em realidades palpáveis”.²²⁹ Isto faz lembrar o chamamento feito por Romário Martins, ainda no Museu Paranaense, quando reclamava que a etnografia paranaense era feita na Europa e desconhecida dos locais. E a razão que Figueiredo aponta vai também neste sentido: “isso ocorre porque abandonamos o hinterland desde que os bandeirantes fecharam o seu ciclo de ouro e de glórias”.²³⁰

Estas suas perspectivas foram firmadas em outro texto publicado pela Revista Brasileira de Geografia, da qual era sócio correspondente. Nela, retoma o *Hinterland* e o abandono e sugere os braços vigorosos que poderiam vir “do mundo em guerras”, “quando

²²⁸ Id., *ibid.*

²²⁹ Id., *ibid.*, p. 135.

²³⁰ Id., *ibid.*

massas humanas tentarão fugir dos destroços da Europa devastada e cheirando a sangue e cadáver”. Citando Oliveira Viana, ele afirma que deverão ser raças ricas em eugenismo e, conclui: “de fato, de todas as raças humanas, são as indo-européias as que acusam um coeficiente mais elevado de eugenismo”.

Fecha-se, assim, uma narrativa que percorre o traçado geográfico. Um traçado que pretende reforçar a soberania, à medida que a descreve. Ela traz uma ordem prescritiva: pensar o corpo sobre o qual deve pesar a responsabilidade de levar adiante uma identidade.

2.6 O CORPO A OLHOS VISTOS

É o final dos anos 40. No cenário brasileiro, a questão da etnicidade consolida-se como demografia. O termo população nacional ganha significado novo no interior de uma nacionalidade que pretende identificar-se com a representação global do seu espaço. A Faculdade Nacional de Filosofia, por exemplo, trazia ao Brasil, Thomas Lynn Smith, especialista renomado da pesquisa demográfica norte-americana, da Universidade do Estado da Luisiana. Estudioso da Sociologia Rural, Smith foi convidado para organizar no Brasil uma faculdade similar, para o desenvolvimento de pesquisa especializada. O projeto pereceu por falta de verbas, mas, mesmo assim, Smith criou o Institute for Brazilian Studies na Luisiana, onde vários estudos foram desenvolvidos, publicados e, posteriormente, traduzidos no Brasil.

Foi, realmente, grande a abrangência de sua influência, principalmente sobre o IBGE e a escola de geógrafos da Universidade do Brasil. Em 1946, esta relação lhe valeu o título de doutor *Honoris Causa*.

Em aula de 1946, ele expressava a labuta que dedicava a aplicar aos rumos da nova demografia: “O número de pessoas na população de uma determinada área e os recursos naturais constituem os fatos centrais da demografia”.²³¹ Não é difícil perceber as “fronteiras” em que a prática da disciplina é pensada. Ela remete a uma prática de codificação do sentido do território e fronteiras das naquele país.²³²

A demografia passa a ter uma função extremamente nítida no interior da imaginação dos Estados Nacionais. Ela deve servir aos propósitos firmes de consolidar a identidade dos corpos, porque “a grandeza de uma nação, estado ou cidade é, em boa parte, avaliada em função dessas duas características – a unidade e a distribuição da sua população”.²³³ Estes dois conceitos são as chaves do pensamento, pois correlacionam a eles a extensão territorial, o nível de vida, os recursos naturais, os recursos tecnológicos e a organização social. Quando, a nível do uso conceitual, o autor trata estes vários elementos como princípio de ciência, chama-os de *população ótima*, ou seja, “o número de pessoas que, em fase dos demais fatores relevantes, apresentam o mais alto nível de vida possível”.

Paralelamente, pode ser dito que o clima das duas guerras foi decisivo para a questão demográfica, assim delineada por Tomas L. S.: “não há pensamento nacionalista que, neste período, não se envolva com ela”. Na aula de 1946, ensina aos geógrafos que “os recursos naturais, os conhecimentos técnicos e a organização social são outros tantos fatores

²³¹ SMITH, Thomas Lynn. *Introdução à análise das populações*. Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, Faculdade de Filosofia, 1946. Publicação avulsa, n.l.

²³² Sobre o sentido da fronteira norte-americana, consultar MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*. São Paulo : Editora da UNESP: Moderna, 1997, especialmente, o capítulo V desta obra.

que se combinam com a população, na fórmula que dá, grosso modo, o poderio militar”.²³⁴ A nacionalidade começa a ganhar vigor, não somente na sua riqueza bela, variada e potencial – como mostrava a discursividade sobre o Paraná e, de modo especial, sobre o Oeste –, mas em fatores racionais de exploração para o desenvolvimento. Tanto o domínio tecnológico quanto a formação de recursos humanos são as modernas munições para a nacionalidade. É deles que vem o poderio militar, diz Smith.

O caráter de desenvolvimento, por outro lado, tem relação direta com a questão da migração. Para ele, “a migração afeta diretamente não só a constituição física e a saúde da população, mas também os processos e estruturas sociais, exercendo grande influência nas estruturas da personalidade”.²³⁵ A convivência dos grupos raciais distintos é uma realidade, mas, que deve ser pensada do modo mais cauteloso possível, devido ao fato de que ela afeta diretamente o comportamento dos grupos. Este risco, contudo, é um mal inevitável, diz ele, porque

ela produz efeitos, introduzindo nos grupos sociais já estabelecidos, elementos étnicos e culturais novos... são inevitáveis uma alteração e adaptação dos indivíduos que migram. Nem a comunidade de origem, nem a nova em que penetram os recém-chegados, nem a comunidade de origem, nem os próprios migrantes serão jamais o que eram anteriormente.²³⁶

A prática epistemológica de Smith coloca-o em situação de contraste com a forma de tratamento da questão da imigração no Brasil, que se pautava “nos caracteres individuais”, ou seja, era apegada ao caráter biológico dos sujeitos: “As pesquisas devem incluir comparações detalhadas, feitas não só entre os que migram e os que ficam, mas também, entre os migrantes e aqueles que já residem na região de observação”. Em suma, a proposta é

²³³ Id., *ibid.*, p. 11.

²³⁴ Id., *ibid.*, p. 13.

²³⁵ Id., *ibid.*, p. 84.

abandonar os caracteres individuais – biológico e espaço físico – e adotar uma perspectiva “social”, na qual os sujeitos fossem tratados enquanto grupo, ao invés de serem retratados os seus sinais físicos herdados de forma individual.

Esta perspectiva é o receituário de adoção para o Brasil devido às próprias características da territorialidade, porque

os emigrados do Rio Grande do Sul, por exemplo, não podem apresentar as mesmas características dos refugiados das secas nordestinas, nem dos indivíduos que compõem as ondas migratórias entre o Paraguai e as zonas de erva-mate do Mato-grosso meridional. Os brasileiros, originários de todos os Estados da União, que participam da ‘marcha para o oeste’ são provavelmente bem diferentes dos recém-chegados que avolumam as populações do vale do rio Doce. Os habitantes rurais atraídos às cidades dificilmente poderiam apresentar características idênticas às das massas arrancadas dos seus lares pelos verdugos totalitários na Europa ocupada. Guardando-se, porém, a devida perspectiva em relação aos diversos tipos de migração, às forças motoras do movimento e à distância vencida, é possível obter, por meio de um estudo metódico da seletividade das migrações, grande quantidade de dados úteis. Se esses dados fossem disponíveis agora, seriam de grande utilidade para os funcionários a cujo cargo está atualmente a redistribuição da força operária nacional”.²³⁷

Em *Sistemas Agrícolas*²³⁸, de 1947, ele também afirmou que “as reservas naturais por si só nada valiam, enquanto a herança cultural do homem não tivessem alcançado o ponto em que os mesmos poderiam ser utilizados”.²³⁹ Este estudo aponta a insipiência do trabalho com o solo, motivado, de um lado, porque “não constitui um fator mais sério para os que pesquisam os padrões e níveis de vida no Brasil” e, por outro, porque “o único auxílio do homem em luta contra a natureza é o machado e o fogo, como em vastas extensões do Brasil, onde o nível de vida se reduz ao mínimo”.²⁴⁰ O estudo é um receituário, por ser produzido no interior coercitivo próprio destes tempos. Isto o faz concluir que é justamente neste setor que

²³⁶ Id., *ibid.*, p. 85.

²³⁷ Id., *ibid.*, p. 80.

²³⁸ SMITH, Thomas Lynn. *Sistemas agrícolas*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, abr./jun. 1947.

²³⁹ Id., *ibid.*, p. 159.

²⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 160.

uma alteração nos sistemas agrícolas mais contribuiria para uma melhoria no nível de vida na República”.²⁴¹

A modernidade discursiva do norte-americano ataca diretamente o romantismo que remete aos conceitos de *raça* e de *choça* do Paraná. Ele também vai ao encontro do abandono da figura do Jeca Tatu ou do caboclo “estóico” do paranaense. Eles, definitivamente, passam a ser os símbolos do atraso. O machado e o fogo seriam sinais vitais da debilidade do corpo territorial da República. É neste limite horizontal que são produzidas as “práticas educativas” de Roquette Pinto, para quem o governo forte da República deveria chamar a si uma pedagogia de migração, ao invés de investir, e mal, na imigração.

É neste sentido que Leo Waibel,²⁴² em partes, endossa a investida. Afirma que o fazendeiro do Sul é um homem dos campos, que vive para a criação e a manutenção de escravos, e não da agricultura, que faz o solo produzir. O colono do Sul – imigrante europeu – é o ideal para o Brasil: “o novo tipo de colono deveria ser tanto um soldado como um agricultor, para defender sua terra como cultivá-la”.²⁴³ Este tipo seria o novo Hércules, capaz de tirar o Sul do atraso.

Este também é o espírito que envolve a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Criada em 1947, por Moisés Lupion, “concretiza” as expectativas discursivas através dos “considerandos” do texto da lei:

²⁴¹ Id., *ibid.*

²⁴² Waibel, Leo Heindrich (1888-1951), geógrafo alemão, naturalizado americano e professor da Universidade de Wisconsin (EUA), contratado pelo Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para pesquisar e ambientar um pequeno grupo de geógrafos nos estudos sobre povoamento e colonização, entre os anos de 1946 e 1950.

Em sua estada no Brasil trabalhou com biogeografia, ao estudar a vegetação brasileira, com geografia agrária, ao pesquisar os tipos de ocupação de terras e os diferentes cultivos tropicais, e com geografia da população, ao explicar os processos de colonização de dois povos europeus (alemães e italianos) no sul do Brasil. Retornou aos Estados Unidos em 1950 e logo depois para a Alemanha, onde veio a falecer em 1951.

considerando a existência, em países europeus, de grupos de imigrantes, úteis e laboriosos, muitos provindos de recursos financeiros e industriais próprios; o interesse nacional pela importação de braços para a lavoura e pecuária; que o imigrante proprietário é das mais valiosas aquisições para o Estado, pois fica vinculado ao solo pátrio, com reais interesses no seu progresso, na sua força e na sua grandeza; o desequilíbrio das populações rurais do Estado, que enquanto fazem prósperas certas zonas de culturas especializada, deixam ao abandono o restante do território estadual; que ao Estado interessa, imediatamente, o povoamento intensivo, racional e prático, de todo o seu território.²⁴⁴

Em 1950, José Maria de Paula congratulava as iniciativas da fundação, por entender que ela era a manifestação da força propulsora do Estado, representada pelo seu desenvolvimento econômico e pela colonização do seu território. Mas a comemoração maior era no sentido de expressar que “a transferência de agregados humanos, alienígenas e sua localização em terra estranha ao seu habitat, constituindo a imigração e colonização dessas massas, obedece hoje a uma técnica perfeitamente estabelecida, com as suas normas e processos próprios”.²⁴⁵ O controle sobre a população e o território “tecnicamente” já é visualizado em nova prática discursiva. É novo, também, o tempo.

O final dos anos 40 vai ser caracterizado por um grande crescimento do contingente populacional.²⁴⁶ As iniciativas oficiais e particulares vão dar conta, enquanto criadoras desta realidade. Esta característica vai implicar, segundo o IPARDES,

no aumento da demanda de bens que, por sua vez, requer novos e ampliados contingentes de mão-de-obra. Assim, a produção e a população aparecem como duas variáveis articuladas entre si – uma vez que se esta cresce, aquela deve crescer e, para a produção crescer, o mesmo deverá ocorrer com a população. Ampliar, portanto, a população é

²⁴³ WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Ano 11, abr./jun. 1949.

²⁴⁴ DECRETO LEI 646. *Dispõe sobre a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e dá outras providências*. FONTE: Biblioteca Pública do Paraná. Também publicado no Primeiro Boletim desta Fundação.

²⁴⁵ PAULA, José Maria de. O sentido novo da colonização no Paraná. *Boletim da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração*, ano 1, maio 1950.

²⁴⁶ Sobre a migração e imigração para o Paraná, bem como de políticas de assentamento e distribuição de terras, conferir GREGORY, Valdir. *Os Euro-brasileiros e o Espaço Colonial: a dinâmica da Colonização no Oeste do Paraná, nas décadas de 1940 e 1970*. Rio de Janeiro: UFF, 1997.

condição precípua à manutenção de um padrão de vida moral próprio da condição humana.²⁴⁷

Naquele ano, o IBGE traz a público, através do Departamento Estadual, a Sinopse Estatística dos Municípios do Paraná. A organização didática da “cartilha” revela a racionalidade da concepção filosófica que fundamentava as iniciativas do órgão de governo. Vinha dividida em seis pontos fundamentais: situação física, demográfica, econômica, social, cultural e administrativa. Lido na ordem invertida, ou seja, do administrativo ao demográfico, visualizamos Roquette Pinto e Thomas L. Smith, ou, pelo menos, o universo cultural do qual faziam parte. Contudo, note-se que a prática de conhecimento inicia com a localização. “Situação física” significa localizar no espaço, demonstrar. Logo, conhecer é ter domínio do espaço, primeiramente. Ressalte-se também que a demografia é, na ordem, o segundo em importância, imediatamente após os domínios territoriais.

Esta visibilidade que é passada pela “cartilha” é uma prática adotada desde a fundação do Instituto Nacional de Estatística, em 1931. Posteriormente, em 1938, ele desdobrou-se em Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística. Entre aquele e este, houve ainda a criação do Conselho Brasileiro de Geografia, “considerando a natureza especial desse importante ramo da documentação nacional e o concurso diferenciado que ele exigia para atingir o mais alto grau de eficiência”.²⁴⁸

A prática enunciativa sobre o sentido da geografia como ciência do espaço é fundamental para perceber o saber que fala na sua aparência temporal. Isto, contudo, será melhor explorado no próximo capítulo.

²⁴⁷ IPARDES, op., cit., p. 29.

²⁴⁸ Texto do Decreto-Lei nº 1.527, de 24 de março de 1931. FONTE: IBGE/DIPEG/PR – Setor de Documentação. Curitiba.

O papel desempenhado pelo IBGE no final da década de 40 já era estrategicamente elaborado no começo dos anos 30. As investidas, tanto do Conselho quanto do Instituto, foram visivelmente delineadas na Convenção de Estatística realizada em 1936. A realização de uma reunião de especialistas para discutirem questões referentes ao espaço e à população do Brasil deixa evidente, não só a preocupação administrativa com o território onde a governamentalidade tem necessidade não só de técnicas de administrar, mas de técnicos e de saberes que respondam às expectativas de governo. Por detrás desta “maquinaria de poder” está, também, uma teoria que serve de catalisador da prática hermenêutica. A cumplicidade entre a arte de governo e a prática de elaboração estética do espaço não pode ser explicada somente pela iniciativa política. Precisa ser feita por algo mais amplo, que é o diálogo com a organização da cultura.

A convenção de 1936 estabeleceu marcos nítidos para a prática da ciência e a prática da política. Na cláusula XIII, um pacto entre órgãos produtores da imagem territorial estabelecia que

os governos federados, pelo órgão dos serviços técnicos competentes, sejam os de engenharia geral, sejam os especializados de geografia ou cartografia, filiados ou não ao Instituto, colaborarão nos trabalhos de cartografia geográfica, necessários à estatística e centralizados, *para fins de síntese nacional*, na Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, segundo planos gerais aprovados pelo Conselho Nacional de Estatística. Com esse objetivo, serão tomadas medidas que assegurem a organização, para serem divulgadas nos anos de milésimos nove quatro (precedentes aos censos gerais ou regionais), de cartas físicas e políticas do território estadual, das quais constem as divisões municipais e, se possível, também a distrital, bem como as demais ordens de circunscrições administrativas e judiciárias. Aos municípios, os mesmos serviços formularão, ainda, as sugestões convenientes e prestarão a assistência técnica necessária para que façam levantar ou rever, com a perfeição possível, os mapas dos respectivos territórios.²⁴⁹

²⁴⁹ Convenção Nacional de Estatística. 1936. FONTE: IBGE/DIPEG/PR – Setor de Documentação. Curitiba. Os grifos são meus.

São orientações seguras. São práticas administrativas “firmes”, bem direcionadas e ancoradas em ações científicas e circundadas por ações técnicas: uma espécie de mutirão nacional em favor de um único objeto: dar a conhecer os traços da nacionalidade. Nesta investida, a ciência encontrava o seu objeto, criando dele uma imagem “real”, ao mesmo tempo em que a enunciação da maquinaria administrativa do espaço e da população também ganhava contornos visíveis (ver Anexo XI): mapear, contar, conhecer. A arte de governo ganha substancialidade mediante um discurso de ciência.

Podemos dizer, enfim, que o objeto “corpo” é plurissignificativo. Muitos sentidos são enunciados para servir de vetores e situarem novas práticas. Ele organiza o começo biológico de um povo, de um território e, por fim, pretende ser entendido como nação. Para que surja com aparência visível, práticas precisam ser mobilizadas, sentidos deslocados, objetos lembrados e esquecidos; lendas rememoradas. É a experiência do corpo presente com um outro que não existe. É ficção. Ele cria, entretanto, muitos motivos de ação e os coloca em movimento.

CAPÍTULO III

BIOS – ELEMENTOS DA VIDA

3.1 CAIVA

De origem guarani, caiva significa ausência de floresta. Na língua portuguesa, ela é definida como terra pouco fértil.²⁵⁰ Percebe-se que são enunciados que se referem ao mesmo objeto, mas com semânticas diferentes. Ausência de floresta não significa terra sem fertilidade, na origem indígena. Por outro lado, a prática arqueológica dicionarizou a palavra com um sentido correlato à fertilidade.

Este enunciado da fertilidade remete a uma prática enunciativa que criou uma perspectiva arqueológica (Foucault) da terra como geradora. Tanto na tradição escrita quanto na oral, está presente a menção da terra como meio de suprimento do homem. A forma de relação com ela é que tem sentidos diferenciados. Mas eles são usuais, especialmente quando se pensa a constituição dos territórios, a delimitação das fronteiras e a administração da população.

²⁵⁰ MODERNO DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO BRASILEIRO. Curitiba: Editora Educacional, 1989, p. 142.

A terra como extensão do direito – *uti possidetis* –, que se dilatou como princípio de soberania e identidade nacionais, serviu para a prática territorial, segundo a tradição escrita, de vários campos do saber: a historiográfica, cartográfica, além de outras. Foi ela quem permitiu e criou aspectos de visibilidade da soberania portuguesa sobre o território brasileiro.²⁵¹ O argumento que fundamentou este direito foi o de ter conhecimento do seu “sem fim”, da sua localização e descrição. A prova era a letra, um mapa, um relatório de excursão e a nomeação de um rio, de uma serra, de um caminho. Estes procedimentos eram provas da ancestralidade, prova tomada de empréstimo dos “pioneiros” da terra, os primitivos habitantes.

Este tipo de investida levou os historiadores e geógrafos a vasculharem arquivos, fosse no Brasil ou na metrópole portuguesa e até mesmo em outros países da Europa, de modo especial na França e na Alemanha, na busca das letras que “dissessem” de quem seria a terra. Quem sabe ela teria soberania. Nesta busca, o homem e a natureza foram feitos objetos narrativos. As práticas de conhecimento passaram por um crivo de exames “descobridores de segredos” e reveladores de caminhos mais seguros para pensar a administração do seu espaço, do seu território. Operou-se uma busca arqueológica em que a arte de governo cambiou-se com o saber. Eles parecem indissociáveis da arte de governar, como chamou a atenção Michel Foucault:

o poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito mais profundamente, muito sutilmente em toda trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazendo parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também fazem parte deste sistema. O papel dos intelectuais não é o de se colocar um pouco na frente ou um pouco de lado para dizer a verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da verdade, da ‘consciência’, do discurso.²⁵²

²⁵¹ Cf em MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil – 1808/1912*. São Paulo: Editora da Unesp: Moderna, 1997.

²⁵² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 71.

Não se pode dizer, contudo, que os enunciados sobre a terra tenham uma unidade semântica. Conforme a especialização da escrita, podem ser percebidas pequenas diferenças ou significados divergentes. Historiadores, geógrafos, romancistas, sociólogos, etc. podem apresentar perspectivas diferentes, mas uma unidade narrativa formada em torno do objeto.

A contemplação do objeto remete sempre a uma prática hermenêutica. Chamamos a atenção no primeiro capítulo sobre a tradição historiográfica brasileira, fundada por Martius e alavancada pelo Instituto. A história contada pelas raças e o reconhecimento institucional de um centro da produção de uma ciência historiográfica criaram uma funcionalidade discursiva que agiu como um espírito coercitivo. De um lado, a tradição impelia os sócios a pensarem o continuísmo da política iniciada e, por outro, expelia os escritos paralelos, não os trazendo à luz do conhecimento, como aos primeiros. No entanto, esta classificação faz parte da prática hermenêutica, uma vez que ela, segundo Paul Ricoeur, “é o símbolo que exprime nossa experiência fundamental e nossa situação no ser. É ele que nos permite o acesso ao estado nascente da linguagem. O ser se dá ao homem mediante as seqüências simbólicas, de tal forma que toda visão do ser, toda experiência em relação ao ser é uma hermenêutica”.²⁵³

Esta coercitividade, contudo, não é a força criadora do objeto. Não é a unidade, mas a dispersão. Deste modo, a terra como objeto só tomará este contorno de “alvo da ciência” à medida que não só a historiografia faça dela o seu alvo, mas o conhecimento administrativo, a estatística, a geografia, a demografia, a arqueologia, bem como outras especialidades o façam. São estes enunciados que aqui interessam, porque, enquanto prática hermenêutica, eles fazem apelos a saberes constituídos – recursos narrativos – que denunciam

²⁵³ RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 3.

um novo sentido, sempre contemporâneo, como lembrou Michel de Certeau, ao tratar a narrativa sobre o passado como um saber sobre a morte.

A terra é um centro narrativo dos sentidos da vida. Com ela, estão presentes sempre outros objetos correlatos: as matas, os rios, as montanhas, os minerais. Muitos historiadores, como Romário, Pinheiro Machado, Rocha Pombo, enfim, os da primeira geração paranaense, adotaram uma forma datativa do amadurecimento da terra: a narrativa dos ciclos. Eram etapas em que a terra ia cedendo um pouco de si, firmando-se como nutridora da vida. A mesma prática narrativa vai ser adotada por historiadores economicistas de outra geração, que vão adotar a denominação do modo de produção, ou a mesma nomenclatura, mas com este outro sentido. A terra, no entanto, não perde a espécie de valor doutrinário de centro da vida.

A tradição historiográfica tomou por hábito contar a história pela idade da terra. (conferir em Anexos III e V). Não esteve sozinha nesta investida. Outros saberes concorrentes, de modo especial a antropologia e a etnologia, foram ciências que agiram em relação de cumplicidade e de distância. Foi uma ação que apontou como resultado a datação da terra em ciclos e idades, ou seja, em períodos sequenciais, em que as dádivas do solo eram cedidas ao homem, como se esta fosse uma espécie de entidade criada para lhe satisfazer as necessidades vitais.

Esses tais ciclos são encadeados de forma a demonstrarem uma perspectiva ascensional. Pode se dizer que há uma gradação de algo primitivo até um ponto de chegada, onde pode ser apontada uma significativa evolução em relação à partida inicial. Com este procedimento, cumpre-se a necessidade metafórica de demonstração do progresso. É um parâmetro de medida que tem origem numa teoria, na perspectiva acadêmica, embora não se exaure somente nela. O saber acadêmico não é o único que serve como referência para uma

prática hermenêutica. Há outros em jogo, de modo especial, o imaginário religioso que, de certa forma, envolve os pensadores da época.

Datar a idade da terra é uma investida que surge como condição científica para pensar a origem do homem. Assim, o homem é a medida da terra. Não somente no sentido da experiência cultural, em que, como disse Certeau, à medida que se olha o passado se alargam os horizontes do presente, mas também à proporção que acontece o procedimento de pensar o uso do próprio corpo como medida para o pensamento. Para as expectativas da época, as teorias do criacionismo e do evolucionismo, embora estivessem de alguma forma presentes na escrita historiográfica, careciam de razões explicativas e por isto, serviam como teorias praticadas, como explicou Michel Foucault: “a teoria não expressará, não traduzirá, não explicará uma prática; ela é uma prática”.²⁵⁴ É preciso não perder de vista que a datação da terra responde a uma investida de conhecimento de si mesmo. Assim sendo, o poder do saber responde a uma necessidade de conhecimento e de soberania. De conhecimento, porque, realmente, coloca-se à disposição da curiosidade científica a resposta desejada, uma vez que ela já está implícita na interrogação. De soberania, porque a expectativa de progresso, cuja metáfora organiza o saber das ciências, cria possibilidades reais de governo, uma vez que se desdobra daí um conhecimento maior do território e da população que ele abrange. Enfim, um saber sobre o espaço e um poder de governo.

²⁵⁴ FOUCAULT, op. cit., p. 72.

3.2 A BUSCA DO ANO ZERO

No início do século XX, Romário Martins deixa transparecer a expectativa da arte de governar, ao defender a necessidade de estudos arqueológicos “científicos” à cerca do homem paranaense. Segundo ele, “o assumpto, já por si árduo, torna-se de impossível estudo sem o auxílio de exemplares da remota arte industrial dos nossos índios; pois como diz Haeckel, não existe hoje um districto da sciência em que mais extravagantes hypotheses levantem a cabeça tão facilmente, como a anthropologia e a ethnologia”.²⁵⁵

Romário estava falando como diretor do Museu Paranaense. Ele é acadêmico expressivo do Paraná, o que resulta numa coerção. O que ele expressa, entretanto, quando menciona a arte industrial indígena e os caminhos apontados por Haeckel? A perspectiva de *sciência* que fala de um homem de ciência e uma prática da verdade. Contudo, não é somente isto. A afirmação vai além da língua. Como acadêmico, Romário é seduzido a buscar a verdade última, a origem, como menciona, fundamentada em sugestões do biólogo alemão Ernst Heinrich Haeckel. O maior atributo de Haeckel é o de ser o divulgador de Darwin no campo científico alemão. Fundamentado na teoria do evolucionismo, ele tentou construir uma teoria que unificasse a biologia, a ciência e a religião. Segundo ele, cada animal percorre, a partir da fase embrionária, todas as etapas evolutivas que o levaram a ocupar seu lugar na ordem natural. Segundo suas palavras, “a ontogenia recapitula a filogenia, sendo a ontogenia o desenvolvimento embrionário e a filogenia o desenvolvimento evolutivo”. Com este argumento, Haeckel cria um tipo de teoria monista da origem, defendendo que havia uma substância como realidade última das coisas. Spenceriano, afirmou em *Origem do Homem*,

²⁵⁵ MARINS, Romário. Editorial. *Boletim do Museu Paranaense*, Curitiba, 1904, p. 5.

que “a afirmação que o homem procedeu dos vertebrados inferiores e, em último lugar, dos verdadeiros símios, é uma proposição dedutiva especial, que resulta, como uma necessidade absoluta, da lei indutiva geral, constituindo a teoria da descendência”.²⁵⁶ Ficou, assim, colocada a questão da “lei indutiva geral”: a investigação do ser enquanto ser, diferenciado, portanto, independente da matéria, ou seja, das algas e dos fungos. Houve vários seguidores do seu monismo no Brasil, entre os quais Tobias Barreto de Menezes.²⁵⁷ Com esta “inspiração”, pensava-se o evolucionismo e não se excluía a criação.

Um outro atributo é associado ao seu nome. Teria sido ele o criador do termo ecologia, utilizando-se do sentido grego – *oikós* –, que significa lar, segundo o Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro. Parece um sentido apropriado para aqueles que estavam buscando a origem e a evolução do homem. Anos mais tarde, adviria daí o conceito de ecossistema, também associado à questão da origem do espaço ocupado pelos microorganismos geradores de uma cadeia de sobrevivência: o *habitat*. Por ora, basta “entender” o limite horizontal no qual são produzidas as palavras de Romário.

Esta era a dimensão do universo enunciativo de Romário. Assim ele continuou o texto, em 1904: “e ainda mais tentadoras são estas investigações da nossa pré-história, quando, na opinião do sábio archeologo Lund, a América, como berço que foi da humanidade, guarda sem dúvida em seu seio vestígios os mais remotos e interessantes da primitiva vida e, quem sabe, de ignoradas civilizações, das quais os índios da época do descobrimento do Brazil fossem os degenerados representantes em nosso paiz”.²⁵⁸ A concepção de pré-história fica, então, correlata à questão da idade da terra que, por sua vez, é usada como parâmetro

²⁵⁶ HAECKEL, Ernst Heinrich. *Origem do Homem*. Porto: Livraria Chardron, 1914.

²⁵⁷ Tobias Barreto de Menezes era bacharel em Direito pela Faculdade do Recife. Foi divulgador da filosofia alemã no Brasil. Discípulo de Sílvio Romero, abraçou o positivismo, o evolucionismo de Spencer e o monismo de Haeckel. Mas, o maior “aplicador” das teorias de Haeckel foi um discípulo de Tobias Barreto, Fausto de Aguiar Cardoso. Também sergipano, formado em Direito por Recife, aplicou os estudos de Haeckel na

para demarcar a origem do homem. Esta prática dedutiva é possibilitada pela afirmação de que a terra americana *guarda* os vestígios do homem. A narrativa toma, então, um peso de ação, como se a terra fosse uma entidade que agisse de forma preconcebida. O narrador toma a perspectiva do objeto e lhe cria uma falsa aparência de vida consciente. Esta prática vai nortear toda a produção regional. Trata-se de uma invenção produzida por Romário Martins. É uma prática hermenêutica gestada entre as marcas da ciência e do romântico político do início do século. É justo destacar, ainda, que, no âmbito de demarcar a terra e a origem do homem, a antropologia e a etnografia eram demonstradas como disciplinas fundadoras de um caminho certo a ser trilhado para que tal êxito fosse obtido. Elas contribuem, pela narrativa local, para a descrição deste sentido vital, quase sobrenatural da terra. Alguns escritos tratam-na como uma entidade com existência própria.

Este texto de Romário deixa transparecer ainda um outro aspecto da tradição historiográfica brasileira. Para o ofício de historiar, a história tem a sua origem na administração da terra. Talvez seja um hábito que foi dissimulado pela prática enciclopedista que data o início da História a partir do uso da escrita. Sabemos que nem sequer os "bondosos" frades da Companhia de Jesus ousaram afirmar que os índios do Brasil e, também os "ladinos", usassem a escrita; quando muito, "iconografias" como pinturas no corpo, em pedras, adornos, pedras polidas e pontiagudas, etc., de pouca relevância para a comunicação, disseram.

Contudo, pode não ser este o sentido coercitivo que exerça maior pressão sobre os historiadores do início do século XX. Está muito mais próxima e parece ser mais palpável a expectativa da raça como criadora da história. Ela parece "dar mais realidade" à proporção que rememora a posse da terra. "O descobrimento" é apossar-se, como bem expressou o

navegador genovês ao monarca português. A perspectiva ciclópica, ou seja, o procedimento de contar a idade da terra em ciclos evolutivos, afirma, portanto, o início da história. Quanto à questão da ancestralidade do homem americano, esta é uma tese que aos poucos vai desaparecendo dos escritos regionais, e, de certa forma, também dos textos romarianos, especialmente no período de entre guerras e, de modo geral, na escrita do pós-segunda guerra: uma expressão táctica, uma vez que a imigração europeia tornou-se mais efetiva. No entanto, no início do século de Romário, a origem do homem na América talvez não refletisse a paixão pelo americanismo, mas uma paixão pela raça, pela ancestralidade tupi-guarani, pensada, então, como esteio da nacionalidade brasileira e que se projetou, como destacamos anteriormente, em formas de compreensão do branqueamento da população. Este motivo o faz admirador dos trabalhos de Lund, o descobridor do Homem da Lagoa Santa, em Minas Gerais, em 1843. Para Romário

os materiais de que, para isso se tem servido a anthropologia, já não são tão insignificantes para de boa fé poderem ser recusados pelos apóstolos do monogenismo, sendo que Lund, ao apresentar sua precisa descoberta da Lagoa Santa no Congresso Anthropologico de Copenhague, fez cahir do seu trono millenário a affirmativa dogmática da unidade das raças humanas, pois provou, e isso foi secundado universalmente, pelos mais eminentes sábios, que o homem existira no Brazil antes de quaisquer migrações trans-continetais.²⁵⁹

Por migrações transcontinentais, pode também ser entendido qualquer contato do homem primitivo brasileiro com nações europeias. Isto ainda não se opõe à narrativa que coloca o descobrimento do Brasil na ação portuguesa. Daí, a importância da raça e da “mixtão”, porque, se os portugueses são também europeus, foram eles que incidiram como elemento étnico para a mistura racial. Por isto, acontece a busca pela criação de um tipo físico nacional, como já ressaltamos.

²⁵⁸ MARTINS, op. cit.

Esta tese só poderia ser provada através dos estudos de fósseis, exemplo dado por Lund. Isto o faz um ferrenho defensor da conservação dos restos fósseis *guardados* pela terra. É “uma questão a elucidar”, afirma, ao falar sobre a origem do homem brasileiro. Em função disto, sugere que “nos estados onde há sambaquys há a obrigação de se tomarem medidas premunidoras no sentido de obstar a destruição dos comoros conchiológicos”.²⁶⁰ A sugestão, além de atribuir ao Estado a responsabilidade pela memória, inaugura uma “idade” para a terra litorânea do Paraná: a idade ou o período dos sambaquis. Esta datação já falou por meio de Haeckel, mas a conservação devia ser feita até que “competentes de aí retirem os materiais anthropológicos que para isso são indispensáveis. Refiro-me à existência de crâneos de diversas conformações que ahi se encontram, atthestando a presença de diversas raças ou quiçá um período de mestiçagem”.²⁶¹ Fica, assim, mais evidente o seu combate do monogenismo. Possivelmente, não se trata de uma rebeldia às teses teológicas que colocavam em Adão o único genitor, mas uma resposta elaborada frente a um país de mestiços. Estabelece-se o sentido enunciativo para as colônias de conchas do litoral paranaense. A evidência encontra-se também, segundo ele mesmo diz,

na craneologia uma vez que ela já demonstrou que o homem do sambaguy é representado por typos diferentes, o que se pode atribuir a mestiçagem trans-continentaes como é a hypothese corrente. Suppõe-se, porém, e Martius é um dos mais antigos e fervorosos pregadores, que os actuais Botucudos são representantes directos do homem do sambaguy isempto de mestiçagem, e, por conseguinte, descendente da raça fóssil descoberta por Lund, linhagem do autochthone brasileiro.²⁶²

Há uma outra evidência na narrativa de Romário. Nela, está pressuposto que a ciência, neste caso envolta numa disciplina – um objeto e técnicas específicas –, é o caminho para trazer à luz os segredos sobre as origens guardadas pela terra. Mas esta não é uma

²⁵⁹ MARTINS, op. cit., p. 8.

²⁶⁰ Id., ibid.

postura somente sua, como apontamos. Trata-se de uma espécie de “espírito positivo”. Este argumento foi expressivamente adensado por um contemporâneo de Romário Martins, Cândido Mariano da Silva Rondon. Os dotes dele eram a “autorização”.²⁶³ Também ele colocava o desenvolvimento da disciplina como a condição dos descobrimentos dos segredos da terra. A questão foi assim estabelecida: “o problema americano da etnografia se resume, em duas palavras, no problema da origem do homem americano”.²⁶⁴ Na leitura, comteana, a ciência etnográfica ficava sujeita a seu próprio objeto. Contudo, não era só esta a razão da existência de um saber mais especializado. Ele tinha como missão colocar as razões de um novo mundo, com matrizes de pensamento mais verdadeiras. Afirmava, por isto, que “todo mundo compreende a dificuldade da solução de tal problema, que deu lugar a hipóteses fantasiosas próprias das concepções primitivas desenvolvidas pela teologia e pela metafísica, filosofias que guiaram a evolução do espírito humano depois das concepções de Confúcio e de Buda, da primitividade fetichista até a concepção positiva do surto humano, apresentado por Augusto Comte”.²⁶⁵ Rondon pretendia falar já a partir da terceira fase do pensamento de Comte, a Idade da Filosofia. Tal qual as fases da Idade da Terra, paleolítico, neolítico, também, em Comte, o pensamento analogicamente passaria por fases da qual a última, a filosófica, seria a dos sinais de superação das duas primeiras, a primitiva e a metafísica.

²⁶¹ Id., *ibid.*, p. 9.

²⁶² Idem.

²⁶³ Foi-lhe atribuído o cognome de Marechal da Paz. Nomeado em 1890, foi auxiliar na Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, naquele momento chefiadas por Gomes Carneiro. Iniciou explorações dos “Sertões do Mato Grosso”, assumindo em 1892, como titular da operação. Esteve na região do Oeste do Paraná, quando, em 1906, estabeleceu linha telegráfica entre o Paraguai e Cuiabá. Admirado, foi homenageado por Roosevelt e Getúlio Vargas que, em 1939, agraciou-lhe com o título de Civilizador dos Sertões. Foi diplomata, antropólogo e etnógrafo, coltando fontes sobre a vida indígena. Em 1910, acumulou a chefia do então criado Serviço de Proteção ao Índio. Em 1939, o Serviço foi transformado em Conselho Nacional de Proteção ao Índio. Ele ocupou a primeira presidência.

²⁶⁴ SILVA RONDON, Cândido Mariano da. *A Etnografia e a Etnologia do Brasil em Revista*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional : Conselho Nacional de Proteção ao Índio, 1946, p. 18. Este texto já havia sido publicado em 1910, quando o autor ocupava a presidência do Serviço de Proteção ao Índio.

²⁶⁵ Id., *ibid.*

Esta investida na disciplina, que sobrevive graças a um objeto e técnicas que lhe dão existência, é o estágio “filosófico” do positivismo, que inaugura uma longa fase de compreensão da filosofia como normatizadora e disciplinarizadora do conhecimento, onde o método é defendido como o guia eficaz e seguro para edificar o pensamento. Era o porquê de Rondon e Romário estarem pensando as disciplinas como guias de descobertas dos segredos da terra e não mais como achados acidentais; não mais caminhos de “sem fins”; não mais caminhos sem horizontes, apenas “seguindo o sol”; mas, bússolas, uma direção solidificada e solidificante.

Esta fase colocou a biologia, a física e a sociologia como as “ciências-mãe”. A partir delas, das suas técnicas e de seus resultados, deduziam-se uma infinidade de saberes. Neste limite horizontal, situam-se os nossos pensadores.

Rondon é explícito: “era preciso derrubar hipóteses fantasiosas” – derrubar Confúcio, Buda e a Teologia. Desejou destruir aquilo que era considerado “primitivismo”. Primou pela filosofia. Parecia estar evidente que “todos os autores modernos eram unânimes em afirmar que somente após os primeiros decênios deste século, fora o problema abordado ou esboçado com seriedade científica pelos métodos antropológicos, com detalhes etnológicos e etnográficos, proporcionados pelos materiais que a paleontologia, a arqueologia e a geologia forneciam”.²⁶⁶ Mas, também a exemplo de Romário e de outros pesquisadores daquele tempo, eles edificam suas produções a partir da monogenia e da poligenia. São teorias referenciais. Contudo, todos os autores buscam, com relativo desapego a elas, outras soluções, elegendo aspectos das mesmas. Rondon, por exemplo, elogia a teoria de Montandon, o “alogenismo”, que defendia a aparição simultânea do homem “semelhante aos outros animais, em todo o

²⁶⁶ Id., *ibid.*, p. 19.

globo”. Não se tratava de novidade, mas de uma saída tática para respostas provisórias a um problema desconhecido.

O abandono dos pensamentos de Buda e Confúcio demonstra, ainda, uma saída tática de consequências fundamentais para a história do pensamento. Rondon coloca como referência toda uma tradição da narrativa escrita brasileira, apontando um Norte, ou seja, um rumo para a fonte do pensamento brasileiro no Ocidente, à medida que aponta a necessidade de abandono do Oriente como *locus* de ciência, por ser “primitivo”. Há de ser considerado que, além de uma razão científica, há ainda motivações religiosas, embora, por força de Comte, seja influenciado a afirmar a necessidade de um abandono da religião metafísica.

Esta questão prolongou-se por muitas décadas, a partir dos dias de Romário, o diretor do Museu. Eram as primeiras décadas do século XX. Questão ainda polêmica, não resolvida. Por certo, expressivamente fiduciária e que tomou rumos mais “seguros” com a invenção do método do Carbono 14, que “permite datar” um fragmento arqueológico. Com o método e o auxílio da informática, a arqueologia “revela” fragmentos pré-históricos. Mas o desejo de saber sobre a origem do homem, ainda no século de Romário, foi aos poucos suplantado pela constituição do conceito de cultura: a cultura dos povos, dos grupos, das raças. Um cenário novo se compõe e “afoga” o ímpeto de saber a origem primitiva do homem americano e, por extensão, do homem brasileiro. Os louros vão, novamente, para von Martius.

De qualquer forma, os caminhos percorridos ficaram demarcados. A memorização dos sambaquis do Paraná foi constituída não só na forma escrita; eles estão, também, “recolhidos” a museus e postos à visitação pública e aolhares mais “competentes”, como dizia o diretor do Museu. Paranaguá, Antonina, Morretes e, principalmente, Curitiba, “demonstram” aos visitantes esta fase, denominada *pré-histórica* do Paraná (ver Anexos III e V) . De modo especial, o Museu Paranaense, sediado na antiga prefeitura – lugar nobre do centro antigo da capital –, é o guardião deste bastião da história regional. É claro que os

tempos são outros. Também são diferentes as formas de relacionamento com os fragmentos que lá estão. No entanto, apresentam-se como provas incontestes daquilo que foi. No interior do Museu, o visitante, ao entrar por um corredor estreito, passa de sala em sala, contemplando as fases pelas quais a história passou: inicia no térreo com os sambaquis e termina com o mobiliário do Império e as salas do governo. É a perspectiva de ascensão e de progresso. Evolução possibilitada pelo conhecimento dos segredos da terra.

Estes segredos também eram pensados enquanto composição química. Os elementos formadores do solo estavam já tomando expressão, desde a virada do século, tomando forma em torno da geologia. No Brasil, não havia ainda “escola” de geologia. Na verdade, havia poucos centros de formação. Basta perceber que, neste período, não há historiadores formados. Pode se dizer que eram “lentes curiosos”.

Os estudos do solo paranaense, antes de Reinhard Maack, foram feitos e amplamente divulgados por Orville Derby²⁶⁷, que apresentou um dos estudos mais sistematizados à cerca da geologia brasileira. Ele veio ao Brasil em 1870, com o geólogo do Canadá, Charles Frederic Hartt, por intermédio da Expedição Morgan, que percorreu grande parte da Amazônia. Transferiu residência ao Brasil em 1871, só regressando a Cornell em 1874, para defender tese sobre os moluscos do Rio Tapajós. Em 1875, foi nomeado assistente da Comissão Geológica do Império, chefiada, então, por Hartt. Em 1877, passou a dirigir a Seção de Geologia do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Por iniciativa do ministro Miguel Calmon, foi nomeado para chefiar o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, criado em

²⁶⁷ Os estudos de Derby foram seguidos por Francisco de Paula Oliveira e Euzébio Paulo de Oliveira. Posteriormente, John M. Clarke, prescindindo destes estudos e mais os realizados por Cícero Campos e Telêmaco Borba, publicou um primeiro texto sobre o Devoniano do Estado do Paraná, através do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, em 1913. Em 1919, também vinha a público o trabalho de Karl Holdhaus, que apresentava “os fósseis das camadas médias e superiores da série Passa Dois.” Dados mais aprofundados, conferir também em MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. 2.ed. Rio de Janeiro: J.Olympio; Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1981.

10 de janeiro de 1907, cargo no qual permaneceu até morrer, em 1915²⁶⁸. Romário foi um dos seus maiores divulgadores, fosse nos seus escritos “geográficos” ou “históricos”, fosse como diretor do Museu ou, ainda, enquanto presidente do Instituto. A bem da verdade, os estudos geológicos de Derby foram os primeiros feitos sobre a composição do solo e, por isto, elas são considerados trabalho fundador.²⁶⁹ As pesquisas foram feitas a pedido do imperador. O objetivo era fazer um levantamento, para ver se havia ou não fundamento na tese de que os vales dos rios Piquiri e Ivaí eram zonas diamantíferas. Ela tinha sido levantada por excursionistas do século XVIII.

Primeiro, a localização: “a província está situada entre São Paulo ao norte, e Santa Catharina e Rio Grande do Sul ao sul, e estende-se desde o Atlântico até o rio Paraná, ocupando cerca de seis de longitude e 3 de altitude”.²⁷⁰ Desta referência geográfica, sobreviverá, especialmente, a menção “do Atlântico ao Rio Paraná”, uma vez que ele demonstra o deslocamento do litoral para o interior, ou, se preferirmos, do Leste para o Oeste. Assim, as letras também fazem os percursos dos descobridores.

O autor dividiu o território em “duas regiões muito distintas, uma montanhosa ao longo da costa, estendendo-se por cerca de 100 milhas pelo sertão adentro, e a outra formando um planalto que ocupa as partes centrais e occidentais da província”.²⁷¹ Ficou estabelecida,

²⁶⁸ Segundo os dados biográficos, Orville Adelbert Derby (1851- 1915) deixou 173 estudos publicados no Brasil, retratando temas dedicados à mineralogia, geologia, petrografia, geologia física, cartografia, paleontologia, arqueologia e meteorologia. Fez reconhecimentos geológicos no Paraná – estudo do qual fazemos uso como fonte –, Minas Gerais e São Paulo. Nasceu em Kellogsville, Nova York, a 23 de julho de 1851. Diplomou-se em Geologia na Universidade de Cornell em 1873. Suicidou-se no seu quarto, no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1915. A versão de sua morte é a divulgada por Othon Leonardos, também geólogo: “foi um protesto tácito ao descaso do ministro pelo serviço que ele criara com todas as suas forças e que amava ao extremo de sacrificar a própria vida”. FONTE: Arquivos do Museu Nacional. Ver também, Enciclopédia Encarta. Microsoft Corporation. 1993-1999.

²⁶⁹ Já mencionamos no capítulo anterior que Orville Derby estava temporariamente fora do nosso recorte. Mas, por tratar-se de um trabalho de relevância e maciçamente citado por geógrafos e historiadores de 30 e 40, não é possível deixar de trazê-lo ao texto, até por força da metodologia que estamos adotando.

²⁷⁰ DERBY, Orville. *A Geologia da Região Diamantífera do Paraná, no Brasil*. Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, 1878. Também foi publicado por Romário Martins, no *Boletim do Museu Paranaense*, Curitiba, n. 01, jun. de 1904.

²⁷¹ MAACK, op. cit., p. 23.

mediante esta prática fundadora, a divisão territorial em duas partes referenciais: a serra e o planalto. Posteriormente, outros desdobramentos vieram como a denominação de “platô”, serrinha e a nomeação de acidentes: Serra da Esperança, da Graciosa, dos Três Planaltos, etc. Porém, esta sugestão inicial está presente, inclusive, nas narrativas atuais.

A divisão é fundamentada nas características do solo, segundo seu autor. A primeira, a montanhosa, “constitui região geológica distinta, enquanto o planalto é dividido em duas grandes províncias geológicas”. A classificação será utilizada como razão de diferenciação do litoral com o interior, mas, já naquele momento, vem indicada por ele:

toda a província, com excepção de uma zona littoral de 10 a 20 milhas de largura, é uma explanada, apresentando à costa, montanhas que se elevam abruptamente da costa e formam a margem de um planalto de 800 a 1000 metros de altura... As rochas são todas metamórficas, tendo os leitos muito inclinados, com uma orientação geral E. N. E. Ao longo da costa e na Serra do Mar encontram-se gneiss graníticos, porphyriticos e schistosos... enquanto mais longe, a oeste, as últimas se acham associadas a schistos vermelhos metamórficos não crystallinos, que são ou talcosos ou hydromicaceos, e o porphyro vermelho metamórfico, que parece ser o emso schisto, em outro estado de transformação.²⁷²

Na sua representação, os rios são os grandes responsáveis por dois tipos de transformação. Em primeiro lugar, eles mudam a morfologia da planície. Eles criam vales, lugares intransponíveis, corredeiras, cachoeiras e quedas. “A superfície ao longo da margem é quase perfeitamente plana, porém as inúmeras correntes alimentadas por milhares de fonte e por chuvas torrenciais bem cedo cavaram profundos valles que descem na parte occidental da região até uma altura de 600 metros, e tornam a superfície de mais em mais ondulada, à medida que se entre nos campos”.²⁷³ Elas são responsáveis por acentuar a diferença, tão necessária para a nomeação em que incorrerão os geógrafos da escola alemã, que pensaram uma analogia entre o corpo e os movimentos da terra.

²⁷² DERBY, op. cit., p. 24.

O alvo maior, contudo, era o de considerar o encontro da água com a terra como uma transformação química. Este encontro era visto como gerador de elementos criadores da vida: “Pode-se dizer que a Oeste, a porção mais baixa da formação é, em geral, composta de schistos e grés schistoso, tornando-se os schistos, para o Extremo-Oeste, sobrecarregados de concreções silicosas e calcáreas, com alguns leitos subordinados de um calcareo peculiar oolítico silicioso..., por certo, muito férteis”.²⁷⁴ Derby coloca, desta forma, os fundamentos geográficos, que posteriormente, os vários estudos irão referenciar, para demarcarem as regiões de serra, serra acima e os campos, como “regiões morfologicamente distintas”. Serão âncoras para a representação do homem como sujeito aos caprichos do solo. Do homem cuja conquista dos campos, especialmente dos sertões do Oeste, terá como limitação a própria natureza, sejam os rios, sejam as serras.

Este não é, entretanto, o rumo que deseja apontar Orvyle Derby. A missão dele não é demonstrar os limites impostos pela terra. É o contrário. Quer provar a sua riqueza. Por isto, ele estava incumbido de fazer o mapeamento do subsolo da mesopotâmia do Oeste, declarando a El Rei se havia ou não diamantes na Província. Como geólogo, porém, as suas contribuições póstumas foram outras.

O emprego da geologia de Derby foi significativo na geografia, sobretudo na representação da composição química do solo paranaense: “As porções schistosas da região apresentam um solo um pouco melhor, porém são ainda pobres nas partes oriental e central”. Ele faz esta afirmação ao se referir às terras do primeiro planalto, ou da *zona metamórfica*, como prefere denominar. Todavia, acentua que o valor químico do solo não é único. Por este motivo, ele incorreu na divisão em duas zonas diferentes, como acabamos de mencionar. O pré-requisito para a divisão foi a diferença química que os solos continham. “Indo para Oeste

²⁷³ Id. *ibid.*, p. 26

²⁷⁴ Id., *ibid.*

o solo melhora, cedendo os bellos campos relvosos logar a outros com pinheiros esparsos ou grande abundância de arbustos; e este por sua vez, no extremo Oeste onde o schisto é mais variado em character, e onde o dorito e as rochas calcareas abundam, são substituídos por florestas luxuriantes, mostrando a qualidade superior do solo”.²⁷⁵

Ao mesmo tempo em que a sua publicação deixa falar sobre si algumas representações qualificativas do solo, cujo apelo deixará uma sobrevida na narrativa dos anos trinta, ficam evidentes as limitações de um saber emergente, cujo objeto, teoria e técnicas eram ainda limitados para as respostas que se desejavam. Sobre o “grés” e o “schisto” do Paraná, confessa que “a idade geológica deste grés e deste schisto nunca foi satisfatoriamente determinada. A primeira luz sobre o assumpto foi dada por alguns fragmentos de fósseis achados por Mr. Luthero Wagoner, ajudante da Commissão Geológica em 1876, que foram determinados pelo Sr. Rath Bun e por mim, como sendo paleozóicos e provavelmente devonianos” (ver Anexo III). A expressão “provavelmente” cria a idéia de desejo não realizado.

Se há algumas dúvidas quanto às técnicas do saber, outras afirmações são contundentes. Em relação às margens do Rio Paraná, ele afirma que “a Oeste, o paiz é virgem, porém pelas poucas informações que pude obter, parece-me provável que a formação do trapp estende-se até o Rio Paraná”.²⁷⁶ A contundência do autor está em, não só trazer para o universo da linguagem as faces da terra, mas, sobretudo, por narrá-la de forma a criar uma perspectiva de horizontalidade para o leitor, ou seja, para que seja subentendida, através das letras, uma continuidade geográfica do território, que se iniciou com o fim do mar e termina com o começo das barrancas do rio. O verbo estender fixa esta compreensão de dimensão que o autor deseja passar aos leitores.

²⁷⁵ Id. *ibid.*, p. 27.

²⁷⁶ Id. *ibid.*, p. 28.

Outro aspecto importante diz respeito à virgindade do solo. É uma noção de virtualidade agrícola. Algo intocável, não-explorado. Ele a definiu como aquilo que “diz-se da terra, floresta ou mata que ainda não foi explorada”.²⁷⁷ Esta noção dicionarizada vai se firmar somente a partir da virada do século XX, quando a preocupação com o desenvolvimento do solo entrará na ordem do dia, já que, em Derby, a preocupação é mesmo a de mapear a virtualidade química das terras, seu potencial mineral, especialmente. E é por este motivo que as “águas” chamam mais a atenção do que as “terras”, embora, como já destacamos, ele acentue a virtualidade da floresta do Oeste do Estado (conferir em Anexo X).

As nascentes são fundamentais na narrativa. Havia uma crença de que as nascentes e os encontros dos rios eram lugares de grande probabilidade de metais, como o ouro e de pedras preciosas, como esmeraldas e diamantes. O trabalho é um relatório das nascentes dos principais rios do Paraná. Segundo ele,

na região metamorphica, entre a Serra do Mar e a Serrinha, nasce o principal rio da província, o Iguassú, que corre primeiro para o Sul e depois para o Oeste, atravessando a segunda e a terceira região, a desaguar no Paraná. Ao Norte do Iguassu, passando por muitos rios quase desconhecidos, pertencendo quase exclusivamente à terceira região, nós encontramos o Ivahy, que nasce na parte florestal ocidental da segunda região, corre por alguma distancia para o Norte, acompanhando a base da Serra da Esperança, e depois para Oeste, entrando na terceira região que atravessa até o Paraná.²⁷⁸

Embora situe o nascimento do Iguaçu nas proximidades da capital, ou seja, do litoral, destaca como rio de “excelência” o Tibagi, qualidade atribuída a ele por motivos fundamentais. O primeiro deles é porque nasce nos Campos Gerais: “nasce e corre até uma pequena distância de sua boca, onde entra na terceira região”. É ele, então, uma espécie de caudal que interliga a segunda e a terceira região, de solos diferentes, fertilidade e virgindades, também diferenciadas. Estes “ligamentos”, para um geólogo, são os *Cânon*:

²⁷⁷ MODERNO DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO BRASILEIRO, op. cit., p. 860.

“Elle [o Piquiri] recebe do norte o Pitanguy e o Yapó, que nascem ambos na região metamorphica, na circunvizinhança de Castro e entram na região de grés por profundos canons”²⁷⁹. A narrativa segue, assim, os passos do viajante, ou seja, como ele está fazendo o deslocamento capital versus interior, ele narra como se o rio também estivesse se deslocando neste sentido, rasgando o espaço e traspassando uma direção, como se desejasse as terras de pedras – metamórficas – e quisesse descansar no solo rico e fértil das planícies dos beira-rios: “a região diamantífera está principalmente no Valle do Tibagy. Seus tributários também contêm pedras preciosas, porém suppõe-se que são menos ricas do que as do rio principal”.

As afirmativas acabam por dar conta do mito da fertilidade dos vales dos rios. As terras banhadas pelo rio são recebidas como dádivas pelo seu “trabalho” dedicado ao homem, ou seja, a possibilidade de sobrevivência. Assim foram as narrativas sobre o Nilo e o Eufrates. Eles sustentaram um povo, uma nação. Os rios brasileiros, como o São Francisco, o Amazonas, o Tietê, o Paranapanema, a exemplo dos rios de divisa do Estado do Paraná, ganham a vocação de sustentáculos da brasilidade. As palavras de Orville Derby, divulgadas no exterior e mesmo internamente, não só reforçam este mito narrativo, mas, geram uma série de outros *comentários* em escritos diversos, criando um movimento e outros deslocamentos.

A narrativa é evidente quanto à dádiva do solo: “pode-se considerar como extremamente provável, sinão absolutamente certo, que os diamantes originam-se da série metamófica, que na idade devoniana elles eram levados e depositados no grés de que foram de novo separados para tomar o seu lugar actual nos bancos de areia e caldeirões do rio, e nos depósitos de cascalhos do campo”²⁸⁰. A narrativa considera haver uma espécie de movimento interno que vai determinando os estados de transformação pelos quais o solo vai passando e guardando os seus segredos. Eles foram levados a tomar o seu lugar. No fim da exposição, faz

²⁷⁸ DERBY, op. cit., p. 29.

²⁷⁹ Id. *ibid.*, p. 29.

um retorno como se estivesse de acordo com Romário sobre o desenvolvimento da ciência etnográfica e geológica.

A evidência que sobre o assumpto se está pouco a pouco accumulando, parece tender à confirmação da antiga idea de que o diamante pertence a alguma parte da série de itacolumito. Depois dos meus estudos no Paraná parece-me provável que os extensos e elevados planaltos de grés do Brazil central, que nos habituamos a considerar como da idade terciária, são na realidade muito mais antigos e provavelmente paleozóicos. É ainda cedo para formar opinião decisiva a respeito delles, porém si minhas conjecturas são verdadeiras, podemos explicar o curso dos acontecimentos geológicos do Brazil de um modo muito mais satisfactorio do que actualmentes se explica.²⁸¹

Embora não decisivo, como ele próprio diz, um saber está sendo recriado.

O universo narrativo em que estão estes autores permite desdobramentos vários, em se tratando de dispersão da metáfora de ciência, na qual eles estão se deslocando. Rondon e Romário, ao trazerem à tona as funções da etnografia, antropologia e da etnologia, “criam” um ambiente onde outros saberes também estão sendo pensados. A cena enunciativa permite, na dispersão, que outras técnicas de pesquisas, com seus objetos e campo de conhecimentos específicos, mobilizem-se. Esta perspectiva pode ser pensada a partir da leitura de *Páginas de História* do paranaense Aryon Niepce da Silva.²⁸² Este autor, parte do pressuposto de que a história é irmã gêmea da geografia.

É a Geografia no tempo ao passo que esta [a História]; recebe daquela o mais notável auxílio para o perfeito estudo de seu objeto e dá-lhe, com seu auxílio, extraordinário relêvo. É também companheira inseparável da sociologia, analisando as transformações que ocorrem nas sociedades humanas como fatos e os analisando como acontecimentos, erguendo mesmo no espírito de um sociólogo a dúvida de que – a Sociologia sem a História não poderia existir.²⁸³

²⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 32.

²⁸¹ Id., *ibid.*

²⁸² SILVA, Aryon Niepce da. *Páginas de História*. Curitiba: Emprcza Gráfica Paranaense Ltda, 1943. Docente da Cadeira de História do Comércio, Indústria e Agricultura e de História do Brasil, da Faculdade de Direito do Paraná.

²⁸³ Id., *ibid.*, p. 17.

Este trânsito só é possibilitado pelo fato de se observar uma cumplicidade entre as práticas das ditas ciências humanas. Ela é visível na própria narrativa do autor, quando afirma que “tão estreitos são os laços entre esta ciência e as duas outras que, em inúmeras ocasiões os seus próprios objetos se parecem confundir como que esteja uma a invadir o território de atividades da outra. Contudo, não se deve deduzir daí que esta aproximação seja uma atitude planejada. Ou próprio do espírito científico”.²⁸⁴ O que se observa é justamente o contrário. O espírito de ciência estabelece uma atitude de concorrência na a maquinaria de poder formada em torno das especificidades de conhecimentos.

Cabe, então, indagação à cerca da “unidade” a que se referem os autores aqui colocados. Aryon Nipce da Silva dá uma “sugestão” de como isto ocorre: “na recomposição técnica e científica das civilizações e das sociedades do passado a sua interferência é tão grande nos domínios da Arqueologia, da Etnografia, da Antropologia, da Paleontologia que chega por vezes a quase absorvê-las”.²⁸⁵ A ciência, ou o espírito de ciência da época, é que permite a esta aproximação “quase absorvê-las”. Contudo, há um direcionamento do espírito, não perceptível: *a recomposição*. Este é o espírito que todos denominam de “ciência social, (que) estuda e analisa o homem e as sociedades, descreve-lhes a vida, decompõe-lhes os elementos homogêneos, funde-lhes os antagonismos, extirpa-lhes as incongruências, determina melhores rumos a seguir e é base de grande rede de ciências outras”.²⁸⁶

Está implícita a busca da mudança, a fronteira entre o estável e o potencial: o movimento. Tal como a física, onde os menores elementos estão em ação, também as outras ciências buscam os movimentos. A evolução está na ordem do dia: “A ciência procura determinar as condições gerais da evolução do indivíduo e da sociedade, vivendo num meio e numa época determinadas. Ela exclui todo fator sobrenatural, como todo princípio metafísico,

²⁸⁴ Id., *ibid.*, p. 18.

²⁸⁵ Id., *ibid.*

levando em consideração somente os fatos suscetíveis de uma observação exterior ou interior”.²⁸⁷ E, para afastar qualquer possibilidade de dúvida quanto aos três estados sugeridos por Comte, afirma que “nos estudos da ciência temos de considerar três períodos: o período providencialista, o período ideológico e o período realista, ou enquadrando-se o assunto nos termos da filosofia comtista, os seguintes: período teológico, período metafísico e o período científico”.²⁸⁸ Alcançamos, então, o ponto de chegada, ou seja, o limite discursivo, o tempo da enunciação, onde a prática hermenêutica acontece. Residem aí as razões de mobilização da metáfora da ciência. Justifica-se a maquinaria de exercício do saber.

É este o limite horizontal no qual é pensada a evolução da terra. Como todo o princípio da matriz de pensamento, ela, a evolução, é pensada como *byos*. Como assinalamos anteriormente, o corpo humano era pensado como o resultado da terra. Foi por ela criado. É a fórmula que repete tanto a tradição cristã – quando Deus criou o homem do barro, quanto à ciência em voga, que afirmava que a natureza era uma âlma capaz de dar continuidade a criação, dando impulso à evolução. Assim, é criado o conceito de ecologia, atribuído a Haeckel.

3. 3 TERRA, ÁGUA, SOL E O ORGANISMO HUMANO

O saber médico é um tipo de conhecimento que talvez melhor tenha explorado a perspectiva da terra como geradora da vida. *A These de Concurso para Docente Livre da*

²⁸⁶ Id., *ibid.*, p. 17.

²⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 25.

Cadeira de Pathologia Geral, de Heitor Borges de Macedo, é texto formidável neste sentido. Concorrente à cadeira de Patologia da Universidade Federal do Paraná, em 1932, Heitor escreve para um público de especialistas, uma banca examinadora, composta por médicos e pesquisadores da área de saúde do Estado do Paraná. Na sua prática discursiva, estão presentes os elementos de que o tempo cria a “estabilidade” de pensamento: Spencer, Haeckel, Comte (ver Anexo V). Percebe-se que está presente, também, uma crítica aos limites do conhecimento científico, então ainda em fase de consolidação. Diz o autor que

sob o nome de doenças ou espécies mórbidas, estudam-se typos dos quais se descrevem os caracteres; esta descrição não é outra coisa senão a synthese de um grande número de casos isolados, cujos phenomenos principaes e constantes tem sido cuidadosamente recolhidos e classificados; nesta fusão necessária para a descripção didactica, muitos traços interessantes tem desaparecido. A Pathologia procede por um trabalho de synthese que guarda sempre qualquer cousa de artificial.²⁸⁹

Se os limites do alcance da prática médica são alvo de crítica, o mesmo não acontece com o seu objetivo. Fica evidente o trabalho de *classificação*, característico do trabalho de compilação das *sciências* daqueles tempos. O autor deixa claro que a ciência, apesar de trabalhar com casos isolados, prescinde da síntese didática. A terapêutica deve trabalhar com os fenômenos principais e constantes. Assim, ele sugere a trilha do caminho percorrido, ou seja, que a verdade da ciência busca aquilo que é constante, que está em evolução.

A doença era pensada como um correlativo do humor da terra. Embora ela fosse apontada como um organismo, ou seja, como tendo uma funcionalidade interna, ela era, por sua vez, influenciada e modificada pela natureza. A Biologia fazia todos os esforços para provar a origem do homem ligada aos fenômenos que, como se dizia, eram próprios da vida

²⁸⁸ Id., *ibid.*, p. 24.

da natureza. A etnografia que Romário estava divulgando através de Lund e de Haeckel tinha também este sentido. Fazia parte da mesma cena enunciativa. Heitor Borges assim se pronuncia:

as doenças são, assim, como as espécies vegetaes e animaes, puras abstrações theóricas ou científicas; ellas existem apenas na sciencia, em cujas descripções nós condensamos eschematicamente em uma só doença os quadros infinitamente variáveis que nos apresentam os doentes, offerecendo um certo número de perturbações communs que nos levam a reunir abstratamente os vários doentes que as apresentam, em um grupo nosológico, cuja média nós chamamos de doença, constituindo uma unidade nosológica.²⁹⁰

Há uma defesa do saber. É uma maquinaria constitutiva. Os enunciados, contudo, circulam por entre as espécies animais e vegetais.

O saber médico do tempo de Heitor Borges situava todo o equilíbrio de autodefesa do organismo no cérebro humano, um desconhecido, mas com valores atributivos. Ele afirmava a ilustres parceiros:

o sistema nervoso exerce, no organismo, uma dupla função: pôr o organismo em relação com o meio e ligar entre si as diversas partes deste organismo. A primeira função elle a exerce por meio do systema cérebro-vegetativo. O último, pelos movimentos involuntários, pelos nervos vaso-motores e pelos nervos trophicos (secretores, inhibidores, tónicos, thermogenicos, etc.), liga todas as funções entre si, mantendo a sua solidariedade.²⁹¹

Assim, pensava-se o equilíbrio interno, centralizado no sistema nervoso central, mas a função externa sugerida por ele era a de maior importância, porque se atribuía à natureza um humor sobre o qual não havia qualquer controle; logo, deriva-se daí a necessidade de adaptação para a sobrevivência.

²⁸⁹ MACEDO, Heitor Borges de. *Só há doentes, não há doenças*. Curitiba: Empreza Gráfica Paranaense, 1932, p. 7. These (Docente Livre da Cadeira de Pathologia Geral).

²⁹⁰ Id. *ibid.*, p. 38.

²⁹¹ Id. *ibid.*, p. 11.

O equilíbrio entre a funcionalidade interna e externa do corpo denominava-se sinergia: “Estabelecem-se, assim, entre as múltiplas partes do organismo e as influências externas, uma synergy e unidade funcçionaes constituídas por mecanismo de correlação interorganica”.²⁹²

Esta correlação é que era o alvo das investidas dos investigadores da Medicina. Como expressou Borges de Macedo, “si não fosse isto, si não existissem essas ligações internas entre os órgãos da economia, não poderia o organismo, dada uma variação do meio, adaptar-se a ella, visto como, nesse caso, essa variação affectaria uma parte isolada delle, que sem poder equilibrar-se com ella, por falta de combinação com as demais, seria inevitavelmente destruída”.²⁹³ Defendia-se que havia “mecanismos reguladores” internos do corpo que, conforme o humor da terra, ia a ele se adaptando. Era um fator de sobrevivência e em que o estado mórbido seria a não habilidade de adaptação às mudanças do meio. Dizia-se que, “sendo a vida função do corpo vivo e do meio, como um e outro estão sujeitos a continuas mutações, comprehende-se como a vida apresente por isso mesmo contínuas variações parallelas às das suas condicionantes. Muda o corpo com as idades e com as demais influências hereditárias; muda com o mesmo resultado variável da vida: é uma mutação e evolução incessantes, numa transformação contínua”.²⁹⁴

Os apontamentos do autor deixam perpassar ainda outras metáforas que organizam o seu tempo. Também o saber médico confronta-se com a questão das heranças genéticas dos corpos, cujo saber faz dele seu alvo científico. Por este motivo, o movimento sinérgico, isto é, a ação dos mecanismos reguladores foi pensada, não como uma espécie de comportamento padrão observável em todos os corpos, mas como cambiante com as heranças do próprio corpo. Desta maneira, ele afirmava na sua *These* que “a synergy varia de um

²⁹² Id., *ibid.*, p. 12.

²⁹³ Id., *ibid.*

indivíduo para outro e, no mesmo indivíduo, de acordo com o momento da sua curva evolutiva, conforme as qualidades oriundas da sua hereditariedade, raça, idade, sexo, temperamento, constituição, etc. e das condições da existência física...”.²⁹⁵ Iluminado pela perspectiva do corpo como matéria em evolução, ele a pensa (a evolução) como uma forma cambiante entre a natureza e as próprias características raciais do homem.

A variedade interna era medida na proporção do movimento de vida na terra, porque “muda continuamente o cosmos com as suas influências físicas conforme as horas, os dias e os anos; varia o ar, variam os alimentos, variam as próprias influências sociais. E necessariamente há de variar paralelamente a vida, sem ultrapassar por isso os limites relativos ao normal e típico, a saúde”.²⁹⁶ Esta forma de compreensão acabou por criar uma forma de entendimento de saúde que, hoje, não é mais corrente. Sabe-se, atualmente, o que é exatamente um estado de saúde, devido às práticas discursivas que se fizeram em torno do objeto. É algo estável, saber seguro. Porém, nos anos trinta, Heitor Borges deixa passar que a segurança científica não havia sido ainda constituída, ao afirmar que “não há, pois, em rigor, um estado de saúde sempre idêntico a si mesmo: há muitos estados de saúde, com os quais, por abstração, formamos um tipo de normalidade completamente ideal, realizado por um organismo e um meio também ideal”. Esta “insegurança” não passa de mera impressão. Trata-se, na verdade, de um contraste com enunciados mais tardios. Entretanto, há uma plausibilidade na afirmativa devido a que a não admissão de um estado único era uma forma de admitir o movimento de evolução, o que o pensamento teórico primava por “provar”. O argumento tem que ser entendido assim: a edificação comprobatória das teorias organizativas do tempo.

²⁹⁴ Id., *ibid.*, p. 14.

²⁹⁵ Id., *ibid.*

²⁹⁶ Id., *ibid.*

O saber médico vai edificando respostas para a constituição de uma identidade nacional. Um saber sobre o espaço em formação, em conjunto com narrativas organizadoras de outros saberes especializados. A reação individual submissa às características individuais (entenda-se, raciais ou hereditárias) é resposta elaborada diante da realidade existencial brasileira e, de modo particular, diante da massa de imigrantes que assola o Estado do Paraná. *A aptidão reaccional* era pensada de forma distintiva com relação à cor da pele do corpo:

a aptidão reaccional depende da raça, pois que, quando é a mesma doença realizada em raças distintas, muitas vezes ellas modificam-se de forma profundamente. Por exemplo, na raça amarella, a syphilis evolue de maneira temível: o período secundário de tão curto passa em geral desapercibido, confundido com o terciário, que se caracteriza por lesões profundas, ulcerosas ou phagedenicas, desorganizando a pelle, o esqueleto e quase sempre popando as vísceras.²⁹⁷

A escolha da raça amarela também não é pura coincidência. Já havia, naquela época, toda uma campanha contra e leis proibitivas da entrada de asiáticos no país.²⁹⁸ Observa-se uma íntima correlação entre a edificação do saber e a organização do espaço, à medida que aquele pensa a organização da população.

Heitor Borges deixa aparecer aquilo que vários autores também retrataram, como é o caso de Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Capistrano, Paulo Prado Rocha Pombo, Romário e muitos outros. Havia uma unanimidade em reconhecer as influências, não só da hereditariedade, mas também, dos “agentes sideraes” – a astronomia: as estações do ano, as fases lunares, as variações de horário, os ventos, a pressão atmosférica, a gravidade, o calor e o frio e a eletricidade. Mesmo considerando estes variados modos de influência, ele destaca que “além desses factores, todos os outros agentes physicos e condições de solo, de

²⁹⁷ MACEDO, Heitor Borges de. op. cit., p. 24.

²⁹⁸ A esse respeito, consultar SKIDMORE, op. cit., e SCHWARCZ, op. cit.

localidade, não exercem menos sobre o organismo uma influência modificadora, que dá a este uma fórmula biológica reaccional própria, individual”.²⁹⁹

Retorna-se, assim, ao mito fundador. A terra cria o homem. O corpo humano, com estes argumentos, é re-inserido no mundo natural. Os argumentos são os de que há semelhanças com as espécies *animaes e vegetaes*. A Zoologia e a Botânica são os parceiros enunciativos do saber médico. No entanto, o autor não deixa de mencionar a Física como campo circundante ao saber em constituição. Metaforicamente, ele narra a cumplicidade existente:

cortando os últimos cabos que prendem um grande navio ao estaleiro, elle pôde se lançar por si à água. É que, a energia cynética, que o navio recebe pelo córte dos cabos, lhe vem da gravidade, isto é, a attracção entre o navio e o centro da Terra, que é portanto a causa do movimento, transformada através do effeito provocador (córte dos cabos) em trabalho mecanico. A causa, portanto, aqui foi a gravidade e o córte dos cabos apenas um factor provocador ou condicional.³⁰⁰

O objetivo do exemplo é fixar no leitor a relação existente entre a causa e o efeito, além de demonstrar a influência dos fatores naturais. Neste caso, a atração do centro da terra. Os cabos do navio é uma forma metafórica de dizer que a terra é o centro vital.

A Química também é lembrada. Ele afirma que o sol é o maior elemento de criação e fusão de elementos químicos, por permitir a combinação de elementos diferentes. Ele também é modificador do comportamento do corpo. A química é o princípio do *hyos*. A temperatura, regulada pelo sol, é um elemento de fusão entre o corpo e a natureza.

Se diminue, por exemplo, a temperatura ambiente, os vãos periphericos se contrahem, há menos desperdício de calor e por outro lado a produção deste é maior, pelo augmento das oxydações; si se eleva a temperatura, phenomenos contrários se conservam, há dilatação

²⁹⁹ - MACEDO, Heitor Borges, op. cit., p. 35.

³⁰⁰ - idem, p. 12.

dos vasos da pelle, augmento da secreção sudorípara e assim há desperdício de calor pela irradiação e evaporação, mantendo-se a temperatura orgânica constante.³⁰¹

O calor do sol é apresentado como fator provocador das mudanças e, portanto, da evolução dos corpos. Exemplo é o caso do hidrogênio e do oxigênio, postos em contato para a fusão do terceiro elemento, a água. Para ele, “não se realizará a combinação; basta, entretanto, que por ahi passemos uma centelha de luz, para que ambos os gases se combinem bruscamente. Evidentemente, a causa da combinação foi a afinidade chimica existente entre os dois corpos e a centelha apenas um factor provocador, constituindo a última condição necessária para que o phenomeno se produzisse”.³⁰² Tornava-se, assim, um saber de evidência, constituído enquanto cena enunciativa, num movimento dispersivo único em torno de seu objeto. Química, física, botânica, biologia, antropologia, etnografia; todos campos de saber independentes, mas tornados próximos pelo seu objeto: a vida.

Heitor Borges deixa falar através de seus escritos a circularidade deste campo do conhecimento. À medida que havia a convicção do meio como formador das coisas, ela tinha como fonte a afirmativa que vinha destes saberes. A afinidade química entre o hidrogênio e oxigênio, já naqueles tempos, era o sinal vital desta convicção.

Estas afirmativas devem-se especialmente a dois pesquisadores do Brasil, o naturalista alemão, Alexandre von Humboldt, e o químico francês, Joseph Louis Gay-Lussac, que apresentaram tese em 1804, dando conta de que a água era um composto de hidrogênio e de oxigênio, cujo símbolo sugeriram que fosse o H₂O. Hoje, conhecemos a água através desta convenção simbólica. Sinal de um saber que vigorou.

As afirmativas que vinham desta tese consolidavam ainda mais as afirmativas da terra e da água como os elementos fundamentais para a geração da vida. O hidrogênio e o

³⁰¹ - id., ibid.

³⁰² Id., ibid., p. 19.

oxigênio combinados afirmavam a certeza científica da água como um “tipo de solvente universal”, que combina com todos os elementos naturais e que pode ser encontrada em três estado: líquido, gasoso e sólido. Esta transformação, no entanto, é lembrada pela história natural, na proporção em que pode ser juntada ao elemento calor, cuja fonte natural é criada pelo sol. Ele não só é o responsável pela mudança dos estados de matéria da água, mas é pensado como elemento vital, ou seja, gerador da vida, seja para a química, onde a oxidação transforma os dois primeiros elementos, seja para a física, onde o aquecimento cria a ionização, dividindo átomos atraídos pelos elétrons. Reside aqui uma das razões da especialização e da distinção entre a química e a física. A química vai se interessar pela transformação, pelas reações. A física, pelo movimento. Ambas, contudo, têm o mesmo princípio.

O sol foi elemento extremamente útil para a representação das formas iniciais de vida. A energia foi pensada como sumamente útil para dividir moléculas, de modo que outras pudessem formar-se. Mas, ao surgirem e se multiplicarem os primeiros micróbios, a forte luz solar, talvez, tivesse sido demais para muitos deles, criando a necessidade de proteção contra a parte abrasante da luz. Admitiu-se, então, que a proteção ao sol escaldante foi possível para os primeiros micróbios, porque foram formados na água do mar ou em lama úmida com profundidade suficiente para filtrar os raios perigosos. A bióloga norte-americana, Elisbet Sahtouris, ao contar a história do pensamento da biologia, assim afirma: “neste ambiente (da lama ou do mar como *locus* da origem da vida) pensou-se porções de uma rica sopa de moléculas orgânicas e água do mar que foram, provavelmente, capturadas por esferas de lipossomo, onde as moléculas poderiam se mover de um lado para outro e iniciar novos tipos de ciclos químicos”.³⁰³ Estes conceitos também ciclóticos (ver Anexo V) seriam os

³⁰³ SAHTOURIS, Elisabet. *A dança da Terra: sistemas vivos em evolução: uma nova visão da biologia*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998, p. 57.

responsáveis pela inclusão – no caso delas já não terem sido formadas em outros locais – na construção das moléculas gigantes de RNA e DNA que, como se representou, tornaram-se úteis como sistemas de armazenamento para os planos da vida. As paredes de lipídios que envolviam os primeiros micróbios – que, neste momento, se tornavam bactérias plenamente desenvolvidas – permitiam a entrada de novas matérias-primas e a eliminação de resíduos. Residia aqui, o limite horizontal de onde nossos pesquisadores retiravam a “necessidade extrema” de pensar o homem como criatura do meio. Aí, também residiam os princípios da ciência, ou seja, os objetos sobre os quais os saberes eram constituídos.

Convencionou-se, assim, que todos os seres ou sistemas vivos tinham que percorrer um ciclo e, ao mesmo tempo, reciclar suprimentos. À medida que os ciclos climáticos da terra faziam a água circular, por exemplo, do céu para o chão, para o mar ou para os rios e voltar para o céu, a rocha era dissolvida na água corrente e varrida para os oceanos. Os gases percorriam um ciclo e a temperatura do planeta era regulada em alto grau através do equilíbrio constante de gases com a extensão da cobertura de nuvens. Chamou-se a isto de ecossistema, termo também atribuído a Haeckel. A partir deste tipo de compreensão, convencionou-se que toda criatura viva tem que buscar materiais e energia no ambiente para se formar e se manter viva. Inclusive, a “virulência microbiana”, como afirmou o sanitarista curitibano Nilo Cairo.³⁰⁴

Eram os tempos do evolucionismo. A partir do solo ou da água, ou da combinação química destes dois, a vida colocava-se em movimento. Cada ambiente selecionaria tipos diferentes de aptidão na competição pelo alimento, por parceiros, por melhores lugares de procriação, e assim em diante. Se o vento espalhasse as sementes de alguma planta por diferentes locais, por exemplo, um deserto selecionaria jovens plantas que pudessem viver

³⁰⁴ CAIRO, Nilo. *Pathologia Geral*. In: MACEDO, Hcitor Borges dc. Op. cit.

com menos água. Por outro lado, um vento forte poderia levar ao cume de montanhas outras, que seriam “escolhidas” pela capacidade de se agarrarem mais firmemente na rocha. De tal forma a seleção se daria que descendentes dos mesmos pais originais poderiam tornar-se muito diferentes após muitas gerações, com o resultado de se estabelecerem em ambientes diferentes, que selecionariam diferentes configurações ou aspectos corporais. Quando se tornavam tão diferentes que não podiam mais se acasalar entre si, eles se transformavam numa espécie diferente. Desta forma, explicava Darwin, o aparecimento de novas espécies. A evolução era a prova da adaptação ao meio ambiente. As novas espécies eram provas de sobrevivência passadas às gerações, fazendo com que houvesse seres mais aptos e outros menos à sobrevivência.

Justificou-se aí a origem de vidas. Seja na atomização, seja na reação química. Interessava saber a transformação de vidas elementares, primitivas, em formas adaptativas ao meio circundante. Heitor Borges, como patologista, preocupava-se com o corpo realizando as trocas químicas com o meio. Todos se ocupavam com esta questão. Com estas afirmações iniciais, os “chimicos” puderam fazer observações de bactérias, fungos, leveduras e outros, e deduzir daí que, como disse Nilo Cairo na sua *Pathologia Geral*, “o meio em estado de mudança influi no mórbido e nas associações microbianas durante uma certa época, que é favorecida seja por uma disposição commum do organismo, seja por uma acção externa especial sobre a virulência microbiana”.³⁰⁵

A transformação observável na matéria elementar servia de parâmetro para pensar também o comportamento do corpo humano. Isto equivale a dizer que as transformações sofridas no meio e pelo meio eram também requisitadas como transformadoras do homem. Esta convicção o levava a justificar, em sua These, que

³⁰⁵ CAIRO, Nilo. *Pathologia Geral*.

a influência climática não é menos manifesta na evolução das doenças: assim a febre typhoide é mais grave nos países quentes do que nos de clima temperado; casos de tuberculose pulmonar aparentemente iguaes soffrem influencias differentes do mesmo clima: um melhora, si não cura, nas altas montanhas, outro ahi se sente peor e só melhora nas terras baixas, onde o primeiro se daria mal. Além desses factores, todos os outros agentes physicos e condições de solo, de localidade, não exercem menos sobre o organismo uma influência modificadora.³⁰⁶

E, aqui, nosso patologista reencontra o historiador, o etnógrafo e o geólogo.

3.4 O BARRO E A SERPENTE

No interior da metáfora espacial, também se desloca o pensamento de Plínio Salgado. As metáforas assumem o papel de relatos, porque segundo Michel de Certeau, “ele (o relato) abre um teatro de legitimidade às ações efetivas. Cria um campo que autoriza práticas sociais arriscadas e contingentes”.³⁰⁷ O autor também pensa um sentido para a terra. Em *Voz do Oeste*, publicado pela primeira vez em 1934, deixa transparecer enunciados que colocaram em cena toda a majestade do pensamento indigenista da época. Ele fala através desta tradição, apelando para a metáfora da gênese física da brasilidade e coloca os costumes indígenas como o elo forte e inovador do sangue brasileiro.

³⁰⁶ MACEDO, Heitor Borges de, op. cit., p. 35.

³⁰⁷ CERTEAU, op. cit., p. 210.

Plínio Salgado é contemporâneo de grandes nomes da literatura brasileira – dos nomes do movimento modernista. Em 1927 já havia publicado a *Anta e o Curupira*, obra que o aproximou de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo.³⁰⁸

O sentido da obra se expressa, no entanto, para o autor, com um sentido pelo outro: “Um pensamento atual que vela pelas tradições de nossa pátria e autenticidade de nosso povo, e um sentimento de compreensão e simpatia humana pelas nossas populações abandonadas em tantos trechos do território nacional”.³⁰⁹ No prefácio de 1933, primeira edição da obra, ele adverte o leitor:

a história que vai ser narrada, nos sucessivos capítulos deste livro, é a história da alma brasileira no alvorecer dos primeiros pulsos da Nação. É um desenrolar de episódios, muito dos quais os documentos dos arquivos não registram nem os mencionam comentários de cronistas. Eles se ligam à mitologia do selvagem americano e ganham um sentimento profundo porque explicam a colaboração misteriosa da Terra nos grandes dramas brasileiros que os séculos sepultaram.³¹⁰

A narrativa de Plínio não é um lamento quanto à modernidade nascente. Pelo contrário, é uma busca de diálogo com a finalidade da constituição, ampliação e, enfim, da consolidação da sonhada nação brasileira. Mas, justamente por estas características é que os seus enunciados tornam-se um diálogo presentificante daquilo que já se foi. Um diálogo com a morte, como lembra Michel de Certeau.

³⁰⁸ A amizade com Menotti e Cassiano já era mais antiga. O romance *O Curupira e o Carão*, também de 1927, teve participação dos dois romancistas. Com eles, dividiu o espaço de trabalho – o jornal *Correio Paulistano*. A esta vivência, juntou-se Alfredo Ellis Mota Filho e, com a chegada dele, originou-se o grupo Verde Amarelo, que chamava a si também a instituição de uma tradição literária: “de modo geral todos estávamos de comum acordo e pretendíamos toda a mudança da velha mentalidade estética por outra, em valores e propósitos (...) particularmente os do grupo que pertencia queríamos opor um ‘ismo’ brasileiro, bem visível, aos ‘ismos’ europeus que alguns arautos da Semana começavam de novo importar... Oswald havia descoberto o Brasil na Europa; queríamos descobrir o Brasil no Brasil mesmo; somar mais Brasil dentro do Brasil. Verdemarismo contra futurismo italiano, contra dadaísmo francês, contra expressionismo alemão”, disse Alceu Amoroso Lima em *Memórias Improvisadas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

³⁰⁹ SALGADO, Plínio. *A Voz do Oeste*: romance: poema da época das bandeiras. 5.ed. São Paulo: Editora Voz do Oeste; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978. Esta obra foi publicada em São Paulo, pela primeira vez, em 1934.

³¹⁰ Id., *ibid.*, p. XXXI.

Na sua constituição enunciativa, a terra é o elo de entroncamento do homem e o seu destino. Ele expressa que, “nem por ser uma fantasia, deixa, porém, este livro de expor em toda a sua força nacional, a realidade subjetiva da alma brasileira nos séculos dos desbravamento e da conquista da terra. Sob este aspecto, os pesquisadores da psicologia social e do processo de formação da personalidade nacional no vasto império luso-tupi poderão encontrar algo de útil à compreensão da índole do nosso povo”.³¹¹ A busca de significados está no mesmo universo simbólico no qual ancoraram-se Tunay, Rocha Pombo, Romário e outros. Embora haja este núcleo enunciativo que os torna contemporâneos, a sua singularidade é expressiva, pois, como faz questão de ressaltar no prefácio de 1948,

os pacientes investigadores dos arquivos, os analistas desses velhos papéis amarelados que nos ficaram como rastros dos séculos, certamente se escandalizarão com a desenvoltura do entrecho refugindo, aqui ou ali, à verificação minuciosa que é o objeto e dever de historiadores experimentalistas. Mas eu lhes direi que, assim como o espírito da Grécia não pode ser compreendido apenas diante das páginas de Heródoto ou de Tucídides, mas também, e principalmente, nas estrofes de Homero, nas odes de Píndaro, nos versos de Anacreonte ou de Safo, no teatro de Ésquilo, Sófocles ou Eurípides (tudo obra de pura imaginação), e ainda nas estátuas de Fídias, nos relevos de Praxiteles e na pintura de Zeuxis – do mesmo modo, o espírito do Brasil não se apreende tão somente nas narrativas das freiras Madre de Deus ou Vicente do Salvador, nas crônicas de Simão de Vasconcelos, na exposição de Southey ou de Varnhagen, ou mais modernamente de Rocha Pombo, Capistrano ou Taunay; cumpre complementá-las com as ficções de um Gonçalves Dias ou de um José de Alencar, pois as ficções trazem invariavelmente um conteúdo de realidades subjetivas indispensáveis a todo aquele que queira animar de vida a letra morta da História.³¹²

Somos tentados a concordar com o autor, mas, não é com a mesma tradição que nos movemos. A constituição do seu texto ressalta um “sentido objetivo”, na busca de uma metáfora hermenêutica da historiografia da época, que se ocupava com as origens do homem brasileiro. E, também como tantos, o mito fundador é a fusão das raças, embora seja importante ressaltar, que nesta obra, em que é destacado o reconhecimento “das raças em

³¹¹ Id., *ibid.*

³¹² SALGADO, Plínio, *op. cit.* p. XXXI.

fusãoamento”, não é expressa uma só linha que dê destaque ao negro como sujeito formador do tipo brasileiro. Esta expectativa somente será sanada em outra obra: *Como Nasceram as Cidades do Brasil*.³¹³

Em que consistiria, então, a sua singularidade, uma vez que o seu pensamento esteve ligado à tradição historiográfica do Instituto, bem como ao objeto eleito por Martius como excelência para pensar a fundação da brasilidade? A novidade é a forma de abordagem. Se Romário e Rocha Pombo, a exemplo de muito outros, buscam enveredar-se pelo rumo da ciência como princípio de verdade, o seu compromisso, mais “ficcional”, deixa-o mais livre para pensar “fora” deste universo de referência. Como expressou, os arquivos devem ser deixados aos pesquisadores “experimentalistas”. Com a postura de que o romance se distancia da história, ele afirmava que “só a arte tem o direito de criar a história”. Coincidentemente, este era também o pressuposto de pensamento de uma expressão filosófica de seu tempo: Ernst Cassirer. Todavia, embora possa nos parecer que há sinais evidentes da leitura de Cassirer nos seus enunciados, a questão permanece em suspenso, apenas como mera suposição, uma vez que o autor não faz qualquer menção literal às obras deste filósofo.

A afirmação – só a arte tem o direito de criar a história – deve ter sofrido algum tipo de represália porque a frase aparece na primeira, na segunda e na terceira edição: 1934, 1937 e 1948, sendo que nesta última, houve a preocupação em explicá-la, o que não ocorreu nas duas primeiras. Na “explicativa”, ele se justifica:

não quis eu com este dístico dizer que a história deve ser inventada, pois isso seria a propaganda da improbidade. O que eu quis dizer é precisamente o contrário, isto é: que o historiador que faz história não pode inventar, não pode adulterar, não pode dar asas à imaginação, numa palavra – não pode criar a História, pois isso seria desonestidade; mas

³¹³ SALGADO, Plínio. *Como nasceram as cidades do Brasil*. São Paulo: Voz do Oeste; Brasília : MEC, 1978. Publicada em primeira edição em 1946.

o artista pode criar a História, desde que engendre entrecos poemáticos fielmente ligados à lógica dos acontecimentos objetivos e experimentando realidades subjetivas.³¹⁴

Já eram passados quatorze anos entre a primeira e a terceira edição, quando apareceu a nota explicativa. Sinal de que as discussões tomaram outros rumos.

O que pensar, entretanto, de Cassirer quando ele afirmava que a arte pensa fora do método e que, por isto mesmo, era capaz de fazer história? Ele dizia:

a linguagem e a ciência abreviam a realidade; a arte é intensificação; a linguagem e a ciência dependem do mesmo processo de abstração, a arte pode ser descrita com um contínuo processo de concreção. Ciência significa abstração, e abstração significa empobrecimento da realidade. A experiência estética é incomparavelmente mais rica e fértil e conta com infinitas possibilidades, que permanecem não realizadas na experiência sensorial comum.³¹⁵

A nota explicativa, entretanto, demonstra também um princípio metodológico. Quem teria preocupação de expressar uma justificativa sobre sua própria obra, 14 anos depois da primeira edição? A nota demonstra um princípio metodológico, ao “deixar claro” que não pertence a outro procedimento. Há um reclame que também nos chama a atenção, vindo de outro escritor da mesma época e que dirige críticas aos historiadores. Alcântara Machado, em *Vida e Morte do Bandeirante*, fala de uma história de vida cotidiana, para se contrapor às pesquisas de arquivos e museus. Ele disse que

reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas. Conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituírem a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de incidentes, e, o que é mais importante, são o produto de um sem-número de fatores ocultos que os condicionam e explicam”.³¹⁶

³¹⁴ Id., *ibid.*

³¹⁵ CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. São Paulo: Mestre Jou, 1972, p. 231. A primeira edição desta obra, em Alemão, é de 1906.

Estes enunciados emergem da própria arqueologia do saber. As ditas ciências estão buscando os seus objetos e os *corpus* teóricos e documentais. É natural que eles ocorram num clima de disputas.

O teor de *A Voz do Oeste*, como já apontamos, dialoga com a tradição narrativa que pensa as origens do sentimento nacional pela conquista do espaço. Esta “conexão” busca um princípio narrativo que evidencie o objeto e a ficção como princípios organizativos da verdade científica. Esta investida, diga-se, não é somente dele. Pode ser dito, como temos afirmado, que se trata de postura de *sciência*. *A Voz do Oeste*, mesmo pretendendo não ser um trabalho de arquivo, como expressou o autor, é um fragmento do diálogo cultural. Logo, uma prática hermenêutica, que confronta a linguagem simbólica e uma filosofia da imaginação.

Nela está implícita a investida narrativa de demonstrar o elemento indígena como fundador do espaço e da etnicidade brasileira. A investida é feita de modo peculiar. Plínio Salgado considera o “primitivo índio como portador de conhecimentos intuitivos” sobre a terra e sobre o espaço. Na trama do romance, o velho cacique Antônio, guarani convertido ao cristianismo, serve de guia à bandeira do mestiço Martinho: “O índio Antônio, lliberto de 1578 – era mezinheiro-mor de Sagres e mestiço. Filho da raça tupi, guardava na sua cabana, assentada numa curva do Anhagabaú, os mistérios da flora sertaneja e, na sua memória lúcida e viva, as tradições e lendas heróicas da sua raça”.³¹⁷ Ele era não só o guardião das velhas sabedorias. Era memória, também, do espaço e da raça. O vale do Anhagabaú era demarcado como as terras do Cacique Tibiriçá, o tamoio convertido que recebera e auxiliara Martin Afonso de Sousa. Da raça, porque “Martinho nascera de uma filha do índio Antônio, que fora amada pelo seu senhor, o rico Simão Cubas...”³¹⁸. A exemplo de *No Hospício*, escrito quase

³¹⁶ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1980. Editada em 1929.

³¹⁷ SALGADO, Plínio, op. cit. p. 7.

³¹⁸ Id., *ibid.*

três décadas antes, a narrativa traz semelhança quanto ao diálogo do autor com seus personagens. Eles falam das perspectivas do narrador. No entanto, o tempo é outro. O autor em muito diverge de Rocha Pombo de 1905.

Na hermenêutica de Plínio, é possível perceber a busca de três fontes enunciativas. Há o evidente diálogo com a tradição historiográfica que pensa o evolucionismo racial brasileiro. É uma ordem romântica indigenista que o impele a considerar as tradições indígenas e com a sua profissão de fé, que o faz adepto de um tipo de cristianismo de seu tempo. São estas três dimensões que o fazem uma única pessoa no momento de elaboração de respostas às questões de seu tempo, como o movimento das bandeiras e o reconhecimento do Guairá como território brasileiro, inexplorado e de riquezas potenciais.

O autor dizia através do personagem que “o sangue não gosta de ficar parado. Quando ele não caminha nos filhos e netos, então caminha nas árvores e nos rios. O espírito de sangue não morre. É preciso fustigar as montanhas para que despertem! As montanhas estão dormindo. É preciso despertar as montanhas!”.³¹⁹ As montanhas dormiam. Também os naturalistas, historiadores e geógrafos haviam afirmado que as montanhas eram uma “barreira natural que conteve os homens”. A sabedoria do cacique dizia que despertar é tirar do caminho. Os pesquisadores diziam que era necessário transpor as montanhas para ganhar o continente.

À moda da história natural, cujo princípio de vida estava na fusão da água com a terra, também o cacique Antônio narra o mito de criação da tribo guarani: “A nação guarani nasceu do barro que a sucuri esquentou. Foi daqui que os filhos da grande cobra subiram para as ibiturunas. Seja maldito aquele que quiser levar a nação tupi para outros países. Se a nação tupi abandonar a sua terra, será escrava dos filhos do sol, que nasceram na areia branca, muito

³¹⁹ Id., *ibid.*, p. 47.

longe, onde estoura o Paraná. Eles virão sobre as águas”.³²⁰ A premonição do cacique, ao mesmo tempo em que conta a origem do barro, faz alerta quanto aos homens que nasceram na areia branca, ou seja, as reduções espanholas, os “filhos do sol”. Fica criada, assim, pelos personagens, uma perspectiva de espaço através da linguagem. Os filhos do sol foram criados na areia branca enquanto os filhos do continente, no barro preto. Cria-se uma perspectiva de distância, cujo símbolo de demarcação é a terra preta e a areia branca. Elas são o litoral e o interior. A virgindade da terra é aquecida pelo sol, gerador de vida.

Por outro lado, a grande cobra, possivelmente, seja, na ponta do lápis de Plínio, a Cordilheira dos Andes (ver Anexo IV), um dos maiores sistemas montanhosos do mundo, situado na América do Sul. As dimensões impressionavam viajantes e navegadores. Não é por mero acaso que ela ficou conhecida como “parte membro da serra do espinhaço”, como disse Osório Duque Estrada, na sua noção corporativa do espaço brasileiro.³²¹ Ela se estende por toda a orla marítima, correndo paralelamente à costa do Oceano Pacífico, desde o cabo Horn até às proximidades do Panamá. A cordilheira divide o Chile da Argentina e penetra na Bolívia, onde se subdivide em três ramos, que se estendem até a Venezuela, através do Peru, Equador e Colômbia.³²²

A premonição não é somente um “artifício” narrativo que o autor utiliza. Trata-se de uma convicção que está presente em Plínio Salgado. Segundo ele, havia uma “alguma

³²⁰ Id., *ibid.*, p. 50.

³²¹ DUQUE ESTRADA, Osório. *Noções de Chorographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921. Quando mencionamos o conceito de corporatividade, nos referimos à metodologia adotada na escrita do primeiro e segundo capítulos deste trabalho.

³²² Segundo a geologia, a elevação das cordilheiras e o dobramentos se originaram durante o cretáceo, pelo deslizamento do córtex oceânico da placa do Pacífico por baixo da continental sul-americana, dentro do processo da tectônica de placas. A cordilheira se levanta abruptamente sobre a costa do Pacífico. Todas as passagens entre as duas vertentes situadas ao norte da Patagônia estão a alturas consideráveis; a de maior altitude é a que vai de Lima a Tarma e Cerro de Pasco (4.804 m), no Peru, enquanto o passo de Uspallata, entre a cidade argentina de Mendoza e Santiago do Chile, está a 3.900 metros. Estas passagens foram aproveitadas para a construção de estradas de ferro. Destacam-se os vulcões como o Tungurahua, Cotopaxi e Chimborazo, no Equador, e o Nevado del Tolima, na Colômbia. Sua altitude máxima, no pico Aconcágua (6.959 m), está situada na Argentina e é a montanha mais alta do continente. Entre os numerosos planaltos, destacam-se o de Quito (3.050 m) e aquele em que se situa o lago Titicaca, a 3.960 m de altitude.

coisa que animava; havia alguma força desconhecida que respondia ao apelo dos confins da terra”.³²³ D. João e a Escola de Sagres ouviram esta voz e

vieram responder às certezas de um destino, no Brasil. Havia, também, alguma força desconhecida que animava os ímpetos firmes das entradas. Essa força estava nos recessos do sangue e respondia a um apelo dos confins da terra. Apelo do Oeste, voz do centro da América do Sul, ensinando ao Brasil seu papel histórico. Voz que falou três vezes: a primeira no ciclo das bandeiras; a segunda durante a guerra do Paraguai; a terceira quando a Coluna Prestes foi encerrar a sua peregrinação geográfica na terra negra, onde os tupis nasceram.³²⁴

Com esta narrativa, fala, ao modo da tradição historiográfica, sobre um destino já traçado para a grande epopéia portuguesa no Brasil. Contudo, muito mais que isto, expressa os sinais dos tempos da década de 30: o território tomado aos espanhóis e ainda não ocupado. A narrativa deixa perceber uma espécie de “terra desconexa”; um tipo de solo nacional ignorado pelos patriotas.

A representação de solo que serve como princípio de narrativa é, porém, aquilo que nos desperta a atenção: o “barro preto”, tipo de solo existente na cordilheira, segundo os geólogos e geógrafos. É dele que se originaram os tupis. Isto remete às perspectivas da história natural que apontava a origem da vida na simbiose causada pelo aquecimento solar entre a terra e a água: as geleiras dos Andes, a terra e o mar. Ambiente perfeito para a geração da vida. Humboldt esteve por lá. Contudo, subentende-se pela narrativa uma prática de espaço. O barro preto aquecido pela grande serpente é uma forma alegórica de se referir à cordilheira como Ibiúna – a grande cobra sucuri, das tradições indígenas. Logo uma forma de dizer que os guaranis desceram do Peru para o centro do continente. Por esta razão, a dúvida do cacique Antônio: se a nação abandonar a sua terra, cairá escrava dos filhos do sol.

³²³ SALGADO, op. cit., p. XXXI.

³²⁴ Id., *ibid.*

A voz que fala no Oeste é entendida como um clamor da terra. Da mesma maneira que a índia se apresentou a Dom Gonçalo e disse “eu sou Amurami, a mãe dos que vão nascer”, o espírito da terra “fala” àqueles que têm sentimentos nobres. Ela falou com os bandeirantes, na guerra e na Coluna Prestes. A voz que clama na floresta é, assim, um mito geográfico. Ele teve início na Escola de Sagres e culminou no Rio Paraná, onde “o rio arrebenta”. Como ele próprio diz, “é tudo, em conjunto, a tragédia do continente”. Deste pré-destino, faziam parte também os índios guaranis, ao desobedecerem aos pedidos do grande e velho cacique. Eles transpuseram as ibiturunas – nome guarani das cordilheiras – e, “em épocas pré-cabralinas, segundo a hipótese de Martius, os tupis, tendo fracassado nas tentativas de domínio ocidental, premidos pelos quíchuas, embargados pelos Andes ásperos, empreenderam a conquista do continente, que se desenrolava em charnecas, planícies, chapadões e cordilheiras, no rumo amplo do Nascente, ao Norte e ao Sul”.³²⁵ Assim, impunha a força desconhecida que não só saíssem do litoral transpondo a serra, mas que, sobretudo, seguissem o nascente. Desta forma, Plínio Salgado dá uma indicação de coordenadas geográficas. Para quem está no litoral do Oceano Pacífico, o nascente, sem muito rigor, fica no Atlântico. A escrita deixa clara esta expectativa: “a grande Nação dividiu-se em duas ‘avalanches’, derivando a primeira para o Nordeste, atingindo o Amazonas e descendo a imensa caudal em milhares de pirogas, até atingir a ilha de Marajó, onde uma parte dos remanescentes da longa viagem se fixou, expulsando os tapuias e opondo resistência tenaz aos caraibas, que vinham do Setentrião”.³²⁶

Os filhos do sol e do barro: são assim denominados os filhos da terra, a grande nação guarani. Da mesma forma que um biólogo, a vida emerge dos três elementos. São filhos do barro preto protegido pela sucuri. São, portanto, filhos da floresta, porque “o isolamento

³²⁵ Id., *ibid.*, p. 96.

³²⁶ Id., *ibid.*

propiciou a cristalização da tribo”.³²⁷ Fala aqui o historiador que, à moda de outros, coloca as florestas como portadoras, não só do germe da vida, mas como restabelecedoras de características perdidas. Também os historiadores locais o afirmaram em relação aos tapuias, que haviam deixado de ser guarani. A floresta tinha o poder de devolver as suas raízes.

O autor afirma que a “avalanche” criou duas correntes migratórias. Uma foi para “o litoral atlântico, instabilizando-se no contíguo nomadismo, ela conservou as características do estágio da pedra polida; as tribos marajoaras evoluíram para a fase cerâmica, amenizando-se nos primeiros balbúcios das artes, cujos motivos fundamentais constituem hoje o único vestígio estético do homem primitivo do Brasil”.³²⁸ Estabelece-se aqui o encontro das narrativas de Plínio e de Romário Martins. Os sambaquis, traços míticos da origem do homem no litoral, ganham sentidos na narrativa de Plínio. Eis um desdobramento da linguagem e confirmações da ciência.

Um segundo grupo se formou em torno de uma outra baía. Para ele, “o segundo galho da grande migração continental dirigiu-se no rumo da bacia do Prata, subdividindo-se às margens do Rio Paraná. Uma das hordas perlongou o curso da caudal, disseminando-se pelas regiões meridionais; a outra vadeou a corrente, marchando para as cabeceiras do Tietê”.³²⁹ A narrativa corresponde, então, à expectativa de que ele sugeriu ao leitor: é uma tragédia do continente. Os “galhos” da grande árvore, metaforicamente, são um princípio explicativo da posse da raça fundamental da composição da etnicidade brasileira. Um mito geográfico que circula pelas costas do Atlântico e do Pacífico, colocando uma ancestralidade sobre os guaranis. Ao mesmo tempo, ela retorna ao rio, ou à água, reencontrando o elo vital.

O caminho das bandeiras dirigidas pelo cacique Antônio e comandadas pelo neto, Martin, mestiço, segue os traçados do Peabiru. Desta forma, este caminho não teria origem

³²⁷ Id., *ibid.*.

³²⁸ Id., *ibid.*

em Santa Catarina, como informam alguns historiadores, amparados somente nos escritos de Cabeça de Vaca. Ele foi o caminho percorrido pela “avalanche” que veio sacudir as montanhas. Foram os guaranis que transpuseram as ibiturunas e desceram até o extremo do continente: “A raça fundamental dominou idiomáticamente a vasta região banhada pelas bacias do Amazonas, do São Francisco e do Prata, estendendo o ‘nhegatu’ numa área maior do que a abrangida pelo árabe, pelo latim, pelo grego e pelas línguas antigas, ou seja, mais de 11 milhões de quilômetros quadrados”.³³⁰

A narrativa demonstra como natural que o deslocamento dos “filhos do barro” se fizesse em torno das três grandes bacias. Coisa de geógrafos ou de naturalistas, uma vez que eles pouco se distinguiram neste período. Em ambos, o que está pressuposto é a tradição de pensamento desde a Antigüidade de colocar os rios como formadores de povos. Os naturalistas diziam que elas eram formadores de vida, a exemplo do Nilo e do Eufrates, rios históricos que deram ao mundo a civilização cristã. Os 11 milhões de quilômetros quadrados demarcam a dimensão da grande obra da origem de uma outra civilização cristã. Entre os rios, estão os caminhos. Explorados, eles ganham a representação de caminhos líquidos.

A história da terra é, portanto, um meio de explicar o homem. Há uma circunstância geográfica: a serra, selecionando os entrantes, isolando a população do planalto; os rios, correndo todos para o interior, como estradas líquidas; a planície, possibilitando uma permanência de quase 70 anos, indispensável ao processo de cruzamento sistemático; o clima, acusando índices de oscilações termométricas e barométricas eliminadoras de organismos fracos. Há, também, circunstâncias sociais, como a escassez de mulheres brancas e a carência

³²⁹ Id., *ibid.*

³³⁰ Idem, p. 97. Com esta narrativa, o autor cria a perspectiva de ocupação do solo brasileiro. “Esse povo cujo totém era o tapir, dilatara-se do Norte ao Sul, desde os ‘potiguaras’, os ‘tabajaras’ e o ‘cactés’, aos ‘tupinambás’, ‘tamoios’, ‘carijós’ e ‘tapes’, sem submeter-se a um processo imediato de cruzamento. Em Piratininga, porém, por circunstâncias geográficas imperativas, fundiu-se ao europeu que galgara o planalto num esforço de seleção eugênica ... Há uma predestinação nos papéis desempenhados, pelos brasileiros do norte e do

de braços. Há que se considerar, ainda, as circunstâncias morais, como o espírito de aventura herdado desde Sagres; a religiosidade impondo a catequese”.³³¹

A verdade explicativa está colocada. Houve, “sobre o leito do continente, a cópula de dois mundos. Magnetismo geo-sexual; atração trans-étnica...”.³³² A geo-sexualidade, em sua narrativa, remete com certeza à tradição fundada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No entanto, o Oeste do Paraná exerce sobre Plínio Salgado um grande fascínio, talvez como forma de concorrência com Euclides da Cunha e outros que se ocuparam com o Norte e o Nordeste do Brasil. Do mesmo modo que aquelas regiões, o Oeste do Paraná faz fronteira com outros países e, acreditava-se, estava abandonado pelas formas de governo, caracterizando-se pela ausência de população nacional.

Parece, entretanto, não ser esta a sua expectativa. O romance quer criar uma noção de espacialidade, um princípio de verdade para o espaço territorial brasileiro. Daí, a procura de “evidências” sobre o deslocamento do homem primitivo. Ao colocar nos Andes a origem do homem, o autor praticamente retoma as teses sobre a autoctonia do homem americano, que tantas discussões causou e dividiu opiniões no início do século XIX. Pensar a origem do homem como idêntica às formas de vida dos fungos e das algas, formas evoluídas de bactérias primitivas, era uma tese ainda presente. A alopecia, defendida pelos naturalistas cristãos, encontrava apoio em Haeckel. De qualquer forma, contudo, foi a terra que favoreceu o cruzamento étnico do europeu com os índios.

É o mesmo solo que, com as suas florestas, devolve ao homem aquilo que a tradição indígena ensinou: o amor à terra. Hamurami dizia: “eu sou a mãe-terra”. Dom Gonçalo, abandonado pela bandeira clandestina de Caburé, um mestiço de índio com

sul, no alvorecer da nossa História. O bandeirante paulista constrói a Pátria conquistando territórios; os homens do norte defendem o vasto patrimônio das incursões no litoral”.

³³¹ Id. *ibid.*, p. 99

³³² Id. *ibid.*, p. 100

espanhol, que perseguia o cacique Antônio e o neto Martinho, só se recuperou, quando, “colocando o ouvido no seio da grande terra, ouviu”. Os bandeirantes ouviram, porque nele estava o sangue indígena a circular. Dom Gonçalo foi ensinado, pois passou dois meses nas terras paranaenses, nas proximidades das Sete Quedas. Neste período de estadia nas “exuberantes” florestas, foi ensinado pela terra a comer o pinhão e a seguir o gavião. Com eles, aprendeu o “estrupe das marchas, o estalido do mato, as remadas de remos, cadenciados e firmes, estrondos de troncos tombando, tirázios de arcabuzes, silvos de flechas e gritos bárbaros! Aquelas marchas estão ressoando no coração da terra. Os ecos recolheram no seio das montanhas o troar dos passos que retumbaram durante dois séculos”.³³³ É este o espírito de além-mar que se sexualiza com a terra dos homens do barro preto. A terra permite a cópula. E, ao homem branco, que sabe ouvi-la, passa o segredo, há tempos muito bem guardado. Este sentido remete à constituição de um sentido vivo para a terra. Por este motivo, ela é metaforizada como uma senhora idosa: “As mães indígenas ... as velhas índias falam dos abusões selvagens aos jovens... No berço de jacá de taquara, soerguido ao teto por duas cordas de embira, embalam-no as notas monocórdicas e lentas dos rudimentares cantos selvagens, que são como ecos perdidos nas distâncias infinitas... O menino cresce, ouvindo a língua dos brancos e o idioma indígena”.³³⁴ Assim age a mãe terra. Ela educa os filhos. Guarda as tradições. É sábia, pois conhece os segredos dos espíritos. Conhece o destino dos homens.

A terra fala através dos rios, das plantas e das aves, como o gavião e o pássaro “sem-fim”.³³⁵ O sem-fim indica o caminho aos exploradores: “Humboldt e outros

³³³ Id., *ibid.*, p. 93.

³³⁴ Id., *ibid.*, p. 101.

³³⁵ A ornitologia sempre chamou a atenção de viajantes e cientistas no Brasil. A ave também fazia parte do imaginário português, que, por sua vez, galgava outras tradições. Eles podiam descer ou adivinhar o futuro. Este relatório de naufrago, mostra bem esta perspectiva. “No ano de 1555, ao primeiro dia do mês de abril, se fez o alardo em aquela praia de Belém (ou de lágrimas). (...) Aos dezoito dias de julho houve vista do cabo de Boa Esperança, onde nos havíamos de perder, porque estávamos entre o cabo Falso e o cabo das Agulhas; o piloto e o mestre, não conhecendo a terra, foram-se assim metendo com a nau na enseada, e quis Nosso Senhor que donde o vento ventava sul, se mudasse ao noroeste, com o qual saímos dali e logo

exploradores o tiveram como guia”. O gavião, por sua vez, era o símbolo do heroísmo: “O seu pinhé orgulhoso e heróico, perdendo-se no infinito azul, encontrava uma vasta clareira onde se erguiam muitos espaços, os pinheiros monumentais”. Neste cenário estava o homem branco. A terra, os rios, as aves e a fauna. A mesopotâmia do Egito é, assim, transposta ao Oeste do Paraná. O entre rios da fronteira seria o palco de encontro das bandeiras de Martinho e do cacique Antônio. Eram de São Vicente. Retornavam a Potosi, pelo Peabiru. Dom Gonçalo, homem branco, náufrago e freqüentador das cortes de Portugal e da Espanha, é, agora, o sabedor dos segredos da terra. Ao lado das Sete Quedas, houve o encontro. A mãe se preparou:

“toda a amplidão de Guairá parecia um monumento em construção e do qual se haviam erguido milhares e milhares de colunas de bronze. O cair da tarde tinha uma grandeza esmagadora. Na fimbria dos dilatados horizontes planos, incêndios violentos de nuvens vermelhas. Toda paisagem era em negro e rubro”.³³⁶ Faltavam ao momento histórico os

caminhamos nosso caminho direito, sem nunca termos (louvado seja Deus) senão bonança; e fomos assim dois ou três dias na volta do mar, onde houveram conselhos se iríamos por fora ou por dentro. Determinaram de ir por fora da ilha de S. Lourenço, (...) onde a nau Conceição acabou suas viagens (como adiante direi), a qual era uma das melhores naus que havia no Reino, segundo o parecer dos que continuavam a carreira da Índia, que bem o entendiam.

(...) Vinha nesta nau um Cristóvão Lopes por estrenqueiro, que era corrente nesta carreira da Índia; tanto que lhe disseram que ali havia água verde (a qual não podia ver por vir doente) começou logo de se agastar, e disse: “Água verde não é bom sinal, porque em tal paragem como esta não há água verde.” (...) Vendo que era noite e os pássaros que nos seguiam, cada vez mais, e o ponto que levava o dito piloto ia dar conosco em os baixos e, segundo diziam, que se não fiava no seu ponto, nem no seu Sol, e trazia dois pontos pelo seu Sol, e outro na fantasia, Afonso Pires, guardião, que carteava sempre o Sol, quando viu tantos pássaros por cima de nós e que o piloto não virava em outro bordo ou amainava, foi-se ao seu camarote com uma candeia acesa e cartou, e tanto que viu que pelo seu ponto iam dar nos baixos, lançou o compasso das mãos e a carta, e logo subiu ao convés da nau e disse: “Valha-nos Nossa Senhora, que esta noite corremos grande risco, porque vamos dar por cima de uns baixos” (...).

(...) Tanto que a nau deu esta pancada, logo a gente que dormia em catres, caíram deles com a grande pancada que a nau deu, e nos pareceu que virava de todo, e pessoas se não puderam sustentar em pé, que caíam para uma parte e para a outra, e pegavam-se às latas; e tanto que vimos que a nau daquela maneira tocava, todos, grandes e pequenos, chamaram por Nossa Senhora, com uma grita que não nos ouvíamos uns aos outros, chorando e pedindo misericórdia a Nosso Senhor de nossos pecados, com vozes tão altas que parecia que se fundia o Céu, e todos tínhamos aquela pela derradeira hora de nossa vida... por não o termos ouvido os pássaros” [Relação do naufrágio da nau *Conceição* da qual era capitão Francisco Nobre. A nau desapareceu nos baixos de Pêro dos Banhos em 22 de agosto de 1555.] FONTE: *História trágico-marítima* (compilação de Bernardo Gomes de Brito). Rio de Janeiro: Lacerda/Contraponto, 1998, pp. 97-99.

³³⁶ SALGADO, Plínio, op. cit., p. 166.

guaranis. “Os carijós subiam do Prata rumo a Piratininga, no encalço dos Tememinós. Eles traziam uma jovem, também náufraga, freira – Citatá (filha da lua) – que foi a antiga noiva do fidalgo. Assim, estabeleceu-se o encontro, testemunhado pela terra que rugia: “eu sou a mãe-terra. A alma da mãe-terra está do lado onde o sol se esconde”.³³⁷

Assim, juntaram-se os três elementos, sob o olhar das sete quedas. A terra, a água e o sol. A origem do homem brasileiro é contada de forma romântica, mas sem, entretanto, sair do universo cultural típico de uma temporalidade. A terra do sol, do mar doce, das terras virgens, do solo fértil. São outras narrativas que se ocupam com o mesmo objeto. À moda de Romário, Plínio elege os símbolos do Paraná. Os pinheiros são as colunas de bronze. Eles servem para pensar os portais pelos quais entrou a raça brasileira, uma vez que eles vieram da terra “da cobra grande”. Pelos portais, passavam os grandes destinados, como nas Colunas de Hércules, nome que os antigos gregos davam às duas rochas altas que flanqueiam a entrada oriental do estreito de Gibraltar, ou ainda como, a Porta dos Leões, colunas sagradas gregas em formato de triângulo, que lembram os vales dos rios que trazem uma visão triangular³³⁸ do território do Estado, formado pelo Rio Paranapanema, pelo Rio Paraná e pelo Rio Iguaçu (ver Anexo I).

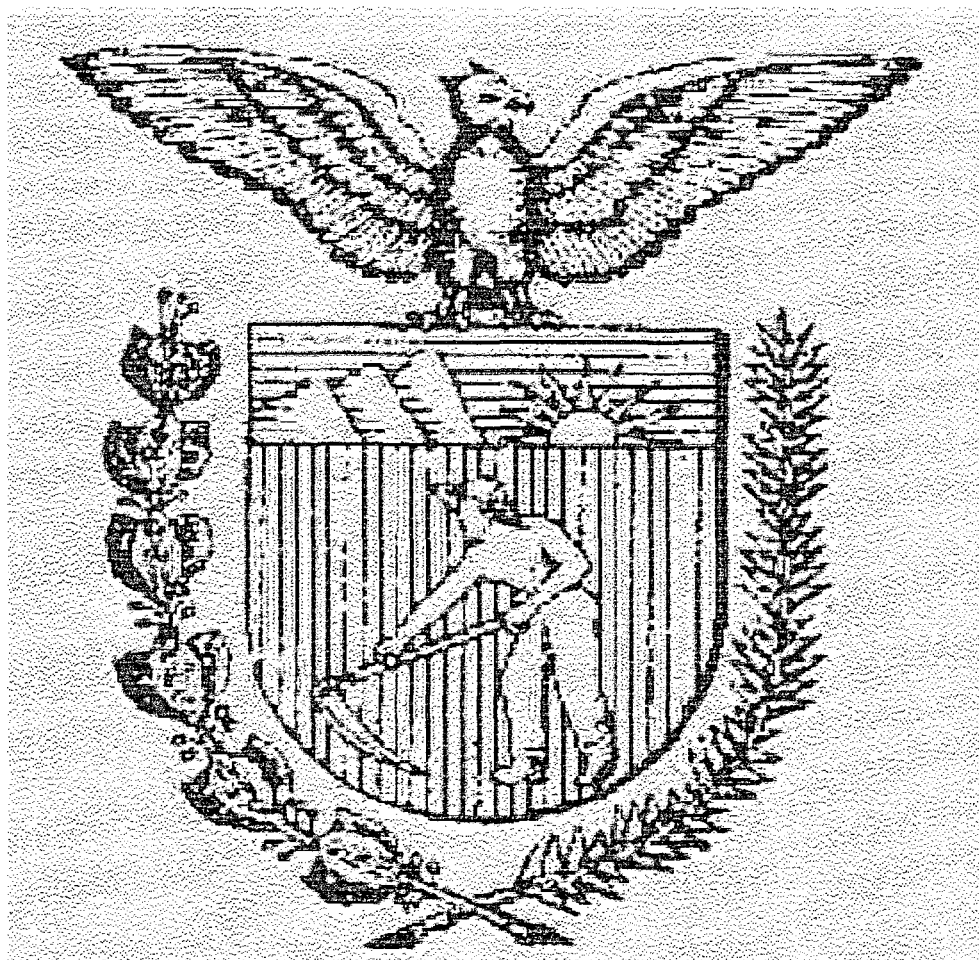
A narrativa coloca, no cimo das colunas, o gavião, adorado pelos guaranis. Eles poderiam ser os leões, que descansam sobre as colunas de bronze. Concomitante a esta narrativa, a simbologia da ave era definitivamente incorporada como símbolo do Estado, sendo-lhe dado lugar no escudo representativo do território.

³³⁷ Id., *ibid.*, p. 195.

³³⁸ A antiga Calpe, nome atribuído à coluna setentrional, é o atual pico rochoso de Gibraltar, enquanto a antiga Abila, situada próxima a Ceuta, chama-se atualmente Jebel Musa Porta dos Leões. Está situada no muro exterior que rodeia o palácio de Micenas (construído por volta de 1300 a.C.) e foi construída em pedra calcária. Sobre o grande dintel, vários blocos de pedra formam um triângulo, no qual encontram-se leões em relevo, talhados de ambos os lados de uma minúscula. As cabeças das feras, que não foram conservadas, eram peças independentes feitas de metal ou de pedra.

Em 1947, 14 anos após o texto de Plínio Salgado, a lei 2.457 restabelecia a bandeira, o escudo e o hino do Estado. No texto, há o argumento de que “a instituição desses símbolos em nada concorre para o enfraquecimento da coesão nacional, antes contribui para reforçar a coesão pela emulação que desperta entre as unidades federadas; que a pátria não é uma criação abstrata, senão uma soma de regiões... considerando que é de um sadio regionalismo que emerge, mais forte e mais puro, o ideal cívico”.³³⁹

O escudo, no entanto, tem uma forma de coluna.



³³⁹ PARANÁ. *Lei Estadual Nº 2457 : retrospectiva histórica da Secretaria da Justiça : 1892 a 1976*, p. 369.

No seu cimo descansa, de forma impetuosa, a ave. O texto da lei também o menciona: “o timbre traz o falcão Nhapecani, *Thrasactus Harpya*, que von Lhering diz ser ‘a maior águia da América, que seria bem digna de figurar nas armas do Brasil’. O gavião era o tótem dos guaranis. Sua presença nas aldeias propiciava a sorte das tribos. Voando sobre as grandes águas, que correm para ocidente, planando à altura das cataratas, era a bússola orientadora dos bandeirantes nos rumos do sertão”.

Há, aqui, um cruzamento de linguagens. Uma arqueologia, no sentido focaultiano; um teatro de legitimidades, como afirmou Michel de Certeau. Sentidos novos par o espaço. Das tradições narrativas indígenas, surgem teorias, observações e um texto de lei. O falcão observa. Olha ao longe, como quem observa o sol nascendo no primeiro planalto. Foi ele o primeiro a descobrir as cataratas e tornou-se guardião dos segredos da mãe-terra.

3.5 MESO E POTAMIA

Na justificativa da lei que reconhece o escudo do Estado, estão presentes também os rios como símbolos de territorialidade, juntamente com o sol, “símbolo americano”. A figura triangular destaca os rios da fronteira. Há, porém, muitos outros, dos quais as narrativas fazem fontes de enunciados. A lei menciona o sol como um símbolo: “desde a mais remota antiguidadeameríndia, os povos do Novo Mundo vêm homenageando a fonte da vida, e representando para nossos ideais a grandeza e a cultura e para as nossas conquistas o incitamento e o brilho”. Impossível não lembrar da evolução defendida pelos naturalistas. Impossível também não considerar a linguagem como “autoridade” que se desloca além do

tempo da criação. Um texto dos anos 40 estende a linguagem para muito além da época. Dá vida ao que estava morto. O sol, destaca a lei, é o símbolo da vida. Com ele, vem sempre associada a idéia de água, o fenômeno dos rios. Eles não estão no escudo. Estão, no entanto, no ouro e na prata: “o campo do escudo é vermelho, tendo em chefe de azul, os três picos em prata e, o sol, em ouro”. O vermelho é da terra, o primeiro elemento; o ouro, o sol e, a prata, a água. São os elementos formadores da vida.

Os vales férteis estiveram há muito tempo na ponta do lápis dos pesquisadores. Nestor Victor, por exemplo, rememorava a tradição da formação do corpo paranaense, também “se deslocando” para descrever o progresso “além-serra”. A descrição parece seguir os passos dos então entendidos como primeiros demarcadores dos domínios territoriais. Como verdadeiro bandeirante, segue os vales dos rios. Ele faz uso dos estudos de Derby, ao dividir os vales entre “Norte” e “Oeste”. “O Dr. Orville Derby concluiu, dos specimens e informações que pôde obter da região, que ellas são muito ricas...”.³⁴⁰ Ele conclui que o Tibagi é muito conhecido: “desde tempos remotos, os seus primeiros povoadores empregavam os lazeres em procura de ouro e diamantes... considera-se a comarca do Tibagy como o El-Dorado do Paraná”.³⁴¹

Os estudos fundadores de Derby podem ser vistos como mapas que organizam o pensamento sobre o espaço. É também, ao mesmo tempo, uma prática de espaço, dado a “bricolagem” que ele permite ser um novo deslocamento de sentido. Nestor Victor não é contemporâneo de Orville Derby. E daí? Seus escritos estavam “vivos”, ou seja, criavam ainda deslocamentos, como afirma Michel Certeau:

³⁴⁰ VICTOR, Nestor. *A Terra do Futuro*. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio, 1913, p. 64.

³⁴¹ Id., *ibid.*

toda descrição é mais que uma fixação; é um ato culturalmente criador. Ela tem até poder distributivo e força performativa (realiza o que diz), quando se tem um certo conjunto de circunstâncias. Ela é então fundadora de espaços. Reciprocamente, onde os relatos desaparecem (ou se degradam em objetos museográficos) existe perda de espaço. Privado de narrações, o grupo ou o indivíduo regride para a experiência, inquietante, fatalista, de uma totalidade informe, indistinta, noturna.³⁴²

Decididamente, seus escritos não ganharam a escuridão. Romário Martins fez questão de trazê-los à luz e devolver-lhes a vida. Afinal, eles continham uma história da vida.

A imagem compilada pelos estudos do norte-americano e que chama a atenção de Nestor Victor não são os diamantes. Os elogios são para o estudo das camadas do solo, sobre a sua composição e a sua fertilidade. A partir daqueles estudos, ele deduziu haver uma “estupenda fertilidade do solo”. Assim, taticamente, ele substitui o mito da riqueza que não existe por outro, mais palpável, e como disse Certeau, exerce a função da demarcação de um novo tempo e de novos sentidos. O solo gerador de vida, agora, não é o mesmo solo dos naturalistas. Ele, agora, serve para pensar a riqueza da nação e a produção para a população. Um novo momento do ciclo da vida, como diria um biólogo lembrado por Jurandyr Ross:

o solo está repleto de vida. Ao pisar no solo de uma floresta, estamos caminhando sobre milhares de animais que participam da decomposição da floresta, sendo responsáveis pelo processo de reciclagem dos nutrientes. Esse suporte, que reúne materiais inorgânicos e orgânicos, determina o desenvolvimento das comunidades biológicas. Os solos enriquecem com a vida que se desenvolve sobre eles. Os organismos vivos e as quantidades variadas de água, por exemplo, criam uma espécie de laboratório bioquímico co-responsável pela composição mineralógica e pela fertilidade dos solos.³⁴³

Os trabalhos do Museu e do Instituto Paranaense não foram em vão. A história natural teria dito que a vida se originou dos fungos e das bactérias. Este ato fundador não ficou na escuridão. Jurandir deixa-o viver de uma outra forma, e envolvido por outro linguajar.

³⁴² CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994., p. 209.

O sentido com que se fala de fertilidade mudou. Há a preocupação de conhecer as potencialidades de cultivo. Daí, resultou o conceito de húmus, que é “uma capa superior, chamada de primeiro horizonte, que contém uma camada de húmus. O húmus é o produto da decomposição orgânica responsável pela fertilidade do solo”.³⁴⁴ A terra, agora, não mais é solo, mas tem a sua “vocação” explorada. A arte de governo a envolve em outros sentidos, que não aqueles do começo do século. Há que se cuidar da administração e da população; enfim, pensar a governabilidade. Com este intuito, as narrativas mudam o eixo de enfoque da terra criadora de vida para a terra mantenedora de vidas.

Os enunciados recorrem, ainda, aos relatórios de governo como provas da viabilidade vocacional da terra. As provas da fertilidade eram tiradas do relatório do inspetor agrícola da época, o Coronel João Muricy. Entretanto, é Telêmaco Borba, “estancieiro no Tibagy”, que recebe o crédito de demonstrar isto com exatidão, quando de mostra que era possível “com dois hectares de canna fazer de 500 a 600 arrobas de assucar por anno sem grandes cuidados e com engenhos primitivos, movidos a boi”. E mais: “que a producção do café alcança de 8 a 10 kilos por pé sem maiores cuidados”.³⁴⁵ Assim comprovado, ele sentencia que “o clima e o solo, como se vê, são superiores para as culturas tropicais”.

A narrativa, porém, faz uma pausa. Como quem quer colocar o Nhapecani – o falcão guarani – na gaiola, ele adverte o leitor que a fertilidade só é explorada graças aos aldeamentos indígenas que proporcionam segurança e confiança no trabalho produtivo: “Consta que o governo Federal vae installar no districto de São Jerônimo uma grande povoação indígena. Estabelecer-se-ão no povoado escolas primárias, officina de ferreiro e carpinteiro, engenhos, olarias, celeiros, instalações para animaes de trabalho e reprodutores,

³⁴³ ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.) *Geografia do Brasil*. 2.cd. São Paulo: Edusp, 1998. p. 124.

³⁴⁴ Id. *ibid.*

³⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 65.

campos de experiência, etc”.³⁴⁶ Além do Tibagi, está o Norte do Paraná, “mais feliz já nos nossos dias”.³⁴⁷ A felicidade dava-se em função de que o homem sertanejo, paulista, já havia explorado a terra: “A zona está invadida por paulistas e mineiros”. O destaque é, para ele, Jataizinho, onde há a maior produção de café do Estado, significando a 4ª mercadoria entre nossa exportação”.³⁴⁸ Há, também, um antecedente que perfaz o conceito de felicidade: “Não vae muito além de 25 anos a formação das culturas iniciais, tendo lutado como verdadeiros bravos os primeiros ‘invasores’ que, de facão e pistola em punho, para defesa contra as feras, foram abrindo pequenas picadas”.³⁴⁹ Esta luta de bravos lembra Euclides da Cunha e o sertanejo, cuja vida era uma parceira, em afinidade eletiva, com o sertão, porque “invasor” era filho do sertão. O indígena, assim, vai tomando a antítese do moderno. Um problema para a administração do território.

As tradições não podiam ser deixadas de lado. O sangue quer “andar”, dizia Plínio Salgado, através do cacique Antonio. Há um outro fator de festejo, algo de mitológico neste quinhão de terra, onde tudo parecia dar certo: “lá existe ainda um velho, de nome Calixto, homem rústico, porém inteligente e jovial, heroe primeiro dessa jornada, o fundador da actual Vila de Jacaresinho. É paulista, digno descendente dos bandeirantes. Após elle foram entrando outros, e hoje está constituída uma activa, animadíssima população de mais de dez mil almas”.³⁵⁰ Qualquer semelhança com Capistrano, Paulo Prado ou as minúcias da vida bandeirante de Viana Moog³⁵¹ não é mera coincidência. A tradição é coercitiva. A narrativa, como disse Certeau, cria bricolagens para sobreviver.

³⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 66.

³⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 67.

³⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 68.

³⁴⁹ Id., *ibid.*

³⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 68.

³⁵¹ MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 14.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

O desenvolvimento, apesar da ferocidade do corpo paulista, é facilitado pelo aldeamento do indígena: “Ainda agora o Serviço de Proteção ao Índio está organizando três aldeamentos na zona: o de Pilarzinho, o de Thomazina e o de Barra do Jacaré, que são habitado por guaranis distribuídos por 88 famílias”. Se os ‘invasores’ são tolerados por remeterem a um tronco comum, como disse Romário, a produção não é, porque “o comércio da região se faz com São Paulo, e mais exclusivo será quando se construir a estrada de ferro para aquelle riquíssimo valle.”³⁵²

Como lembra Revel, há um jogo de identidades. A ancestralidade “bandeirante” liga a uma história nacional. A regionalidade faz parte da representação moderna de soberania. Logo, o pertencimento paulista atinge a identidade do corpo paranaense em construção.

As terras do Oeste, por sua vez, chamam mais a atenção pelo seu não conhecimento, devido a que “não têm sido nada estudadas por enquanto. Sobre elas, sabe-se do clima: o calor mantém estado normal de 26 a 28 graus; o frio baixa o termômetro a zero”.³⁵³ O autor lembra das reduções, da navegabilidade e dos acidentes geográficos, até para lamentar que “o que é de lastimar é que todo aquelle mundo de riquezas esteja quase intacto, como se ainda não tivesse sido descoberto pelo mundo civilizado. Os silvícolas vagueiam em grande massa, também pelos sertões daquela região; relativamente é pequeno o número daqueles que têm sido conquistados à civilização no nosso tempo”.³⁵⁴

O homem é selvagem, assim como a terra que o cria. Este é o sentido do contrato com a terra, de Romário. Ele não serve, contudo, aos novos tempos, por representarem empecilho à soberania da governabilidade.

³⁵² VICTOR, Nestor, op. cit., p. 71.

³⁵³ Id., ibid., p. 74.

³⁵⁴ Id., ibid., p. 76.

É com este espírito que Nestor Victor lembra que as colônias militares anteciparam os colonos. “Das colônias militares do Chopim, Chapecó e Iguassu, ali fundadas e que tanto trabalho deram a beneméritos oficiais do nosso exército, nas explorações iniciais e depois no seu estabelecimento, a última citada é a única que na verdade prospera”.³⁵⁵ As colônias militares estavam localizadas em pontos estratégicos da geopolítica do Estado. Foz do Iguaçu chama mais a atenção por estar na linha limítrofe da fronteira com o Paraguai e a Argentina. Esta geoestratégia da narrativa fica evidente ao relatar a produção, a extração e o comércio de dois produtos nativos do Oeste: o mate e a madeira. Ele assinala que há corpos estranhos, corpos espanhóis que destoam do tronco brasileiro: “Essa exploração, porém, quem realiza são os argentinos, cuja bandeira, segundo Domingos do Nascimento, desfraldada no topo dos seus navios, percorre a fronteira brasileira... eles e os paraguayos é que fazem actualmente a navegação, por nossa vergonha, até mais de 20 léguas acima da foz do Iguassu”.³⁵⁶ A situação vexatória não combina com o orgulho da nacionalidade. Corpos, cuja identidade não se assemelha, demarcam a fronteira. Contudo, neste caso, há uma violação do orgulho “por nossa vergonha”. E, em tom de lamentação, ele conclui que “temos vivido em relação ao nosso incomparável oeste como quem dorme à sombra de um fabuloso tesouro”.³⁵⁷ Assim, retoma o mito do adormecido.

Estes reclamos sobre as presenças argentina e paraguaia há muito se faziam. No início do século, além dos autores já elencados, Sebastião Paraná, em *O Estado da República*, muito tematizou o “Iguassu – grande porto exportador de mate e madeiras, sendo muito procedente de Mato Grosso e pertencente às poderosas empresas Matte Laranjeiras e Mendes

³⁵⁵ Id., *ibid.*

³⁵⁶ Id., *ibid.*

³⁵⁷ Id., *ibid.*

e Companhia”.³⁵⁸ O império argentino, como ficou conhecido, tinha sede em Guaíra, local das antigas ruínas: “O Porto Guayra com uma população de cerca de 2.000 habitantes quase que na sua mór parte de nacionalidade e origem paraguaia”.

Sabe-se que não somente a extração e o comércio eram feitos por estrangeiros, mas também a navegabilidade do Rio Paraná o era. Esta presença foi por muitos historiadores e diplomatas – como no caso de Nestor Victor – entendida como agressão aos sentimentos nacionais. Nota-se que a imigração ao Paraná é realidade notória, como é notória a positividade discursiva do homem europeu. Porém, a rigor, paraguaios e argentinos não são brancos puros. Ao contrário, são mestiços como quase todos os paranaenses.

Estas expectativas são confirmadas por Monteiro Tourinho. Em texto veiculado pelo Instituto, em 1919, ele retorna às preocupações com a fronteira do Brasil com o Paraguai. Dizia: “vinde pois admirar os saltos de Guaíra e meditar um pouco sobre as ruínas de Ciudad Real e Ontiveiros... talvez que assim os desperteis também a nós da nossa proverbial indolência e descuido”.³⁵⁹ Ele percebe o risco que é à soberania a ausência de brasileiros na região de fronteira. Por esta razão, ele defende e se coloca a mostrar, por cálculos, a viabilidade e os custos de uma estrada “carroçável” que ligasse Palmas a Guaíra, porque “há ali uma zona deserta que muito promete e por isso convém desenvolver; e também uma extensa fronteira que nos cumpre povoar e guardar”.³⁶⁰

Um outro boletim, de 1925, reaplica esta percepção de Tourinho, procedendo a uma analogia entre o corpo e a terra. “É pela grande artéria fluvial do Rio Paraná que os

³⁵⁸ Para discussão mais detalhada sobre a presença da Mate Laranjeiras, a produção e o transporte da crva mate na fronteira com os três países, bem como entre Paraná, São Paulo e Mato Grosso, consultar o recente trabalho de CORREA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDP, 1999.

³⁵⁹ VICTOR, op. cit., p.76.

³⁶⁰ Id., ibid., p. 65. Quanto à proposta, ele chega a elaborá-la por inteiro. Ele calculou dois anos para a execução da obra e um valor de 2.000\$000 por km e uma quilometragem de 556 de Palmas à Guaira. Desses dados, o custo total seria de 1.112.000\$000.

productos irão ter ao Prata, ao Paraguai, a São Paulo e Mato Grosso”.³⁶¹ A metáfora remete ao sentido da integração nacional. Difere, mas não se opõe à vocação histórica de rio fronteira. Afinal, diz o texto, “cuidemos do Far West Paranaense se quisermos as nossas finanças equilibradas e fazer do nosso estado um dos mais prósperos da União Brasileira”.³⁶² O Oeste é adentrado pela lógica administrativa, pensada, inclusive, pela jurisprudência: a União e seus Estados. A metáfora arterial serve para pensar a integração via transportes, seja ele por via férrea, carroçável ou navegável. Em ambos os casos, artérias são condutores, levam sangue até o coração, que o redistribui. Da mesma forma, o escoamento de produtos é fundamental para o governo em si.

Assim dizia também Manuel Carrão sobre a ausência de transportes entre Foz do Iguaçu e a capital: “As terras são fertilíssimas e em nada diferem das afamadas terras roxas do Estado de São Paulo e do nordeste do Estado... o município poderá ser (de Foz) em futuro não remoto, um celeiro para o resto do Estado e para São Paulo... as reservas de madeira e matte são inesgotáveis”.³⁶³ Além do que, dizia, “a boa organização de meios de transporte resolverá o nosso problema de segurança”.

O mesmo relatório faz rasgados elogios à Empresa Mate Laranjeiras, estabelecida em Guaíra. Eles são feitos em função da organização produtiva, pelos trilhos e pelos caminhos abertos para o escoamento da produção. Contudo, não deixa de notar a grande maioria de “peões paraguaios habituados à vida rústica”.³⁶⁴ Conclui dizendo que se trata de uma atividade exemplar para a exploração oficial: um modo sutil de mostrar descontentamento com empresa estrangeira explorando produto nacional.

³⁶¹ O Far West Paranaense. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, 1925.

³⁶² Id., *ibid.*, p. 77.

³⁶³ CARRÃO, Manuel. *Impressões de Viagem a Foz do Iguassu e Rio Paraná*. Curitiba: Governo do Paraná, 1929, p. 49.

³⁶⁴ Id., *ibid.*

No momento em que a discursividade integracionista toma corpo pela historiografia, o mate assume uma disputa particular. O próprio nome remetia à territorialidade do Estado. Saint Hilaire o havia denominado de *ilex paraguayensis*, remetendo o seu uso pioneiro aos paraguaios, instruídos pelos jesuítas espanhóis. No Paraná, contudo, especialmente Emelino Agostinho de Leão e Lima Figueiredo, insistiam na denominação de *ilex paranaensis*. A disputa fazia-se ao fato de que o nome remetia ao lugar de origem e, logo, ao corpo que dá identidade territorial.

A disputa era acirrada entre paraguaios, argentinos e brasileiros. Grandes eram também as práticas de falsificação do produto. Neste sentido, a intervenção administrativa criou a lei 1.959, de 26 de março de 1920, como atitude de inibição às misturas, instituindo um selo de garantia e normas para a exploração, que eram as seguintes:

- a) “pureza integral de propriedades e de conservação previamente conhecidas, quando se tratar de produto alimentício;
- b) “Excellência específica e de conservação quando tratar-se de matéria prima, com início ou não de industrialização”.³⁶⁵

Houve outras duas leis que disciplinaram a produção, basicamente neste mesmo sentido: a Lei 1.966, que elevava a multa por falsificação e, a Lei 2.015, que disciplinava a época do corte e do armazenamento, bem como estabelecia multas para o caso do não cumprimento do estabelecido.

A denominação de *ilex paranaensis* era justificada por Leão com base na afirmação de que os índios descobriram a erva quando “mastigavam as suas folhas, nas longas peregrinações de nômades, que faziam na vasta e maravilhosa bacia do rio Paraná”.³⁶⁶ Além desta, conta-se que existem lembranças de uma tradição guarani como fundadora da sabedoria

³⁶⁵ FONTE: Museu Paranaense.

dos “segredos” da erva, quando Deus transformou uma índia num pé de erva. Ambas, porém, criam uma unidade para si, à medida que o nome remete ao espaço territorial, que o nome, imediatamente, traz presente.

O procedimento de pensar o Oeste como terra não brasileira teve grande expressão nos trabalhos de Lima Figueiredo. Em 1937, o seu *Oeste Paranaense*³⁶⁷ apresenta relatório de excursões pela mesopotâmia paranaense. Nas andanças, ele cruza a fronteira várias vezes, justamente para demonstrar que não havia qualquer empecilho ou guarnição que o impedisse. Mas, ao assim proceder, percebe o “absoluto controle argentino de toda a produção e exportação do mate.” É o caso, por exemplo, de Eugênio Caferata, argentino que fundou porto próprio, o Sete de Setembro, às margens do Rio Paraná, para a atividade: “O Sr. Caferata trabalha com 120 homens, sendo 82 paraguaios e 38 argentinos. O único brasileiro existente neste recanto do nosso Brasil é um soldado de polícia ali destacado, que, aliás, é casado com uma paraguaia e seus filhos falam... o guarani”.³⁶⁸ A pausa deixa em suspenso o leitor. Expressa a indignação do historiador nacional.

Enfim, os desdobramentos dos enunciados miram-se em várias direções. Os objetos – terra, água e sol – servem de princípio de verdade, tanto para as práticas de ciência quanto para a política, a arte de governar. No interior desta funcionalidade discursiva, criou-se a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Mas, antes dela, pensou-se um programa rodoviário marcado para o Oeste, com o objetivo de “pensar uma grande estratégia oficial de desenvolver a região e propiciar um grande salto ao processo de colonização”.³⁶⁹ Este programa planejou a atual BR 277, através da Comissão de Estradas de Rodagem para os

³⁶⁶ LEÃO, Ermelino Agostinho dc. *Matte: o chá do Paraná ou crva matte do Brasil*. S.l.: Ascanio Miró e Cia., 1931.

³⁶⁷ FIQUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo: Nacional, 1937.

³⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 104.

Estado do Paraná e Santa Catarina – CCERF – SC, instalada na cidade de Ponta Grossa”. A “missão” da Comissão de Estradas de Rodagem 1- CER 1-, como dizia o relatório de Antônio Batista, era a de iniciar “as obras de construção entre Ponta Grossa e Imbituva, aproveitando estudos feitos pelo Estados. Em seguida, começaram os serviços de exploração e de locação do eixo da rodovia estratégica até Foz do Iguaçu, tendo como pontos de passagem obrigatórios Prudentópolis, Guarapuava, Laranjeiras e Cascavel, seguindo diretamente para Foz e pelo *divortium aquorum* dos vales dos rios Iguaçu e Piquiri”. Retornam assim, os vales, os rios, a água e a vida.

³⁶⁹ RIBAS, Antonio Batista. Relatório do Departamento de Terras e Colonização de 1938 e 1939, apresentado ao governador do Paraná. Criado em 1938, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem foi incumbido, em 1941, de desenvolver o Programa Rodoviário Marcha para o Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo do desconhecido de 1998 sugeriu pensar algumas formas de conhecimento sobre o Corpo. São muitas as formas. O que ele significou para a diplomacia dos três países, para a força policial, para a imprensa e os sindicalistas? Sentidos diferentes, quando não controversos. E o que dizer daqueles que não se manifestaram, como as prostitutas e os contrabandistas, enfim, os saberes não expressados por meio de veículos oficiais, por exemplo? Todos são sujeitos da mesma cena. Talvez coubesse perguntar, como Orlandi³⁷⁰, o que significa o silêncio?

Por outro lado, os saberes pronunciados emitem um parecer. O parecer de quem expressa uma posição; aquela que localiza um sujeito e uma instituição. Assim sendo, a pronúncia é uma sentença que localiza o gesto do emissor ao mesmo tempo em que deixa transparecer um saber anterior, que permite o seu deslocamento.

Outra experiência com o corpo reside no fato de as narrativas não serem pensadas em torno de um corpo nu – fato que somente remeteria a pensá-lo como espécie humana –, mas fazerem sobressaltar aos olhos os signos que o identifiquem com um território: a língua, o vestuário, os adornos, as atividades, os documentos, etc. Estes traços vão sendo classificados como pertencentes a um e outro “povo”, “a uma e outra nação” e até a uma ou outra “classe”.

³⁷⁰ - ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 2ª. edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

No momento dos gestos, eles servem de direção; são metáforas que dirigem o deslocamento. Esta é uma experiência de codificação de identificação. Desta forma, se o corpo indigente estivesse em 2001, no período dos atentados, haveria um motivo a mais para ser correlacionado com a sua morte. As “forças” do Tiar e do Coaf teriam criado outros deslocamentos além daqueles do Mercosul.

Neste propósito foram encaminhados os três capítulos desta pesquisa. Eles se proximam da experiência dos gestos, que são formas de pensar o corpo. Seja no sentido mais imediato, como, por exemplo, a sobrevivência física, que denuncia uma experiência antropológica do homem e a organização do seu mundo, seja no sentido acadêmico, onde as letras ganham um poder performativo em torno de uma arte de ofício. Em ambos os casos, são evidentes a experiência antropológica do sujeito e a organização do mundo. É o homem organizando o seu espaço; a linguagem criando instrumentos.

No primeiro capítulo, procuramos discorrer sobre algumas narrativas fundadoras da nacionalidade brasileira, seja a partir dos Institutos que criaram tradições para o pensamento sobre o Brasil, seja dos romances que, por sua vez, transitaram entre as amarras das teorias e a “liberdade” de expressão dos seus autores, como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, entre vários outros.

As palavras, todavia, pareciam não ter um território definido. Elas se deslocavam com os seus enunciadores, afagando-lhes a memória e a imaginação. Assim, em Romário Martins, Rocha Pombo, Nestor Victor, Jayme Dourmond e muitos outros, elas serviram de condutores dos seus gestos, ao mesmo tempo em que os “autorizava” a criar algo singular: algo novo em uma terra nova. Uma espécie de permissividade discursiva os fez pensar um mesmo objeto: o Paraná como unidade nacional. Por outro lado, eram coagidos pela ação enciclopedista, que fundava a produção escrita brasileira da virada do século. Além disto, eles foram pensadores que expressaram os seus desejos de emancipação de uma região de definição territorial tardia,

embora, saibamos que ela tenha sido iniciada antes mesmo da ocupação portuguesa e espanhola, na ponta da pena de Alexandre VI. No segundo capítulo, acentuamos este regionalismo do pensamento.

No terceiro, destacamos que, ao mesmo tempo em que fluíam as representações do território e os mecanismos de sua gestão, a governabilidade se tornava efetiva. A produção escrita, conquanto houvesse cumplicidade entre conhecer e gerir, enquanto teoria acadêmica, não buscava na gestão política do território, a sua razão de existência. É o efeito de magia, lembra Bourdieu. Ela precisava apresentar-se como anterior à prática política, esconder a sua origem, como disse Michel de Certeau. Mas houve elementos, objetos apriori que criaram a positividade do conhecimento. Foram eles que criaram a força das teorias; eles deram razão às existências: a Terra, a Água, e o Sol. Foram deles que os raios divergentes e convergentes partiram, como os raios do sol, iluminando e criando séries infindáveis de desdobramentos. Sobre estes deslocamentos, não há controle. Somente um gesto permite se aproximar da compreensão do sentido, porque denuncia um uso. Sobre esse tema refletimos no terceiro capítulo.

Assim, podemos chegar novamente aos eventos sobre a Ponte da Amizade: o corpo indigente e as ameaças do Al Qaeda. Não que tivesse ocorrido uma linearidade do tempo entre o nosso recorte – 1930/40 – e a morte do desconhecido. Não há qualquer linha que os interligue, a não ser o rio que, geograficamente, não mudou de rumo e de localização. Mas, ele próprio, não é mais o mesmo; o seu sentido não está no que realmente é: água e barro. Está naquilo que dele se diz, escreve, filma, etc. Hoje, contemporâneo ao corpo do desconhecido e à presença árabe, é Lago Internacional, barrado e represado; local de Amizade, nome sugestivo da ponte.

Mas o corpo recorda, sim, os anos 30 e 40. A recordação está no fato da linguagem permitir a imaginação e as narrativas identificarem os seus atores. Tramas gestuais, onde o

imprevisível é possível. Uma indeterminação que não cessou: é a “prosa do mundo”, como lembrou Merleau-Ponty, que jamais cessará.

ANEXOS

Anexo I – Mapa Atual do Estado do Paraná.



FONTE: *Enciclopédia® Microsoft® Encarta*. © 1993-1999 Microsoft Corporation

Esta representação cartográfica, amplamente difundida por vários meios, ressalta as fronteiras hidrográficas do Paraná com os Estados brasileiros, com o Paraguai, hoje limitado com o Lago Internacional, e com o Oceano, evidenciando a “reentrância oceânica no Paraná”, como se referiu Romário Martins.

Anexo II – Selo do Mercosul



FONTE: Patrimônio Histórico Mercosul - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

A criação de um “Patrimônio Histórico” entre os três países, tematiza as narrativas sobre a ancestralidade do território e não as identidades. No texto produzido sobre a justificativa do selo de 1998, afirmou-se que, “nesta emissão conjunta com os países do MERCOSUL, os Correios brasileiros escolheram as ruínas da Igreja de São Miguel, localizadas na região dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, área que originalmente fazia parte da América Espanhola”. Recorda as constituições narrativas sobre “los países hermanos”, mas, de um modo especial, sobrepondo-se por sobre as práticas de “distinção” e “distanciamento”. Detalhe também muito expressivo é que o autor não é historiador. Enrique Garcia Moreno é artista plástico.

Detalhes técnicos:

“Para ilustrar o selo foram utilizadas duas imagens digitais: uma das ruínas da Igreja de São Miguel das Missões, hoje Patrimônio Mundial e outra da Cruz Missioneira, posta em primeiro plano com a finalidade de dar maior profundidade à composição”. As imagens foram montadas e colorizadas por meio de computação gráfica. A textura foi obtida pelo uso de filtros no Adobe Photoshop. Complementando a composição foi aplicado o símbolo do MERCOSUL.

Artista: Enrique Garcia Moreno

Processo de impressão: Offset

Papel: Couché, gomado, com fosforescência impressa nas margens

Folha: 24 selos

Valor facial: R\$ 0,80 cada

Tiragem: 1.200.000

Picotagem: 11 ½ x 11"

Área do desenho: 54 x 20 mm

Dimensões do selo: 59 x 25 mm

Data de emissão: 17 de setembro de 1998

Impressão: Casa da Moeda do Brasil

Anexo III – O Tempo Contado em Escalas.

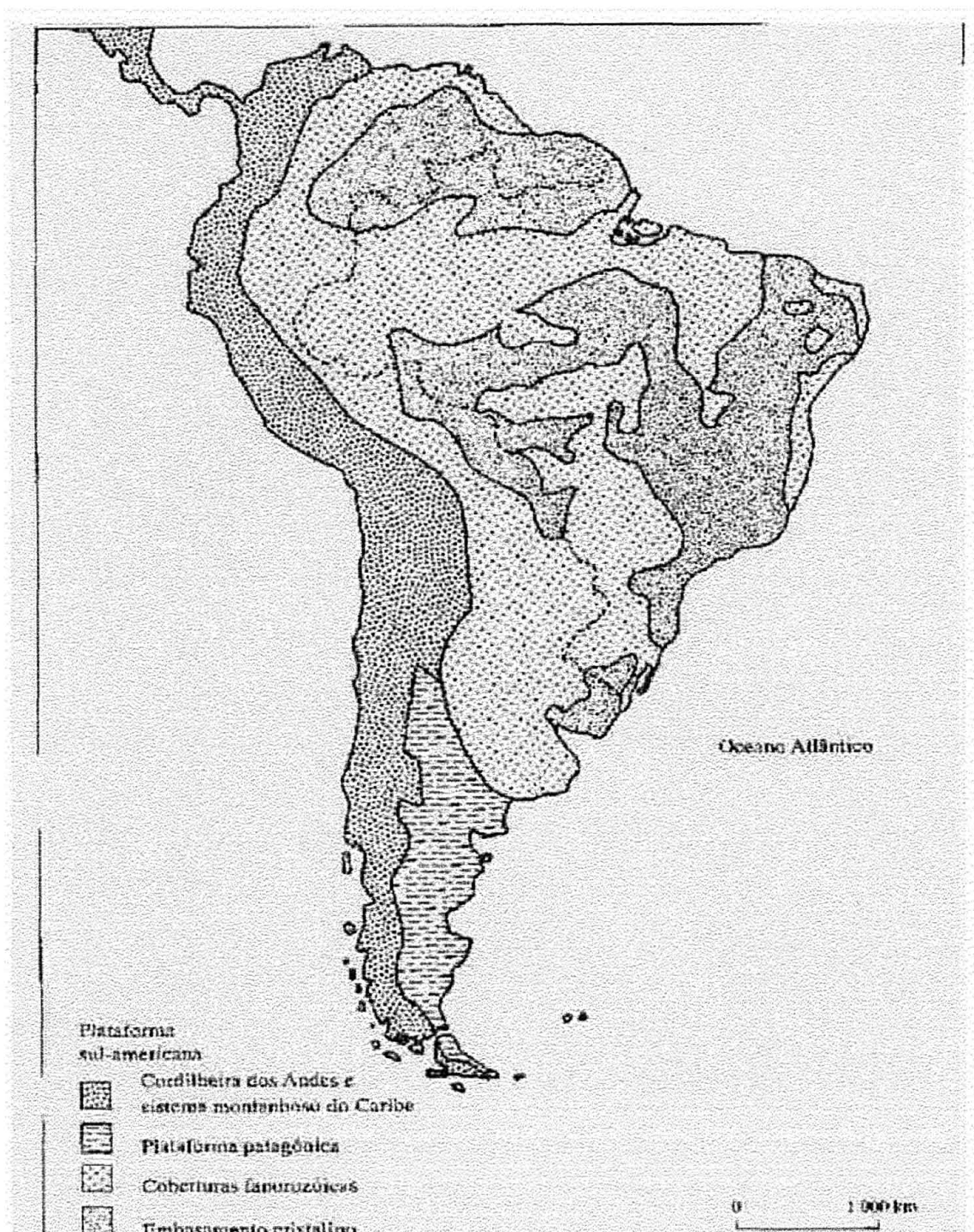
Tabela 2. Escala Geológica do Tempo

Éras	Períodos	Épocas	Tempo Decorrido (anos)	Características
Cenozóica	Quaternário	Holaceno	11 000	Homem
		Pleistoceno	1 000 000	Glaciação no hemisfério norte
	Terciário	Plioceno	12 000 000	Mamíferos e insetos atuais
		Mioceno	23 000 000	
		Oligoceno	35 000 000	
		Eoceno	55 000 000	
		Paleoceno	70 000 000	
Mesozóica		Cretáceo	135 000 000	Répteis gigantes e coníferas
		Jurássico	180 000 000	
		Triássico	220 000 000	
Paleozóica		Permiano	270 000 000	Anfíbios e criptógamas
		Carbonífero	350 000 000	Peixes, vegetação nos continentes
		Devoniano	400 000 000	
		Siluriano	430 000 000	
		Ordoviciano	490 000 000	
		Cambriano	600 000 000	Invertebrados e grande número de fósseis, vida aquática
Proterozóica			mais de 2 bilhões	Restos raros de algas, esponjas, crustáceos e vermes
Arqueozóica				
	(Início da Terra)		mais ou menos 5 bilhões (?)	Evidências fósseis raras, bactérias e fungos (?)

Fonte: V. Leinz e S. E. do Amaral, *Geologia Geral*, 1969.

Na constituição desta referência, há um tempo evolutivo que está presente na narrativa, desde os primeiros viajantes e expedicionários no Brasil. Ela é, afinal, uma prática fundadora do espaço. Atualmente ainda é uma referência fundamental para aqueles que trabalham com uma perspectiva de tempo, em suas narrativas, como por exemplo, ROSS, Jurandy L. Sanches. *Geografia do Brasil*. [Edusp, 1998]. Esta mesma tabela, sem qualquer “adaptação”, está publicada na página 34 desta obra, fato que demonstra a “fossilização” do saber e sua aura enquanto força fundadora da tecnologia de conhecimento.

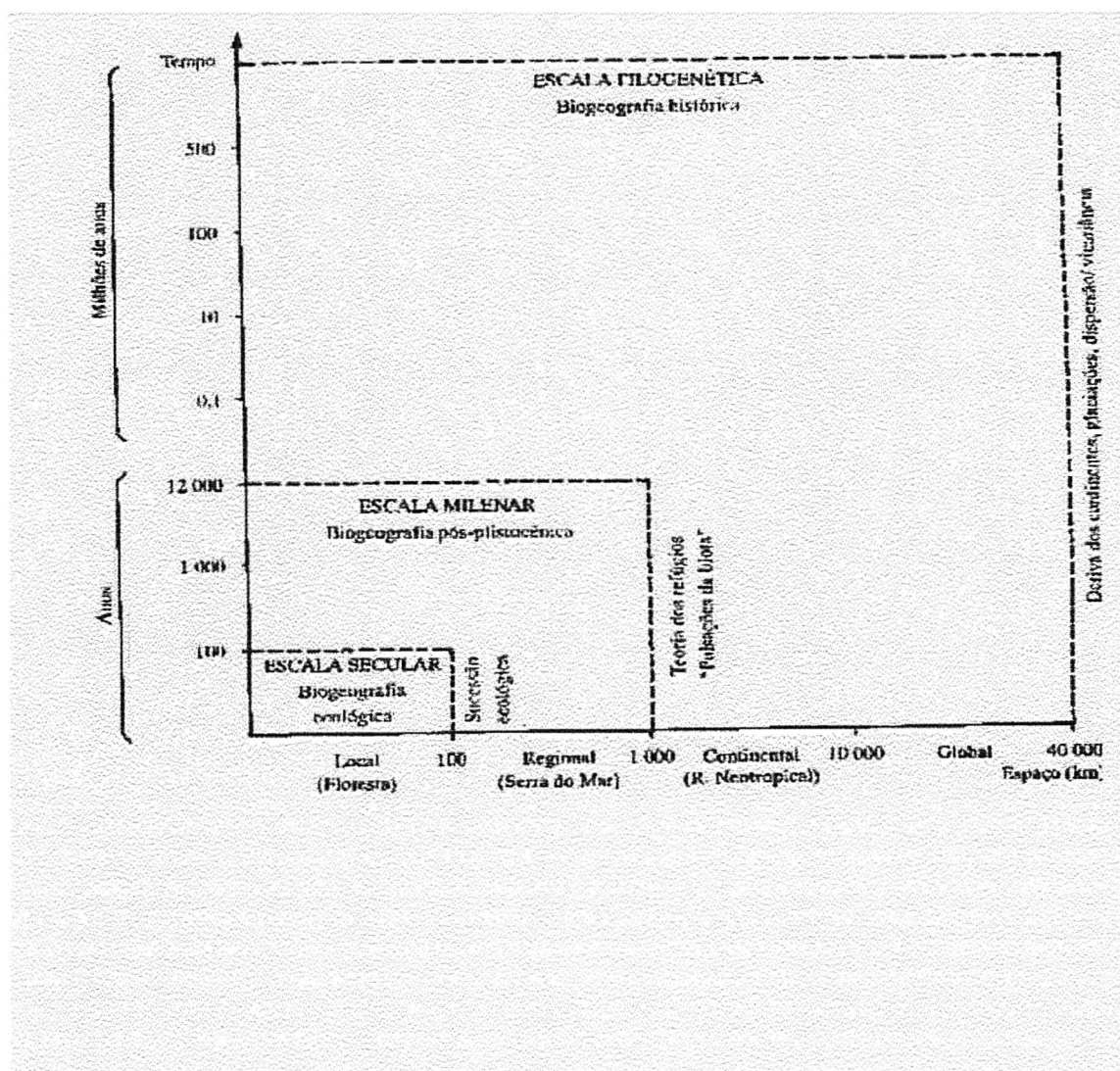
Anexo IV - Estruturas da América do Sul. Demonstrativo da Cordilheira dos Andes.



FONTE: IBGE

A marcação pontilhada, à esquerda, ilustra a Cordilheira. Foi denominada de Ibiturunas pelos índios guaranis. A transposição dela, como também da Serra do Mar, foi narrada como feito épico, pois significou uma relação homem/espço expressivamente significativa para as narrativas românticas e simbolistas da territorialidade brasileira e regional.

Anexo V – A Escala Biogeográfica.



FONTE: CONTI, José Bueno e FURLAN, Sueli Ângelo. *Geoeologia – O clima, os solos e a biota*. In: *Geografia do Brasil*. Op. cit. p. 112

A Escala Biogeográfica é um desdobramento da Escala do Tempo. Foi um trabalho iniciado pelos naturalistas, sendo hoje fundamentado por instrumentos e técnicas modernas com base na teoria dos gens que se ocupa em descrever o tipo de evolução das várias formas de vida. A contribuição fundadora foi a denominada Lei de Haeckel. Ernst Heinrich Haeckel (1834 – 1919), filósofo e biólogo alemão, através de conferências e artigos, popularizou no mundo germânico a obra de Charles Darwin. Fundamentado no evolucionismo, propôs uma teoria que unificasse biologia, ciência e religião, defendendo que todo ser vivo, a partir de uma fase embrionária, ocupa um lugar na ordem natural das coisas. Seu maior seguidor no Brasil foi Johann Friederich Theodor Muller, conhecido como Fritz Müller. Alemão radicado no Brasil, Fritz Müller contribuiu com a zoologia e a botânica. Doutor em filosofia e medicina, ficou conhecido como o antecessor de Claud Bernard, na área da fisiologia. A convite de Hermann Blumenau, veio ao Brasil em 1852. Em 1856, morava em Florianópolis, de onde manteve correspondência com Ernest Haeckel e Charles Darwin.

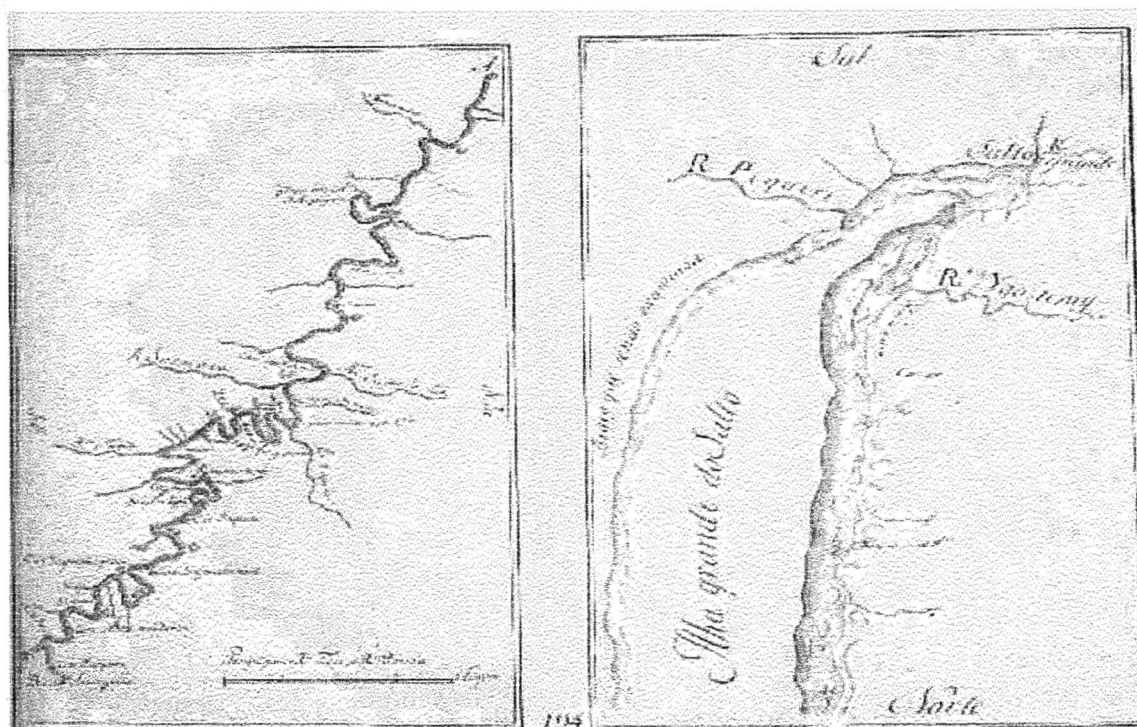
Anexo VI – Sistema Montanhoso da Serra do Mar.



Sistema Montanhoso da Serra do Mar, divulgado por Geraldo Sampaio de Souza, docente catedrático do Instituto de Educação do Distrito Federal. Obra didática de grande distribuição, consta na página 23 do seu *Geografia do Brasil III*. Foi publicado pela Editora do Brasil, em 1948, numa série didática: Coleção Didática do Brasil – série ginasial.

A narrativa sobre a Serra tem contornos de “unidade nacional”, porque remete às afirmativas de além fronteiras entre os Estados: “ela une os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro”. Também as suas “ramificações” criam a perspectiva de unidade, à medida que as pequenas ilhas dispersas são narradas como satélites que giram em torno dela.

Anexo VII – Mapas descritivos do rio Paraná.



FONTE: Fundação Emílio Odebrecht. Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Rio de Janeiro, 1993.

Estes mapas descrevem alguns trechos do Rio Paraná. Foram elaborados a mando do governador da Capitania de São Paulo, D. Luis Antônio de Sousa, em 1774. Naquele ano, ele havia confiado a defesa da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres ao Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria. Havia partido em outubro, mas, diante da mudança de governo da dita Capitania, que passou às mãos de Martins Lopes Lobo de Saldanha, regressou no ano seguinte, 1775. Estas referências foram por muito tempo utilizadas por pesquisadores regionais, bem como pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Desta viagem, resultaram ainda um diário, sete mapas geográficos e dois estatísticos. Os originais foram publicados pela Revista do IHGB, t. 39, v. 52, em 1876. Há também uma cópia dos originais no Museu Histórico do Itamarati. Esta trajetória da compilação representativa do Brasil Meridional denuncia uma prática de evidência dos limites e da visibilidade da nacionalidade em construção.

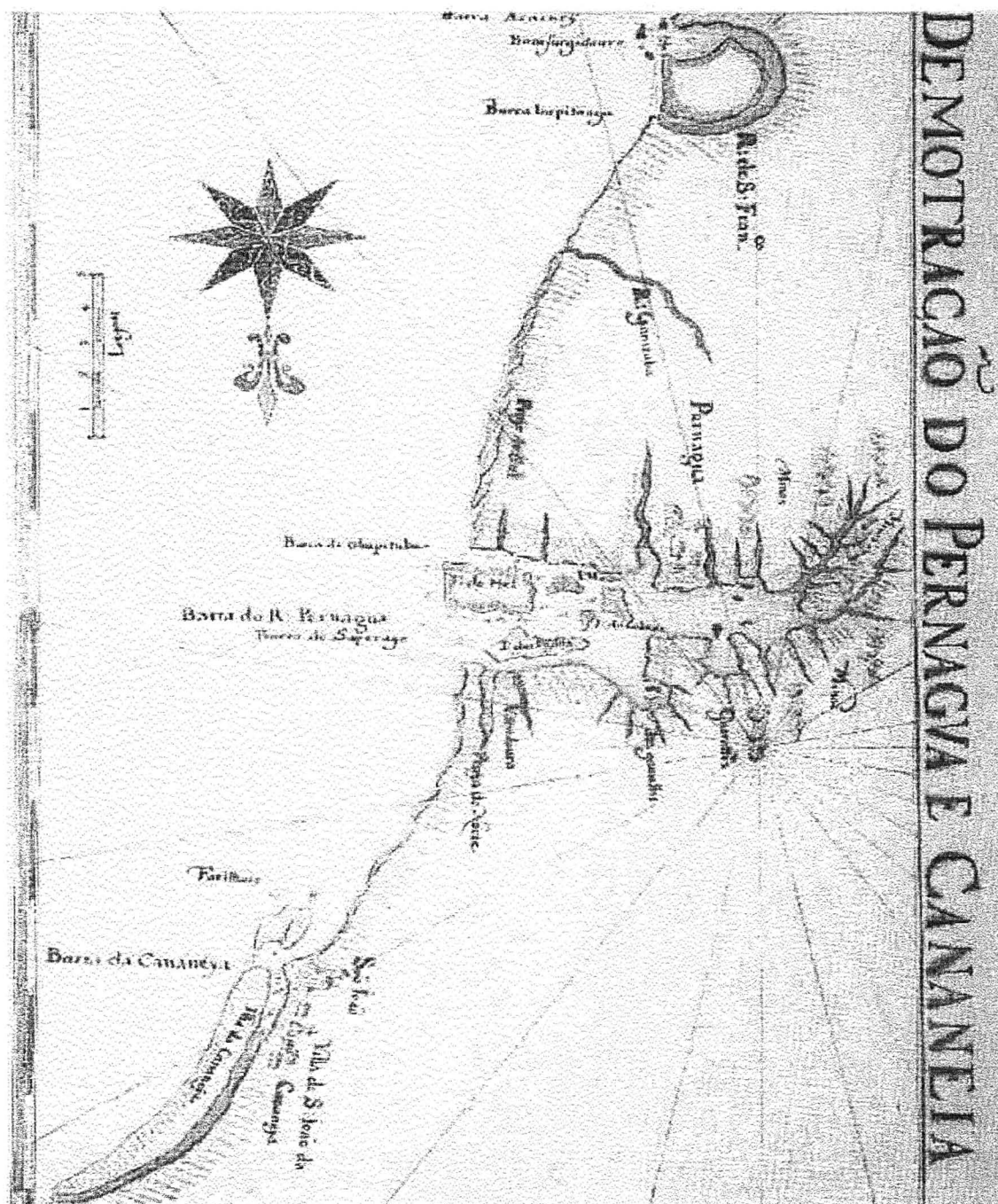
Anexo VIII – Pintura de Lloyd William. Serra do Mar.



FONTE: Fundação Emílio Odebrecht. Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Rio de Janeiro, 1993.

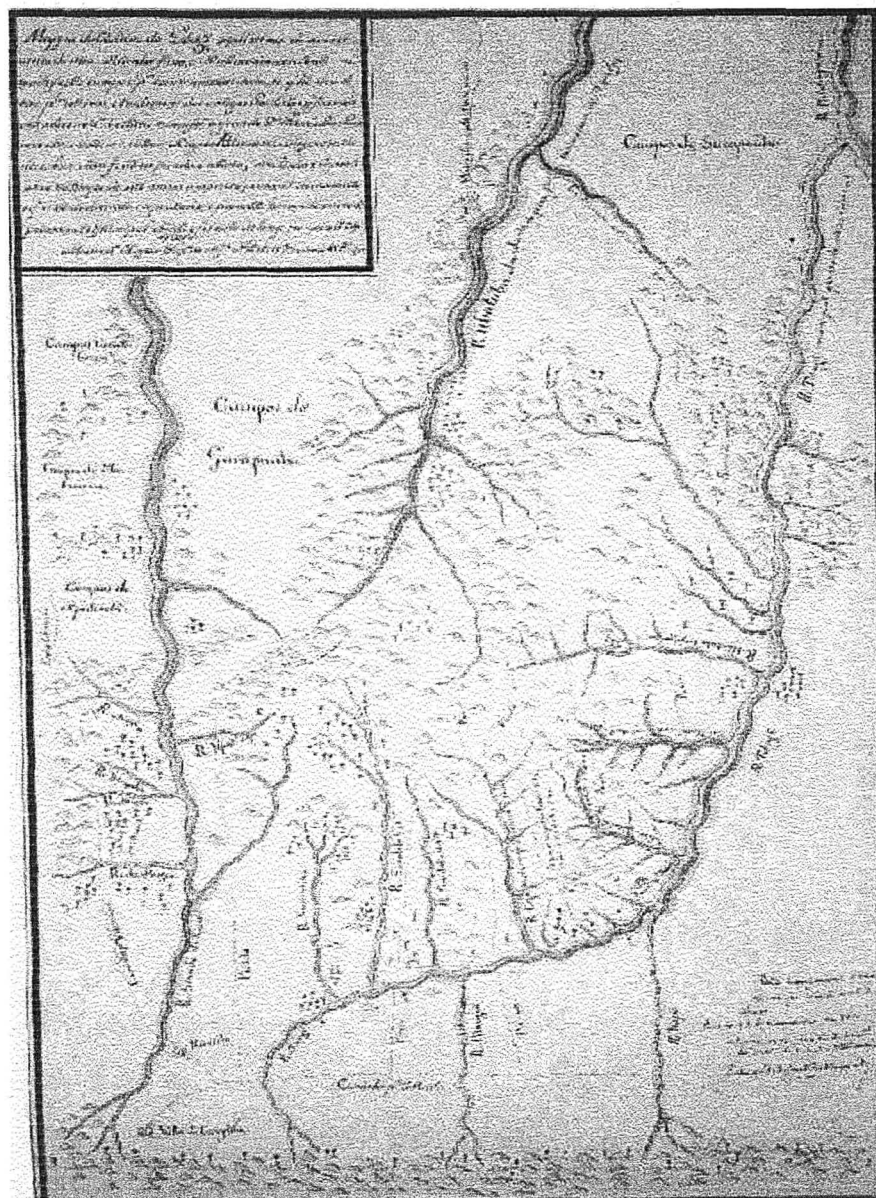
Pintura de Lloyd William, Serra do Mar, Paranaguá, 1904. A pintura também, a exemplo de muitas outras formas de constituição da memória, tematizou a geografia regional. Lloyd William produziu obras expressivas como esta e outras conhecidas, no meio artístico, que tematizavam a geografia, o homem, a hidrografia e o pinheiro paranaense.

Anexo IX – Baía de Paranaguá, de Albernaz



Demonstração da baía de Paranaguá e barra da Cananéia, de autoria de João Teixeira Albernaz (167?), um dos mais antigos mapas do litoral do Paraná, constituindo-se em um traço fundador.

Anexo X – Sertão do Tibagi.



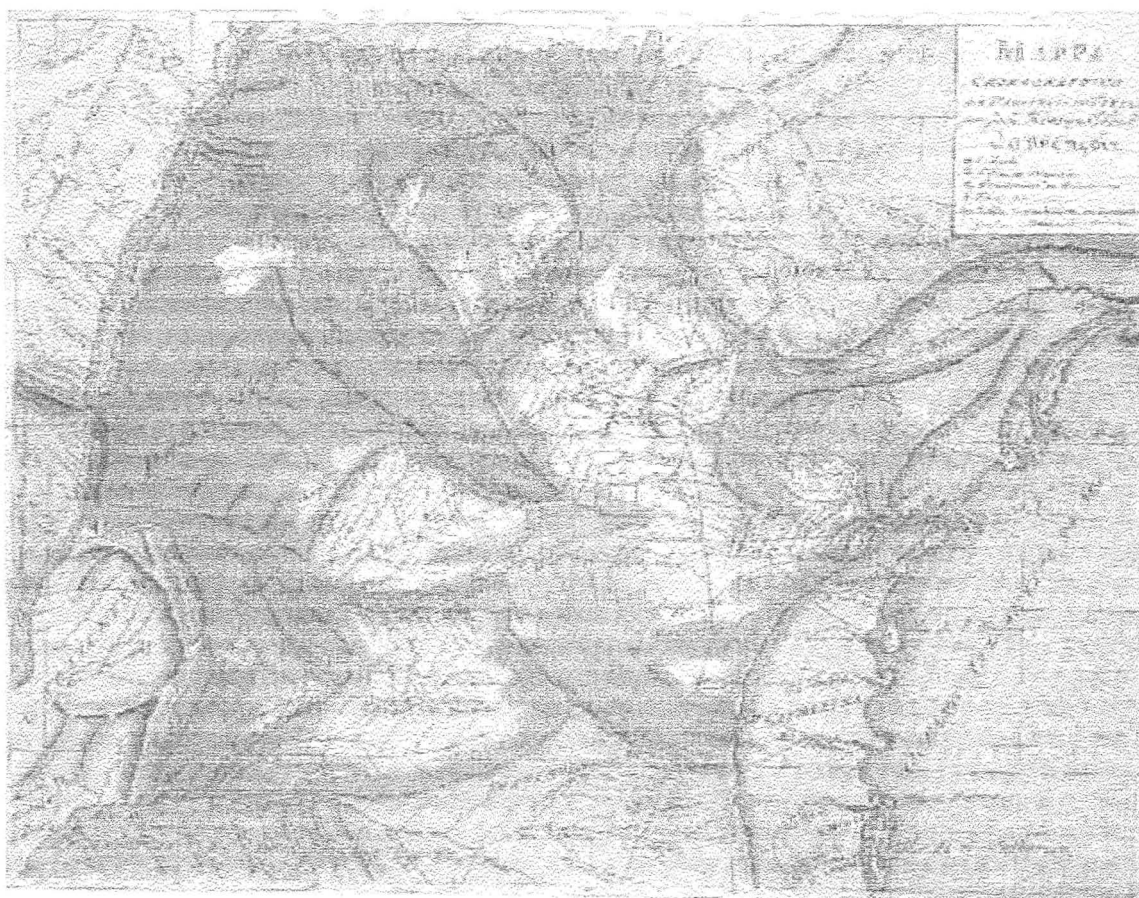
FONTE: Fundação Emílio Odebrecht. Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Rio de Janeiro, 1993.

O mapa anterior é de autoria de Manuel Ângelo Figueira de Aguiar. Não há título. O inserto fala das qualidades do território, a seguir descrito: “Mapa do sertão do Tibagi, riquíssimo de haveres, de ouro, estanho fino, antimônio excelente, como de campos férteis para criar

animais, etc.”. É notável o quanto a narrativa recorre aos conhecimentos geológicos, especialmente à linguagem utilizada por Derby e sua expedição.

A descrição abrange a região compreendida entre os rios Tibagi e Grande do Registro, posteriormente, Rio Iguaçu. Traz detalhes sobre a navegabilidade dos rios, descritos no próprio mapa. As demarcações estão entrecortadas por pontilhos, indicando direções tomadas pelo autor, e também com o objetivo de descrever traçados já conhecidos. Eles localizam faisqueiras e ouro nas vertentes de alguns rios e morros, como os da Pedra Branca, (*“todas as suas vertentes tem oiro”*) cujas minas foram descobertas em 1755, por Francisco Martins Lustosa.

Anexo XI – Mapa Chorográfico da Província do Paraná.



FONTE: Fundação Emílio Odebrecht. Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Rio de Janeiro, 1993.

Este é um dos mapas mais “modernos” da territorialidade do Paraná. Ele é de autoria de João Henrique Elliot. Foi nomeado como “Mapa Chorographico da Província do Paraná”. A sua modernidade expressa-se pelo uso das cores. O verde, predominante, representa as matas nativas, não exploradas; o amarelo, as regiões mais altas e de vegetação menos densa. Data de 1863 e assinala os caminhos e estradas, as zonas de matas e de campos e a localização de grupos indígenas. Apresenta, a exemplo dos outros, uma minuciosa descrição hidrográfica, especialmente do Tibagi, Ivaí e do Iguaçu, expressivamente representando o Paraná como uma espécie de artéria, tal a vigorosidade com que é expresso seu traçado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

a) FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

1. ABREU, João Capistrano. *Ensaio e Estudos. Crítica e História*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932.
2. _____. *Capítulos de História Colonial*. 7ª. edição anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.
3. _____. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.
4. ACCIOLY, Hildebrando. *O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América*. Tese ao 2º. Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
5. AMARAL, Azevedo. *Ensaio Brasileiro*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930.
6. _____. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
7. ARAÚJO, Alceu Maynard e JOSÉ TABORDA, Vasco. *Estória e Lendas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina*. Tomo I. São Paulo: Literart, sd.
8. BACKHEUSER, Everardo. *A Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1948.
9. BERNARDES, Lygia Maria Cavalcanti. *Distribuição da População no Estado do Paraná em 1940*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. V. 12. outubro/dez. 1950.
10. CALÓGERAS, Pandiá. 2ª. edição. *Estudos Históricos e Políticos*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

11. CAMPOS, Humberto. *Gansos do Capitólio*. [Academia Brasileira de Letras] São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, 1933.
12. CARDOZO, Efrain. *Los Derechos Del Paraguay sobre los Saltos del Guairá*. Asunción: Biblioteca Guaireña Cirilo Cáceres Zorrilla, 1965.
13. CARNEIRO, Davi. *História da Guerra Cisplatina*. Porto Alegre: Cia Nacional do Livro, 1946.
14. _____.
15. _____. *História Psicológica do Paraná*. Curitiba: Edição Dr. Dicesar Plaisant: Tipographia João Haupt e Cia, 1944.
16. _____. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar. Vol. XXIX, 1940.
17. CARNEIRO, Milton. *Discurso do Bugre*. Curitiba: Universidade do Paraná, 1960.
18. CARRÃO, Manuel. *Impressões de Viagem a Foz do Iguassu e Rio Paraná*. Curitiba: Faculdade de Medicina e directoria de Saúde do Paraná, 1929.
19. CARVALHO, Alessandra Isabel de. *Nestor Victor: Um intelectual e as idéias de seu tempo*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
20. CASTRO, Aloysio de. *Discursos, Conferências, Escritos Vários*. Academia Brasileira de Letras. 2ª. edição. 2º. Volume. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, sd.
21. CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. São Paulo: Cultrix; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1975.
22. _____. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1986.
23. _____. *Contrastes e Confrontos*. 3ª. edição. Porto: Magalhães e Moniz Ltda, 1913.
24. DORFMUND, Luiza P. *Geografia e História do Paraná*. São Paulo: Editora do Brasil, 1963.
25. DUNN, L. C.; et. al. *Raça e Ciência II*. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 1960.
26. DUQUE-ESTRADA, Osório. *Noções de Chorographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.
27. ESPINDOLA, João Evangelista. [da Santa Casa da Misericórdia] *Super-Alimentação*. Curitiba: Correia e Cia Typographia, 1901.

28. FERRAZ, Joaquim de Sampaio. *Meteorologia Brasileira*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1943.
29. FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937.
30. _____. *Cidades e Sertões*. Páginas de História e Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar. Vol. XL, 1941.
31. FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Instituto Hans Staden, sd.
32. FREYRE, Gilberto. *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Obras Reunidas. 2ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.
33. FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.
34. GOYCOCHEA, Castilhos. *Fronteiras e Fronteiros*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1943.
35. HAECKEL, Ernesto. *Origem do Homem*. Porto: Livraria Chardron, 1914.
36. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
37. _____. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Publifolha, 2000
38. LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.
39. LEO, Ermelino Agostinho de. *Matte. O chá do Paraná*. Curitiba: Distribuído por Ascânio Miro e Cia, 1931.
40. LEITE, Serafim. *Novas Cartas Jesuíticas*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940.
41. LINHARES, Temístocles. *Extensão do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda, 1943.
42. _____. *Paraná Vivo: sua vida, sua gente, sua cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Nacional do Livro, 1985.
43. LOBATO, Monteiro. *O Choque das Raças ou o Presidente Negro. Romance Americano do anno de 2228*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1926.
44. MACEDO, Heitor Borges. *Só há doentes, não há doenças*. These de concurso para Docente Livre da Cadeira de Pathologia Geral da Faculdade de Medicina do Paraná. Curitiba: Empreza Gráfica Paranaense, 1932.
45. MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

46. MANSUR GUERIOS, José Farani. *O Domínio Espanhol em Portugal e sua Influência na América*. In: CONFERÊNCIAS. 1ª. série. Biblioteca do Centro Acadêmico de Estudos Americanos. Curitiba: Universidade do Paraná, 1940.
47. MARTINS, Luís. *Brasil, Terra e Alma*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967.
48. MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1944.
49. _____. *História do Paraná*. 3ª edição. Curitiba: Editora Guiara Ltda, sd.
50. MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente. Ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná*. 2ª ed. T. A Queiroz, 1989.
51. MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. *Natureza, Doença, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Cia Nacional, 1939.
52. MUNHOZ, Alcidez. *Observações Geraes sobre o Estado do Paraná*. Publicação Oficial para a Grande Feira Annual do districto Federal. Curitiba: Imprensa Oficial, 1918.
53. NABUCO, Joaquim. *O Abolucionismo*. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
54. OBERG, Kalervo e JABINE, Thomas. Toledo. *Um Município da Fronteira Oeste do Paraná*. Edições SSR/Usom. Estudos n.º 03. Rio de Janeiro, 1960.
55. OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. 1924. *A Revolução de Isidoro*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.
56. PINHEIRO MACHADO, Brasil. *Generalidades Americanas*. In: CONFERÊNCIAS. 1ª. série. Biblioteca do Centro Acadêmico de Estudos Americanos. Curitiba: Universidade do Paraná, 1940.
57. POMBO, José Francisco da Rocha. *No Hospício*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1970.
58. _____. *História do Brasil*. Nova Edição Ilustrada. Vol. I, II, III e IV. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, sd.
59. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 5ª. edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
60. QUELUZ, Gilson Leandro. *Rocha Pombo: romantismo e utopias (1880-1905)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

61. RAMOS, Artur. *Introdução à Psychologia Social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
62. REIS, Jayme Dormund dos. *Ligeiras Notas sobre Ethnologia Paranaense*. In: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Curitiba: Livraria Mundial, 1918.
63. RIBEIRO, Eurico Branco. *Esboço da História do Oeste do Paraná*. Conselho Nacional de Geografia. Diretório Regional do Paraná, 1940.
64. ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Variações e Unidade Americanas*. In: Conferências. 2ª. série. Biblioteca do Centro Acadêmico de Estudos Americanos. Curitiba: Universidade do Paraná, 1940.
65. ROCHA, Augusto Faria. *Subsídios para a História do Paraná*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Janeiro, 1951.
66. RODRIGUES FERNANDES, Felicíssimo. *Ciências Naturais e Físicas*. 38ª. edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1947.
67. RODRIGUES, José Honório. *Notícia de Vária História*. São Paulo: Livraria São José, 1951.
68. RODRIGUES, Nina. *As Raças Humanas e a sua Responsabilidade Penal no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.
69. ROOSEVELT, Theodoro. *Através do Sertão do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944.
70. ROTERMUND, Fritz. *25 de Julho de 1824. Seu sentido nacional e reflexo sobre a vida política, social, cultural e econômica do País*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1964.
71. SANTOS FILHO, Benedito Nicolau. *Louvação do Paraná, sempre esquecido*. Discursos Acadêmicos. Academia Paranaense de Letras. 1975.
72. SANTOS, Enéas Marques dos. *Oração de Paranymphe*. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1925.
73. SEIDER, Carlos. *História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825 a 1835*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.
74. SILVA MURICY, J. Cândido; TOURINHO, F. A. Monteiro; SÁ RIBAS, J. Lourenço. *Descrição Geral da Província do Paraná*. In: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Curitiba: Livraria Mundial. Vol. II, 1919.
75. SILVA, Aryon Niepce da. *Páginas de História*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1943.

76. SILVA, Joaquim. *História do Brasil*. 4ª. série ginásial. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1950.
77. SIMAS, Hugo. *Rios - nexos internacionais*. In: Conferências. 2ª. Série. Biblioteca do Centro Acadêmico de Estudos Americanos. Curitiba: Universidade do Paraná, 1940.
78. SMITH, T. Lynn. *Introdução à Análise das Populações*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia. Cadeira de Geografia do Brasil, 1950.
79. SMITH, Thomas Lynn. *Sistemas Agrícolas*. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Ano IX. Abril/junho. 1947.
80. SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.
81. SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil I*. São Paulo: Livraria Martins Editora, sd.
82. SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 3ª. edição brasileira. V. I. São Paulo: Editora Obelisco, 1965.
83. SOUZA, Geraldo Sampaio de. *Geografia do Brasil*.
84. SUSNIK, Branislava. *Los Aborígenes del Paraguay. Aproximación a las Creencias de los indígenas*. Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1984.
85. TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *Zoologia Fantástica do Brasil*. São Paulo: Editora da USP: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999.
86. TÁVORA, Juarez. *Á guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. 3º. V. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia., 1928.
87. TOURINHO, Monteiro. *Nova Guairá*. In: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Curitiba: Livraria Mundial. Vol. II, 1919.
88. TRAVASSOS, Mario. *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*. Prefácio de Gilberto Freyre. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
89. _____. *Projeção Continental do Brasil*. 2ª. edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.
90. SZVARÇA, Décio R. *O Forjador: Ruínas de um Mito*. Romário Martins, 1893-1944. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
91. VARGAS, Getúlio Dorneles. *A Nova Política do Brasil*. V. I, II e III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

92. VEIGA CABRAL, Mário da. *Compendio de Chorographia do Brasil*. 17ª. edição. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Graphica, 1931.
93. VIANNA, Ataliba. *Gente Sem Raça*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944.
94. VICTOR, Nestor. *A Terra do Futuro*. Rio de Janeiro: Typographia do Comércio, 1913.
95. VIOLA, Alfredo. *Origen de Pueblos Del Paraguay*. Asunción: Ediciones Comuneros, 1986.
96. WAIBEL, Leo. *Princípios da colonização Européia no Sul do Brasil*. IN: Revista Brasileira de Geografia. Ano XI, abril/junho. N.º 2, 1949.
97. XAVIER, Luiz Antonio. *Relatório apresentado ao Dr. José Pereira Santos Andrade*. Curitiba: Oficinas do Atelier Novo Mundo, 1899.

a b- PERIÓDICOS:

98. BOLETIM da FUNDAÇÃO PARANAENSE DE COLONISAÇÃO E IMIGRAÇÃO. Ano I, maio de 1950
99. BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba: Livraria Mundial, 1925.
100. BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Vol. IV. Curitiba: Editora Guaíra, 1950.
101. BOLETIM DO MUSEU PARANAENSE. Julho, n.º 01. Curitiba, 1904.
102. BOLETIM GEOGRÁFICO. Conselho Nacional de Geografia. Ano V. Julho de 1947. n. 52.
103. BOLETIM GEOGRÁFICO. Conselho Nacional de Geografia. Ano X, julho/agosto de 1950.
104. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. Estado do Paraná. *Sinopse Estatística do Município de União da Vitória*. 1950.
105. _____.
Departamento Estadual de Estatística. Estado do Paraná. *Sinopse Estatística do Município de Clevelândia*. 1950.
106. _____.
Departamento Estadual de Estatística. Estado do Paraná. *Sinopse Estatística do Município de Laranjeiras do Sul*. 1950

107. Departamento Estadual de Estatística. Estado do Paraná. Sinopse Estatística do Município de Foz do Iguaçu. 1950.
108. REVISTA de Ciência da Educação. *Educação e Sociedade*. Abril. São Paulo: Editora Cortez, 1987.
109. REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXX. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1908.
110. REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol 195. Abril/junho. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949

a. c – TESES E DISSERTAÇÕES

111. ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões. Entre a História e a Memória*. UNESP, 1997.
112. GREGORY, Valdir. *Os Euro-brasileiros e o Espaço Colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Rio de Janeiro: UFF, 1997.
113. LANGER, Johnni. *Ruínas e Mitos: A Arqueologia no Brasil Império*. Curitiba: UFPR, 2000.
114. RISTOW, Márcia Regina. *Saber Médico e Populações nas práticas de Saúde Pública no Paraná, nas décadas de 1930 e 1940*. Rio de Janeiro: UFF, 2001.
115. SANTOS, José Carlos dos. *O Viver e o Sagrado: Imagens do Cotidiano (Extremo Oeste do Paraná)*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1996.

a. d- DOCUMENTOS:

116. CONFERÊNCIA DOS GOVERNADORES. *Estudos dos Problemas da Bacia do Rio Paraná*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1951.
117. CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Comissão Especial de Faixa de Fronteiras. *Lei 2.597. Decreto 39.605. Decreto Lei 494*. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.
118. CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. Diretório Regional de Geografia do Estado do Paraná. Publicação n.º 01, 1940.
119. CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO. *A Etnografia e a Etnologia do Brasil em Revista*. Publicação n.º 3. General Cândido Mariano da Silva Rondon. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
120. ESTATUTOS do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: Editora Guairá, 1948.

121. FACULDADE DE ENGENHARIA DO PARANÁ. *Desenho Cartográfico. Construção de Cartas Geodésicas e Geográficas*. Curitiba: Typografia João Haupt e Cia, 1924.
122. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Retrospectiva Histórica da Secretaria da Justiça. 1892 a 1976*. Governo Jayme Canet Junior. Curitiba: Imprensa Oficial, 1976.
123. GOVERNO DO PARANA. Secretaria do Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Fontes para a História do Paraná Cronistas do século XIX e XX*, 1990.
124. INSPETORIA GERAL DE TERRAS E COLONIZAÇÃO. *A Lei de Terras de 1850*. Rio de Janeiro: Garnier, 1882.
125. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Tesouro Nacional. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Rio de Janeiro, 1942.
126. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Obras do Barão do Rio Branco. Vol. I. *Questões de Limites – República Argentina*, 1945.
127. MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA NACION. Comision Reguladora de la Produccion y Comerico de la Yerba Mate. *Memoria*. 1940.
128. MONUMENTA. *Relatos de Viagem a Guairá e Foz do Iguaçu. 1870-1920*. Curitiba: Aos Quatro Ventos. Primavera de 1998.
129. TRATADOS E LIMITES. Brasil e Paraguai. Junho de 2001.

b) BIBLIOGRAFIA TEÓRICA

ALVES FONSECA, Márcio. *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. EDUC, 1995.

1. BANN, Stephen. *As Invenções da História*. Ensaio sobre a Representação do Passado. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
2. BARRETO, Luiz Felipe. *Caminhos do Saber no Renascimento Português. Estudo de História e Teoria da Cultura*. Brasília: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985.
3. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
4. _____. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
5. CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

6. CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. São Paulo: Papyrus, 1995.
7. _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
8. _____. *A Invenção do Cotidiano Artes de Fazer*. 2ª. edição. São Paulo: Vozes, 1994.
9. CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros. Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª. edição. Brasília: Editora da UNB, 1998.
10. COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *Max Weber e a História*. Trad. de Eduardo Biavati Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1995.
11. FOUCAULT, *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editores, 1996.
12. _____. *A Microfísica do Poder*. 10ª edição. São Paulo: Editora da USP, 1992.
13. _____. *As Palavras e as Coisas*. 6ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
14. _____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
15. _____. *A Ordem do Discurso* 4ª. edição. São Paulo: Loyola, 1998.
16. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica. São Paulo: Vozes, 1997.
17. GUATTARI, Félix. *Caosmose. Um Novo Paradigma Estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
18. JOLIVET, Régis. *Vocabulário de Filosofia*. Agir Editora, 1974.
19. LÉVIS-STRAUSS, Claude. *Minhas Palavras*. 2a. edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.
20. MATOS, Olegária C. F. *O Iluminismo Visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
21. NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.
22. ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio*. No Movimento dos Sentidos. 2ª. edição. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.
23. ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
24. RANCIÈRE, Jacques. *Os Nomes da História*. Um Ensaio de Poética do Saber. São Paulo: EDUCU/PONTES, 1994.

25. REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
26. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Dossiê: travessia: migrações*. São Paulo: Anpuh/Humanitas Publicações, 1997.
27. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Historiografia: propostas e práticas*. São Paulo: Anpuh/Editora Contexto, 1995.
28. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. n.º 13. *Cultura e Linguagens*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1987.
29. REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA. *Fronteiras*. N.º 7. Florianópolis, 1999.
30. REVISTA CATARINESNE DE HISTÓRIA. n.º 3. Florianópolis: Editora Insular, 1995.
31. REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS. N.º 17. *Historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
32. REVISTA SEXTA FEIRA. *Antropologia Artes Humanidades*. São Paulo: Editora Hedra Ltda. Primavera de 1999.
33. SAHTOURIS, Elisabet. *A Dança da Terra. Sistemas vivos em evolução: uma nova visão da biologia*. Coleção Tendências do Milênio. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.
34. SILIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o Livro do Mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1999.
35. WHITE, Hayde. *Meta História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. 2ª. edição. São Paulo: EDUSP, 1995.